

APRESENTAÇÃO

III COLÓQUIO FRANCO-LATINOAMERICANO DE PESQUISA SOBRE DEFICIÊNCIA

Igualdade de Direitos e Acesso a uma Vida Digna:

Desafios e Controvérsias na Questão Social da Deficiência

09 a 11 de Março de 2017

A Escola de Humanidades (PUC-RS)¹, a FADERS², o INS HEA³ e o Programa Deficiências e Sociedade da EHESS⁴, a Societé ALTER⁵, com o apoio da UNISINOS⁶, do IFSUL⁷ e da UERGS⁸, apresentam a continuidade dos estudos e debates iniciados em julho de 2014, em Paris/França, relativos às pesquisas sobre deficiências.

A terceira edição do Colóquio Franco-Latinoamericano de Pesquisa Sobre Deficiência ocorrerá na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil, na Pontifícia Universidade Católica nos dias 9, 10 e 11 de março de 2017.

O tema central nesta edição será Igualdade e Dignidade. Acredita-se que ainda é presente a ideia da deficiência, da incapacidade, fazendo-se necessário a constante atualização das políticas públicas como meio de conscientização de que esta noção é equivocada, pois decorre de uma construção social, muito mais do que da realidade quando se apresenta algum tipo de deficiência. Ao investir no debate desta temática, com ênfase na troca de vivências e estudos, é mantido o reforço para o desenvolvimento para sustentar e ampliar políticas de inclusão de pessoas com deficiência, acessibilidade (desenho universal) e, conseqüentemente, responsabilidade social, cidadania e dignidade.

Já faz muitos anos que as questões relativas à igualdade e à dignidade reinterrogam a maneira de tratar socialmente as pessoas com deficiências. Há cerca de vinte anos, os debates internacionais e as políticas públicas promoveram novas concepções de afiliação social (Castel, 1995) das pessoas com deficiência. Tratando-se das instâncias ligadas à saúde (OMS, 2001), à educação (UNESCO, 1994) ou à ONU (2007), expõe-se doravante a necessidade de favorecer um acesso igualitário aos direitos, bens e serviços, igualando também as chances de acesso à educação, ao emprego e uma vida social plena.

Assim, precedentemente ou concomitantemente, políticas públicas e iniciativas privadas colocaram em prática mecanismos visando favorecer o acesso ao emprego ou à formação de pessoas com deficiência, sendo estes grupos estatisticamente mais pobres ou excluídos que os outros.

Tratando-se de leis nacionais, iniciativas associativas ou individuais, todas se referem à ideia de que é através da ação que se põe em prática a justiça social, tornando a vida dessas pessoas mais dignas e, ao mesmo tempo, tornando-as úteis para a sociedade. Esta questão própria à justiça social designa concepções de igualdade que podem variar de uma cultura para outra e, dessa forma, não proporcionar as mesmas ações coletivas, sendo elas públicas ou privadas. Em outras palavras, igualdade e dignidade correspondem às teorias da justiça, algumas das quais promovem igualdade das oportunidades (Rawls, 1971), capacidades (Sen, 2010 ; Nussbaum, 2012), bem como um mesmo acesso aos direitos para todas e todos. Assim, a questão da participação social visa favorecer a igualdade de oportunidades. O tratamento especializado em questão nesta temática indica formas de assistência (Tronto, 2009 ; Paperman, Laugier, 2011) que, ainda hoje podem, em certas circunstâncias, dar origem a configurações de paternalismo ou de protecionismo dificilmente aceitos pelas pessoas envolvidas, enquanto que a proteção social do Estado, quando ela existe, tende a reduzir a exclusão socioeconômica.

Estas questões relativas à dignidade e à igualdade enunciam fortes debates. De fato, eles não se concentram exclusivamente no acesso à educação e ao emprego, mas consideram também projetos de saúde e de bem-estar nos quais o ambiente deve incentivar o desenvolvimento completo da pessoa interessada (OMS, 1986). Neste sentido, certas atividades sociais como o esporte podem mudar a perspectiva. Assim, desde 2010, o Conselho da União Europeia considera que uma das principais funções do esporte é promover a inclusão social. Em relação ao acesso à uma vida digna, os debates sobre o direito à sexualidade e à vida afetiva das pessoas com deficiência que estão mais afastadas, questionam igualmente os limites da ação pública.

Para esta terceira edição do Colóquio Franco-Latinoamericano de Pesquisa Sobre Deficiência, objetivamos, além dos trabalhos de comunicação individual, proporcionar aos participantes um espaço para debates temáticos. Dessa maneira, visamos promover o intercâmbio entre áreas específicas, estabelecendo assim canais de pesquisa conjunta entre pesquisadores e atores dos países envolvidos.

Como nos anos anteriores, pretendemos também promover o intercâmbio entre o meio acadêmico e a sociedade civil, respeitando as especificidades de cada abordagem, sendo elas ações profissionais, associativas ou científicas.

Convidamos então a comunidade científica, pesquisadores e profissionais para participarem desta edição do Colóquio Franco-Latinoamericano de Pesquisa Sobre Deficiência, encaminhando propostas para apresentação de trabalhos até a data de 30 de junho 2016 em torno do tema central Igualdade e Dignidade ou podendo os mesmos estarem inseridos nos seguintes eixos temáticos:

- Escolarização e formação: entre igualdade de oportunidades e igualdade de acesso.
- Direito ao trabalho e deficiência: entre injunções normativas e materialização do acesso ao emprego.
- Dispor do seu corpo? Direitos reprodutivos, sexualidade, intimidade e prazer.
- Concepção, desenvolvimento e implementação de políticas públicas: uma justiça social entre equidade e igualdade?
- Acesso aos cuidados e programas de atenção à saúde. Qual o lugar da pessoa com deficiência no mundo da saúde?
- A função das atividades culturais e esportivas: incluir através do esporte e da cultura ou direito de acesso universal às atividades de lazer?
 - Igualdade, dignidade, deficiência: dimensões antropológicas e filosóficas.
 - Lutas e mobilizações coletivas pelos direitos.
 - As experiências da vida: articular a deficiência com outras dimensões identitárias (gênero, raça, classe social, sexualidade, geração, etc.).

OBJETIVOS

- Proporcionar aos participantes um espaço para debates temáticos a respeito das pesquisas realizadas sobre o tema da pessoa com deficiência.
- Promover o intercâmbio entre áreas específicas, estabelecendo assim canais de pesquisa conjunta entre pesquisadores e atores dos países envolvidos.
- Promover o intercâmbio entre o meio acadêmico e a sociedade civil, respeitando as especificidades de cada abordagem, sendo elas ações profissionais, associativas ou científicas.

PÚBLICO-ALVO

Todos os profissionais e pessoas interessadas na área de estudos relativos à pessoa com deficiência.

[1] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul [2] Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul [3] Instituto Nacional Superior de Formação e de Pesquisa para a Educação dos Jovens Deficientes e dos Ensinos Adaptados, Paris / Institut National Supérieur de Formation et de Recherche pour l'éducation des jeunes handicapés et les enseignements adaptés [4] Escola dos Altos Estudos, Paris / Programme Handicaps et Sociétés [5] Société Européenne de Recherche sur le Handicap [6] Universidade do Vale do Rio dos Sinos (www.unisinos.br) [7] Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense [8] Universidade do Estado do Rio Grande do Sul

III COLÓQUIO FRANCO-LATINOAMERICANO DE PESQUISA SOBRE DEFICIÊNCIA

Igualdade de Direitos e Acesso a uma Vida Digna:

Desafios e Controvérsias na Questão Social da Deficiência

09 a 11 de Março de 2017

La Escuela de Humanidades (PUC-RS)¹, FADERS², INS HEA³ y el Programa Discapacidad y Sociedad de la EHESS⁴, Sociedad ALTER⁵, con el apoyo de UNISINOS⁶, lo IFSUL⁷ y UERGS⁸, anuncian la continuidad de los estudios y debates iniciados en julio de 2014, en París/Francia, relativos a la investigación sobre discapacidad. La tercera edición del Coloquio franco-latinoamericano de investigación sobre discapacidad tendrá lugar en la ciudad de Porto Alegre, Río Grande del Sur/Brasil, en la Pontificia Universidad Católica, los días 9, 10 y 11 de marzo de 2017. El tema central en esta edición será Igualdad y Dignidad. Desde que la idea de discapacidad se hizo presente, se ha hecho necesaria una constante actualización de las políticas públicas como medio de concientización de lo equívoco de esta noción, en tanto se trata de una construcción social que va mucho más allá de lo que en realidad implica algún tipo de deficiencia. Apostar al debate de esta temática, con énfasis en el intercambio de vivencias e investigaciones, mantiene el esfuerzo para el desarrollo y ampliación de políticas de inclusión de personas con discapacidad, accesibilidad (diseño universal) y, consecuentemente, responsabilidad social, ciudadanía y dignidad. Hace ya varios años que los temas relativos a igualdad y dignidad reinterrogan la manera de tratar socialmente a las personas con discapacidad. Hace veinte años, los debates internacionales y las políticas públicas promovían las nuevas concepciones de afiliación social (Castel, 1995) de las personas con discapacidad. En el caso de las instancias entre la salud (OMS, 2001), la educación (UNESCO, 1994) y la ONU (2007) se establece la necesidad de fomentar un acceso igualitario a los derechos, bienes y servicios, igualando también las oportunidades en el acceso a la educación, al empleo, a una vida social digna. Así, precedente o concomitantemente, políticas públicas e iniciativas privadas colocaron en práctica mecanismos tendientes a favorecer el acceso al empleo o a la formación de personas con discapacidad, siendo estos grupos estadísticamente más pobres o excluidos que los otros. En lo que respecta a las leyes nacionales, iniciativas asociativas o individuales, todas se refieren a la idea de que a través de la acción que pone en práctica la justicia social, tornando la vida de estas personas en más dignas y, al mismo tiempo, en útiles para la sociedad. Esta cuestión de la justicia social designa concepciones de igualdad que pueden variar de una cultura a otra y, de esta manera, no proporcionar las mismas acciones colectivas, ya sean éstas públicas o privadas. En otras palabras, igualdad y dignidad corresponden a las teorías de justicia, algunas de las cuales promueven la igualdad de oportunidades (Rawls, 1971), capacidades (Sen, 2010; Nussbaum, 2012), así como un mismo acceso a los derechos para todos y todas. De esta manera, la cuestión de la participación social tiene como objetivo promover la igualdad de oportunidades. El tratamiento especializado en torno a esta temática indica formas de asistencia (Tronto, 2009; Paperman, Laugier, 2011) que, aún hoy pueden, en ciertas circunstancias, dar origen a configuraciones paternalistas o proteccionistas difícilmente aceptados por las personas directamente implicadas, en tanto la protección social del Estado, cuando ésta existe, tiende a reducir la exclusión socioeconómica. Las cuestiones relativas a dignidad e igualdad traen fuertes debates. De hecho, éstas no se concentran exclusivamente en el acceso a la educación o al empleo, pero consideran también proyectos salud y de bienestar en los cuales el ambiente debe incentivar el desarrollo completo de la persona interesada (OMS, 1986). En este sentido, ciertas actividades sociales como el deporte puede cambiar la perspectiva. Así, desde 2010, el Consejo de la Unión Europea considera que una de las principales funciones del deporte es promover la inclusión social. En relación al acceso a una vida digna, los debates sobre el derecho a la sexualidad y a la vida afectiva de las personas con discapacidad que se hallan más afectadas, cuestionan igualmente los límites de la acción pública. Para esta tercera edición del Coloquio franco-latinoamericano de investigación sobre discapacidad, más allá de los trabajos individuales apostamos a proporcionar a los participantes un espacio para debates temáticos. De esta manera, intentamos promover el intercambio entre áreas específicas, estableciendo canales de investigación entre investigadores y actores de los países implicados. Como en los años anteriores, pretendemos también promover el intercambio entre el medio académico y la sociedad civil, respetando las especificidades de cada abordaje, siendo éstas acciones profesionales, asociativas o científicas. Invitamos, entonces, a la comunidad científica, investigadores y profesionales a participar de esta edición del Coloquio Franco-latinoamericano de Investigación sobre Discapacidad, enviando propuestas para presentación de trabajos hasta el 30 de junio de 2016 en torno al tema central Igualdad y Dignidad, pudiendo estar éstos incluidos en los siguientes ejes temáticos:

- Educación y formación: entre igualdad de oportunidades e igualdad de acceso.
- Derecho al trabajo y discapacidad: entre marcos normativos y la materialización del acceso al empleo.
- ¿Disponer de su cuerpo?: Derecho a la reproducción, a la intimidad y al/a los placer(es).
- Concepción, desarrollo e implementación de políticas públicas: ¿una justicia social entre equidad e igualdad?

- Accesibilidad, acceso a la atención y programas de salud adaptados: ¿Qué lugar(es) para el mundo médico?
- La función de las actividades culturales y deportivas: ¿la inclusión a través del deporte y la cultura o derecho de acceso universal a las actividades de recreación?
- Igualdad, dignidad, discapacidad: Dimensiones antropológicas y filosóficas.
- Luchas y movilizaciones colectivas por los derechos.
- Las experiencias de vida: articular la discapacidad con las otras dimensiones identitarias (género, raza, clases sociales, sexualidad, generación, etc.).

OBJETIVOS

- *Proporcionar a los participantes un espacio para debates temáticos en torno a investigaciones realizadas sobre el tema de las Personas con Discapacidad;*
- *Promover el intercambio entre áreas específicas, estableciendo canales de investigación conjunta entre investigadores y actores de los países implicados;*
- *Promover el intercambio entre el medio académico y la sociedad civil, respetando las especificidades de cada abordaje, siendo éstas acciones profesionales, asociativas o científicas.*

III COLÓQUIO FRANCO-LATINOAMERICANO DE PESQUISA SOBRE DEFICIÊNCIA

Igualdade de Direitos e Acesso a uma Vida Digna:

Desafios e Controvérsias na Questão Social da Deficiência

09 a 11 de Março de 2017

L'école des Humanités (PUC-RS)¹, la FADERS², l'INS HEA³ et le Programme Handicaps et Sociétés⁴ de l'EHESS e la ALTER⁵ – Société Européenne de Recherche sur le Handicap, avec le soutien de UNISINOS⁶, do IFSUL⁷ e da UERGS⁸ ont le plaisir de vous annoncer la tenue du IIIème colloque franco-latino-américain de recherche sur le handicap. Après Paris en 2014 et Santiago du Chili en 2015, cette édition se déroulera à Porto Alegre, dans l'Etat de Rio Grande do Sul, au Brésil à la PUC-RS les 9, 10 et 11 mars 2017. Le thème central de ce IIIème colloque portera sur l'égalité et la dignité.

Les questions relatives à l'égalité et à la dignité interrogent depuis longtemps la manière de traiter socialement les personnes handicapées. Depuis une vingtaine d'années, débats internationaux et politiques publiques ont promu de nouvelles conceptions de l'affiliation sociale (Castel, 1995) des personnes handicapées. Qu'il s'agisse d'instances liées à la santé (OMS, 2001), à l'éducation (Unesco, 1994) ou de l'ONU (2007), il s'agit désormais de favoriser un égal accès aux droits, aux biens et aux services, tout en égalisant les chances d'accès à l'éducation, à l'emploi et, d'une manière générale, à une vie sociale épanouissante.

Ainsi, de manière antérieure ou concomitante, politiques publiques et initiatives privées ont mis en place des dispositifs visant à favoriser l'accès à l'emploi ou à la formation des personnes handicapées, ces populations étant statistiquement plus pauvres et exclues que les autres.

Qu'il s'agisse des lois nationales, des initiatives associatives ou individuelles, toutes renvoient à l'idée qu'il s'agit par l'action de faire œuvre de justice sociale, afin de rendre la vie de ces personnes plus digne, tout en les rendant utiles à la société. Cette question de justice sociale renvoie elle-même à des conceptions de l'égalité différentes d'une culture à l'autre, ne donnant pas lieu aux mêmes actions collectives, que celles-ci soient publiques ou privées.

En d'autres termes, égalité et dignité renvoient à des théories de la justice, dont certaines promeuvent l'égalité des chances (Rawls, 1971), les capacités (Sen, 2010 ; Nussbaum, 2012) ou bien encore un même accès aux droits pour toutes et tous. Ainsi, la question de la participation sociale vise à favoriser l'égalité des chances. Le traitement spécialisé dont il est question ici se rapporte à des formes de sollicitude (Tronto, 2009 ; Paperman, Laugier, 2011), qui, encore aujourd'hui, peuvent parfois donner lieu à des formes de paternalisme ou de protectionnisme difficilement acceptées par les personnes concernées, tandis que la protection sociale d'Etat, lorsqu'elle existe, entend diminuer l'exclusion socio-économique.

Ces questions relatives à la dignité et à l'égalité génèrent de vifs débats. Ces derniers ne portent pas exclusivement sur l'accès à l'éducation ou à l'emploi, mais renvoient à des conceptions de la santé et du bien-être dans lesquelles l'environnement doit favoriser le développement le plus complet possible de la personne (OMS, 1986). En ce sens, certaines activités sociales comme le sport changent de sens. Ainsi, depuis 2010, le Conseil de l'Union Européenne considère que l'une des principales fonctions du sport est de favoriser l'inclusion sociale. Concernant l'accès à une vie digne, les débats portant sur le droit à la sexualité et à la vie affective des personnes handicapées qui en sont les plus éloignées interrogent les frontières de l'action publique.

Pour cette troisième édition du colloque franco-latino-américain de recherche sur le handicap, nous souhaitons, en plus des propositions de communication individuelles, permettre aux intervenants de proposer des sessions thématiques pour favoriser les échanges dans des domaines spécifiques, ainsi que des pistes de recherches communes entre chercheurs et acteurs des pays impliqués.

Comme les années précédentes, nous entendons également favoriser les échanges entre monde académique et société civile, tout en respectant les spécificités de chaque démarche qu'il s'agisse d'une action professionnelle, associative ou scientifique.

Ainsi, nous invitons la communauté scientifique, les praticiens et les associations à faire leur proposition d'ici le 30 juin 2016 en s'inspirant des thèmes suivants:

- Scolarisation et formation : entre égalité des chances et égalité d'accès.
- Droit au travail et handicap : entre injonctions normatives et matérialisation de l'accès à l'emploi.
- Disposer de son corps : droit à la reproduction, à l'intimité et au(x) plaisir(s).
- Conception, développement et mise en oeuvre des politiques publiques : une justice sociale entre équité et égalité ?
- Accessibilité, accès aux soins et programmes de santé adaptés : quelle(s) place(s) pour le monde médical ?
- Fonction des activités culturelles et sportives : inclusion par le sport et la culture ou droit d'accès universel aux activités de loisir ?
 - Égalité, dignité, handicap : dimensions anthropologiques et philosophiques.
 - Luttres et mobilisations collectives pour les droits.

Expériences de vies : articuler le handicap aux autres dimensions identitaires (genre, race, classes sociales, sexualités, génération, etc.).

[1] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul [2] Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Com Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul [3] Instituto Nacional Superior de Formação e de Pesquisa para a Educação dos Jovens Deficientes e dos Ensinamentos Adaptados, Paris / Institut National Supérieur de Formation et de Recherche pour l'éducation des jeunes handicapés et les enseignements adaptés [4] Escola dos Altos Estudos, Paris / Programme Handicaps et Sociétés [5] Société Européenne de Recherche sur le Handicap [6] Universidade do Vale do Rio dos Sinos (www.unisinos.br) [7] Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense [8] Universidade do Estado do Rio Grande do Sul

OBJECTIFS

- *Apporter aux participants un espace d'échanges et de débats autour des recherches réalisées sur le handicap.*
- *Promouvoir les échanges entre personnes issues d'aires culturelles différentes, afin de mettre en oeuvre des recherches conjointes entre chercheurs et acteurs de différents pays.*
 - *Promouvoir les échanges entre milieu universitaire et société civile, tout en respectant les spécificités de chaque acteur, professionnel, associatif ou universitaire.*

PUBLIC CONCERNÉ

- *Toutes les personnes intéressées, professionnelles ou non, par les études relatives aux personnes handicapées, à l'égalité et la dignité*

INTERVENÇÕES - INTERVENTIONS - INTERVENCIONES

Conferências - Conférences - Conferencias

Quand protection sociale et émancipation vont de pair : pour une forme collective de care

VILLE, Isabelle - ville@vjf.cnrs.fr - CNRS - France

Dans la seconde moitié du 20^{ème} siècle, les Etats providence ont mis en œuvre des politiques sociales en faveur des personnes handicapées. Depuis les années 1970, les dispositifs de « protection sociale » sont la cible d'une double critique. Les mouvements de personnes handicapées et les *disabilitystudies* dénoncent la domination et le paternalisme qui les sous-tendent, tout comme les formes de ségrégation qui alimentent la dépendance et la passivité de leurs bénéficiaires. Plus récemment, les politiques néolibérales d'activation cherchent à restreindre l'accès à ces mêmes dispositifs qui inciteraient les personnes à profiter de la solidarité nationale et constitueraient un frein à l'autodétermination. Ces deux écologies tendent à se lier (Abbott, 2003) pour rejeter les formes de protections du côté de l'aliénation et associer l'émancipation à l'exercice de l'autonomie et la défense des droits, d'un côté, à la responsabilisation individuelle, de l'autre. En revisitant certaines formes de protection relevant des politiques publiques -comme l'instauration de minima sociaux - et de la société civile, notamment du travail associatif, et en m'appuyant sur différentes études empiriques, je chercherai à mettre en lumière les conditions de formes de protection sociale sources d'émancipation. Je montrerai qu'elles se réalisent dans des agencements qui favorisent le travail de care entre pairs avec le support des politiques publiques. J'espère ainsi contribuer modestement à l'ambitieux projet de Nancy Fraser (2012) d'une « nouvelle alliance entre protection sociale et émancipation ». Andrew Abbott. *Ecologies liées. A propos du système des professions*. Dans Pierre-Michel Menger (dir) *Les professions et leurs sociologies*. Paris, MSSH, 2003; Nancy Fraser. *Le féminisme en mouvement*. Paris, La Découverte, 2012

Em defesa da dignidade e da igualdade: diferença/deficiência: modos de (re)sistência?

EIZIRIK, Marisa Faermann - marisafe@terra.com.br; meizirik.ez@terra.com.br - Brasil

Vivemos a velocidade, que encurtou o tempo e o espaço. Nosso, é o tempo do descartável, do provisório; do desconforto produzido pela incerteza, a perda da lógica binária da verificação e confirmação de hipóteses, de práticas e modos de existência fundamentados nos dispositivos de exclusão. Novos paradigmas produziram rupturas profundas que afetaram nossa visão de mundo, vínculos e relações afetivas. Estamos entregues ao desamparo, ao caos, ao sabor dos fluxos imprevisíveis da vida, com suas angústias, paradoxos e contradições. Precisamos aprender formas insuspeitadas de ver, de pensar, de sentir, de agir, criar processos ativos de resistência à repetição, à exclusão; aproveitar a potencialidade da "diferença". No mundo neoliberal contemporâneo, a dignidade humana é um dos valores de resistência, tanto aos excessos econômicos e tecnológicos quanto aos biotecnológicos. **Dignidade** (lat. *digitas*) é o respeito que devemos a uma pessoa, a nós mesmos, à humanidade em geral. **Igualdade** (lat. *aequalitas*) é o princípio pelo qual todas as pessoas devem estar em pé de igualdade e desfrutar dos mesmos direitos no plano civil, jurídico, político, social e econômico. Pressupõe uma modalidade de comparação, caracteriza uma forma particular de identidade, pleiteia a isonomia entre cidadãos. (Blay, Michel. *Dictionnaire des concepts philosophiques*. Larousse – CNRS Éditions 2006: 218; 239-40). O desafio que se coloca é como pensar esses princípios - dignidade e igualdade - quando se trata de analisar o complexo tema da deficiência e sua forma de existir e (re)sistir no mundo atual?

Apresentação Oral - Présentation Orale - Presentación Oral

A dimensão comunicacional na inclusão laboral de pessoas com deficiência

PEREIRA, Ana Cristina Cypriano - ana.cypriano@ufrgs.br; FIGUEIRÓ, Gabriel de Abreu - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

A inclusão de pessoas com deficiência em organizações é uma exigência legal, cuja complexidade envolve diferentes aspectos do trabalho desses sujeitos. Nesse contexto, está o processo de comunicação organizacional, cujo objetivo é tratar dos fluxos de relacionamento entre os diferentes públicos da empresa. Para Vygotsky (2007) a comunicação opera mudanças qualitativas na forma e relação do sujeito com o mundo. Para o autor, os sentidos da comunicação definem como o homem percebe o mundo e relaciona-se com o mesmo a partir da construção social dos sentidos, o que também se dá no âmbito laboral. Destacamos a importância da Dimensão Comunicacional nas organizações, como elemento da inclusão das pessoas com deficiência. Para análise desta dimensão, realizou-se estudo de caso em duas organizações com objetivo de verificar se a comunicação interna previa alternativas inclusivas, como leitores de tela nas comunicações virtuais, formatos adaptados (ampliados, braille, pictogramas, etc.) nas comunicações em murais, disposição de murais, interprete de Libras, entre outros. Observou-se na primeira organização que não havia nenhuma adaptação da comunicação para os estes trabalhadores. Na segunda organização, observou-se uma preocupação maior em relação à comunicação com os trabalhadores com deficiência. A empresa utiliza recursos como a audiodescrição do vídeo corporativo, envio de informações do dia-a-dia via Whatsapp, e transcrição da revista interna em CDs aos colaboradores cegos. Para os funcionários com deficiência auditiva, a organização incorporou a presença de intérpretes de Libras em eventos, acompanhamento do trabalho dos colaboradores, a fim de garantir a compreensão das funções e atividades, etc. Entre os exemplos verificados, percebeu-se um interesse em adaptar canais de comunicação a partir da demanda dos trabalhadores. É preciso que as organizações compreendam que cada profissional com deficiência possui, assim como os demais, habilidades, limitações e competências diferentes e é justamente a partir delas que a dimensão comunicacional deverá se desenvolver. Palavras-chaves: Pessoas com Deficiência, Trabalho, Comunicação Organizacional

A Educação Musical Especial e a EJA na Escola Regular

FERNANDES, Ana Paula - docenteapf@gmail.com - Universidade do Estado do Pará-UEPA - Brasil

Este artigo tem por objetivo analisar, por meio da prática pedagógica de musicalização, o processo de escolarização dos alunos da modalidade de jovens e adultos com deficiência em ensino regular. Concordante com Hagiara-Cervellini (2003) ressalto que a música mobiliza as possibilidades do indivíduo (acrescento que independente da deficiência) e isso lhe dá liberdade, permitindo-lhe expressar emoções, sentimentos e estados de espírito. Epara Kater (2012, p.43), “o ensino de música na escola visa atender às necessidades de promoção de conhecimento amplo junto aos alunos, seu desenvolvimento criativo e participativo, não os situando na condição predominante de “público”, nem restringindo a “música na escola” a apresentações, à música das aparências, das comemorações visíveis e exteriores”. A música, como disciplina, é evidenciada na lei 11.769/2008 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Ainda sobre a questão regulamentada, é importante ressaltar mesmo que pareça óbvio, que o profissional qualificado para atuar com Artes/Música é o licenciado, ou seja, o que cursou quatro anos de graduação em Artes/Música e/ou Educação Artística. Esta pesquisa foi realizada em uma classe especial dentro de escola pública estadual de ensino fundamental, localizada em bairro periférico da cidade de Belém-Pará. A idade dos alunos variava entre 12 a 48 anos e apresentavam deficiências como: surdez, síndrome de Down, deficiência intelectual e autismo. Para levantamento dos dados, utilizamos a observação e a entrevista semiestruturada com a professora regente (nome fictício: Olga). Dentre os resultados, destacamos: o rendimento dos alunos em sala de aula, que foi considerado bom pela professora regente; os alunos conheceram um pouco da música além de participarem conjuntamente das atividades; dentre outros. Palavras-chaves: Educação Musical Especial. Educação de Jovens e Adultos – EJA. Formação de Professores.

A escolarização de surdos e cegos no Brasil e na França: os primeiros institutos de educação especializada

BAESSA ESTIMADO, Roberta - roberuta@gmail.com - Universidade de São Paulo/USP - Brasil

Esta pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, tem por objetivo aprofundar a discussão historiográfica acerca do processo de fundação e consolidação das primeiras instituições de instrução pública para deficientes visuais e auditivos no Brasil, isto é, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (antigo Instituto dos Surdos-Mudos) e o Instituto Benjamin Constant (antigo Imperial Instituto dos Meninos Cegos), durante o período que compreende o início do Segundo Reinado (1840) e a Proclamação da República (1889). Além disto, ela pretende discutir até que ponto o modelo de instrução pública para surdos e cegos era semelhante ou distinto do aplicado pelos institutos franceses, a saber, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris e o Instituto de Meninos Cegos de Paris, uma vez que estes eram considerados como referências do período para as instituições de educação especializada para cegos e surdos que estavam em processo de formação. Para tanto, como procedimento metodológico, analisou-se a documentação de fundação dos institutos, bem como documentos de cunho pessoal que circulavam entre os envolvidos com este processo, além de documentos de caráter legal e do próprio aparato burocrático estatal. Dessa forma, a análise do corpus documental em questão, confrontada com a bibliografia existente, permitiu inserir o exame sobre

como e porque essas instituições foram fundadas, em meio a uma política imperial que privilegiava a educação para as elites; compreendendo assim o seu contexto político, social e econômico em suas especificidades. Palavras chaves: Educação Especial, História da Educação, Escolarização, Surdos, Cegos.

A missão de uma entidade de classe odontológica na efetivação dos direitos constitucionais dos pacientes com necessidades especiais

SCARIOT, Débora; FIGUEIREDO, Márcia ; LIMA, Geisa L. ; OLIVEIRA, Marieli -

comissao_odontologiaparapacientesespeciais@crors.org.br - Conselho Regional de Odontologia/RS - Brasil

Cada uma das pessoas com deficiência, que são parte dessas 7,125(2013) bilhões de pessoas que habitam o Planeta Terra, tem o direito de ser igualmente reconhecido e respeitado, independente das condições econômicas, culturais, de gênero ou étnico-raciais e também do lugar que estejam nesse momento. Essa garantia advém de uma luta histórica por direitos humanos, por direitos que garantam as condições necessárias para uma vida digna. A educação e saúde são direitos humanos assegurados nos tratados e convenções internacionais e na legislação brasileira. No Brasil, estes são direitos de todos e todas, ao longo de toda a vida, independentemente da origem social, de gênero, raça, local de nascimento ou moradia. Apesar do direito à educação e saúde ter sido reconhecido em nossa legislação, sua efetivação ainda não alcança todas e todos os brasileiros, principalmente as pessoas com deficiência, uma vez que ainda sofremos com a falta de oferta na educação e na saúde, seja ela geral e bucal. As condições ainda são precárias e há desigualdade no atendimento. Para que o direito à educação e saúde sejam de fato reconhecidos e efetivados foi portariada e referendada em plenário a criação de uma comissão específica para pacientes com necessidades especiais no Conselho Regional de Odontologia Sessão Rio Grande do Sul, com representatividade política da comunidade odontológica gaúcha e extensivo para todos os brasileiros objetivando a mobilização popular. É preciso que as universidades, comunidades, fóruns, redes de educação, saúde, etc., possam reivindicar pela efetivação dos direitos previstos na legislação e, quando for o caso, pela criação de novas leis, políticas e programas que atendam as demandas e necessidades das pessoas com deficiência. Palavras chaves: Política; Pessoas com deficiência; Assistência odontológica para pacientes com necessidades especiais; Educação; Saúde.

A Pessoa Com Deficiência e Seu processo Escolar em Comunidades Ribeirinhas de Belém

FERNANDES, Ana Paula - docenteapf@gmail.com - Universidade do Estado do Pará – UEPA - Brasil

Neste trabalho questiona-se: como acontece a escolarização da pessoa com deficiência que frequenta escola das comunidades ribeirinhas vinculadas ao sistema municipal de ensino de Belém do Pará? O objetivo é analisar o processo de escolarização da pessoa com deficiência que frequenta escolas das comunidades ribeirinhas vinculadas ao sistema municipal de ensino em Belém-Pa. Sobre a metodologia, se configura num estudo de enfoque histórico-dialético. As escolas pesquisadas são das ilhas de Mosqueiro, Cotijuba, Combu e Caratateua que são parte das ilhas de Belém. Os procedimentos que compõem a base metodológica deste trabalho, são: levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturada, observação, pesquisa e análise documental, e sistematização e análise dos dados. Quanto aos resultados: há pouca produção em nível de doutorado na região norte do Brasil que envolvam a educação do campo e a educação especial; os dados do INEP apresentaram redução de matrículas de alunos com NEE (terminologia do INEP) que moravam e estudavam no campo e dos que moravam no campo e estudavam na cidade; caridade, depreciação e complacência são conceitos que surgem quando perguntados sobre inclusão; alguns pais não acreditam no potencial de seus filhos e os boicotam; em Mosqueiro, há demanda elevada de alunos com deficiência na mesma sala de aula; na ilha de Cotijuba, a prof^a é itinerante e não possui SRM com devido mobiliário; nas ilhas, não há equipe multidisciplinar para SRM; na ilha do Combu, não há prof. de SRM/Educação Especial; as SRMs são insuficientes para as demandas das ilhas; há uma estranha relação entre escola sede e anexo; nas ilhas de Cotijuba e Mosqueiro, visualizou-se a relação colaborativa entre os professores de sala de aula comum e SRM; a escola apresenta-se acolhedora e receptiva, mas ainda há relatos de comportamentos excludentes. Palavras-chave: Educação Especial. Educação do Campo. Educação Especial no Campo. População Ribeirinha. Formação de Professores

As atividades físico-esportiva e o direito a participação das pessoa com deficiência: experiências do município de São Carlos (SP) – Brasil.

ANDRADE, Andresa Caravage de - andresa.caravage@gmail.com; OLIVER, Fátima Corrêa - fcoliver@usp.br - Universidade Federal de São Carlos/UFSCar - Brasil

O direito de participação das pessoas com deficiência em atividades físicoesportivas como espectadores, organizadores ou participantes é defendido pela: Política Nacional do Esporte (2005), Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007), Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Viver sem Limite (2011) e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Consideramos deficiência como parte da diversidade humana e neste sentido, os direitos devem ser protegidos e respeitados pela sociedade e garantidos pelo Estado por meio de medidas legais. Embora no Brasil haja um crescente de aparatos jurídicos em torno dos direitos das pessoas com deficiência está na esfera da efetividade das políticas o maior desafio. Trata-se de estudo de mestrado para reconhecer a efetividade de proposições, em nível local, realizado em

município de médio porte, São Carlos em São Paulo, Brasil. Nele foram entrevistados 11 gestores das secretarias municipais e de outros espaços com os quais havia parcerias para realização de atividades físico-esportivas. Buscou-se compreender as perspectivas que norteiam a ação dos gestores e as políticas públicas locais. Foram identificados três programas específicos para pessoas com deficiência e atividades abertas, porém com baixa participação devido à falta de acessibilidade arquitetônica, inclusão social e/ou preparo profissional. Apesar do pouco tempo de atuação, de capacitação para a gestão e de tempo de atividade profissional com pessoas com deficiência, a maioria das ações partiu do esforço individual de gestores e profissionais, o que revelou a ausência de política municipal articulada e intersetorial. Frequentemente, o esporte e o lazer são erroneamente entendidos como algo supérfluo, como um direito de menor valor, o que torna as ações fragmentadas, esporádicas e sem o adequado planejamento. Contudo, os gestores destacaram a participação das pessoas com deficiência em atividades físico-esportiva, não apenas como forma de reabilitação e inclusão, mas como um direito em si. Palavras-chave: Atividades físico-esportivas. Pessoa com deficiência. Direitos.

As experiências da vida: o (a) aluno (a) negro (a) e a produção de deficiências no espaço escolar

SCHOLZ, Danielle Celi dos Santos - dani.scholz@hotmail.com; FREITAS, Cláudia Rodrigues de - freitascrd@gmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

O presente artigo tem por objetivo problematizar as interlocuções entre as relações étnico-raciais no campo da Educação e a produção de deficiência de alunos (as) negros (as). Temporalmente a análise abarca o início do período escravocrata, perpassando pela relação entre a compreensão de produção de deficiência da pessoa negra, a partir do racismo científico e encontro com a eugenia, do ideal de branqueamento e construção do mito da democracia racial. Neste processo também é analisado a conjuntura das relações étnico-raciais no Brasil no campo educacional à luz das lutas do Movimento Social Negro. Os autores utilizados como referencial teórico são Munanga, Gomes, Schwarcz e Lobo. Metodologicamente o artigo é sustentado por meio de uma investigação teórica nos principais bancos de busca como Scielo e Banco de Teses e dissertações, além de materiais oficiais do Ministério da Educação (MEC) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação. Os achados a partir da análise teórica apontam indícios de que a escola e as relações que nela coexistem reproduzem barreiras para efetiva participação e aprendizagem dos (as) alunos (as) negros (as) com deficiência. Esta relação aqui chamada de produção de deficiência é constituída considerado Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na qual deficiência é entendido como resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esta relação, aqui chamada de produção de deficiência, mantém como em períodos históricos anteriores o “déficit” no aluno (a) negro (a), a marca da não aprendizagem, e não analisa o contexto social, educacional, no qual este (a) está inserido (a) pois, ainda reproduzem barreiras, e precisam avançar para efetiva participação e aprendizagem destes alunos (as). Palavras chaves: Educação. Deficiência. Relações étnico-raciais.

As formas de conhecer em educação especial: o paradigma médico na linguagem

LIMA, André Luís de Souza - andrelima82@gmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

No âmbito da educação especial, a premência do diagnóstico médico-psicológico determina um conjunto de regramentos e técnicas que retiram da atividade de ensino sua força criadora por meio do esvaziamento do caráter enunciativo do diálogo com o aluno e das expressões ordinárias, porém singulares, advindas do contato aluno-professor. Ao que parece, no entanto, há um domínio da experiência humana inalcançável ao discurso científico naturalista— o qual, supostamente, corrige o que expressa a linguagem ordinária, colocando-o em termos técnicos –, de modo que resta algo em termos semânticos e epistêmicos para a constituição da experiência de cada sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta. Esse *ideal fisicista*, contudo, fracassa no que diz respeito a transmitir o todo complexo da experiência humana. A hipótese aventada pela pesquisa, portanto, é a de que é possível supor que efeito semelhante ao do naturalismo científico sobre a linguagem ordinária opera na tensão entre o discurso médico-psiquiátrico, visto como herdeiro do viés fisicista, e as práticas pedagógicas em educação especial e processos inclusivos que levam em consideração a singularidade, a experiência. O reforço das posições reducionistas com relação à compreensão do mental e à tese de que, afinal, *a mente é o cérebro*, tem progredido graças ao caráter cada vez mais massivo e detalhado das correlações entre sinais psiconeurais e comportamento, especialmente daqueles sujeitos que vivem uma condição que foge à norma. Filosoficamente, no entanto, permanece problemático e não decidido o modo específico pelo qual estados mentais poderiam ser reduzidos a estados cerebrais. Nesse contexto, justifica-se a necessidade de contestar o sistema em que se produz e se sustenta tal realidade. Escapar ao reducionismo do pensamento naturalista (médico, psiquiátrico e neurológico) em educação especial pode passar por outra forma de construir conhecimento na área e pelo fortalecimento da figura do professor. Palavras chaves: Educação. Educação Especial. Conhecimento. Filosofia da Linguagem.

As interfaces entre saúde mental coletiva e educação especial na perspectiva inclusiva: tecendo redes, construindo lugares

Este artigo busca construir diálogo entre a Saúde Mental Coletiva e a Educação Especial na perspectiva inclusiva no acompanhamento as pessoas com deficiências. Tem como objetivo destacar a tessitura de redes de cuidado e construção de lugar social para as pessoas com deficiências no município de Novo Hamburgo/RS. Redes são compreendidas a partir de um modo peculiar de agenciar o cuidado e os processos de inclusão e que transcende a concretude dos serviços. A intersectorialidade demanda articulações que produzam novos olhares e afetações nos encontros entre crianças, adolescentes, suas famílias e os trabalhadores de diferentes dispositivos como escolas, unidades de saúde entre outros. Tomando-se como balizadores a perspectiva inclusiva para a Educação Especial e a desmedicalização e desinstitucionalização para a Saúde Mental Coletiva, dá-se destaque à experiência das “Reuniões de Rede”, espaços mensais de construção coletiva e compartilhamento de casos que possibilitam invenções de novas tecnologias de cuidado e inclusão que produzam protagonismo e pertencimento das crianças e adolescentes que habitam um determinado território. Nestes espaços, a produção de saber emerge dos encontros e novas narrativas podem ser tecidas. Os disparadores metodológicos de ação e análise têm como objeto vozes dos sujeitos a partir da transcrição de um destes encontros onde foi pautada especificamente o tema das deficiências e as afetações produzidas nos planos micropolíticos. Como lentes teóricas, convidamos para interlocução Merhy, Ventura, Tykanori, Rolnik, Deleuze e Guatari. A experiência em ato indicou que a interface entre Saúde Mental Coletiva e a Educação Especial na perspectiva inclusiva delinea importantes vetores de produção de vida, saúde e inclusão a partir da construção de redes. Essas podem ser pensadas ao mesmo tempo como instauradoras de suporte às pessoas com deficiências e como produtoras de si para os seus protagonistas, que emergem reinventados do enfrentamento compartilhado das barreiras.

As marcas da linguagem no corpo do tetraplégico

BALESTRIN, Patrícia Rosa - patbalestrin@gmail.com - FADERS - Brasil

A medicina através de medicamentos, tecnologia de ponta e novos métodos terapêuticos possibilita que vidas, antes inimagináveis, como as dos lesionados medulares, tenham hoje força para sobreviver. Se essa vitória da ciência médica é uma conquista para nós, humanos, de outro lado demanda políticas públicas que viabilizem aos sujeitos não somente a garantia da saúde física, mas a possibilidade de ter uma vida digna, em que o sujeito se sinta representado em sua singularidade para construir uma história com as possibilidades que se apresentam em sua nova condição. Temos exemplos na história de indivíduos que não consideraram digno viver com severas limitações e, não encontrando um novo sentido para suas vidas, optaram por suicídio. Da mesma forma, conhecemos experiências de pessoas que reconstruíram sua existência, traçando novos rumos. Muitas vezes esses sujeitos inauguram uma vida que consideram mais interessante do que aquela que tiveram antes do evento traumático que operou uma mudança radical na sua trajetória. A psicanálise, desde os seus primórdios, lançou um novo olhar para os sintomas nos corpos das históricas, apontando para a importância da leitura/escuta do que ali se manifestava. Freud percebeu uma linguagem condensada no corpo sofrido que teria, a partir dos desdobramentos pela associação livre do analisante, a possibilidade de se deslocar de um sentido único, avassalador para a subjetividade. O corpo, que antes era supostamente o corpo das certezas, com uma fórmula pronta a ser utilizada para resgatá-lo à saúde original, passou a ser o corpo da dúvida, o corpo em falta, que diz de uma determinada organização do sujeito na linguagem. Palavras-chave: corpo, linguagem, psicanálise, tetraplegia. Se Freud dissuadiu-nos das certezas sobre o corpo no século XIX, o que hoje podemos contemplar desse marco revolucionário para o tratamento e para a vida dos pacientes com tetraplegia?

Accessibilité dans les lieux publics, enjeux de dignité pour tous

CHABERT, Anne-Lyse - anne-lyse.chabert@wanadoo.fr - CNRS au laboratoire SPHERE de Paris Diderot - France

Comment faire résonner handicap et dignité dans notre vie quotidienne à tous ? Je me propose de décrire quelques situations de la vie courante où, avec l'usage de mon fauteuil roulant, je fais face à des impossibilités ou des difficultés pour accéder à un cadre architectural pourtant emprunté aisément par un citoyen ordinaire. Sans doute que la question de l'accès aux personnes handicapées dans la sphère publique est un enjeu de politiques publiques qui rejaillit dans toute sa dimension humaine de dignité quand l'accès est mis à mal (Chabert, 2016). Je me pencherai également sur les modalités qui doivent être le fil conducteur des conceptions techniques : il ne s'agit pas de concevoir un objet « pratique » et rapide à utiliser de l'extérieur, mais d'interroger en amont de cette conception l'individu qui veut en faire l'usage, *viale* vécu qu'il peut ressentir ou le retentissement que cet objet peut avoir sur sa vie. J'aimerais mettre en valeur de manière évidente qu'un accès qui garantit la dignité de la personne handicapée est un accès qui lui offre plusieurs choix possibles d'une qualité équivalente à celle des autres. Il n'est pas suffisant par exemple qu'un lieu dit « accessible » soit un lieu par lequel la personne en fauteuil puisse accéder, sans que soit pris en considération le chemin qu'elle devra emprunter pour accéder au lieu en question. Enfin, la dimension humaine me paraît fondamentale dans l'accessibilité : là où la technologie peut faire défaut, la présence humaine doit être prête à pallier les carences de nos outils modernes. C'est donc dans une dimension éducative qui s'adresserait à l'ensemble des citoyens qu'il faudrait agir. Mots-Clés : technologie, humanité, dignité, équité, accès

Acessibilidade arquitetônica nas empresas: repercussões na inclusão laboral de pessoas com deficiência

COUTINHO, Kátia Soares - kátias_coutinho@hotmail.com; RODRIGUES, Graciela Fagundes - gracifrodriques@gmail.com; PASSERINO, Liliana - lpasserino@gmail.com Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brasil

As políticas públicas na área do trabalho procuram proporcionar condições que atendam à diversidade humana, notadamente a Lei de Cotas, o Benefício de Prestação Continuada e a Lei da Aprendizagem Profissional, incentivando a contratação de pessoas com deficiência ou alocando recursos para a sua sobrevivência. A presença crescente de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ressalta a necessidade das empresas pensarem na acessibilidade das suas instalações arquitetônicas para receberem esses colaboradores. Atualmente o conceito de deficiência é visto não mais sob o ponto de vista individual, a condição orgânica isolada do contexto social, uma vez que esse assume importância ímpar no agravamento ou não de uma determinada condição de deficiência, a partir das barreiras contidas no seu entorno. Apesar dos vários tipos de acessibilidade existentes, o foco deste estudo recai sobre a acessibilidade das instalações físicas e a questão investigativa presta-se a conhecer quais são os recursos de acessibilidade arquitetônica nas empresas e que repercussões assumem na inclusão laboral de pessoas com deficiência? Esta pesquisa, de viés qualitativo, realizada em duas etapas, utiliza a metodologia do estudo de caso (multicasos) e envolve, para a coleta dos dados, entrevistas com gerentes de Recursos Humanos e observações sobre a estrutura física de sete organizações produtivas de grande porte localizadas no estado do Rio Grande do Sul. São observadas também as condições de acessibilidade quanto à oferta de transporte coletivo próximo às empresas, os passeios públicos e a sinalização urbana do entorno. Os resultados apontam que há carência de informações acerca das questões que envolvem a acessibilidade por parte de quem gerencia a contratação dos colaboradores com deficiência e que a falta de infraestrutura do município, a localização da empresa e as condições oferecidas por estas são determinantes para a atratividade, a contratação e a permanência destes colaboradores. Palavras-chave: inclusão laboral, pessoas com deficiência, acessibilidade, trabalho, políticas públicas.

Acessibilidade como veículo no processo de inclusão das pessoas com deficiência ao ensino superior em São Luís - MA

SANTOS, Katia Virginia Espindola Rodrigues dos - katiaespindolla@gmail.com - Universidade de Brasília - Brasil; DUARTE, Donária Coelho - donaria@unb.br; donaria@hotmail.com - Universidade de Brasília - Brasil

Abordou-se a importância da acessibilidade no processo de inclusão das pessoas com deficiência ao ensino superior na cidade de São Luís – MA. Trabalhou-se na perspectiva de identificar as razões para o baixo índice desses universitários dentro dessas Instituições. No Brasil 6,37% de pessoas com deficiência tem o ensino superior completo (CARTILHA DO CENSO, 2010) e em São Luís, apenas 22.141 possuem ensino superior, equivalendo a 2,86% (IBGE, 2010). A estatística mostra que a maioria possui pouca ou nenhuma escolaridade. Para alcançar os objetivos expostos, utilizou-se o Método Dialético fundamentado em Minayo (2002), tendo em vista que por mais que um fenômeno ou processo seja explicável, nenhuma teoria, por melhor elaborada, consegue esclarecer todos os fenômenos, pois apenas elucidam parcialmente a realidade. Utilizou-se como base as portarias do MEC, o Decreto de Acessibilidade 5.296/04, a NBR 9050 da ABNT, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, as Leis de acessibilidade e a Lei Brasileira de Inclusão. A pesquisa caracterizou-se pela abordagem qualitativa/descritiva sob a ótica da realidade investigada. Os instrumentais utilizados foram a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com observação direta. A pesquisa foi feita em dez IES da São Luís, onde verificou-se as condições de acesso para o aluno com deficiência e o tipo de acessibilidade. Os resultados mostraram que a falta de acessibilidade nas instituições e seu entorno são barreiras claras da exclusão, que dificulta o aumento do índice de inserção e permanência de alunos com deficiência no ensino superior. Pouco se tem de dados concretos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior em São Luís, apresentando a necessidade de informações, acessibilidade e tecnologias assistivas. Esses são instrumentos essenciais na formulação de políticas inclusivas que contemplem ações para a viabilidade da educação de forma digna e com equiparação de oportunidades ao ensino superior. Palavras-chave: Acessibilidade. Ensino Superior. Inclusão. Pessoa com Deficiência.

Acessibilidade Estética Para Pessoas com Deficiência Visual em Museus de Artes e de Ciências – Imagens Táteis e Estratégias Multissensoriais (Sessão Temática)

KASTRUP, Virginia - Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil

Diversas estratégias para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual vem sendo desenvolvidas e experimentadas em museus e centros culturais de todo o mundo. Num primeiro sentido, a noção de acessibilidade remete a dispositivos técnicos que facilitem o acesso aos prédios públicos e assegurem o conforto das pessoas com deficiência visual. Num sentido mais amplo, a noção possui uma dimensão não apenas técnica, mas também política, na medida em que indica o reconhecimento da existência dessas pessoas e o valor de sua participação na vida da cidade. No campo cultural, um dos grandes desafios é desenvolver dispositivos e estratégias para que pessoas cegas e com baixa visão tenham acesso ao patrimônio dos museus. Neste domínio, há que se distinguir a acessibilidade física, a acessibilidade à informação e a acessibilidade estética. A acessibilidade física diz respeito ao acesso e deslocamento no espaço do museu, incluindo desde os meios de transporte, até a sinalização sonora e pisos táteis. O acesso à informação é oferecido por placas e textos em Braille e pela descrição das obras pelo áudio-guia. Já a acessibilidade estética coloca um maior número de problemas, pois passa pela apreciação tátil das obras. Além

da resistência por parte de curadores ao toque em obras como esculturas e objetos, um dos grandes desafios da acessibilidade estética é a criação de estratégias e dispositivos capazes de traduzir obras bidimensionais como pinturas, desenhos, gravuras e fotografias. Nos últimos anos, tem havido um investimento crescente na produção de imagens táteis por museus para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, como na Cité des Sciences & de l'Industrie em Paris, na França. Estes dispositivos visam o acesso de pessoas cegas a conteúdos informacionais, artísticos e figurativos da cultura visual, traduzidos em imagens para tocar. Contudo, a utilização de imagens táteis para o acesso à experiência estética de obras de arte bidimensionais ainda coloca grandes desafios e requer uma ampla discussão, que leve em conta a heterogeneidade e a singularidade dos modos de perceber das pessoas com deficiência visual. Por sua vez, o Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro começou seu programa de acessibilidade com uma ampla utilização de placas táteis. Posteriormente, passou a experimentar atividades e dispositivos multissensoriais que trabalhavam os conceitos das obras e proposições corporais diversas, obtendo resultados mais significativos. O objetivo da seção temática Acessibilidade estética para pessoas com deficiência visual em museus de artes e de ciências é realizar uma discussão crítica acerca da utilização de imagens táteis como dispositivos para o acesso à experiência estética de pessoas com deficiência visual no encontro com obras de arte bidimensional. É também apontar dispositivos e estratégias multissensoriais capazes de criar condições para uma experiência que ultrapassa o nível da informação e identificação de formas, gerando o desejo de aprender e ir além do mero reconhecimento. A discussão toma como base conhecimentos da psicologia cognitiva da deficiência visual e experiências realizadas em museus de artes e de ciências, no Rio de Janeiro e em Paris. Perceber uma imagem tátil pode ser uma tarefa muito difícil, principalmente nas primeiras vezes. Por outro lado, proposições de exploração corporal, conceitual e multissensorial de obras de arte têm se mostrado um caminho fértil para a acessibilidade estética, gerando o desejo nas pessoas com deficiência visual de frequentar instituições culturais. Palavras-chave: acessibilidade estética; museus acessíveis; deficiência visual; imagens táteis.

Comunicações que compõem a sessão temática:

1) Questões teóricas e políticas acerca da acessibilidade estética – *KASTRUP, Virginia - Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil*

Num primeiro sentido, a noção de acessibilidade remete a dispositivos técnicos que facilitem o acesso aos prédios públicos e assegurem o conforto das pessoas com deficiência visual. Num sentido mais amplo, a noção possui uma dimensão não apenas técnica, mas também política, na medida em que indica o reconhecimento da existência dessas pessoas e o valor de sua participação na vida da cidade. No campo cultural, um dos grandes desafios é desenvolver dispositivos e estratégias para que pessoas cegas e com baixa visão tenham acesso ao patrimônio dos museus. Neste domínio, há que se distinguir a acessibilidade física, a acessibilidade à informação e a acessibilidade estética. A acessibilidade física diz respeito ao acesso e deslocamento no espaço do museu, incluindo desde os meios de transporte, até a sinalização sonora e pisos táteis. O acesso à informação é oferecido por placas e textos em Braille e pela descrição das obras pelo áudio-guia. Já a acessibilidade estética coloca um maior número de problemas, pois passa pela apreciação tátil das obras. Além da resistência por parte de curadores ao toque em obras como esculturas e objetos, um dos grandes desafios da acessibilidade estética é a criação de estratégias e dispositivos capazes de traduzir obras bidimensionais como pinturas, desenhos, gravuras e fotografias. O trabalho a ser apresentado lança mão da discussão realizada por Constance Classen, Fiona Candlin, Rudolf Arnheim e Virginia Kastrup.

2) Adapter des expositions de science: La Cité des sciences 30 ans d'accessibilité - *JONCOUR, Nathalie /Universcience (Palais de la découverte et Cité des sciences) - França*

A la Cité des sciences et de l'industrie (Universcience, Paris), l'accessibilité a pour cadre théorique le design universel grâce auquel des dispositifs pensés pour un type de personnes rendent plus confortable l'expérience d'autres visiteurs. L'inclusion au musée est un facteur de désenclavement social : le visiteur déficient visuel est attendu au même titre que les autres visiteurs. C'est pourquoi une accessibilité inclusive ne se voit pas car tout y a été pensé pour tous dès la conception. A travers des exemples précis d'exposition et après avoir donné le contexte historique de la création de la Cité des sciences, nous espérons ouvrir une discussion sur les images en relief et leur place dans une exposition inclusive.

3) Illustration avec un projet précis: La Carte du Ciel en braille et en relief – *CHAUVIN, Barbara /Universcience et étudiante de Master à l'INSHEA - França*

Au cours de cette intervention, nous vous présenterons les résultats d'une enquête qualitative qui a été menée au sujet de l'intérêt pour l'astronomie des personnes déficientes visuelles, des représentations de l'univers, des difficultés pour accéder à ces connaissances et les méthodes mises en place pour y pallier. Dans ce cadre, nous avons mis en place à la Cité des sciences un projet autour de l'astronomie accessible aux personnes déficientes visuelles, l'astronomie étant une science particulièrement visuelle qui a pour habitude de séduire le grand public avant tout pour ses qualités esthétiques. Nous vous parlerons donc d'une visite adaptée de l'exposition permanente « Grand récit de l'univers », mais aussi de séances d'astronomie mises en place par un astrophysicien déficient visuel qui a su confirmer qu'il était possible de faire de l'astronomie adaptée avec peu de moyens, ou

encore de la « Nuit des étoiles » un événement important qui a lieu tous les ans dans le Parc de la Villette de Paris, accessible cette année grâce à un outil qui a été retravaillé : la carte du ciel en relief et en braille. Conçue afin d'offrir une représentation spatiale du ciel aux personnes déficientes visuelles, nous vous présenterons les différentes étapes de production de la carte ainsi que les difficultés rencontrées concernant l'adaptation et le choix du contenu ou encore la coordination des prestataires. Nous terminerons en expliquant comment cette carte permettra l'inclusion des personnes déficientes visuelles dans un événement national, et permettra de gommer les inégalités face à l'intérêt pour l'astronomie.

4) Para além das placas táteis: experiências em acessibilidade no CCBB-RJ - *GUERREIRO, Raquel / Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil*

Desde abril de 2012, acompanhamos visitas a exposições acessíveis com pessoas com deficiência visual no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro (CCBB-RJ) a fim de avaliar as estratégias e dispositivos oferecidos quanto à sua possibilidade de gerar experiência estética no encontro com obras de arte. Alguns dispositivos explorados nas visitas chamaram muito a atenção, como foi o caso das placas táteis em alto relevo e com aplicação de texturas. Estas placas visavam reproduzir para o tato as formas de obras de arte bidimensionais, como pinturas. Ao percebermos as dificuldades das pessoas com deficiência visual para a compreensão do conteúdo e fruição estética ao explorarem estas placas, realizamos uma investigação acerca dos problemas cognitivos específicos que as envolvem. Ao serem apresentados os resultados da investigação ao CCBB, notamos que passaram a serem desenvolvidos no centro cultural outros modos de fazer acessibilidade a pessoas cegas e com baixa visão, que lançavam mão de proposições corporais, conceituais e multissensoriais. Este tem se mostrado um caminho fértil para a acessibilidade estética com a arte. Deste modo, apresentaremos neste trabalho uma crítica à utilização de placas táteis como dispositivos para a acessibilidade estética de pessoas com deficiência visual e apresentaremos o que vem sendo realizado no CCBB. Indo muito além das placas táteis, percebemos que as propostas de acessibilidade que envolvem o corpo, práticas coletivas e experiências compartilhadas são capazes de gerar o desejo nas pessoas com deficiência visual de frequentar instituições culturais.

Adaptações metodológicas e didáticas desenhando o processo de inclusão de uma aluna com síndrome de Down

MENEZES, Manuella Patrício - eldmnu@gmail.com; COSTA, Jucilene Braz da - jucilenecosta89@gmail.com - Universidade Estadual da Paraíba/UEPB - Brasil

O processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares no Brasil ainda é um processo em construção. Muitos desafios têm que serem vencidos quando ensinamos os alunos com Síndrome de Down (SD), por exemplo, adaptar as aulas de acordo com as necessidades educacionais especiais de tais alunos. A presente pesquisa teve como objetivo principal desenvolver um atendimento educacional pedagógico com uma aluna com SD, matriculada no ensino fundamental I, de uma escola pública, no município de Campina Grande-PB. Para tanto, tomamos como base a pesquisa qualitativa, onde realizamos um estudo de caso. O presente estudo teve como sujeito de pesquisa uma aluna com síndrome de Down. Como instrumento metodológico, utilizamos a observação participante. Nossos atendimentos desenvolveram-se em três encontros semanais no período de agosto a dezembro de 2015 no Núcleo de Educação Especial da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus Campina Grande, PB. O referido núcleo tem parcerias com escolas regulares que têm alunos com algum tipo de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD e com altas habilidades. Inicialmente a aluna foi avaliada para vermos o seu nível de desenvolvimento, no campo da leitura e da escrita. Desenvolvemos atividades com o alfabeto manual; material áudio visual; livros paradidáticos; material lúdico; jogos digitais e de tabuleiros; e experiências práticas relacionadas às atividades vivenciadas no cotidiano da aluna participante deste estudo. Percebemos que a referida aluna assimilou melhor os conteúdos quando se deparou com situações concretas. Jogos pedagógicos e outros materiais lúdicos são excelentes mediadores no processo de ensino e aprendizagem de alunos com síndrome de Down. Através de parcerias com as escolas regulares, os núcleos de acessibilidade das universidades podem facilitar a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Palavras - chaves: Inclusão; Síndrome de Down; Adaptações Metodológicas.

Análise da efetividade da política pública para a inclusão laboral de pessoas com deficiência no Brasil

GIGUER, Rafael Faria - rafael.giguer@mte.gov.br - Ministério do Trabalho; MISSAGLIA, Vivian - profa.vivian.missaglia@gmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

No Brasil, as iniciativas legais que impulsionam o processo de inclusão laboral de pessoas com deficiência (PcD) iniciaram no início da década de 1990. Desde então, a principal ação afirmativa vigente é a reserva de vagas prevista na Lei nº 8.213/1991, conhecida como “Lei de Cotas”, que amplia a obrigatoriedade da contratação de PcD e beneficiários reabilitados às empresas privadas com cem ou mais empregados. Na realidade, parte significativa desta reserva de cargos não está preenchida e ainda há um contingente significativo de PcD em busca de inclusão no mundo do trabalho. Este estudo visa apresentar as principais diretrizes políticas que garantem tal acesso no contexto brasileiro e realizar uma avaliação da efetividade da atuação dos Auditores Fiscais do Trabalho do Serviço Federal de Inspeção do Trabalho. Através da análise do Censo Demográfico de 2010; da Relação Anual de Informações Sociais; do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; e do Relatório Anual da Ação da Auditoria do Ministério do Trabalho, investigou-se a participação de PcD no mercado de trabalho formal e a ação estatal para

promoção desse processo de inclusão laboral. Essa pesquisa busca ainda identificar as principais razões que dificultam uma maior eficiência dessa política pública até a vigência da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da PcD (Lei nº 13.146/2015). No Brasil, a ação da Auditoria Fiscal do Trabalho demonstra a eficácia através de resultados estatísticos. Consta-se que a presença de PcD e reabilitados no mercado de trabalho tem crescido anualmente. E, atualmente, a empregabilidade do público da Lei de Cotas é superior ao da população em geral. A falta de acessibilidade e desenho universal e as barreiras atitudinais, entre as quais destaca-se o preconceito, são os maiores obstáculos que impedem PcD de acessar, incluir-se e permanecer no mundo do trabalho. Palavras-chaves: Pessoas com Deficiência; Mercado de Trabalho; Acessibilidade; Lei de Cotas; Inclusão.

Arguments d'un futur plaidoyer international pour l'accès aux soins des sourds dans la langue qu'ils choisissent

DAGRON, Jean - jeandagron@yahoo.fr - France

Depuis une vingtaine d'années la problématique de la communication dans l'accès aux soins sort peu à peu du silence. Plusieurs pays (Autriche, France, Uruguay, Argentine, Tunisie) ont des dispositifs spécifiques. La communication analysera quelques-uns des éléments d'un futur plaidoyer international pour que les sourds en bénéficient dans leur pays respectif: - des éléments épidémiologiques: vulnérabilités particulières des populations sourdes aux épidémies; - des éléments issus des pratiques actuelles: une population mal soignée, intérêt d'espaces où l'exigence linguistique est du côté des patients, le choix fait par les sourds de la langue utilisée en consultation, la facilité de dire la santé de façon compréhensible pour tous les sourds en se basant sur l'iconicité de la langue des signes, la promotion des sourds avec l'existence de médiateurs sourds en santé. - des éléments juridiques: la Convention Internationale relative à la personne handicapée stipule « *l'apprentissage de la langue des signes et la promotion de l'identité linguistique des personnes sourdes;* » « *avec des enseignants handicapés, qui ont une qualification en langue des signes* ». Dans le domaine de l'accès aux soins, la Convention n'évoque pas des mesures appropriées concernant des obstacles de communication aux soins mais elle stipule le principe de non discrimination ce qui signifie le respect de la confidentialité dans les relations avec les soignants. - des éléments d'organisation du système de santé: démarche de santé communautaire pour la médecine de proximité. Mots-clés: accès aux soins, langue des signes, plaidoyer international, iconicité

Atenção à Saúde da pessoa com deficiência e a Atenção Primária à Saúde no município de São Paulo/Brasil: considerações sobre o acesso aos cuidados a partir da história de Maria e sua família

SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes; ROCHA, Eucenir Fredini - eucenir@usp.br - Universidade de São Paulo/USP - Brasil

Objetivo: No Brasil, o acesso à reabilitação está, predominantemente, relacionado à classificação das doenças. Pessoas com deficiências e incapacidades graves são atendidas em instituições de nível secundário e terciário, porém, o acesso a esses serviços é difícil. A Atenção Primária à Saúde prevê a garantia de acesso, cuidado integral, longitudinal, coordenado e continuado de todas as pessoas, mas nem sempre atende pessoas com deficiência. Discorreremos sobre a história de Maria, de sua família e sobre os cuidados desenvolvidos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), no município de São Paulo/Brasil. Maria, tem 11 anos de idade, é a segunda filha de um casal que vive situações de violência e pobreza, tem graves alterações de movimentos, de fala, dificuldades de locomoção, problemas de acessibilidade, sem acesso à escola. Os cuidados necessários às suas demandas não eram considerados como prioridade pela UBS. Com a chegada de profissionais de Terapia Ocupacional/USP, essa condição passou a ser questionada e um projeto de intervenção foi elaborado. A experiência resultou na sua inserção escolar, no acesso à cadeira de rodas e à comunicação alternativa, através de um comunicador, assim como se tratou de questões relacionais e familiares, melhorando a convivência e compreensão dos sentimentos envolvidos. Do ponto de vista dos profissionais, esse caso trouxe reflexões sobre a potência do trabalho reabilitacional na APS e questionamentos sobre os modelos tradicionais de reabilitação. Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Reabilitação, Atenção Primária à Saúde, Terapia Ocupacional.

Atenção Primária: Porta de entrada para as pessoas com deficiência?

SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes - camila.reata@usp.br; ROCHA, Eucenir Fredini - eucenir@usp.br - Universidade de São Paulo - Brasil

Desde 1988, a Constituição Federal Brasileira garante o acesso equânime e universal à saúde como um dever do Estado e direito de todo cidadão em território brasileiro. Entretanto, existem inúmeras barreiras para a efetivação deste direito, uma vez que nem todos os usuários do Sistema Único de Saúde brasileiro têm acesso efetivo aos serviços de saúde, como é o caso das pessoas com deficiência. Este trabalho discute os resultados de pesquisa realizada junto ao PSF – QUALIS/Fundação Zerbini, que teve por objetivos conhecer as vivências de usuários com deficiências e familiares ao utilizarem o serviço de reabilitação territorial na Atenção Primária à Saúde, e compreender como avaliam tal acesso, levando em conta diferentes discursos, posições sociais, e origens culturais, por meio de entrevistas semi-estruturadas e emprego de metodologia qualitativa. Foi possível perceber que a equipe de reabilitação comprometia-se com a qualidade de vida da população, realizando acompanhamento longitudinal das famílias; facilitando o acesso através de busca ativa e atendimento domiciliar. Entretanto, diversas barreiras ao acesso, principalmente arquitetônicas, foram mencionadas pelos entrevistados. Os resultados possibilitaram a percepção de que a existência de equipes de reabilitação no território, inseridas em serviços de Atenção

Primária, não foi suficiente para efetivar o acesso de pessoas com deficiência ao serviço de saúde. Palavras-chave: Acesso a Serviços de Saúde; Reabilitação na Atenção Primária à Saúde; Saúde da Família; Atenção primária a saúde.

Atendimento Educacional Especializado para os bebês e crianças pequenas: tecendo teias entre educação especial e educação infantil

SANTOS, Joseane Frassoni dos - jfrassoni@hotmail.com; FREITAS, Cláudia Rodrigues de - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - Brasil

O presente ensaio tem como base as relações entre a Educação Infantil e a Educação Especial tendo como foco o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os bebês e crianças pequenas. Tem por objetivo analisar as práticas de Atendimento Educacional Especializado para a Educação Infantil nos 14 municípios-polo do Rio Grande do Sul (RS). Trata-se de uma pesquisa cartográfica que tem como referenciais básicos Maria Carmen Silveira Barbosa, Loris Malaguzzi, Carlina Rinaldi, Carolyn Edwards, Lella Gandini, George Forman, Andrea Canevaro nos argumentos sobre a Educação Infantil; as políticas públicas em Educação Especial sobre a Educação Especial no Brasil; Cláudio Roberto Baptista e Mauren Lúcia Tezzari no que se refere ao AEE; e, Melina Chassot Benincasa e Cláudia Rodrigues de Freitas sobre o AEE na Educação Infantil. Como metodologia foram realizadas entrevistas semiestruturadas e contato via e-mail e telefone com os gestores da Educação Especial dos 14 municípios-polo. A análise das entrevistas apontam que o AEE nos 14 municípios-polo possui diferentes formas de organização, desde a oferta na Sala de Integração e Recursos em Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) com atendimento em escolas-polo; ocorre também de forma itinerante pelas professoras do Ensino Fundamental; e em Porto Alegre acontece de forma polo em quatro escolas especiais. É ponto de análise ainda a influência da obrigatoriedade da educação básica a partir dos quatro anos: de que forma esta obrigatoriedade afeta o AEE na Educação Infantil? Tanto a história da Educação Infantil, quanto da Educação Especial apresentam um avanço lento no que se refere às políticas públicas, em especial na educação de bebês e crianças pequenas. A partir dos estudos realizados até o momento reconhecemos indícios da precária oferta deste atendimento nessa faixa etária no RS. Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Bebês e crianças pequenas. Educação Especial. Educação Infantil

Audiodescrição – aspectos pedagógicos e políticos (Sessão Temática)

BORGES, Jorge Amaro - jorgeamaroborges@gmail.com.br - UFRGS/FADERS; MIANES, Felipe - felipe.mianes@gmail.com - ULBRA; PEREIRA, Andrea C.C. - andreiacollares@gmail.com - IFUSL - Brasil

Essa mesa temática tem o objetivo de apresentar as políticas públicas brasileiras sobre audiodescrição (AD) em diferentes esferas sociais, bem como propor possibilidades de ampliação e consolidação de direitos sobre essa forma de acessibilidade. Objetiva também, debater a utilização da AD nos processos educacionais – escolares e não escolares -, além de sua importância como instrumento para empoderamento e protagonismo das pessoas com deficiência. Por fim, discutirá o fomento e produção de AD como recurso de acessibilidade cultural, por oportunizar acesso e fruição dos produtos culturais à seu público-alvo, outrora excluído da maioria dos eventos culturais.

Comunicações que compõem a sessão temática:

1) A Audiodescrição no contexto político: implementação e profissionalização – BORGES, Jorge - jorgeamaroborges@gmail.com.br UFRGS/FADERS

O trabalho tem como objetivo apresentar as trajetórias de conquista e consolidação das políticas públicas de acessibilidade e de direitos das pessoas com deficiência no Brasil, com enfoque naquelas relacionadas à audiodescrição. Visa também, analisar a implementação do recurso no contexto brasileiro, suas dificuldades e possibilidades de ampliação no cenário da acessibilidade cultural. Por fim, debater e propor caminhos para a profissionalização dos audiodescritores, dos processos de formação até a realização de produtos audiodescritos.

Será abordado as diferentes dimensões da acessibilidade, como enfoque nos aspectos comunicacionais, dialogando com a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência para compreender a ideia de igualdade de oportunidades.

2) A audiodescrição nos processos pedagógicos e a participação social das pessoas com deficiência - MIANES, Felipe - felipe.mianes@gmail.com - ULBRA - Brasil

O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância da AD como ferramenta pedagógica nos processos educacionais de ensino e aprendizagem, além de suas diferentes possibilidades para o acréscimo de informação e conhecimento para educandos com deficiência. Outro objetivo é discutir as diversas formas de participação social e protagonismo das pessoas com deficiência na reivindicação de direitos, nas ações políticas para sua implantação, e a atuação nas equipes que produzem o recurso na condição de audiodescritor consultor, por exemplo.

3) Audiodescrição nos arranjos institucionais - PEREIRA, Andrea C.C. - andreiacollares@gmail.com - IFUSL - Brasil

Esta proposta visa pensar como a audiodescrição pode ser estabelecida nos desenhos institucionais de gestão de diferentes organizações, com destaque para aquelas voltadas a educação. Quais seriam as medidas metodológicas e estruturais necessárias para sua operacionalização no ponto de vista da contratação pública, assim como, o que isso implica em um processo de reconfiguração dos setores de compras, comunicação social e organização de eventos, na perspectiva de um amplo diálogo entre as áreas finalísticas, técnicas e pedagógicas dos espaços educativos. Trataremos desta forma, dos diferentes mecanismos de regulamentação da Lei Brasileira da Inclusão (Lei 13.146/2015) na gestão pública. Palavras-chave: Deficiência; Políticas Públicas; Direitos Humanos; Acessibilidade Comunicacional; Audiodescrição.

Bancada Multipropósito Ajustável para Cadeirantes: um caso de sucesso de igualdade na formação técnica

PAVANI, Sérgio - Universidade Federal de Santa Maria - Colégio Técnico Industrial - *sapavani@ctism.ufsm.br*; PAVANI, Ricardo - Centro Universitário Metodista - IPA - Porto Alegre/RS; PAVANI, Gilberto - Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Farroupilha/RS - Brasil

A inclusão da pessoa com deficiência deve ocorrer em todos os segmentos da sociedade, iniciando pela escola durante a educação básica, incluindo a etapa profissionalizante, concomitante, integrada ou subsequente, assim como nos níveis superiores. Colocando o foco sobre os cadeirantes, que podem ser atletas, motoristas, professores etc, mas tem dificuldade para se incluir na escola e no mundo do trabalho devido a móveis e equipamentos não serem adequados para o uso por pessoas com limitações físicas. Após trabalhos com cadeirantes em cursos da área metalmeccânica, foi identificado que são prejudicados pelo uso de equipamentos não adaptados em praticamente todas as etapas de sua formação profissional. Como as bancadas de trabalhos instaladas são inadequadas a praticamente todas as pessoas com deficiências, incluindo os cadeirantes e usuários com limitações de membros inferiores, foi desenvolvido o projeto da BANCADA MULTIPROPÓSITO AJUSTÁVEL, no âmbito de uma escola técnica, permitindo o trabalho seguro em determinadas operações técnicas da área metalmeccânica. O objetivo inicial foi atender as operações ao arco elétrico, destinada à soldagem manual de peças ou conjuntos metálicos, porém durante o projeto e construção do protótipo, foi identificado seu grande potencial para atender a outras exigências. A bancada multipropósito adaptável para cadeirantes, oferece proteção contra elementos agressivos que possam cair sobre o piso ou sobre o corpo do soldador, bem como a extração de fumos tóxicos oriundos do processo de soldagem. O projeto ergonômico desta bancada permite que o cadeirante desempenhe as operações de soldagem com independência, segurança, conforto e produtividade, prevenindo lesões por posições inadequadas e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, prevenindo ou minimizando o agravamento do quadro clínico das lesões existentes. A bancada de multipropósito adaptável para cadeirantes e pessoas com outras deficiências, permite que estas pessoas possam realizar cursos profissionalizantes que permitam seu rápido ingresso no mercado de trabalho. Palavras chaves: Profissionalização, solda, tecnologia assistiva, independência, cadeirante

Biografías (a) normalizadas o de cómo sobrevivir al dispositivo de la discapacidad

ANGELINO, María Alfonsina - *alfonsinaangelino@gmail.com*; BENEDETTI, Liza; ALMEIDA, María Eugenia; ZUTTON, Betina; PAUTASSO, Natalia; STRADA, Vilma; PRIOLO, Marcos; TISCHLER, Annelise. *Faculta de Trabajo Social, Universidad de Entre Ríos - Argentina*

Compartimos aquí avances del proyecto de investigación “Discapacidad e ideología de la normalidad en clave biográfica narrativa” cuarto proyecto en una línea de investigación/extensión iniciada en la UNER (Argentina) desde 2000. En diversas publicaciones hemos sostenido que la discapacidad es una relación política de opresión (Rosato - Angelino 2009 – Angelino 2014) . Así nos distanciamos teórica y políticamente de al menos dos modos de entender y atender a la discapacidad vigentes, por un lado la versión más rancia que la define como enfermedad o déficit (y sus eufemismos suavizantes) y la segunda más cuidada pero aun no rupturista que la vincula a una suerte de efectos de una relación social con el déficit. (Angelino, M.A., 2009:135). En esta nueva apuesta buscamos hacer sentido en las experiencias singulares de quienes configuran su vida cotidiana en un escenario atravesado por la discapacidad como dispositivo de control y asignación de identidades devaluadas (Rosato, A- Angelino MA 2009). Los interrogantes que articulan el trabajo colaborativo buscan responder ¿Qué biografías construye/configura esta modalidad patologizante de entender y atender a las subjetividades disidentes? ¿De qué maneras esta medida no constituye en sí la reproducción de un modo medicalizado de entender y atender a las singularidades y de producir discapacidad? ¿De qué modos y en qué sentidos opera esta ampliación de acceso concomitantemente en la producción de nuevas figuras de la discapacidad ante la emergencia de una metalenguaje patologizante que solo ve diagnósticos? ¿Qué hacen los/las discapacitados/as con los mandatos que el dispositivo de la discapacidad les impone? Si bien existe una amplia gama de producciones en torno a las biografías escasamente se ha trabajado en la construcción de biografías *con* discapacitados/as sino que fundamentalmente hay una extensa producción *sobre* ellos/as. Buscamos sostener un diálogo no intrusivo con las biografías de quienes viven en el día a día esta experiencia y por lo tanto es un desafío no sólo en términos metodológicos sino en términos políticos. Palabras Clave: discapacidad, ideología de la normalidad, narrativas biográficas

Características do serviço e avaliação do perfil dos pacientes com deficiência atendidos na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do RGS-UFRGS

No último censo do IBGE, mais de 45,6 milhões de brasileiros declararam ter deficiência, totalizando um número bastante elevado. Igualmente, tal dado reflete a necessidade de uma gama de proteções, atendimentos e cuidados específicos a essas pessoas, sendo exemplo disso as particularidades no atendimento aos pacientes com necessidades especiais (PNEs) na odontologia. Tendo em vista essas estatísticas, reitera-se a importância de se conhecer os PNEs como um todo, para dessa forma proporcionar-lhes um atendimento individualizado, integral e satisfatório. Assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar o perfil dos pacientes atendidos durante oito anos na Disciplina de Atendimento Odontológico do Paciente com Necessidades Especiais da Faculdade de Odontologia da UFRGS, que por sua vez, objetiva atender pacientes de todo o estado do Rio Grande do Sul e, particularmente da capital encaminhados das Unidades Básicas de Saúde para o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO/SUS) que pertence. Resultados: Os responsáveis pela higiene bucal dos pacientes foram os pais; 54% realiza escovação 3x ao dia e não faz uso de fio dental; o consumo de sacarose foi de 4X ao dia e, a forma mais frequente da ingestão de sacarose foi a pegajosa. Os motivos comuns da primeira consulta foram: dor, cárie e urgência. As principais doenças encontradas foram: Autismo, Síndrome de Down, Paralisia Cerebral, RDNPM e Epilepsia. Houve associação significativa entre RDNPM e Epilepsia e também entre Síndrome de Down e Cardiopatia. Com relação ao uso de medicamentos de forma contínua os mais frequentes foram: Anticonvulsivantes, Antipsicóticos e Antiepilépticos. Conclusão: A relevância deste estudo está na descrição da existência de um serviço público de qualidade no RS para atender PNEs e, dele possibilitar o conhecimento a fundo das condições de seus pacientes, pois somente desta forma, poderá ser oferecido um tratamento adequado, devolvendo e desenvolvendo a saúde e qualidade de vida dos mesmos. Palavras-chaves: Serviço; Pacientes com deficiência; Assistência odontológica para pessoas com deficiências; Sistema Único de Saúde; Qualidade de vida.

Caracterização de pessoas com deficiência acompanhadas em serviços municipais de saúde de uma região de saúde do município de São Paulo

ALMEIDA, Maria Helena M; TOLDRÁ, Rosé C; MOLDAN, Patricia; KREBS, Stephanie, BRUNELLO, Maria Inês B; ITO, Juliana MG; OLIVER, FC - *fcoliver@usp.br* - *Universidade de São Paulo / Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Brasil*

Organizar e sistematizar informações é fundamental para desenvolver ações interprofissionais centradas nas necessidades de pessoas com deficiências (PcD) e suas famílias, articular serviços de saúde e sociais com repercussões para a rede de cuidado integral. Objetivo: O estudo é parte de pesquisa que procura apoiar o funcionamento e qualificar a rede de cuidados às pessoas com deficiência da Supervisão Técnica de Saúde do Butantã/São Paulo (STS-BT). Método: Estudo retrospectivo, exploratório, descritivo e documental, vinculado ao Programa de Educação pelo Trabalho na Saúde - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - parceria entre município, universidade e Ministério da Saúde. Em 2013, foram levantadas informações em prontuários e outros sistemas de informação (SIGA e GeoHealth) sobre PcD, usuárias de unidades de saúde da STS-BT. Resultados. Foram coletados dados sobre 174 pessoas com deficiência, usuárias de 5 serviços da RCPD, 3 deles da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Observou-se predominância de homens (54%), adultos (48,2%) e, apesar da escassez de informações nos prontuários, salientam-se sua baixa escolaridade e a pequena inserção no mercado de trabalho. Registraram-se com mais frequência deficiências físicas e múltiplas e na atenção primária, os usuários acessam mais médicos e enfermeiros. Na atenção secundária, a média de consultas foi maior para terapia ocupacional, fisioterapia e psicologia. Havia poucas informações sobre transporte acessível, cuidados recebidos e atividades assistenciais em que participam, em outros níveis assistenciais. Conclusão: Mesmo que os registros realizados pela ESF busquem, obrigatoriamente, identificar PcD é necessário aprimorar dados sobre usuários, pois embora tenham sido identificadas informações relevantes, outras estavam ausentes, o que dificulta o reconhecimento e a avaliação dos cuidados prestados, considerando-se as necessidades das pessoas e suas famílias. O estudo contribuiu para o conhecimento sobre fragilidades dos serviços na atenção à população com deficiência em aspectos relevantes para subsidiar o desenvolvimento de uma rede de cuidados. Palavras-Chaves: Pessoas com Deficiência, Rede de cuidados continuados de saúde, Sistemas de Informação, Atenção Primária à Saúde, Atenção Secundária à Saúde

Comunidad Sorda y el derecho de acceso a la Salud, la experiencia Chilena

MUÑOZ PAREDES, Christian - *cmunoz@sordoschilenos.cl*; QUIÑONES ARAYA, Sebastian - *squinones@sordoschilenos.cl* - *Fundación Sordos Chilenos - Chile*

La creciente politización de la comunidad Sorda en Chile ha permitido generar un movimiento que, a partir de la histórica necesidad de acceso a la salud, adhieren a la demanda por el respeto de los derechos lingüístico-culturales en los centros de Salud. La estrategia en la conformación del movimiento para abrir la primera Unidad de Salud para personas Sordas se da desde la ciudadanía Sorda y desde la Institucionalidad Académica, de esta forma la experiencia Chilena ofrece un camino donde prima el establecimiento de parámetros mínimos para el éxito de la iniciativa, precisando un proceso de educación respecto del problema. En nuestro caso, se ha realizado un trabajo en la formación de líderes empoderados tomando el fenómeno de la vulneración como causa, movilizándolo a la comunidad y paralelamente se tejen las redes institucionales que permiten la apertura de la Unidad. La visibilización del problema ha sido nuestra principal herramienta para la apertura de espacios al diálogo

respecto de la situación que vienen viviendo las personas Sordas en el acceso a la Salud desde una perspectiva integral, sin reducir el fenómeno sólo a las barreras comunicacionales. En un país como el nuestro, donde la política pública baja con muchas dificultades al tejido social y su aplicación se da con los sesgos y brechas que suponen la falta de conocimiento respecto de las personas Sordas como minoría lingüístico-cultural, el trabajo no solo se da movilizándolo a la comunidad Sorda, si no abriendo espacios al reconocimiento de la comunidad Sorda en el amplio espectro. Aprendiendo de las experiencias francesa y uruguaya encaminamos un proyecto cuyo objetivo trasciende a lo específicamente comunicativo, más bien entendiendo el derecho del acceso a la Salud como un derecho humano fundamental, requiriendo una reparación progresiva de la histórica vulneración, entendiendo los componentes culturales, lingüísticos, institucionales y ético-políticos. Palabras clave: Movimiento, Acceso, Salud, Vulneración, Derechos.

Concepciones de infancia en situación de discapacidad en formación docente: garantizando el acceso, la permanencia y la continuidad educativa

ZEBALLOS, Yliana - yliaz@psico.edu.uy - Facultad de Psicología - UdelaR - Uruguay

En esta comunicación se presentan los resultados de un estudio sobre las concepciones de infancia en situación de discapacidad e inclusión educativa que tienen los estudiantes de magisterio del Instituto de Formación en Educación de la ciudad de Minas, departamento de Lavalleja de Uruguay. Partimos del supuesto de considerar que para poder favorecer y efectivizar la inclusión educativa de niños en situación de discapacidad es necesario conocer las ideas, creencias y concepciones que tienen los futuros docentes sobre los mismos. Esto podrá favorecer u obstaculizar los procesos de inclusión educativa, considerando a los futuros docentes como agentes de inclusión. Desde una metodología cualitativa se realizaron entrevistas en profundidad a estudiantes de ingreso y de egreso de la generación 2014, previamente seleccionados. De los resultados obtenidos destacamos que si bien tanto los estudiantes de ingreso como de egreso presentan una concepción de infancia desde significaciones positivas y académicas, cuando se los consulta por infancia en situación de discapacidad aparecen connotaciones negativas vinculadas a una concepción de discapacidad desde el paradigma del déficit. Afirmamos que predominan concepciones de infancia con discapacidad ambivalentes, tanto en estudiantes de ingreso como de egreso de la formación docente. Un hallazgo interesante es el que encontramos en los estudiantes de egreso que han tenido experiencia con niños con discapacidad en la práctica docente, en ellos aparecen concepciones desde una perspectiva positiva y desde un enfoque de derechos. De ahí la importancia considerar la influencia que tiene la formación docente, incluida la práctica docente, en las concepciones de infancia con discapacidad. Se evidencia la importancia de transformar la formación docente en clave de inclusión educativa. Incluir espacios de formación tanto sobre infancia con discapacidad, así como la perspectiva de derechos de infancia y derechos de las personas con discapacidad, que posibiliten al futuro docente ser agente de inclusión educativa. Palabras Claves: Infancia con discapacidad- Inclusión educativa- Formación docente.

Condições de acesso das pessoas com deficiência às Universidades do Rio Grande do Sul

FERNANDES, Idília – idilia.fernandes@puers.br - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS; SEVERO, Andrea Asti – andrea.asti.severo@hotmail.com - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS; MALAGUEZ Fabíola Dutra - fabiola.malaguez@hotmail.com - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS; SALGADO, Cássia Pilar - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS;

Este projeto visa analisar as condições de acesso das pessoas com deficiência ao meio Universitário do RS. Também construir um espaço de interlocução entre Universidade Pontifícia Universidade Católica do RS e espaço institucional (FADERS) que pautar a questão das diferenças/deficiências; propiciar um debate acerca da questão da acessibilidade e cidadania e contribuir na construção de uma prática social que perceba na condição das diferenças a potencialidade dos sujeitos e a interdição colocada no social. Com um conceito que considere as relações sociais e suas consequências para os sujeitos que apresentem alguma deficiência, buscar a superação de práticas que reforcem os preconceitos e a exclusão social; contribuir na construção de uma nova cultura. Construir-se-á coletivamente um diagnóstico das atuais condições de inclusão de pessoas com deficiência nas 19 Universidades do RS, que estão denominadas no portal do MEC. Construiremos instrumentos que indagarão pelas condições de acesso: opinião de alunos com deficiência, de gestores e de professores sobre acessibilidade universal da universidade e seu entorno. Cada Universidade será convidada a responder questões referentes à realidade de inclusão/exclusão destas. Utilizaremos entrevista estruturada com questões abertas e duas questões fechadas. Acreditamos propiciar debates e reflexões sobre acessibilidade e interdição colocada no social. Identificando como estão sendo trabalhadas estas questões será possível colaborar com a construção de políticas públicas que preservem o espaço democrático e de cidadania a todos. Elaboramos 2 roteiros para aplicar nos sites das universidades. Estes referem-se às informações sobre equipamentos, núcleos, seminários, pesquisas acerca desta temática; outro específico para averiguação da acessibilidade do site. Percebeu-se que dos serviços de atendimento para alunos com deficiências, 53% dos sites mostram esses serviços e 47% não. Percebeu-se que 42% dos sites estão

adequados com a linguagem prevista na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 42% inadequados e 16% não mencionam-nas. No segundo, percebemos que os sites em sua maioria não são acessíveis. Após a coleta de dados realizar-se-á análise dos mesmos, com triangulação de dados para os quantitativos, serão analisados e mensurados pelos profissionais da Fundação de Economia e Estatística. Será construído um relatório com essas informações e a divulgação/devolução dos dados através de seminários, participação em fóruns para debate e a publicação de 1 livro. Palavras-chave: Acessibilidade Universal, Pessoa com Deficiência, Bens Sociais e Meio Universitário e seu entorno.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na Região Sul do Brasil e no MERCOSUL

FERNANDES, Idilia - idilia.fernandes@pucrs.br - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS; SEVERO, Andrea Asti - andrea.asti.severo@hotmail.com - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS; ROLIANO, Mariana - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. CUNDA, Bruna Vargas - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS

A presente pesquisa objetiva produzir dados sobre a prática social das políticas públicas na área da acessibilidade universal nos estados brasileiros do RS, SC, PR e dos países Uruguai, Argentina e Paraguai. Pretende perceber em que medida e de que modo os estados brasileiros RS, SC e PR tem contemplado o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) e a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Como os países Argentina, Uruguai e Paraguai orientam publicamente a garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência e qual a avaliação dos Conselhos de Direito das Pessoas com Deficiência e/ou demais organizações sobre o desenvolvimento das políticas públicas na área e sobre os preceitos da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do PNDH3. Para esta análise são realizados estudos documentais a partir de buscas em sites governamentais, e serão utilizados instrumentos de pesquisa semi-estruturados, com questões abertas e fechadas, a serem aplicados com gestores e/ou funcionários responsáveis pelas políticas públicas nos estados brasileiros: RS, SC e PR; representantes do controle social, conselhos de direito e demais organizações das PcD; gestores e/ou funcionários responsáveis pelas políticas públicas nos países Argentina, Paraguai e Uruguai e representantes do controle social, conselhos de direito e demais organizações das PcD. Esta pesquisa se realiza através de uma parceria entre Universidade PUCRS e poder Público FADERS e a FEE. Até o momento foi possível perceber uma dificuldade de acesso à informação sobre direitos das PcD na maioria dos sites visitados. Das seis consultas iniciais realizadas aos sites governamentais, em cinco não foram localizadas nas páginas iniciais informações ou links que pudessem levar a dados ou documentos sobre os direitos das PcD. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no mundo é um novo paradigma que vêm para romper com a segregação e discriminação ainda vigente em relação às pessoas com deficiência. Necessário se faz reafirmar um conceito sobre a deficiência e problematizar as barreiras que o meio impõe, ultrapassando a fronteira que situa o sujeito como o deficitário tendo que se adaptar ao meio. Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Convenção Internacional, Direitos Humanos.

Cuidado humano y Proyecto de vida: estudio desde una perspectiva de género acerca de las relaciones vinculares de padres/madres sordos/as con hijos/as oyentes

SILVEIRA, Valentina - valentina_silveira@hotmail.com; TRINDADE, Lucía; TORRENS, Emilia. Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales, UdeLaR - Uruguay

Mediante la modalidad de experiencias profesionales se pretende exponer los principales resultados de una indagación acerca de relaciones vinculares entre padres/madres sordos/as con hijos/as oyentes, y el rol de mediador que éstos desempeñan, transversalizado por el sistema sexo-género. El objetivo principal fue “Comprender la complejidad de las relaciones vinculares en las familias seleccionadas” y se intentó visualizar cuales son las construcciones creadas en relación al cuidado humano y qué papel juega en ellas el sistema sexo-género; así como también de qué forma esto podría representar un factor determinante en el momento de la construcción del proyecto de vida por parte de los sujetos involucrados/as. Para la misma se utilizaron técnicas propias de la metodología cualitativa, siendo esta de carácter interpretativo; se realizaron entrevistas semi-estructuradas, considerándose las mismas pertinentes por la relevancia del contenido discursivo de los/as entrevistados/as reflejando la particularidad de cada historia de vida; además de grupos de discusión para enriquecer los insumos obtenidos a través de las entrevistas. Se entrevistaron familias conformadas por padres/madres sordos/as con hijos/as oyentes; y se realizaron además entrevistas a informantes calificados. Se llevaron a cabo en la ciudad de Montevideo y las mismas se le realizaron a personas que concurren a ASUR -Asociación de Sordos del Uruguay- y a la Unidad de Salud para la Persona Sorda. Para el análisis, se incorporó la perspectiva de género, la cual resultó relevante ya que abordar el Cuidado Humano sin tener en cuenta el sistema sexo-género sería no tener en cuenta las complejidades, partiendo de la idea de que el género (como construcción histórica y social) juega un papel fundamental en los arreglos familiares, y en la división sexual del trabajo a la interna de las familias. Palabras Clave: Discapacidad, Sordera, Familia, Cuidado, Género

Deficiência e mídia: narrativas de opressão, vulnerabilidade, superação, espetacularização e a aceitação da experiência da deficiência (Sessão Temática)

A deficiência é uma vivência culturalmente mediada, ela é uma condição humana que permeia a cultura: as práticas culturais, políticas, históricas e institucionais (GARLAND-THOMPSON, 2004). Ela se constrói conjuntamente com as relações sociais, sendo a mídia um dos elementos constituintes destas relações. A mídia é um espaço público (LOPES, 2009) no qual se expõem os problemas sociais, de modo que é importante refletir sobre a forma como nela a deficiência é apresentada. A deficiência, assim como o gênero e outras características humanas são “narrativas fabricadas sobre o corpo” (GARLAND-THOMPSON, 2002, p. 5, tradução nossa) e, nesta criação, a mídia cumpre um papel central. Partindo deste entendimento, esta mesa temática tem como proposta a discussão das diversas abordagens e representações da deficiência que circulam através das mídias: redes sociais, televisão, jornais, revistas, blogs, programas de rádios, filmes etc. O objetivo é problematizar as narrativas de opressão, vulnerabilidade, superação, espetacularização e aceitação da experiência da deficiência pela mídia e os efeitos dessas narrativas nas práticas sociais. O referencial teórico norteador se refere ao modelo social da deficiência, o qual contempla as discussões realizadas pelas/os autoras/es da primeira e da segunda geração. Com base nessa perspectiva, a deficiência é entendida como uma experiência de opressão uma vez que as pessoas com deficiência são sistematicamente discriminadas e excluídas da participação na sociedade contemporânea, sendo este processo de exclusão o resultado negativo das barreiras atitudinais, físicas e institucionais. Ademais, com base no modelo social, a deficiência deixa de ser compreendida a partir de um campo estritamente biomédico confinado aos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação, que associam a deficiência a uma condição médica ou a uma tragédia pessoal, e passa a ser também um campo das humanidades. Neste sentido, a deficiência não é considerada uma tragédia individual, um castigo ou o resultado de certo pecado; não é uma enfermidade que requer tratamento; não deve ser objeto de caridade, nem de ações sentimentais e condescendentes que só geram dependência. (Diniz, 2007; Smith & Andresen, 2004; Garland-Thomson, 2002). Palavras-chave: Deficiência, mídia, narrativas, representação.

Comunicações que compõem a sessão temática:

1) Discursos de superação e cuidado: a narrativa transmidiática da deficiência em *Viver a vida* – AYRES, Melina de la Barrera– melina.ayres@gmail.com - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil

A deficiência para além da vivência pessoal é uma construção cultural e, neste construto, a mídia ocupa um papel capital. Ela é uma das principais ‘janelas’ pelas quais se divulgam múltiplos discursos sobre a deficiência. Partindo deste entendimento este artigo visa discutir a abordagem transmidiática da deficiência proposta pela telenovela *Viver a vida* (Manoel Carlos, Rede Globo, 2009-2010) e o blog *Sonhos de Luciana* (Manoel Carlos, Rede Globo, 2009-2010) que foi mantido pela produção da telenovela durante a veiculação da ficção e recebeu a participação de centenas de pessoas dos quatro cantos do país e do exterior. As narrativas apresentadas por estas produções e os comentários deixados pelo público no blog, fazem parte de um grande conjunto de narrativas atuais sobre a deficiência, trazendo a tona questões como o Sistema de suporte (LITVAK; ENDERS, 2001), o cuidado e a centralidade da família (fundamentalmente da mulher) neste processo (KITTAI, 2001, 2005, 2006). A partir de uma análise interdisciplinar, que conjuga áreas de conhecimento como a comunicação e a antropologia, com a perspectiva do modelo social da deficiência, este trabalho fornece subsídios para compreender o modo como, atualmente, a deficiência é concebida no Brasil. Palavras-chave: Deficiência, narrativa transmídia, superação, cuidado, sistema de suporte.

2) A apreensão da experiência da deficiência pelos meios de comunicação: a produção de opressão e vulnerabilidade – GESSER, Marivete – marivete@yahoo.com.br - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil

A experiência das pessoas com deficiência tem sido historicamente constituída como uma experiência de opressão e vulnerabilidade. Pessoas com deficiência tendem a ser mais vulneráveis às variadas formas de violências, tendo menos acesso à saúde, educação, justiça, lazer e participação comunitária. As normas que regulam as relações sociais são baseadas predominantemente no modelo médico da deficiência, o qual coloca as pessoas com lesões e impedimentos corporais no lugar de desviantes, ao invés de centrar sua atenção no rompimento das barreiras sociais que obstaculizam a participação delas na sociedade. O objetivo deste trabalho é o de problematizar, a partir do pensamento de Judith Butler, o processo de construção da precariedade da vida das pessoas com deficiência. Parte-se do pressuposto que o enquadramento que é dado ao corpo com deficiência, o qual parte de um ideal de corponormatividade, produz opressão e vulnerabilidade para essas pessoas. Essa proposta tem como fundamento teórico o diálogo das autoras e autores da segunda geração do modelo social da deficiência com o pensamento de Judith Butler, especialmente suas reflexões sobre os conceitos de norma, vulnerabilidade, vida precária e enquadramento. Mostrar-se-á de que forma a corponormatividade pode contribuir para a compreensão da deficiência como desvio e da precarização da vida das pessoas com deficiência. Também será evidenciado sobre a importância de se construir novos enquadramentos da deficiência pelos meios de comunicação, de modo a favorecer as relações de alteridade com essas pessoas, fomentando a construção de uma sociedade ancorada nos princípios do cuidado, da interdependência e no desenvolvimento das capacidades de todas as pessoas. Palavras-Chave: Deficiência, enquadramento, vida precária, vulnerabilidade.

3) Deficiência na mídia: do discurso da superação ao desafio da aceitação da deficiência como modo de vida - *LUIZ, Karla Garcia* – *karla.garcia@ifsc.edu.br* - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Brasil

Em diferentes mídias, chama atenção a presença marcante do discurso da superação como pano de fundo em que são constituídas as narrativas sobre a experiência da deficiência. Barbosa e Diniz (2010) elucidam a ambivalência do discurso da superação: de um lado o reconhecimento da potência de um corpo com impedimentos; de outro, a espetacularização da diversidade. Enquanto podemos vislumbrar o aspecto libertador de reconhecimento da importância do corpo com lesão, existe também o aspecto excessivamente opressor nessa expectativa constante de superação de si e do ideal de normalidade que restringe e responsabiliza única e exclusivamente o sujeito com deficiência pela transposição de barreiras e pelo seu sucesso. Certamente essa ambiguidade não é mera particularidade de um meio de comunicação específico, mas um reflexo do momento histórico que atravessamos: de perpetuação da exclusão concomitante ao reconhecimento da luta de direitos da pessoa com deficiência. Com a conjunção de fatores históricos e de avanços tecnológicos e científicos foi se transformando também a maneira pela qual foi/é concebida e observada a pessoa com deficiência. Embora essa trajetória não tenha sido percorrida linearmente (da exclusão à inclusão, por exemplo), a saída do mundo *freak1* para a concepção de humano ligada mais aos temas triviais e do cotidiano, custou o preço da normalização, como condição para que essa possibilidade se realizasse nesse contexto. (BOGDAN, 2012). Destaca-se, por fim, a importância dos debates desses campos para maiores contribuições às Ciências Humanas e Sociais, sobretudo na ampliação de estudos acerca das formas como a deficiência vem sendo explorada no contexto midiático, de modo a contemplarem as pessoas com deficiência como sujeitos comuns e de direitos, isto é, sem ser objeto de espetacularização. Palavras-chave: Deficiência, mídia, superação, espetacularização, sujeitos comuns.

Deficiência, Políticas Públicas e Direitos Humanos (Sessão Temática)

BORGES, Jorge – *jorgeamaroborges@gmail.com.br* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS- ; *MELLO, Anahi G.* - *anahigm75@gmail.com UFSC*; *PEREIRA, Andrea C.C.* - *andreiacolares@gmail.com* – IFUSL – Brasil

Esta sessão temática se propõe a debater as relações da deficiência com os temas emergentes na contemporaneidade, a partir de uma perspectiva dos direitos humanos que vêm conquistando espaços nas políticas públicas no Brasil e, ao mesmo tempo, precisam ser social e constantemente legitimados.

Comunicações que compõem a sessão temática:

1) Indicadores sobre deficiência no Brasil – *BORGES, Jorge*

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o Brasil possui em torno de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, correspondendo a 23,9% do total da população brasileira, classificadas em auditiva, visual, intelectual, motora ou múltipla. O Decreto nº 6.949/2009, que promulga a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* e seu *Protocolo Facultativo*, assinados em New York em 30 de março de 2007, tratou de especificar esses direitos e trouxe para o marco legal brasileiro um novo conceito de deficiência, operado na perspectiva da funcionalidade, substituindo a incapacidade que predominava sobretudo nas políticas públicas e na legislação vigente. A partir da nova concepção de deficiência, os dados do IBGE se somam a outros indicadores como importantes elementos para pensar a construção das políticas públicas no país. Como articular as informações e produzir elementos para um debate mais amplo, unindo pesquisas acadêmicas e dados das conferências nacionais, por exemplo? Neste aspecto, propomos aqui, um diálogo, para além dos números e dados, mas buscando entender as diferentes concepções de deficiência e seus reflexos no âmbito científico e na forma em que os diferentes órgãos públicos produzem indicadores sobre deficiência e como estabelecem articulação na análise e avaliação dos resultados.

2) Políticas Públicas Transversais - *PEREIRA, Andrea C.C.*

Em 17 de novembro de 2011, por meio do Decreto nº 7.612, o governo Dilma instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mais conhecido como “Plano Viver Sem Limites”, com o objetivo de implantar novas iniciativas e intensificar, sob um viés transversal, ações em benefício das pessoas com deficiência, melhorando o acesso destas aos direitos básicos como a educação, trabalho, transporte, moradia e saúde. Estruturado em quatro eixos de atuação como o *acesso à educação*, a *inclusão social*, a *acessibilidade* e a *atenção à saúde*, o plano se constituiu no maior programa integrado para a promoção e a garantia de direitos das pessoas com deficiência que o Brasil já teve, sendo um marco no sentido de produzir políticas públicas setoriais articuladas. Além de tentar compreender como essas políticas se organizam, em que espaços sociais se materializam, buscamos pensar a defesa do argumento de que a transversalidade pode contribuir com o processo de diálogo entre a sociedade civil e os órgãos governamentais, exigindo uma pedagogia da participação social, novas formas de fazer e compreender a política e, mais do que isso, exercitar novas práticas para um mundo mais inclusivo. Será dado enfoque à ideia de protagonismo e participação social como elementos-chave dos processos de formação da agenda das políticas da deficiência.

3) Deficiência e interseccionalidades nas políticas públicas - *MELLO, Anahi G*

O tema da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência pretendeu estabelecer um diálogo do campo da deficiência com os direitos humanos, a partir de três eixos de articulação: 1) Gênero, raça/etnia, diversidades sexual e geracional; 2) Órgãos gestores e de instâncias de participação social; e 3) Interação entre os Poderes Federados. Nesse sentido, a incorporação do princípio da transversalidade tem sido um grande desafio para o campo de ação das políticas públicas da deficiência no Brasil. Primeiro, porque a perspectiva da transversalidade considera um enfoque múltiplo ou interseccional de discriminação, por entender que as experiências de opressão de grupos sociais podem resultar da interação de vários fatores ou componentes sociais. No caso das pessoas com deficiência a discriminação pode ser distinta e/ou múltipla quando se é mulher ou homem, da zona rural ou da cidade, negro/a ou branco/a, pobre ou de maior poder aquisitivo, homossexual ou heterossexual, possuir esta ou aquela deficiência, dentre outros. São componentes ou categorias sociais que, unidas, produzem uma forma de discriminação específica. Segundo, porque a incorporação da transversalidade implica em uma capacidade metodológica de operar articulações que sejam de fato interseccionais e não meramente aditivas. Isso implica na aposta da interseccionalidade a partir de uma perspectiva desnaturalizante e não essencialista, em que marcadores sociais da diferença estão em constante processo de construção e disputa no cenário social e político. O objetivo deste subtema é discutir sobre os conflitos em torno de pautas que permeiam a participação social de pessoas com deficiência nos processos de mobilização política nas conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para mulheres e pessoas com deficiência, no sentido de apontar as convergências e tensões que operam na interseção entre gênero e deficiência, com possibilidades de articulá-la também com outros marcadores sociais da diferença. Palavras-chave: Deficiência; Políticas Públicas; Direitos Humanos; Participação Social; Transversalidade.

Desenvolvimento de estratégias pedagógicas com o SCALA em prol da inclusão

SANTOS, Guilherme dos; BEZ, Maria Rosangela - bezrosangela@gmail.com; FRANCISCATTO, Roberto; PASSERINO, Liliana Maria - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

Este resumo tras uma pesquisado projeto SCALA (Sistema de Comunicação Alternativa para Letramento de Pessoas com Autismo)do grupo TEIAS/CNPq Tecnologias em Educação para Inclusão e Aprendizagem em Sociedade).Este desenvolve pesquisas unindo, educação, recursos tecnológicos e inclusão. Nessa tríade, foram desenvolvidas estratégias pedagógicas com uso da tecnologia assistiva de comunicação alternativas, SCALA, como forma de apoio em processos inclusivos, com principal enfoque no Autismo e na Alfabetização. A estrutura de cada estratégia pedagógica está dividida nos seguintes itens: “Título”, “Público Alvo”, “Objetivos”, “Recursos/Materiais”, “Descrição Sucinta”, “Descrição Visual da Atividade”, “Arquivos de apoio”, “Data” da criação e “Autor”. O Sistema SCALA é composto por um software e pela metodologia de Ações Mediadoras. Este foi desenvolvido em software livre e está disponível na Web e para tabletAndroid. Composto por dois módulos: “prancha” e “narrativas visuais” No módulo “Prancha” é possível o desenvolvimento de pranchas de comunicação, com a composição de pictogramas. Já no módulo “Narrativas Visuais” é possível agrupar o mesmo repertório de figuras, mas de maneira mais livre, podendo sobrepor imagens, rotacionar e duplicá-las, entre outros comandos, tudo no mesmo quadro. Nesse módulo é possível compor narrativas do tipo “história em quadrinhos”, com balões de fala e imaginação, caixas de texto, personagens, cenários e etc...A concepção desse sistema teve seu início em 2009, inicialmente com foco no autismo e em sujeitos com déficits na comunicação oral. Após diversas formações continuadas de professores realizadas, com o referido sistema, obteve-se como resultado avaliativo seu potencial não só como potente ferramenta de apoio a inclusão, mas para alfabetização de todos alunos,com ou sem deficiência. O que levou a pensar-se no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que ficassem disponíveis para o uso conforme necessidade dos usuários do SCALA. Atualmente tem-se em torno de 40estratégiasdistribuídas nos dois módulos. Palavras-chaves: SCALA, Estratégias Pedagógicas, Autismo, Alfabetização, Inclusão

Dia D “A experiência da Grande Florianópolis” – 2015/2016

CARVALHO, Luciana Xavier Sans de - luciana.sans@mte.gov.br;pvt12.gab.quezia@mpt.gov.br; sans.luciana@yahoo.com - Ministério do Trabalho – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Santa Catarina; Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região

*Em Santa Catarina, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, estima-se haver 1.331.445 pessoas com deficiência - PCD, o que representa 21,31% da população do Estado. Segundo dados do Sistema IDEB - Sistema de Índices de Débito de FGTS, utilizado pelo Ministério do Trabalho, em Santa Catarina, o cumprimento integral da cota implicaria na contratação de 42.929 PCD. Ou seja, a exigência, pelo sistema de cotas, implicaria na contratação de apenas **3,22 % da população com deficiência do Estado**. Apesar de pequeno, referido índice estava longe de ser alcançado, estando inseridos no mercado formal de trabalho, no início de 2015, apenas 20.820 PCD, o que representava 1,56% do total de PCD do Estado. Pensando em reverter esta situação, foi realizado no dia 26 de setembro de 2015 o primeiro Dia D – Grande Florianópolis. Dia de inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitado. O Dia D pode ser comparado a uma feira de empregos, onde em um mesmo espaço encontram-se PCD e empresas que devem cumprir a lei de cotas. A ação já ocorrera em outros estados da*

Federação, sempre promovida pelo Ministério do Trabalho, tendo apresentado excelentes resultados, em especial na mobilização e conscientização de atores locais. No entanto, a edição de Florianópolis teve suas especificidades, uma vez que foi realizada juntamente com o MPT e em parceria com diversas instituições governamentais e não-governamentais envolvidas com a temática e, principalmente, com o apoio e participação das próprias PCD, diretamente ou através de seus representantes. Os resultados obtidos superaram todas as expectativas. Estiveram presentes no evento mais de 1000 pessoas e a contratação de PCD, após o Dia D, teve um incremento de 15,5%, com a contratação de 411 pessoas. Queremos compartilhar nossas conquistas, que serão ainda mais surpreendentes após o dia D 2016! Palavras chave: Contratação; PCD; Dia D.

Direito ao lazer: o acesso ao turismo para as pessoas com deficiência no Brasil

SANTOS, Katia Virginia Espindola Rodrigues dos - katiaespindolla@gmail.com; DUARTE, Donária Coelho - donaria@unb.br; donaria@hotmail.com - Universidade de Brasília - Brasil

Este trabalho traz um debate sobre a importância do lazer no contexto atual, com o recorte do turismo acessível às pessoas com deficiência. Dessa forma, as reflexões são feitas fundamentadas na garantia dos direitos básicos dos cidadãos. Os fatores concernentes à sua vida nos aspectos sócio-histórico-cultural, econômicos e político ganharam espaço e observase hoje que as pessoas, além de terem garantido seu direito de ir e vir a todos os espaços de uso público necessitam também terem garantido o direito ao lazer e o turismo acessível como uma das formas de lazer. Nessa perspectiva, o censo de 2010 registrou que o Brasil apresentava o quantitativo de 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (IBGE, 2010), onde a maioria deles não tem garantido o direito ao lazer. Sob essa ótica, as pessoas com deficiência são potenciais no mercado turístico, como agentes multiplicadores, representando uma nova segmentação balizada pelo discurso da inclusão. Trabalha-se na perspectiva de estimular o debate sobre a importância do turismo como forma de lazer que precisa ser garantido também para as pessoas com deficiência. Para alcançar os objetivos expostos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica fundamentada da Carta Internacional de Educação para o Lazer, na Organização Mundial do Turismo, na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, as Leis de acessibilidade e a Lei Brasileira de Inclusão. O instrumental utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Os resultados mostraram que o planejamento e a acessibilidade são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento do turismo acessível e que é necessário maiores informações sobre esses espaços para que as pessoas viajem com segurança. Esses turistas querem viajar e tem renda, mas ainda estão invisíveis aos olhos dos empresários (Mtur1, 2013). É necessário aprofundar as discussões sobre o tema, estimulando esse novo segmento turístico como um direito garantido a todos. Palavras-chave: Direito. Lazer. Pessoa com Deficiência. Turismo Acessível.

Direitos das Pessoas com Autismo no Brasil: da legislação à efetivação

MISSAGLIA, Vivian - profa.vivian.missaglia@gmail.com - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS - Brasil

No Brasil, as pessoas com autismo foram classificadas na categoria “condutas típicas” e incluídas pela primeira vez na Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC, 1994). Em 2002, a Portaria nº 1635/GM do Ministério da Saúde incluiu no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, o acompanhamento de paciente com autismo. Em 2008, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), que incluiu alunos com “Transtornos Globais do Desenvolvimento” no público alvo da Educação Especial. Notavelmente, o Decreto nº 6.949/2009 promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (PcD). Foi publicado o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. E o Governo Federal lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 7.612/2011), que resultou em diversas ações intersetoriais. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi criada através da Lei nº 12.764/2012 e regulamentada pelo Decreto nº 8.368/2014, onde a pessoa com TEA é considerada PcD, para todos os efeitos legais. Foram publicadas pelo Ministério da Saúde: Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com TEA (2014) e a Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com TEA e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS (2015). O Plano Nacional de Educação foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014. Os direitos humanos foram reafirmados e assegurados na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Historicamente, reconhece-se avanços na legislação brasileira e nas políticas públicas para promover a inclusão, acessibilidade e participação plena, e efetivar a igualdade de direitos, liberdades fundamentais, justiça, dignidade e cidadania às PcD, principalmente às pessoas com autismo nos últimos anos no que concerne à fruição dos direitos humanos. Palavras chaves: Autismo; Direitos Humanos; Legislação; Políticas Públicas; Inclusão

Direitos humanos e o direito civil brasileiro-consequências jurídicas do conceito de capacidade legal no regime das incapacidades do código civil brasileiro.

ALVES, Rainer Grigolo de Oliveira - rainergrigolo@hotmail.com; BRUST-RENCK, Priscila; GOLDIM, José Roberto; FERNANDES, Marcia Santana - Uniritter, LAPEBEC/HCPA - Brasil

Introdução: A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – CDPD introduziu uma nova interpretação relacionada ao conceito de capacidade, o de capacidade legal. Por ter sido incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro na forma do art.5, §3, CF/88, a CDPD tem força de emenda constitucional. A incapacidade civil é instituto jurídico de proteção da pessoa natural que não tem condições de manifestar sua vontade, por isso a pessoa manifesta seus atos na vida civil por meio de um representante ou assistente legal. A Lei 10.104/2002 e a Lei 13.105/2015, conferem uma série de instrumentos jurídicos para proteção à pessoa natural. **Objetivos:** Identificar as consequências jurídicas decorrentes do conceito de capacidade legal na teoria das incapacidades quanto aos aspectos relacionados à pessoa natural com deficiência. Estudar o art. 12 da CDPD; estudar a Lei 13.146/2015; compreender e comparar as regras jurídicas da assistência e da representação no Direito Civil e Processual Civil brasileiro; estudar as possíveis consequências das alterações na vida civil e social da pessoa com deficiência. **Método:** Revisar, com base na teoria geral do direito civil consolidada na doutrina jurídica brasileira, as consequências jurídicas da capacidade legal. A revisão é realizada a partir dos documentos da ONU e da literatura jurídica por meio de análise de conteúdo textual. **Resultados:** No Direito Civil brasileiro não há incapacidade de direito, apenas do exercício. Portanto, a incapacidade é a exceção e a capacidade é a regra no Direito Civil brasileiro. Quanto à representação, a CDPD privilegiou a assistência, sendo a substituição da vontade a exceção. A Lei 13.146/2015, inseriu uma terceira figura – tomada de decisão apoiada. Esta de ser prévia à representação ou à assistência. Por fim, para que se garanta a proteção da pessoa incapaz, é preciso que se faça interpretação sistemática, incluindo as regras de curatela já existentes no CPCB. **Palavras-chave:** Pessoa com Deficiência – Direitos Humanos – Incapacidade Civil – Curatela – Capacidade Legal

D'une caravane à l'autre (Espagne, 1934 - Bolivie, 2011)

BREGAIN, Gildas – gildasbregain@hotmail.fr - IRIS/EHESS - France

Esta comunicación tiene por objetivo aclarar las apuestas de la “Caravana de la integración en sillas de ruedas”, una caravana de varias decenas de personas con discapacidad, que recorren en sillas de ruedas más de mil kilómetros desde Trinidad hasta La Paz (Bolivia), durante un viaje de 90 días (15 de noviembre de 2011 - mediados de febrero de 2012) para reivindicar su derecho a una pensión de 3000 pesos bolivianos. Esta caravana moviliza más de doscientas personas indígenas que pertenecen a las capas más populares de la sociedad. Coloca el Gobierno dirigido por Evo Morales y el Movimiento al Socialismo en una situación muy complicada, ya que éste pretende personificar las reivindicaciones de los movimientos sociales. Para cuestionar la originalidad de este movimiento social, nos parece útil compararlo con otra marcha organizada por personas con discapacidad españolas, en septiembre de 1933, entre Zaragoza y Madrid. Estos militantes piden la colocación de los inválidos aptos en puestos subalternos del Estado, y la concesión de pensiones vitalicias para los que no pueden trabajar. Esta comparación entre dos fenómenos casi similares - una marcha de larga duración (al menos dos semanas) de más de diez personas con discapacidad -, pero en sociedades distantes cronológicamente y espacialmente, permite preguntarse sobre las condiciones de posibilidades materiales y colectivas del recurso a esta acción de protesta, y relativizar la “novedad” del tipo de acción llevado a cabo por las personas con discapacidad bolivianas. Múltiples condiciones hacen posibles esta acción: un sentimiento de injusticia resultante de la difusión de la idea de derechos y de una política pública defectuosa, la existencia de dirigentes que tienen recursos importantes que les permiten suscitar una movilización y mediatizarla; la existencia de medios de comunicación que retransmiten la acción de los militantes, y un contexto de oportunidad política (la segunda República en España, el Gobierno de Evo Morales en Bolivia). Nuestra comunicación tiene por objetivo explicar también las motivaciones, los objetivos y las estrategias de los distintos protagonistas (militantes, asociaciones, Estado, etc) que participan en la organización o el control de estas marchas, y las consecuencias de estas marchas a nivel legislativo (aprobación del decreto del 17 de octubre de 1933 en España, de la ley 223 de marzo de 2012 en Bolivia). Haremos hincapié en las diferencias entre estas dos marchas vinculadas a las evoluciones sociales y tecnológicas, en particular el uso de los medios sociales de comunicación (facebook, youtube, etc.) por parte de los militantes bolivianos. Esta investigación se basa en la prensa local y nacional española (EL Bien Público, el Cruz, etc) y boliviana disponible en línea (La Razon, El Diario, La Prensa, etc.), así como en varios archivos municipales españoles. En el caso de la movilización boliviana, vamos a analizar atentamente los vídeos difundidos en youtube y facebook por los militantes. **Palabras - claves :** movilización, derechos, pensiones, trabajo, discapacidad

Educação Especial Sem Fronteiras

CUNHA, Ana Rosimeri Araujo da - anacunha@smed.pefpoa.com.br - Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre/SMED - Brasil

Em 2006, duas profissionais da educação especial, trabalhando na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/PoA), escreveram juntas um artigo que tratava sobre o processo de inclusão de um aluno com diagnóstico de autismo, tendo como palco uma escola comum do ensino fundamental em um bairro da periferia da cidade. Passados oito anos, em Paris, este artigo, pela permanente atualidade em respeito à inclusão, foi objeto de atenção. A partir daí, contatos telefônicos e pela internet foram realizados para que o artigo já mencionado, fosse traduzido em espanhol e publicado no site Handiplanet, mantido pela instituição francesa “Fondation Amis de L’Atelier”. Após a publicação no site, permaneceu o interesse entre as instituições de verificar in loco as estratégias utilizadas entre pelo menos três comunidades francesas de pessoas com

características de 1 Instituição iniciada nos anos 50, na região parisiense, onde o foco principal era a oferta de um trabalho adaptado às possibilidades de adolescentes com deficiência intelectual. Atualmente a Fundação atende cerca de 2600 pessoas público alvo da educação especial em aproximadamente 61 estabelecimentos escolares e demais serviços à esta clientela. A clientela da educação especial, são elas: Samsah Silvae, Ateliers de Chennevières e IME Les Grands Champs. Assim sendo, em outubro de 2014, ocorreu o que ambas as partes definiram como “Visita Técnica”, nos arredores de Paris, onde o diálogo, questionamentos, troca de experiências e muitas novas aprendizagens foram oportunizadas. Foram valorizados tanto os pontos em comuns como os pontos divergentes e poder apresentar isto é extremamente motivador, pois os aspectos culturais, filosóficos, sociais e os entrelaçamentos que cada instituição produziu e continua produzindo certamente agregarão às práticas inclusivas de redes que se propuserem à isto. Palavras chaves: inclusão, práticas, diversidade, aprendizagem.

Egalité des chances ou égalité d'accès ?

MOUAMVOUMBI Grégoire Ruch - mouagruru@yahoo.fr – Ecole doctorale des Sciences Humaines et Sociales/Laboratoire Dynamique Européenne UMR 7357 - Université de Strasbourg - France

Le principe de la justice sociale selon lequel la scolarisation et la formation doit se faire dans l'égalité des chances et l'égalité d'accès, se heurte à la réalité sociale qui lui prouve le contraire. Pour montrer l'authenticité de notre propos, nous avons examiné le problème dans le cadre des enfants handicapés du Gabon. Il faut signaler qu'au Gabon, il n'existe qu'une école spécialisée en langage de signes, l'Ecole Nationale pour enfants Déficiants Auditifs (E.N.E.D.A.). A cela s'ajoute une structure para-étatique qui a vocation de former des enfants déficients intellectuels et des enfants aveugles et malvoyants : La Fondation Horizon Nouveau. Localisée à Libreville, la scolarité dans ces deux structures spécialisées est payante. Pourtant, il existe plusieurs établissements publics au Gabon qui n'obéissent pas à cette logique, mais cela ne profite pas aux enfants handicapés pour des raisons d'inaccessibilité. Et le manque d'écoles spécialisées pour les autres enfants physiquement handicapés, constitue une injustice sociale. Puisque, les enfants valides et déficients auditifs vont à l'école. La société gabonaise recèle deux couches sociales : celle des pauvres et celle des riches. Le constat est que les enfants issus des familles pauvres inscrits à l'E.N.E.D.A. abandonnent très vite l'école, les parents ne payent plus leur scolarité. Paradoxalement dans ces mêmes familles, les enfants valides sont scolarisés. Tandis que les enfants issus des familles riches vont jusqu'à la fin de l'année. A la Fondation Horizon nouveau, la scolarisation et la formation est réservée pour les enfants issus des familles nanties. Une telle réalité une inégalité des chances et d'accès à la scolarisation et à la formation. La justice supplante l'injustice. Le fossé entre la justice sociale et la réalité scolaire fait que la scolarisation et la formation n'obéissent pas au principe de l'égalité des chances et l'égalité d'accès. Ainsi, notre hypothèse est validée.

El cumplimiento de los derechos en las personas con discapacidad que reciben atención médica en un hospital público

AZNAR, Andrea Silvana (Fundación ITINERIS); BARCÁN, Amalia (Servicio Social del Hospital Álvarez, Buenos Aires); CASTAÑÓN, Diego González (Fundación ITINERIS). Mail: info@itineris.org.ar - Argentina

La Fundación ITINERIS coordinó un equipo internacional de experto para desarrollar una Escala de Medición de los Derechos de las Personas con Discapacidad*. El servicio social del Hospital Álvarez encuestó a 400 personas con discapacidad utilizando dicha escala, valorizándolas como fuente de información válida, concientizándolas e informándolas sobre sus derechos. El análisis de las respuestas anónimas tiene en cuenta que el cumplimiento de los derechos enunciados en la Convención de la ONU no es uniforme entre las personas con distintas discapacidades y que cada uno de los derechos se cumple con distintos grados de frecuencia, dependiendo de múltiples factores demográficos (edad, género, máximo nivel de estudios, situación ocupacional, estado civil, zona de residencia), el tipo de discapacidad y la certificación de la discapacidad (que, en Argentina, permite el acceso a una enorme cantidad de servicios de educación, salud e inclusión social desde hace más de 20 años). Se presentan las pruebas estadísticas cualitativas y cuantitativas sobre el grado de significación estadística de las diferencias y las diversas interpretaciones de los resultados realizadas por el equipo investigador y un grupo de personas con discapacidad que participaron en la encuesta. La metodología es fácilmente replicable y los resultados permiten realizar diagnósticos de población y delinear políticas públicas sintonizadas con los beneficiarios de las mismas, que por haber utilizado un instrumento accesible y sencillo, pueden ser co-gestores del cambio. Palabras clave: cumplimiento de derechos, informante directo, investigación acción

El Modelo de 5ta dimensión para la inclusión social y educativa de niños con discapacidad motriz en escuelas especiales de Montevideo.

FALERO, Beatriz - beafale@psico.edu.uy; VIERA, Andrea; DA SILVA, Mónica; SUÁREZ, Anyhelina; CHIRINO, Nicolás; VILLAVARDE, Martín - Facultad de Psicología, Udelar - Uruguay.

Se presentan los resultados preliminares de la investigación: Inclusión social y educativa a través del Modelo Quinta Dimensión en niños con discapacidad motriz. El marco teórico que orienta este proyecto es la Psicología Cultural y la perspectiva constructivista de Vigostky. La metodología de investigación es cualitativa, utilizando una estrategia de investigación-acción y colaboración. El estudio se realiza en dos escuelas especializadas en discapacidad motriz ubicadas en Montevideo. Durante los años 2015- 2016 participaron un total de doce niños que en su mayoría tienen un diagnóstico de parálisis cerebral, en su mayoría con escaso lenguaje verbal y veinticuatro estudiantes universitarios de psicología. En este estudio analizamos los componentes de la interacción entre estudiantes universitarios y los niños con discapacidad motriz, en los procesos de comunicación y construcción de intersubjetividad. Se examinaron los diarios de campo de los estudiantes universitarios que participaron en ambas escuelas y se construyeron las siguientes categorías: Interacción visual, gestual, verbal, intercambio con otros compañeros, participación de la maestra y uso de mediadores. Algunas de las conclusiones nos revelan que la interacción entre los estudiantes universitarios y los niños con discapacidad va desde un gradiente de distancia física y emocional hacia un vínculo más próximo. La interacción visual, gestual y verbal aumenta con el paso del tiempo y fortalece el proceso de comunicación. La intersubjetividad se va construyendo en la medida que se logra un mayor intercambio emocional y cognitivo entre el niño y el estudiante, favoreciendo los significados compartidos. También se observó en algunos niños que el uso de mediadores (como los sistemas alternativos y aumentativos de comunicación) y la participación de la maestra ayudaron a fomentar la interacción con su compañero. Palabras clave: Quinta dimensión- intersubjetividad- comunicación

Encrucijadas acerca de la inclusión en contextos universitarios las políticas de producción del conocimiento como factor de exclusión incluyente (Sessão Temática)

GONZALES, Aldo Ocampo - aldo.ocampo.gonzalez@gmail.com - Chile; SILVA, Marina Helena Chaves - marina_helenasilva@hotmail.com; MENENGUCI, Lilian Pereira; FARIAS, Sandra Regina - Brasil

La entrada de personas con discapacidad en la educación superior ha ido en aumento, aunque se observa la resistencia de los profesores en el desarrollo de las prácticas metodológicas inclusivo y accesible para los estudiantes con discapacidades. En parte, la resistencia de los maestros está directamente relacionados con el diseño de la discapacidad como incapacitante enfermedad. Como condición humana, así como las diferencias de género, el género, la raza, el origen étnico, la edad, la discapacidad no puede seguir siendo impedimento para el logro de los derechos y por lo tanto la búsqueda de la felicidad. Contradictoriamente, las instituciones de educación superior son responsables de la formación de profesores para trabajar en la educación básica. Ahora, cómo imprimir en la enseñanza del paradigma de la diversidad, sin repensar la educación y su papel en la construcción de ciudadanía de niños, jóvenes y adultos? Esta tabla temática, que reúne a investigadores del Centro Latinoamericano de Estudios sobre Educación Inclusiva (granero), con sede en Santiago, Chile, y el Grupo de Estudios sobre Discapacidad, Accesibilidad y Derechos Humanos (NEDADH), la Universidad Estatal del Suroeste de Bahía, interesado en establecer intercambios de experiencias entre estudiantes de diferentes países sobre los mecanismos que interfieren con el proceso de enseñanza y de aprendizaje de los estudiantes con discapacidad en la educación superior, en particular, sobre los retos y perspectivas de la educación inclusiva. Esta mesa de discusión se articula sobre la necesidad de avanzar hacia la modernización del discurso de la educación inclusiva indaga no sólo en las conexiones políticas e ideológicas destinadas a ampliar las oportunidades sociales, educativas y culturales a sus reduccionismos clásicos, como son: personas en situación de discapacidad y necesidades educativas especiales. Más bien, explicita la necesidad de politizar su objeto, desde la comprensión de las relaciones estructurales que operan como mecanismos de resistencia o relegamientos, en prácticas educativas y sociales concretas. En efecto, la lucha por la inclusión representa la posibilidad de construir un nuevo modelo de ciudadanía y la consolidación de un innovador campo de actualización y resignificación de todas las dimensiones implicadas en la Ciencia Educativa del siglo XXI. La revolución ya comenzó y, la inclusión, es la principal arma de reforma de todos los campos de vida ciudadana. Hablar de Educación Inclusiva, no implica únicamente, referirse a efectos opresivos, a poblaciones excedentes, a la búsqueda de la calidad y de políticas de formación docente con tintes positivistas y alejadas de la lucha por la justicia social. Hablar de educación inclusiva es saber comprender cómo operan las relaciones estructurales que afectan/condicionan la vida social y escolar de todos los niños, jóvenes y adultos. Implica repensar la enseñanza, educar en función de los talentos humanos, restituir al sujeto en el discurso pedagógico, etc. En suma, implica superar la dosis de elementitis que afecta gravemente a la educación, mediante la búsqueda de soluciones alternativas que permitan politizar el tema de la diversidad como propiedad intrínseca a lo humano y, desde allí, superar la imposición de formas condicionales propias de la Educación Especial para construir prácticas educativas de tipo inclusivas. Del mismo modo, contradice las bases psicológicas y pedagógicas tradicionales que configuran mapas abstractos sobre el aprendizaje, la enseñanza, los sujetos educativos y el funcionamiento de la escuela, privilegiando a algunos estudiantes y, excluyendo a otros". Se espera que los ejes críticos de discusión permitan subvertir el orden dominante que condicionan políticas compensatorias para colectivos históricamente contruidos/definidos como sujetos abyectos. Se expondrán cuestiones y desafíos epistemológicos, metodológicos e investigativos que permitan reformular su campo de trabajo y en especial, las ponencias permitirán identificar las principales fracturas históricas y las disidencias/consecuencias teórico-prácticas observadas a partir de la presencia de modelos epistémicos híbridos que cristalizan determinadas políticas de producción del saber sobre este campo de trabajo y generan mecanismos de vigilancia normativa y funcional sobre la diversidad como propiedad inherente a todo ser humano. El desafío final que pretende esta mesa es la

descolonización del campo teórico de la inclusión y de los modelos normativos de ciudadanía que avalan inconscientemente, nuevos soportes/formatos de seudoinclusión. Palabras claves: sujetos educativos, mecánica de la exclusión, inclusión, discapacidad, ciudadanía.

Comunicações que compõem a sessão temática:

1) Educación universitaria, interseccionalidad y personas en situación de discapacidad: ¿qué hay más allá de las políticas de afirmación positiva y de reconocimiento? *GONZALES, Aldo Ocampo - aldo.ocampo.gonzalez@gmail.com - Chile*

Este capítulo presenta una investigación documental que describe de forma general, las propuestas sobre educación universitaria para personas en situación de discapacidad implementadas en los primeros años del siglo XXI. Si bien, las cartografías del campo identifican aportes de todo tipo, es menester, alinear las formas condicionales de los programas en desarrollo a partir de la modernización del discurso de la educación inclusiva, especialmente, desde la comprensión de las disciplinas y sus necesidades de formación. En un primer momento, examinaremos un conjunto de argumentos tendientes a caracterizar el objeto de la educación inclusiva y su relación con la reformulación del campo de la educación superior a la luz de dichos planteamientos. En un segundo momento, se analizan las principales tendencias sobre educación universitaria e IES de tipo inclusivas, implementadas en la región. Se agrega, una exploración de los principales programas de formación del profesorado universitario sobre accesibilidad académica y estudios universitarios, sistemas de movilidad estudiantil y becas para PsD. En un tercer momento, se profundiza en las condiciones académicas e institucionales requeridas en este nivel para atender oportunamente a estudiantes en situación de discapacidad, especialmente, desde dispositivos curriculares y organizativos que propenden a la mejora de su vida académica. En un cuarto momento, se cuestiona el significado y alcance de las dimensiones éticas implicadas en las actuales propuestas de inclusión de PsD en IES y el rol de la responsabilidad social universitaria. Se finaliza identificando las principales innovaciones sobre acreditación y las políticas de producción del conocimiento emergentes al interior de esta discusión. Se concluye identificando la necesidad de superar la estrechez discursiva que fundamenta las intervenciones estratégico-situacionales desplegadas al interior de la heterogeneidad de IES en la región. Palabras-clave: *discapacidad, inclusión, educación universitaria, responsabilidad social universitaria.*

2) Conquistas e dilemas dos discentes com deficiência para permanecer e ter sucesso na UESB, em Jequié - *OLIVEIRA, Sally da Conceição Soares - sallysoares@ymail.com; SILVA, Marina Helena Chaves - marina_helenasilva@hotmail.com - Brasil*

Após ingresso no Ensino Superior, os estudantes têm um longo caminho a percorrer até a conclusão do curso. Para a pessoa com deficiência que conquista uma vaga, esse percurso, porém, é bem mais tortuoso: no geral, são vistos como incapazes, tratados como se fossem um problema em sala de aula, sendo desconsiderados os seus desejos, sonhos e lutas pessoais. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2013 (BRASIL, 2014), as matrículas de pessoas com deficiência aumentaram quase 50%, comparado com os quatro anos anteriores, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais. Em 2010, eram pouco mais de 19 mil, chegando em 2013, a 30 mil matrículas. À primeira vista, pode-se pensar que esses dados são relevantes. Todavia, em números gerais, as pessoas com deficiência representavam, em 2009, 0,22% do total de matrículas nessa modalidade de ensino (MANDELLI, 2009). Esta análise tem como fim discutir sobre a trajetória de discentes com deficiência no ensino superior, tomando como referência a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié (UESB). Trata-se de instituição multicampi, com sede no município de Vitória da Conquista, atualmente com cerca de quinze mil alunos matriculados nos vários cursos, dos quais, aproximadamente, cento e cinquenta alunos possuem algum tipo de deficiência. Como forma de promover o acesso ao conhecimento, foi implantado núcleo de acessibilidade nos três campi, conforme prevê a legislação vigente. Qual a realidade vivenciada pelos discentes com deficiência matriculados nos vários cursos da UESB, campus de Jequié? Que ações políticas foram implantadas na UESB para oportunizar a formação desses alunos? São essas as indagações que pretendemos apresentar nesta comunicação. Palavras-chave: *Inclusão. Ensino Superior. Pessoa com deficiência. Barreiras. Acessibilidade.*

3) Políticas e práticas inclusivas: entre o dito e o feito - *MENENGUCI, Lilian Pereira - lilianmenenguci@gmail.com - Rede Doctum de Ensino - Campus Serra/ES - Brasil*

As políticas na perspectiva inclusiva, tanto no âmbito local quanto no âmbito global, são elementos disparadores de reflexões acerca de sua implantação e implementação, respectivamente. Isso vale para diferentes áreas de conhecimento. No caso desta proposta, são pensadas as potências advindas dos campos da Educação e da Cultura de forma entrelaçada. O objetivo do trabalho é discutir, a partir de agentes educacionais e culturais, as tarefas e os desafios enfrentados, cotidianamente, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, no Brasil. Para isso, elegemos o cenário capixaba como lugar. Professores, pesquisadores, estudantes, artistas, gestores e produtores culturais como sujeitos participantes. A intenção é ampliar e fortalecer a relação entre a sociedade civil e o poder público. Ainda, socializar resultados de pesquisa e práticas realizadas na perspectiva da Educação e da Cultura como direito de todos. Do ponto de vista metodológico, o estudo assumiu a análise documental bem

como os dados coletados por meio de questionários. Autores como Gregory Bateson e Edgar Morin, entre outros, sustentam as reflexões e as análises que apontam para a necessidade de políticas e práticas inclusivas, tanto de Educação quanto de Cultura, tecidas em rede. O que vale para Vitória, o Brasil e o Mundo no contexto atual. Palavras-chave: políticas, práticas, inclusão, educação, cultura.

4) Política de inclusão no ensino superior: o caso da Universidade do Estado da Bahia - *FARIAS, Sandra Regina Rosa* - *srrsaf@gmail.com* - *Universidade do Estado da Bahia/Salvador-UNEB* - *Brasil*

A universidade, enquanto instituição social responsável pela produção e difusão de conhecimentos, deve participar plena e ativamente do processo de inclusão e acessibilidade, contribuindo para a aceitação social da diferença e, acima de tudo, para a promoção da igualdade de direitos que deve atingir qualquer cidadão. Cabe ressaltar que estudantes com deficiência possuem direitos assegurados pela legislação brasileira visando garantir o pleno exercício desses direitos também na Universidade. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que tem incorporado no seu discurso oficial a defesa da diferença, da diversidade, da inclusão e da acessibilidade como eixo central para suas ações, tanto na comunidade acadêmica, como na comunidade externa, distribuída em diferentes regiões do Estado da Bahia, tem buscado os instrumentos necessários para a entrada, permanência e finalização de cursos e ações aos estudantes com deficiência, bem como aos seus professores e técnicos que apresentam esta condição. As ações na perspectiva da inclusão, já são pensadas/ desenvolvidas oficialmente desde 2003 (iniciadas em 1999) na UNEB, com a criação do Núcleo de Educação Especial – NEDE. De lá para cá muitas ações pontuais foram sendo realizadas. Entretanto a Política de Acessibilidade e Inclusão está em fase de finalização, mas como se trata de uma Universidade que traz como rótulo “Popular e Inclusiva”, entende-se que a mesma se apoia neste discurso para fundamentar sua Política e enfrentar mais esta luta. Porém é um desafio histórico, político, metodológico e epistemológico, que necessita ser visitado com alicerces de formas diferentes de estar no mundo. Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior. Deficiência. Direitos.

Engagement des pères d'enfant ayant une surdité à travers les représentations des professionnels de la santé

KIRSCH, Sarah - *esk5566@umoncton.ca*; *GAUCHER, Charles* - *charles.gaucher@umoncton.ca* – *Université de Moncton* - *Canada*

L'annonce du diagnostic de surdité de l'enfant par les professionnels bouleverse chez les parents les représentations de l'enfant attendu (Pelchat, 2012). Durant cette étape, les parents ont la sensation de perdre le contrôle sur la vie (Dionne et al, 2006). En effet, ce diagnostic engendre un choc émotionnel auprès de la famille et les parents se construisent des projections futures particulièrement négatives, faute d'informations valides (Kerr, & McIntosh, 2000). Le temps après l'annonce du handicap est le point de départ vers un inconnu et la réalité prend alors un aspect différent et irréversible (Merucci, 2006). À la suite de cette annonce, le père de famille passe par différents sentiments vis-à-vis de la différence de son enfant. Les pères semblent avoir plus besoin de recul avant d'assimiler l'annonce. Pour la majorité des pères, cette attitude est un mécanisme mis en place à la suite de l'annonce du diagnostic pour essayer de se situer vis-à-vis de ce nouveau contexte. Leur implication par les intervenants assure leur engagement futur dans la vie de l'enfant. Pourtant, le père est perçu par les professionnels de la santé comme un parent secondaire (Dulac, 2001). Dans cet état d'esprit, la mère se retrouve au centre des prises de décisions avec les spécialistes. La conférence proposée vise à réfléchir, à partir des résultats d'une étude exploratoire portant sur l'expérience de 10 pères québécois, sur les moyens de développer l'engagement des pères à l'aide d'un accompagnement des professionnels. Il est apparu qu'à la suite de ces échanges avec les professionnels, les pères apprennent à reconnaître les capacités de leur enfant et tout ce que celui-ci peut apporter de plus au sein de la famille. Mots-clés: Paternité; Surdité; Engagement; Professionnel; Représentation

Escolarização de alunos com autismo e formação continuada de professores (Sessão Temática)

VASQUES, Carla K. - *k.recuero@gmail.com*; *MOSCHEN, Simone Z.* - *simoschen@gmail.com*; *FRÖHLICH, Cláudia* – *claudiafrohlich@hotmail.com*; *GURSKI, Rose* - *roselenegurski@terra.com.br* - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS*; *MILMANN, Elaine* - *elainemilmann@hotmail.com* - *Centro Lydia Coriat/POA* – *Brasil*

Objetiva compartilhar os efeitos de uma experiência formativa no âmbito da educação especial, articulada a partir do diálogo com a psicanálise, ocorrida entre os anos de 2011 e 2014, na cidade de Porto Alegre/RS – Brasil, com professores que atuavam com alunos identificados como com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), autismo e/ou psicose infantil em escolas comuns e atendimento educacional especializado na rede pública (estadual e municipais) de ensino. *Palavras-chave:* educação especial, psicanálise, formação continuada, TGD, autismo/psicose infantil.

Comunicações que compõem a sessão temática:

1) Psicanálise, educação especial e formação de professores: construções em rasuras - *VASQUES, Carla*; *MOSCHEN, Simone*; *FRÖHLICH, Cláudia*

Apresentar-se-ão os contornos e os operadores conceituais da experiência formativa - escrita, leitura, rasura e construção do caso – circunscrevendo alguns de seus efeitos. Por cerne da proposta, têm-se a aposta na educabilidade, na função constitutiva da escola e do professor, na força da palavra e da letra como dispositivo de reinvenção das possibilidades de ser e estar na escola. *Palavras-chave*: educação especial, psicanálise, formação continuada, TGD.

2) Formação de professores e transmissão da experiência: narrar, poetar, profanar - *GURSKI, Rose*

O trabalho associa pesquisa e extensão na Universidade, também como um modo de profanar a dicotomia entre o fazer e o pensar, entre o saber acadêmico e as políticas públicas de educação especial. Nesse enlace, a literatura e a escrita/leitura funcionam como dispositivos de formação, carregam potência de criação e ajudam a edificar outras e novas pontes nas fronteiras da vida acadêmica. Alcançar as letras da poesia, da literatura, ou ainda o vagar do *flâneur* como dispositivos de transmissão e formação inscrevem outro lugar para os profissionais da educação especial com efeitos para as condições de inclusão de crianças e jovens ditos com autismo e/ou psicose infantil. *Palavras-chave*: Psicanálise, experiência, formação de professores, educação especial.

3) Do nada ao vazio: narrativas do silêncio - *FRÖHLICH, Cláudia*

Como leitores de muitas histórias vividas em escolas, temos percebido o quanto a expressão “nada” é repetida frente aos não progressos do aluno, seja nas falas dos protagonistas desse cenário, seja nos escritos sobre os alunos deixados na escola (pareceres, bilhetes, fichas de encaminhamentos). O nada surge, muitas vezes, como a única palavra que emerge diante de tentativas e estratégias que aparentemente não resultaram em nenhum índice de aprendizagem. Durante nosso curso, por meio dos escritos, fóruns, bate-papos virtuais e, sobretudo, das rasuras, buscamos criar vazios, produzir e sustentar afastamentos. Nosso reiterado convite para a escrita não busca a informação sobre o aluno, mas a inscrição da experiência e invenção de uma perspectiva. É nas dobras da leitura de um aluno que um professor pode vir a tornar-se autor, protagonista de sua história, agente de um generoso encontro. Inscrevendo, assim, alguns capítulos a mais de sua formação continuada, embora saibamos que a formação é uma história sem fim. *Palavras-chave*: Psicanálise, educação especial, formação de professores, literatura.

4) Do letramento poético à poética do letramento - *MILMANN, Elaine*

Legalmente dado, atualmente, o desafio de receber alunos com uma posição singular na linguagem se amplia para todos os espaços escolares e convoca à produção de novos conhecimentos e propostas educacionais. A proposição é convidar os professores a um mergulho na experiência poética: as pontes entre o espaçamento do corpo e o espaçamento na escrita, entre o brincar com as coisas e o brincar com o traço, as letras e as palavras; sendo o elo entre as palavras e as coisas, um enlace dado no social, essa é a ponte a ser construída para alunos em uma posição singular na linguagem. *Palavras-chave*: Alfabetização. Letramento. Poética do letramento. Alunos com uma posição singular na linguagem.

Escolarização do aluno com surdez no Brasil: condições de igualdade na acessibilidade e na permanência - *Formas igualitárias de acesso e permanência na universidade: o contexto da surdez*

SANTANA, Ana Paula anaposantana@hotmail.com - UFSC - Brasil

As políticas educacionais no Brasil vêm buscando garantir condições igualitárias para o acesso e permanência ao surdo desde a educação básica à educação superior. Com isso, o número de alunos surdos na educação superior vem crescendo ano a ano. A questão que se coloca é: o que se estabelece nos documentos legais tem sido realizado na prática? O que os surdos universitários dizem sobre sua condição na universidade? O que os docentes dizem sobre sua formação para receber os surdos em sala de aula? O objetivo deste trabalho é discutir sobre as condições de acesso e permanência do surdo na universidade a partir da visão dos surdos e professores. Como metodologia foram entrevistados 5 surdos, sendo 3 da graduação e 2 da pós-graduação. Além disso, foi realizada uma entrevista com 59 docentes sobre sua formação para atuação com alunos público-alvo da educação especial. Como resultado, os alunos surdos apontam dificuldades relacionadas às dificuldades com textos acadêmicos, didática dos professores, falta de interesse dos intérpretes e falta de formação da comunidade acadêmica. De modo geral, os alunos apontam que os professores não estão preparados para terem alunos surdos. De seu lado, os professores afirmam que também não estão preparados para receberem alunos surdos em sala de aula, pois não receberam formação. Vemos que, apesar de termos leis que garantam a acessibilidade dos surdos no ensino superior, há uma distância entre a teoria e a prática. Os professores precisam de formação e os alunos precisam de maiores ações para que possam solucionar suas dificuldades. Só a partir dessas mudanças é que teremos, realmente, uma educação igualitária. *Palavras-chaves*: surdez, escolaridade, acessibilidade, professores, educação superior.

Escolarização do aluno com surdez no Brasil: condições de igualdade na acessibilidade e na permanência - *Intérprete de língua de sinais no ensino superior*

GUARINELLO, Ana Cristina - ana.guarinello@utp.br - Universidade Tuiuti do Paraná- UTP - Brasil

Nos últimos años houve um aumento significativo dos alunos que apresentam alguma necessidade educacional de caráter permanente e/ou temporário no ensino superior. Dentre esses alunos esse trabalho enfatiza os surdos usuários da língua de sinais, os quais por conta da sua especificidade linguística necessitam da atuação dos intérpretes da língua de sinais aqui considerados como mediadores do seu processo de aprendizagem e acessibilidade. A partir disso, o objetivo deste trabalho é analisar a percepção de intérpretes de Libras que atuam no ensino superior a respeito da sua formação, suas funções e práticas nesse nível de ensino. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário, composto de questões abertas e fechadas, respondidas por 35 intérpretes de Libras atuantes no ensino superior brasileiro, a respeito de sua atuação neste nível de ensino e de suas práticas enquanto intérpretes. A pesquisa enfatiza a compreensão desses profissionais a respeito de suas condições de trabalho na universidade. Os resultados demonstram que todos os profissionais participantes deste estudo possuem formação no nível superior, e que a maioria possui alguma certificação na área de interpretação e tradução, tal como Bacharelado em Letras/ Libras, exame de proficiência – Prolibras, além de certificado emitido pela Feneis. Com relação as suas atribuições como intérpretes, 36,8% da amostra respondeu que é seu papel interpretar e intermediar a comunicação entre os surdos e ouvintes. Os resultados também demonstram que esses participantes encontram-se em processo de construção dos sentidos e significados do seu papel enquanto intérpretes. Considera-se enfim que para que a atuação desses profissionais ocorra de forma mais efetiva, é preciso que os intérpretes assumam posturas mais reflexivas e responsivas frente as suas atribuições junto aos sujeitos surdos e aos outros atores sociais envolvidos em seu processo de aprendizagem e acessibilidade. Palavras-chaves: surdez, acessibilidade, intérprete

Estudio acerca de cómo perciben su diagnóstico los estudiantes con síndrome asperger en ambiente educativo chileno.

CORRALES, Angélica - acorrales@udec.cl - Universidad de Concepción - Chile

El presente estudio se respalda en las diversas experiencias de pasantías y práctica profesional de estudiantes en formación docente que han sido participes de convivencia con alumnos con síndrome Asperger; desde las cuales se puede evidenciar un desconocimiento de apoyo a los estudiantes con necesidades educativas especiales asociadas a discapacidad y del fenómeno en su conjunto. La investigación es cualitativa con diseño fenomenológico. Para la obtención de los datos, se realizaron entrevistas a alumnos con síndrome Asperger mayores de 13 años de establecimientos educacionales de una comuna chilena, adscritos al Proyecto de Integración Escolar (PIE). La modalidad utilizada de selección de los colegios para el estudio se realizó según los siguientes criterios: 1.-Establecimiento educacionales de dependencias administrativas: municipales y subvencionados adscritos al proyecto de integración escolar (PIE). 2.-Establecimientos que cuentan con alumnos con diagnóstico de síndrome Asperger en el segundo y tercer nivel nivel de enseñanza, mayores de 13 años. La pregunta de investigación planteada fue ¿Qué implicancias tiene en el alumno la posesión de un diagnóstico de síndrome Asperger? Los objetivos planteados del estudio fueron: Indagar la percepción de estudiantes con síndrome de asperger acerca de su diagnóstico y de esta manera identificar las situaciones que vivencian los alumnos con síndrome Asperger en el establecimiento educacional y determinar las barreras experimentadas para su integración escolar. Los resultados de la investigación permiten conocer la percepción de los alumnos con Síndrome de Asperger desde su subjetividad en el marco de la intersubjetividad y colaborar en un mayor entendimiento en torno al tema. Actualmente 1 de cada 88 personas, según la Fundación Asperger Chile, se posicionan dentro del Espectro, por lo cual hace imperativo ahondar en la naturaleza de dicho fenómeno y generar una mirada crítica en torno a ello. Palabras Claves: Síndrome de Asperger, Barreras de Aprendizaje integración, Percepción

Estudio sobre la calidad de vida familiar de las personas con Síndrome de Prader Willi

SUÁREZ, Anyhelina - anyhelina.suarez@gmail.com; FALERO, Beatriz; METZGER, Betty - Facultad de Psicología, Udelar. Uruguay

El Síndrome de Prader Willi (SPW) es una enfermedad congénita, no hereditaria multisistémica y compleja. Las personas que tienen este síndrome suelen presentar alteraciones metabólicas, dificultades motrices, déficit intelectual, trastornos del lenguaje, y un grado de discapacidad entre leve y severo. Por su baja prevalencia está incluida dentro de las denominadas enfermedades raras. El objetivo de este estudio fue analizar la Calidad de Vida Familiar de esta población. La metodología adoptada fue de tipo cuantitativa. Se aplicó la Escala de Calidad de Vida Familiar (ECVF) para familias con personas con discapacidad realizada por Leonor Córdoba, Miguel Ángel Verdugo y Juana Gómez. Participaron un total de trece familias de la Asociación de Prader Willi Uruguay. Se recabaron datos sociodemográficos de la persona y su familia; los servicios que requiere y recibe, y la percepción que tiene de la calidad de vida de su propia familia. Dentro de los resultados obtenidos se detectaron tres factores principales en los cuales se identifican las necesidades insatisfechas de la persona con SPW y su entorno familiar. Estos factores son: apoyo a las personas con discapacidad (acceder a los beneficios y servicios que necesita la persona con SPW); recursos familiares (particularmente servicios de atención al núcleo familiar); salud y seguridad (reconocimiento de las necesidades de las personas con SPW en los diferentes contextos, por ejemplo: salud, educación y formación laboral). La permanencia a largo plazo de estas necesidades insatisfechas amenaza la calidad de vida familiar, limitando la participación y

elección de la persona con SPW. Asimismo se constató un alto nivel de satisfacción en las respuestas relacionadas a la Interacción familiar y rol parental, destacándose el apoyo y la atención que los familiares más cercanos le ofrecen a la persona con SPW, así como la constante búsqueda de redes sociales para su integración. Palabras clave: Prader Willi - Calidad de vida familiar - Discapacidad.

Estudo das Interfaces Tangíveis com recursos de Comunicação Alternativa voltadas ao Transtorno do Espectro Autista

VIEIRA BARCELLOS, Martha - barcellosvieira.martha@gmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brasil

O presente trabalho é uma proposta interdisciplinar que inclui as áreas de interfaces interativas tangíveis, autismo, tecnologia assistiva, comunicação alternativa e processos afetivos, reunindo conhecimentos já consolidados pelo grupo TEIAS/UFRGS (autismo, processos educativos e comunicação alternativa) que tem como objetivo apresentar possibilidades de exploração de novas estratégias e inovações tecnológicas para apoio ao processo inclusivo de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil e nas séries iniciais a partir de tecnologias livres e de baixo custo, adequáveis à nossa realidade nacional e aplicáveis a outras situações de inclusão. A temática da pesquisa centra-se na Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e nas Interfaces Interativas Tangíveis (ITT) para a ampliação de habilidades de comunicação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sentido de investigar a dimensão afetiva emergente nas mediações com crianças com autismo a partir de interfaces tangíveis com recursos de comunicação alternativa mediante a produção de narrativas visuais para compreender e integrar recursos de comunicação alternativa (SCALA) nas interfaces tangíveis. Um novo estilo de interação humano-computador tem sido possível graças ao avanço tecnológico e a redução de custos de interfaces táteis que presenciamos nos últimos anos. As Interfaces Interativas Tangíveis (IIT) ou *Tangible User Interface (TUI)* permitem manipular representações físicas de um objeto digital ou atuar como controle para a manipulação de um objeto ou informação. A metodologia de pesquisa adotada neste estudo é de caráter tecnológico e qualitativo. Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Emoção, Comunicação Alternativa, Interfaces Tangíveis, Tecnologia Assistiva

Exercício da capacidade legal pelas pessoas com deficiência: uma abordagem sobre interdição e curatela

MISSAGLIA, Vivian - profa.vivian.missaglia@gmail.com - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS

A deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência (PcD) e barreiras que impedem a plena e efetiva participação da pessoa na sociedade, em igualdade de oportunidades com as demais. A PcD tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Deficiência não é sinônimo de doença ou incapacidade é apenas mais uma característica da condição humana. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Lei nº 13.146/2015) causa grande repercussão sobre o sistema jurídico brasileiro, principalmente no Direito Civil, uma vez que modifica e revoga alguns artigos do Código Civil trazendo avanços para a proteção da dignidade da PcD, destaca-se: não existe pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade (PcD foram excluídas do Art. 1.767 Código Civil), limites da Curatela e o procedimento de Tomada de Decisão Apoiada. Quando necessário (medida protetiva extraordinária), a PcD poderá ser submetida à Curatela (proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível - garantir a revisão). A Curatela afetará exclusivamente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial da PcD, não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. É necessário avançar além dos instrumentos jurídicos, no sentido de reconhecimento dos direitos, da capacidade jurídica, liberdades fundamentais e autonomia das PcD, o que na legislação brasileira estava desvirtuado. É imprescindível avançar na Cultura de Direitos Humanos e na Acessibilidade Universal, principalmente atitudinal. A figura de pessoa incapacitada civilmente não pode ser associada à PcD. Toda mudança social passa antes por um reconhecimento legal e jurídico. É necessária a adequação das práticas jurídicas à nova realidade, uma vez que a deficiência está na sociedade, não nos atributos dos cidadãos. Palavras-chaves: Pessoa com Deficiência; Direitos; Curatela; Interdição

Experiência e acessibilidade no ensino superior: estudo de caso

SILVEIRA, Bruna Rocha - bruna.rochasilveira@gmail.com; SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos - jafersantos@gmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

Nos últimos anos, no Brasil, as palavras inclusão e acessibilidade passaram a fazer parte do nosso dia a dia. O crescimento dos movimentos políticos das pessoas com deficiência e a criação de leis que exigem acessibilidade à pessoa com deficiência em espaços educativos, culturais, de lazer e laborais pareciam garantir que essa inclusão fosse acontecer. No entanto, ainda vemos poucos alunos com deficiências em escolas comuns e menos ainda que chegam às universidades. A maioria não por falta de capacidade cognitiva, mas porque as barreiras arquitetônicas e atitudinais não permitem o acesso à educação superior. Nesse trabalho contamos como é ser aluno de doutorado da universidade pública que é considerada uma das melhores do país, tendo uma doença crônica e mobilidade reduzida. Apesar da existência de um Plano Nacional do Governo Federal para promover acessibilidade e inclusão no Ensino Superior, ela não acontece plenamente. Ao publicarmos uma carta aberta à reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2015, indicando os problemas que temos todos os dias para acessar a universidade, não obtivemos resposta alguma da instituição, mas sim de vários estudantes com deficiência que tiveram de

desistir de seus cursos em decorrência da falta de acessibilidade. Escrevemos esse trabalho pensando que mais difícil que construir rampas nas calçadas é “construir rampas na mente das pessoas”, para que elas compreendam que acessibilidade é para todos e que inclusão não é um favor. Para tanto, traçamos um paralelo entre nossa experiência pessoal e as leis federais que regem o direito ao acesso universal à educação. Palavras-chave: acessibilidade, experiência, ensino superior.

Experiencia en la implementación y desarrollo de la política de educación superior inclusiva de la Universidad de Boyacá/Tunja - Colombia.

AVENDAÑO, Mary Yolima - myavendano@uniboyaca.edu.co - GARCÍA, Amanda Elizabeth; CORREAL CUERVO, Rodrigo. Universidad de Boyacá - Colombia

La inclusión social en Colombia surge como respuesta a fenómenos de exclusión social y se puede definir como una serie de estrategias inherentes a la multiculturalidad. El Ministerio de Educación Nacional (MEN) dentro de los Lineamientos de Educación Inclusiva ha priorizado algunos grupos como vulnerables, entre ellos se encuentran, las personas en situación de discapacidad, grupos étnicos, población víctima de grupos armados, población desmovilizada en proceso de reintegración, habitantes de frontera y grupos LGBTI, estos grupos no son los únicos que pudiesen tener connotación de vulnerable, sin embargo, la inclusión de estos grupos dentro del colectivo garantizarían la cobertura de la población estudiantil sobre la cual desplegar acciones y estrategias puntuales para el acceso, permanencia y /o graduación de los estudiantes. Palabras clave: Política de Educación Superior, Inclusión, Exclusión, Estrategias, Diversidad

Experiência na construção de proposta da lei gaúcha de acessibilidade e inclusão

PEREIRA, Marilu Mourão - marilumourao@bol.com.br - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS – Brasil

O estado do Rio Grande do Sul tem avançado na promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio do desenvolvimento de políticas públicas que buscam propiciar a construção de uma sociedade inclusiva, respeitando as especificidades de cada sujeito, priorizando ações com o propósito de garantir o respeito à diversidade. No ano de 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento este ratificado pelo Brasil juntamente com seu Protocolo Facultativo, com equivalência de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949/2009. Com isso houve a necessidade de um ajustamento na legislação do nosso país, de forma a seguir os princípios, desse tratado internacional. Nesse contexto e no esforço de garantir e ampliar a participação nas decisões governamentais acerca das pessoas com deficiência, o governo do estado buscou consolidar e solidificar esse direito, através do decreto que estabeleceu um grupo de trabalho em 2015, o qual pode ser considerado um marco histórico em nosso estado, tendo como propósito a revisão da legislação vigente, relativa às pessoas com deficiência no estado. O grupo foi formado por diversos representantes de órgãos estaduais do executivo, legislativo, judiciário e sociedade civil, através do Conselho Estadual das Pessoas com deficiência, em caráter interinstitucional, num esforço coletivo na garantia de direitos das pessoas com deficiência. Como resultado desse trabalho, tivemos o avanço nos debates sobre os direitos relevantes para pessoas com deficiência e a construção de uma nova legislação e de políticas públicas, pautadas no contexto atual e a necessidade de mudanças nas mais diversas temáticas transversais. Palavras-chave: lei gaúcha de acessibilidade;

Experiências de inclusão de pessoas com deficiência psicossocial no mercado de trabalho

SILVA, Marilene Santos da - pedmarilene@hotmail.com; SOARES, Sandra Maria; WAGNER, Luciane Carniel - Centro Universitário Metodista-IPA - Brasil

O presente estudo teve como temática o processo de inclusão laboral de pessoas com deficiência psicossocial no mercado de trabalho. O termo deficiência psicossocial se refere aos impedimentos e perdas funcionais vivenciados por sujeitos com transtornos mentais graves. Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou a técnica da entrevista narrativa para abordar a temática de interesse. Nove sujeitos procedentes de Porto Alegre foram entrevistados: três com deficiência psicossocial que participam de um programa de inclusão laboral (PROJETO CAPACITAR), três familiares e três empregadores, com o objetivo de analisar e refletir sobre as repercussões deste programa na vida dos sujeitos e de seu entorno social. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas em seu conteúdo. Três temáticas emergiram: na categoria transtorno mental e estigma, os sujeitos apontam que existem vagas para pessoas com deficiência psicossocial, mas poucas são ocupadas, devido a barreiras atitudinais ligadas ao preconceito e à falta de informação; na categoria trabalho e pertencimento, a inclusão laboral é discutida como oportunidade de inserção em uma rede de identificações sociais positivas; a categoria seguinte explora os benefícios da inclusão no bem estar geral do sujeito, discutindo o trabalho como uma estratégia de promoção de saúde. A oportunidade de trabalhar é transformadora e resulta em ganhos individuais que transcendem a questão monetária. A inserção no universo do trabalho é um caminho para a libertação individual e para a cidadania. São necessárias políticas públicas que garantam o acesso e, principalmente, a permanência de pessoas com deficiência psicossocial no mercado de trabalho. Palavras-chave: deficiência psicossocial, estigma, inclusão laboral

Formas de engajamento, políticas da surdez e da língua de sinais - sob olhares antropológicos e sociológicos (Sessão Temática)
GEDIEL, Ana Luisa - ana.gedielufv@gmail.com - Universidade Federal de Viçosa/ UFV ; ASSENSIO, Cibele Barbalho - cibele.assensio@gmail.com - Universidade de São Paulo/ USP ; BARROS, Eudenia Magalhães - eudenia.magalhaes@gmail.com - Universidade Federal do Ceará / UFC; SOUZA, Andre Luis Santos de - andreconatus@gmail.com - Universidade Federal de Viçosa/MG - Brasil

A sessão temática objetiva realizar um debate antropológico a partir das diferentes perspectivas imbuídas nas pesquisas etnográficas a seguinte problemática: de que maneira são articuladas as formas de engajamento e entre sujeitos denominados *peessoas surdas* e o agenciamento frente às políticas da surdez e da língua de sinais? Buscamos discutir as formas de identificação de militância política e de padronizações linguísticas, com recortes de gênero e geração, referentes às demandas de inserção social. Nos interessa configurar como os sujeitos surdos passam a ocupar posições políticas de porta vozes de movimentos sociais e a busca por *reconhecimento*, o que também se constitui enquanto subjetividade. Ainda, importa verificar as situações de agência para acesso aos serviços públicos e privados daqueles sujeitos que não estão interligados diretamente na militância política. Nesse sentido, iremos refletir a formação de lideranças surdas e as formas de subjetivação que envolvem tal processo (apresentação 1). Também abordamos em que medida, quando formados os coletivos para mobilizações, esses refletem na conformação de direitos e na elaboração de propostas no âmbito legislativo e constitucional, aproximando as demandas dos grupos e os principais focos de atuação, à exemplo das escolas bilíngues para surdos e o direito à educação (apresentação 2). E, o debate encerrasse com o entendimento sobre quais são as estratégias e as repercussões em situações em que há distanciamento do âmbito político para a obtenção de espaços sociais e de acesso aos direitos, como no caso do atendimento às mulheres surdas na esfera da saúde (apresentação 3). Como principais considerações, afirmamos que em termos do ambiente escolar a questão geracional é produtora de formas de identificação por meio de relações bastante complexas que devem levar em conta sem dúvida as diferenciações entre os moldes atuais de educação bilíngue e modelos pedagógicos mais antigos. Também, observamos a influência em termos dos usos 1 da língua de sinais, do empoderamento político e da constituição de sentidos, ao passo que instituem-se posicionamentos de lideranças. E, por fim, o distanciamento de acesso aos direitos requeridos quando há ausência de formação de militância. O agenciamento torna-se individualizado e as participações organizativas configuram-se por meio de espaços alternativos, com o uso da internet como meio de aquisição e difusão de informações. Palavras-chave: pessoa surda; língua de sinais, agenciamento político; gênero e surdez.

Comunicações que compõem a sessão temática:

1) ASSENSIO, Cibele Barbalho - Universidade de São Paulo/ USP

Sabe-se que a surdez, além de ser amplamente reconhecida como expressão da diversidade humana, constituiu-se como uma particularidade linguística afirmada em termos também culturais. Esse trabalho busca refletir sobre formas de identificação forjadas por essa particularidade, contudo, relacionadas a posições específicas: de lideranças das denominadas comunidades surdas. Líderes surdos/surdas comumente ganham destaque por serem compreendidos como exemplos do que é a surdez em termos de marca identitária, algo que é comumente cristalizado através de categorias tais como cultura surda e identidade surda. Mas além de atributos mais comumente inferidos por essas categorias, quais formas de identificação reservam a esses líderes o lugar de portavozes? De que maneiras a atuação desses sujeitos articula coletividades amplas de pessoas surdas e ao mesmo tempo constitui dimensões subjetivas muito específicas, atravessadas pelo âmbito da militância cotidiana? A compreensão de tais questões pautou-se em um estudo etnográfico junto a espaços de atuação desses líderes na cidade de São Paulo, o que foi somado à análise de biografias e entrevistas publicadas em outros trabalhos. O processo de inserção no campo tornou-se objeto de problematização fundamental da pesquisa, possibilitando compreender a surdez em termos relacionais, também por meio da posição da pesquisadora (ouvinte) frente aos pesquisados (surdos). Além das próprias fronteiras simbólicas conformadas entre pessoas assignadas como nativas da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e falantes de línguas orais, recortes geracionais, trajetórias em comum, engajamentos políticos e envolvimento profissional com a Libras são alguns dos fatores que se cruzam ou se somam para criar relações de identificação e, assim, constituir subjetividade de sujeitos chamados a ocuparem o lugar de liderança surda.

2) BARROS, Eudenia Magalhães - Universidade Federal do Ceará / UFC

Atualmente, algumas das mobilizações da comunidade surda no Brasil têm como um dos objetivos principais a conquista das escolas bilíngues para surdos. Um dos coletivos que atua frente a esses direitos é denominado como “Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda”. Este foi constituído no ano de 2011, agregando lideranças de instituições representativas das pessoas surdas em várias cidades do Brasil. Desse modo, a pesquisa 2 refletiu a respeito das estratégias utilizadas na condução de algumas das ações organizativas, a fim de compreender as formas de representação do coletivo. Ainda, interessou verificar os processos de construção de sentidos investidos no grupo, considerando a articulação dos sujeitos envolvidos, as performances e as estratégias utilizadas na conquista dos seus direitos e na busca por *reconhecimento*. O estudo foi realizado

durante os anos de 2012 à 2015, tomando como recorte espacial dos estados brasileiros do Ceará e de São Paulo, apoiada em dados etnográficos, diários de campo, documentos oficiais e entrevistas realizadas com lideranças surdas e demais ativistas pela causa. Considerou-se o mapeamento da articulação dos sujeitos envolvidos, suas performances e táticas utilizadas na luta pela conquista dos seus direitos. Ainda, verificou-se as evidências sobre a complexa dinâmica das disputas pela construção de normatividades, em um contexto de ressignificação das concepções de *surdez* e *d eficiência*. Foi possível perceber as distintas interpretações da ideia de *inclusão* por parte do Estado e do Movimento Social, notando em que medida os processos contínuos de reformulação dos estigmas contribuiu para dar novos sentidos aos discursos presentes na disputa política em questão. Concluiu-se que o movimento social de pessoas surdas pretende consolidar-se na sociedade por meio do seu protagonismo em protestos e ações políticas que, por meio de agendas específicas, retrata um esforço por visibilidade e respeito.

3) *GEDIEL, Ana Luisa; SOUZA, André Luis Santos de - Universidade Federal de Viçosa/ UFV*

A presente pesquisa está alicerçada em uma discussão antropológica referente a agência de mulheres Surdas para a obtenção de conhecimentos na esfera da saúde pública. O estudo teve o objetivo de entender como as mulheres Surdas usuárias da LIBRAS, que não estão cadastradas nas Estratégias de Saúde da Família (ESFs), recebem informações e são atendidas para prevenção e tratamento à saúde. Inicialmente, buscou-se identificar a partir do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e das diretrizes do Sistema Único de Saúde as principais noções que norteiam a saúde para as mulheres Surdas. Com base na legislação, foi realizado um estudo etnográfico para verificar as formas de agenciamento dessas mulheres sobre seus direitos sexuais e reprodutivos. A partir de uma abordagem qualitativa, a etnografia ocorreu entre os anos de 2013 e 2015, com mulheres residentes em uma cidade do interior da zona da mata mineira, com financiamento via Fapemig e CNPq. A pesquisa acompanhou o cotidiano de seis Surdas, com idade entre 25 e 43 anos, que frequentam as unidades de saúde, mas não estão cadastradas nas ESFs. Como resultados, verificou-se um conjunto de práticas que distancia o acesso das mulheres aos conhecimentos referentes às questões de saúde sexual e reprodutiva. Dentre elas, pode-se citar a barreira linguística, o despreparo profissional, a tutela e a infantilização pelas instituições de saúde e familiares. No que diz respeito ao âmbito do Sistema Público de Saúde, verificou-se a importância de desenvolver atividades institucionais que subsidiem a atuação de gestoras/es municipais, estaduais e distritais de políticas para as mulheres na formulação e implementação de programas e ações dirigidos às mulheres Surdas. Constatou-se via pesquisa que esse segmento demonstra a necessidade de políticas que acionem conhecimentos convergentes às suas especificidades linguísticas.

Genre et autisme: deux catégories en confrontation pour des adolescents en institution spécialisée

PRIMERANO, Adrien - adrien.primerano@gmail.com - EHESS, IRIS, CERMES 3 - France

L'autisme, dans sa « définition psychiatrique » (Jack, 2014) la plus couramment admise, est décrit comme une triade composée d'intérêts restreints et sélectifs, mais aussi d'un trouble de la communication et des interactions sociales. Or, le genre lui-même est un objet qui se construit à travers ces deux prismes, la communication et les interactions. Cette mise en parallèle permet de dévoiler de nombreux mécanismes : s'il y a des apprentissages des stéréotypes de genre, ceux-ci seront visibles et perceptibles, car la socialisation par le groupe de pair est ici largement atténuée, et se trouve remplacée par un système vertical d'apprentissage des codes sociaux mené par des professionnels du champ médico-social. Pour étudier les enjeux et les modes de fonctionnement de cet apprentissage, je m'appuierai sur un travail ethnographique mené au sein d'Instituts Médico-Educatifs (IME) pour adolescents autistes, en France, en me focalisant sur le traitement, organisationnel et relationnel, des questions de masculinité et de féminité, mais aussi d'adolescence. A travers une étude de différents cas, je propose de montrer les tensions et les enjeux de ce débat, alors que les classes sexuelles (Goffman, 2002) semblent être mobilisées, en institution, afin de s'extirper de la catégorie excluante d'autisme, pour rattacher les « jeunes » au reste de la communauté « non-autiste » (ou, comme l'on dit dans le domaine, « neurotypique »), en les inscrivant dans leur classe d'âge ou leur genre. Il s'agira de montrer que ces déplacements de catégorie permettent de réinscrire dans une histoire linéaire les « jeunes » sur la route de l'apprentissage de l'être adulte : l'importance de la mobilisation des classes sexuelles semble être corrélée à une forte volonté institutionnelle d'autonomisation. Mots-clés: Autisme, Genre, Adolescence, Instituts Médico-Educatifs, Ethnographie

“Guia do Viajante Esclerosado”: turismo e lazer como forma inclusão

*SILVEIRA, Bruna Rocha - bruna.rochasilveira@gmail.com; SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos - jafersantos@gmail.com
SOUZA, Vinicius Nunes Rocha e - viniciusnrs@hotmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS - Brasil*

O direito de ir e vir é um dos mais importantes direitos para a promoção da igualdade e dignidade da Pessoa com Deficiência (PCD). Dessa forma, pretendemos, com esse trabalho, apresentar uma experiência que pactua com esse desejo, incentivando e auxiliando àqueles que necessitam de condições e atenções especiais a sair de casa: o Guia do Viajante Esclerosado. O Guia é uma publicação digital voltada a leitores diagnosticados com Esclerose Múltipla (EM), no entanto, as dicas que integram o manual não ficam restritas a pessoas diagnosticadas com a doença. Visto que a EM é uma enfermidade que age de forma variada, podendo causar deficiências e dificuldades diversas (físicas, motoras, comunicacionais, visuais etc.), o manual consegue abranger transtornos enfrentados por pessoas diagnosticadas com outras enfermidades e com outras restrições. Tratando de

questões como “Acessibilidade”, “Escolhendo o Destino”, “Fazendo as malas”, “Dicas de Viagem”, o Guia intenciona oferecer elementos para que os leitores, nas mais diferentes condições e necessidades, possam desfrutar da melhor forma possível os benefícios e compromissos de uma viagem, seja ela de lazer, trabalho ou para fins de tratamentos médicos. A publicação é complementada com um blog que traz assuntos para além do Guia, sendo um espaço de compartilhamento de experiências de viagens não apenas dos autores do Guia, mas de outros leitores. O Guia, seu blog e aplicativo (disponível para tablets e celulares) auxiliam e incentivam pessoas com deficiência a terem e compartilhem suas experiências de viagem e também do seu lugar de origem. Nesse texto apresentamos e analisamos a publicação e suas respectivas ferramentas colaborativas como forma de promoção de inclusão e participação social da pessoa com deficiência.

História da educação especial: discursos presentes na criação e constituição do instituto nacional de educação de surdos

ABREU, Marcela Alves de - abreumarci@gmail.com; CARVALHO, Diana Maul - Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Rio de Janeiro /UFRJ - Brasil

O objetivo deste trabalho é apresentar a história da constituição da primeira instituição de educação para crianças surdas, no Brasil, no período do século XIX e início do século XX, analisando as influências do discurso médico nessa instituição. Em 1832, as Academias Médico-cirúrgicas foram transformadas em Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, tendo grande referência a Academia de Medicina de Paris. A influência francesa também pode ser verificada na criação dos primeiros institutos para educação especial no Brasil. O francês E. Huet chegou ao Rio de Janeiro, no ano de 1855, tendo a intenção de ensinar para surdos, atividade que desenvolvia na França, sendo ex-diretor do Instituto de Bourges. Na documentação do Ministério do Império consta que o Collegio Nacional para surdos-mudos de ambos os sexos, fundado em 1855, atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES, era “destinado à regeneração intelectual e moral dos Surdos-Mudos do Brasil, admite qualquer indivíduo dos dois sexos, desde a idade de 7 a 16 anos.” (ALMANAK, 1856). Assim, verifica-se que a presença do discurso médico higienista regulando as práticas educacionais, a partir da prática de classificação e controle dos desvios, da moral, da norma, da ordem e civilidade. A medicina buscava combater as doenças a partir da noção da higiene pública e privada, e a transformação do modo de vida da população, intervindo em diversos espaços institucionais. (GONDRA, 2004; FOUCAULT, 1996; MACHADO, 1978). Assim, identificamos a partir dos estudos de documentos oficiais deste instituto, teses de medicina e publicações do período do final do século XIX e início do século XX, como esses discursos vigoravam e estavam presentes na organização do instituto e no modelo de ensino. Palavras-chaves: educação especial, história, discurso médico.

Hospitalisation à domicile et expérience de vie

VARLET, Julie - j-varlet@live.fr; CARRA, Cécile - cecile.carra@univ-artois.fr - Université d’Artois, Lille Economie Management de l’Artois (LEM-Artois) - France

Les maladies chroniques évolutives sont reconnues, en France, comme un handicap depuis la loi n° 2005-102 du 11 février 2005 pour l’Egalité des droits et des chances, la participation et la citoyenneté des personnes handicapées, en ce sens où elles peuvent faire subir à une personne une « limitation d’activité ou restriction de participation à la vie en société dans son environnement » (art. L 114). Elles recouvrent des situations très diverses (diabète, sclérose en plaques...) se caractérisant par leur caractère évolutif, et sont à l’origine de handicaps. Ces maladies nécessitent une prise en charge médicale sur une longue durée, prise en charge qui se réalisera sans doute de plus en plus dans le cadre de l’hospitalisation à domicile (HAD). On peut en effet noter une évolution de ce type d’hospitalisation sur la période de 2008-2011 de 40,6 %, tous soins confondus (Sources : ATIH – PMSI), témoignant de l’installation progressive de l’HAD dans l’offre régionale de soins. Cette double spécificité, la durée de la prise en charge, et le lieu où elle se déroule, c’est-à-dire le domicile, nous conduit à émettre l’hypothèse que ce type de prise en charge contribue de manière significative à structurer l’expérience de vie de cette catégorie d’usagers. C’est à partir de leur point de vue sur la qualité du service et des facteurs qui y contribuent que nous appréhenderons leur vécu. Ce vécu sera réinscrit dans le parcours biographique de l’individu. Ce vécu fait-il apparaître des spécificités par rapport aux autres usagers ? Les données proviendront de questionnaires administrés auprès des usagers des HAD du Nord/Pas de Calais (France). L’analyse s’inscrira dans une approche sociologique, mobilisant la littérature sur les relations de service et le cadre théorique de l’interactionnisme. Mots-clés: hospitalisation à domicile, usagers, expérience de vie, relations de service, qualité.

Idealização e construção de um kit de equipamentos de apoio à inclusão de crianças em centros de educação infantil no Estado de Santa Catarina

DIAS, Marcelo - fisiopedi@gmail.com; MATTOS, Caroline carolmattos78@gmail.com - NETO, Julia Martins - fga.julia@gmail.com - Fundação Catarinense de Educação Especial – Santa Catarina /Brasil

A complexidade que envolve o processo de desenvolvimento e a aprendizagem escolar se amplia quando a criança que o vivencia apresenta alguma condição ou situação desfavorável que dificulte ou inviabilize o aprendizado. A partir das assessorias realizadas nas escolas dos usuários atendidos no Centro de Reabilitação Ana Maria Philippi da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), foi possível identificar a carência de equipamentos e a falta de orientações aos professores, a respeito de questões simples como posicionamento da criança na escola, maneira de alimentar as crianças com disfagia, além das

possibilidades de estimulação e de atividades lúdicas que favoreçam a inclusão. Neste sentido, um grupo formado por um fisioterapeuta, uma terapeuta ocupacional e uma fonoaudióloga idealizaram um “kit de equipamentos” de baixo custo, composto por: rede de balanço, calça jeans sensorial, caixote com rodas e uma “caixa coringa” contendo materiais para adaptação de equipamentos escolares, de alimentação e para brincadeiras. Este kit de equipamentos busca favorecer a participação das crianças com deficiência, atraso no desenvolvimento, ou comportamento típico em atividades comuns às das outras crianças, oportunizar a vivência de experiências motoras, sensoriais e cognitivas, bem como favorecer a inclusão escolar. Pretende-se após a testagem do “kit de equipamentos” em três escolas da rede pública da grande Florianópolis, propor um programa de capacitação para a confecção e uso deste kit de equipamentos a ser ministrada aos professores dos centros de educação infantil do estado de Santa Catarina, com encontros presenciais ou através da utilização de plataforma de ensino à distância o que permitirá compartilhar esta ideia para o maior número de instituições e/ou profissionais. Palavras chaves: inclusão escolar, estimulação, “kit de equipamentos”.

Ideas y creencias que presentan adultos clave en la crianza acerca del desarrollo de la sexualidad de adolescentes en situación de discapacidad intelectual.

NAVARRETE, María Elisa Alarcón - mariaalarconn@udec.cl ; JARA, Natalia Díaz -natadiaz@udec.cl; PONCE, Claudia Parra - claudiparra@udec.cl - Universidad de Concepción - Chile

El presente trabajo analiza las ideas y creencias que presentan adultos clave en la crianza de adolescentes, entre 12 y 18 años, en situación de Discapacidad Intelectual respecto a la temática de Sexualidad y Afectividad. Se realizó una investigación de carácter cualitativa con un enfoque fenomenológico, aplicando una entrevista a una muestra de 15 individuos pertenecientes a una Escuela Especial de la comuna de Concepción, de acuerdo a 4 elementos seleccionados para su estudio: Conceptualización de Sexualidad, desarrollo de Sexualidad y Afectividad saludable. Características y conductas sexuales de personas en situación de Discapacidad Intelectual y por último Información acerca de relaciones sexuales, opción de formar una familia, prevención de embarazo y transmisión de infecciones sexuales. Se concluyó que los adultos clave poseen una base muy débil, reflejado en la información básica y/o errada que manejan, lo cual dificulta el afrontamiento de situaciones relacionadas con la temática. Palabras clave: Discapacidad Intelectual, Sexualidad, Mitos, Ideas, Creencias.

Identificação do surdocego: espaços de escolarização e oportunidades de acesso ao ensino

FALKOSKI, Fernanda - fernandafalacoski@gmail.com; FREITAS, Cláudia Rodrigues de - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - Brasil

Este trabalho tem como objetivo problematizar a identificação e as oportunidades de acesso aos espaços de escolarização adequados as pessoas surdocegas. São apresentados aspectos e definições sobre a surdocegueira problematizando a identificação desses sujeitos; as contribuições da política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva relacionados com a educação de surdocegos e os espaços de escolarização “destinados” a esse público. Como referencial teórico se tem: Maia (2004; 2011), Galvão (2010), Keller (2008), Brasil (1994; 2008), Farias (2015), Mazzotta e D’Antino (2011) e Vigostky (1997) dentre outros autores. Como metodologia de trabalho foi realizada uma busca do número de matrículas de surdocegos nas escolas do Rio Grande do Sul (RS) através do Censo Escolar da Educação Básica, no banco de Microdados, entre os anos de 2007 a 2015. Tais dados são sistematizados e disponibilizados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, através do preenchimento por parte das escolas do *Educacenso* – plataforma do Censo Escolar. A partir dos dados coletados definiu-se um número muito baixo de matrículas, em todo o RS. Em uma segunda busca fomentada pela hipótese de que talvez os sujeitos não estejam sendo bem identificados, foi ampliada a busca para a multidificiência, específica: pessoas com surdez ou deficiência auditiva e com cegueira ou baixa visão. Observaram-se índices bastante significativos em contraste com os primeiros dados. O resultado trás evidencia, pelo grande número de casos encontrados, que a hipótese de sujeitos surdocegos talvez não estarem sendo bem identificados se confirme. A partir dos dados encontrados há indícios de que as pessoas com surdocegueira ainda não são claramente compreendidas, identificadas e nomeadas e dessa forma podem não estar recebendo atenção e educação adequada. Palavras-chave: Surdocego. Deficiência. Escolarização. Inclusão Escolar.

Idéologies linguistiques des pratiques langagières des sourds en milieu rural : l’île de Marajo

MARTINOD, Emmanuela - emmanuela.martinod@cns.fr - Université Paris 8 - France

Au fondement de l’inégalité linguistique se trouve l’idée selon laquelle certaines langues auraient plus de valeur que d’autres. L’examen des idéologies linguistiques — croyances et jugements à propos d’une langue et de ses usages (Silverstein, 1979) — de langues minoritaires nous permet de situer la façon dont les individus se positionnent progressivement socialement et linguistiquement. Les langues des signes (LS) utilisées au Marajó (nord-est du Brésil) sont un exemple de langues minoritaires. Les Sourds s’y rencontrent régulièrement depuis quelques années seulement. Comment ces LS sont-elles perçues par les habitants de l’île — sourds comme entendants ? L’enjeu est de mieux comprendre les propos, tacites ou non, sur la nature de ces langues et leurs utilisations. Ces langues font partie des LS utilisées par de petites communautés, sans transmission intergénérationnelle et désignées dans la littérature : « homesigns ». Elles se développent dans un contexte où les sourds n’ont

pas accès à une LS institutionnelle, situation fréquente en milieu rural. Selon certains linguistes, elles ne représentent pas des langues abouties. Notre cadre théorique descriptif des LS — le Modèle sémiologique — les considère au contraire comme d'authentiques 1 langues puisqu'elles en assurent les fonctions communicatives et sont issues d'une sémiogenèse commune aux LS institutionnelles. Lors d'un séjour au Marajó, nous avons effectué des entretiens avec plusieurs locuteurs sourds et leurs familles entendantes. Nous avons également recueilli un corpus de leurs LS respectives afin de les analyser linguistiquement. Notre communication soulignera l'écart important entre d'une part la façon dont les locuteurs et leur entourage perçoivent ces productions gestuelles et d'autre part leur complexité structurelle, comparables à certaines LS reconnues institutionnellement. Ceci confirme la nécessité de sensibiliser la population insulaire à encourager l'utilisation de ces LS, ce qui constituera une étape fondamentale avant d'envisager leur éventuelle reconnaissance dans le système éducatif. Mots-clés: Surdité ; langue des signes ; idéologie linguistique ; langue des signes rurale.

Implantation cochléaire et régulation juridique des relations entre les sourds et le monde médical

VENNETIER, Soline - soline.vennetier@ens.fr - Ecole Normale Supérieure d'Ulm - France

Notre communication s'inscrit dans les axes « Accessibilité, accès aux soins et programmes de santé adaptés : quelle(s) place(s) pour le monde médical ? » et « Luites et mobilisations collectives pour les droits » en étudiant, avec un regard historique, deux mobilisations collectives de sourds en France autour de l'implantation cochléaire. Cette intervention, qui a cristallisé l'opposition des communautés sourdes vis-à-vis d'une médecine de l'oreille exclusivement centrée sur la déficience auditive au détriment d'une approche globale des personnes sourdes, a en effet suscité des réponses faisant appel à un discours des droits, qui ont pu varier dans le temps et que nous proposons d'analyser. La communication mettra ainsi en regard la mobilisation de l'association des Sourds en Colère, active de 1993 à 1997, et celle de l'Association de Défense des Personnes Implantées Cochléaires (ADPIC), créée en 2007 et toujours active. Basée sur des documents d'archives et des entretiens, l'analyse de ces deux associations issues de la communauté sourde mesurera l'évolution des mobilisations associatives des sourds autour de l'implantation cochléaire en fonction de leur contexte historique et juridique. Elle repèrera plus spécifiquement la façon dont l'une et l'autre association proposent d'encadrer les relations des sourds au monde de la médecine de la surdité en puisant dans l'arsenal juridique. En effet, le recours aux droits a varié, depuis l'invocation de la régulation de l'expérimentation humaine par la loi Huriet-Sérusclat (1988) portée par les Sourds en Colère, jusqu'à la mobilisation du droit en faveur des victimes d'interventions médicales caractéristique de l'ADPIC. Nous tenterons de voir l'ancrage historique de ces différents recours aux droits, la façon dont ils rencontrent certaines représentations de l'implant cochléaire, et leur finalité stratégique et pragmatique. Mots-clés : sourds, implant cochléaire, médecine, mobilisations collectives, droits.

Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior – relato de experiência de aceitabilidade

NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zanoni - lilian.zanoni@prof.uniso.br - Universidade de São Carlos – Universidade de Sorocaba; OLIVER, Fátima Corrêa - fcoliver@usp.com.br - Universidade de São Carlos – Brasil

Trata-se de pesquisa em andamento no programa de estudos de Doutorado em Terapia Ocupacional. Apresenta um programa de inclusão para jovens com deficiência em uma universidade comunitária da cidade de Sorocaba – SP/Brasil. Parte-se do princípio de que a educação de jovens e adultos inclui sua participação no Ensino Superior, parte importante dos processos de preparação para o mundo do trabalho e para oportunidades de inclusão social. As legislações brasileiras sobre o tema pressupõem o fomento da acessibilidade; preservando direitos humanos e desenvolvendo ações, conforme as necessidades e as condições das pessoas com deficiência. Em diálogo com o referencial teórico que fundamenta o modelo social de construção da deficiência, pretende-se contribuir para garantia de direitos, favorecendo acesso dos sujeitos a espaços sociais como a universidade. Foram atendidos 83 jovens, desde 2009. Deste total 7% dos alunos matriculados concluíram o curso, 12% dos que se inscreveram não foram aprovados no processo seletivo, 6% não se matricularam, 17% desistiram, 14% trancaram o curso e 44% estão matriculados e acompanhados atualmente. Há acompanhamento da trajetória acadêmica do jovem, desde o processo seletivo, com ações que incluem estudo e adaptações para acessibilidade arquitetônica e pedagógica e orientações e debates com docentes e colegas, viabilizando condições de estudo. As adaptações abrangem intérprete de libras no caso de deficiência auditiva, dilatação de tempo para avaliações no caso de dislexia, readaptação de material didático, no caso da deficiência visual entre outras. O programa se fundamenta também na noção de aceitabilidade, proposto por Gonzalez (2014) e realiza atendimento individualizado, sem enfoque em ações padronizadas por diagnóstico. O contato próximo com o aluno permite realizar mudanças sob o olhar de quem vivencia a deficiência. Porém, ainda há desafios a serem enfrentados, principalmente no que se refere às atitudes e preconceito, o que se pretende conhecer em outras etapas do estudo. Palavras-chave: Pessoas com deficiência, Educação Superior, Acessibilidade, aceitabilidade.

Inclusão escolar de pessoas com deficiência: um estudo de caso

SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes; ROCHA, Eucenir Fredini - eucenir@usp.br; MACEDO, Fernanda Mariano de Moura - Universidade de São Paulo/USP - Brasil

O direito à educação pública e gratuita é garantido no Brasil por meio da Constituição Federal e demais políticas públicas, a todos os cidadãos. Entretanto, apesar da existência deste direito, e das demais políticas de inclusão escolar, as pessoas com deficiência ainda enfrentam dificuldades para estudar em escolas públicas regulares, no Brasil. Aqui propõe-se a apresentar uma pesquisa qualitativa, que estudou uma escola regular da periferia da cidade de São Paulo, e teve como objetivos compreender quais os impactos no cotidiano da criança com deficiência e da sua família após a entrada na escola, detectando assim os sentidos do processo de escolarização. Para tanto foram entrevistados com roteiro de perguntas semi-estruturadas, pais e educadores de crianças com deficiência. Também foram construídos genogramas e ecomapas das crianças para visualizar melhor sua rede de relações. A análise dos resultados permitiu compreender que apesar de muitos problemas para a efetivação da inclusão escolar, dentre eles, muito preconceitos e estereótipos, e da vivência de uma inclusão escolar perversa, estar na escola regular trouxe muitos ganhos relacionais às crianças com deficiência, organizou seus cotidianos, colocou desafios e novos horizontes nas vidas das crianças e suas famílias. Palavras-Chave: Inclusão escolar, pessoas com deficiência, direitos.

Inclusão escolar: os desafios da formação inicial de professores

DUARTE, Margarete Freire - margaretefduarte@hotmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

Meu trabalho intitula-se: Inclusão Escolar: os desafios da formação inicial de professores, este trabalho tem como objetivo, analisar currículos de Licenciatura em Pedagogia das principais Universidades públicas brasileiras, para constatar quais disciplinas sobre Inclusão de alunos com deficiência são ofertadas ao longo do curso de graduação em Pedagogia, capacitando estes futuros docentes atuarem em sala de aula. Adotei uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso, utilizando como ferramentas análise documental, e um questionário destinado aos alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul _ UFRGS. A problemática foi confirmada no meu Estágio de Docência de 4 a 7 anos em uma escola pública, na qual presenciei várias situações de alunos com deficiência, carentes de um apoio condizente com as situações por eles impostas. Ao analisar o currículo das universidades, foi possível traçar uma comparação visando identificar o melhor currículo na formação docente para a inclusão educativa. Um dos objetivos também era analisar os pontos convergentes e divergentes dos currículos no que se refere às leis relacionadas com a Inclusão. Minha investigação usou como suporte teórico os estudos realizados por Beyer que tem como foco a Educação Inclusiva; Perrenoud que trata da formação de professores; Freitas e Moreira que aborda a importância da formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência. Também foram consultadas leis que abordam a obrigatoriedade da Inclusão do aluno em sala de aula com apoio e acessibilidade necessários. Na análise curricular entre as cinco universidades públicas escolhidas foram possíveis constatar que a UFRGS é a que apresenta maior suporte no curso de graduação em Pedagogia referente às disciplinas de caráter obrigatórias, mas na análise do questionário encaminhado aos alunos de graduação foi possível constatar um grau elevado de insatisfações na percepção dos alunos, futuros docentes, com relação à sua formação o curso de Pedagogia. Palavras-chave: Inclusão. Formação Docente. Capacitação.

Inclusão Laboral de Pessoas com Deficiência: as adaptações atitudinais

PEREIRA, Ana Cristina Cypriano; - ana.cypriano@ufrgs.br - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; PASSERINO, Liliana Maria - Brasil

A inclusão de pessoas com deficiência em organizações é uma experiência com diferentes graus de sucesso em diversos países. Se no Brasil, a exigência legal do cumprimento de cotas pauta as discussões, em outros países, como a Espanha, por exemplo, as vantagens oferecidas aos empregadores suscitam novas experiências de inclusão. Em estudo de caso na Região de Aragón, observou-se o trabalho de uma garçonete com síndrome de Down. Tratava-se de emprego comum, cujo processo de inclusão não demandou adaptações de espaços físicos, arquitetônicos ou de equipamentos. Destaca-se neste caso, adaptações de cunho atitudinais ocorridas a partir do entendimento de que sua necessidade era primordialmente um ritmo diferenciado, uma ordem mais detalhada, e por vezes, a repetição da instrução. A mudança descrita pelo empregador está centrada em questões processuais e atitudinais, destacando que as grandes modificações do processo estão no entendimento do tempo destes trabalhadores e na necessidade de uma relação menos dura e ríspida – como em dar uma ordem. Dentre os processos de aprendizagem, observou-se que supostamente foi mais complexo e trabalhoso ensinar a numeração das mesas. Embora pareça pouco tangível, tratam-se de adaptações pautadas na mudança do comportamento interiorizado no sujeito da ação, sujeito esse que se relaciona com os demais e carrega consigo, muitas vezes, um entendimento cultural e enraizado sobre as pessoas com deficiência. Desta forma, a inclusão laboral perpassa pelas adaptações, pela acessibilidade, por modificações tecnológicas e metodológicas, mas também, pelo entendimento da importância de conhecer, transformar processos, adaptar atitudes, abrindo-se para novas formas de produzir. Observa-se, pois, a partir deste processo de inclusão, a possibilidade da transformação do entorno, provando que transformar o sujeito com deficiência não é a única alternativa de inclusão possível para a inclusão laboral destes profissionais. Palavras-chave: Pessoas com Deficiência, Trabalho, Inclusão

Infancia sorda mediada por el uso de psicofármacos. Una investigación en la escuela para niños y adolescentes sordos de Montevideo

En la ponencia se presentarán los primeros resultados de la investigación “Infancia, sordera y Psicofármacos” que tiene como objetivo general comprender los procesos de sociabilidad en la infancia sorda mediados por el uso de psicofármacos así como generar insumos para su problematización. Los procesos de medicalización de la infancia se constituyen como un debate de relevancia en la actualidad, debido a la influencia de éstos en la sociabilidad de niños en los primeros años de vida, su determinación en la cotidianidad y en las trayectorias vitales de dicha población. De estas consideraciones se desprende la necesidad de problematizar la forma en que el saber médico psiquiátrico y la institución escolar influyen en la consolidación de diagnósticos en los que predomina una mirada biológica, asociada al modelo médico de interpretación de la discapacidad, en detrimento de otros factores de orden psico-social. La hipótesis operativa que fuera considerada, es que los procesos de sociabilidad en los primeros años de vida de niños y niñas sordos/as nacidos en hogares oyentes se complejizan sustancialmente en torno a la (in)comunicación que se genera, lo cual se traslada al ámbito educativo, fundamentalmente en los primeros años de inserción escolar. De allí que uno de los dispositivos de resolución de esta temática haya sido en los últimos años la utilización de psicofármacos. Se exponen las sensaciones y emociones de niños/as, sus familias y las maestras involucradas en estos procesos. Como base teórico-metodológica se adoptó la propuesta desde la Sociología de Cuerpos y Emociones, en torno a los Encuentros Creativos Expresivos (ECE), entendidos como espacios para que los sujetos puedan manifestar e interpretar sus emociones. Palabras clave: medicalización, infancia sorda, sociabilidad, emociones

Itinerários terapêuticos de pessoas com deficiência no contexto do sistema único de saúde

SILVA, Thaís Botelho da - *thaisbs.fisio@gmail.com*; REIS, Roberta Alvarenga - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS - Brasil*

Introdução: A atenção à pessoa com deficiência no contexto do Sistema Único de Saúde é um assunto que merece ser discutido, com o intuito de problematizar a integralidade das ações em saúde. A análise do itinerário terapêutico nos permite ampliar as visões sobre os processos que estão envolvidos na escolha, avaliação e adesão (ou não) dos indivíduos a determinados cuidados de saúde. Sua utilização nos permite explorar como estes usuários se movimentam na rede e que apoios e barreiras estão sob seu percurso. Objetivo: Conhecer como são os caminhos percorridos pela pessoa com deficiência na busca por cuidados em saúde, de forma a fazer uma análise de seus itinerários terapêuticos. Metodologia: A partir de contato com informantes-chave, foram escolhidas 6 pessoas com deficiência adquirida sendo física, auditiva ou visual e realizadas entrevistas em profundidade a fim de ouvir relatos sobre a história de vida focal da deficiência e os caminhos compreendidos no processo pela busca de cuidados. Os dados foram analisados qualitativamente, pela análise de conteúdo. Resultados e Discussão: Os resultados preliminares apontam para a presença de um ideal de normalidade e visão de correção como o formato de cuidado oferecido pelos serviços de saúde, assim como apresenta o desconhecimento por parte dos profissionais sobre os aspectos do viver com deficiência. Ainda, fala-se em diversos aspectos sobre o acesso aos serviços como barreira principal e as similaridades e diferenças que estão presentes no serviço público e privado. Considerações Finais: Os resultados trazidos permitem considerar que é necessário um melhor entendimento da deficiência enquanto condição humana e fato social por parte do serviço de saúde. Além disso, ações na micro e macropolíticas são fundamentais para mudança do panorama e melhor acolhimento das necessidades em saúde dos usuários com deficiência. Palavras chaves: pessoas com deficiência, política de saúde, acesso aos serviços de saúde.

Jason Becker: not dead yet. uma narrativa da deficiência sem o discurso de superação

SILVEIRA, Bruna Rocha - *bruna.rochasilveira@gmail.com*; SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos - *jafersantos@gmail.com* - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS - Brasil*

Sob o olhar dos outros, as experiências das Pessoas Com Deficiência (PCD) são tidas como exemplos de superação e esforço individual. No entanto, esses discursos agem de uma maneira perversa sobre as realizações das PCD, falando sempre de uma compensação e ignorando seus gostos e condições. Uma representação diferente pode ser vista no documentário Jason Becker: Not Dead Yet (2012), objeto de análise desse artigo. A obra narra a trajetória de um virtuoso guitarrista da década de 1980 que teve o diagnóstico de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) aos 19 anos, no auge de sua carreira. Isso ocorreu no início dos anos 1990 e os médicos lhe deram poucos anos de vida, mas, como diz o nome do documentário, Jason Becker não morreu ainda. Embora a ELA tenha incapacitado seu corpo, sua mente continuou em plena atividade, tendo composto um álbum fazendo uso de tecnologias assistivas. Nesse trabalho analisamos a produção do documentário, os discursos presentes e as estratégias de enfrentamento dessa condição. Descolado do discurso hegemônico da superação individual, Becker reconhece a estrutura física, financeira e familiar que o possibilita fazer o que faz e ter os cuidados que tem. Além disso, contra toda possível divinização da PCD, a narrativa fílmica mostra que a música faz parte da sua vida, tendo ou não uma deficiência. Achar alternativas para continuar compondo foi só um meio de continuar a viver, adaptando seu maior prazer a novas condições de existência.

La centralidad del trabajo y su impacto en la vida cotidiana en personas con discapacidad psíquica

CLOSE, María Noel - maria.close@etu.parisdescartes.fr - Laboratorio PCPP (Psicología clínica, Psicopatología, Psicoanálisis) Universidad París Descartes - Uruguay

Este relato da cuenta de una experiencia clínica enmarcada en una pasantía laboral destinada a cuatro personas con trastornos mentales graves y persistentes. La misma se sitúa en la cocina del Hospital psiquiátrico Vilardebó (Montevideo-Uruguay) en diciembre del año 2011. El eje temático transversal del mismo gira en torno a la centralidad del trabajo y a sus concomitantes efectos en la vida cotidiana, analizado desde el punto de vista de la educadora de dicha pasantía. La intención de la autora es invitar al interlocutor a recorrer el universo intra-muros de un hospital psiquiátrico, explicitando mediante ejemplos concretos, el día a día de un trabajo protegido orientado a personas con diagnóstico de esquizofrenia y trastorno bipolar. Otro de los objetivos de esta narración es evidenciar la lenta pero progresiva evolución de estrategias desmanicomializantes y programas de rehabilitación psicosocial que se vienen llevando a cabo en la ciudad de Montevideo durante los últimos diez años. Estos programas son concebidos a partir del modelo social de discapacidad, es decir, partiendo del remanente sano y de los recursos que el sujeto con trastorno psíquico tiene en su haber, a los efectos de que pueda sobrepasar las dificultades que implica su enfermedad. Cabe destacar que detrás de esta experiencia práctica subyacen fundamentos teóricos provenientes de la psicopatología y psicodinámica del trabajo. Dicha disciplina reviste de una importancia capital al trabajo puesto que no solamente constituye una fuente de sufrimiento y de placer sino que es un operador esencial tanto en la construcción social como en la construcción psíquica del sujeto. En conclusión, el artículo relata una experiencia, en la cual, trabajar no es solamente ser productivo, sino que es fundamentalmente un movimiento de transformación identitaria. Palabras clave : Trabajo, Discapacidad Psíquica, Psicodinámica del Trabajo, Modelo Social de Discapacidad.

La construction du handicapé dans la littérature québécoise

ARENSEN, Maria Fernanda - marentsen@ustboniface.ca - Université de Saint-Boniface - Manitoba - Canada

Mon travail propose une analyse des représentations du corps blessé dans deux œuvres de la littérature québécoise : la nouvelle d'Anne Hébert, « L'Ange de Dominique », publiée en 1944 et le roman de Marthe Gagnon-Thibaudeau, *La boiteuse*, publié en 2009. Ces deux récits illustrent bien les mécanismes discursifs à l'œuvre dans la construction de « l'Autre handicapé ». Mon objectif est de comprendre comment le discours littéraire, conçu comme une voix dans le dialogue social, a contribué - et contribue encore - à la construction de l'altérité des personnes en situation de handicap. La littérature s'avère une voix à la fois incontournable et essentielle dans le dialogue social; c'est pourquoi il importe de comprendre son rôle dans la retransmission de certaines conceptions aliénantes de l'exclusion. Les personnes en situation de handicap, dévalorisées, ne sauraient pleinement appartenir aux sociétés modernes axées sur la performance. C'est pourquoi je cherche à expliquer comment elles ont été réifiées par les discours littéraires. J'aborde cette analyse selon une perspective sociocritique et à lumière d'un cadre théorique interdisciplinaire qui comprend les études thématiques en littérature, les réflexions sur l'altérité, les études sur le corps et les études sur le handicap. Or, si les études en critique littéraire abondent sur la construction de l'Autre (le migrant, par exemple), force est de constater que les recherches sur le handicap sont quasi inexistantes, d'où l'importance et l'urgence de se pencher dans le domaine de la littérature. Finalement, je me propose aussi de repérer les traces du discours social à l'œuvre dans les textes littéraires afin de mettre en lumière les significations attribués aux corps blessés qu'on y dépeint. En ce sens, j'étudie les éléments textuels et les stratégies narratives qui construisent l'altérité. Ce faisant, je me penche sur les mécanismes d'exclusion basés sur la hiérarchisation des corps blessés : corps métaphoriques, corps minorisés, corps marginalisés.

La Educación Inclusiva A Través de la Competencia Comunicativa del Docente en el Aula Regular

RAMÍREZ PEDRAZA, Miriam - miriamra.pedraza@gmail.com - Educación Especial de la Universidad Popular del Estado de Puebla (UPAEP) - Mexico

Este trabajo presenta la capacitación y aplicación de la adecuación de competencia comunicativa docente para educar inclusivamente. La metodología que se utilizó en el proyecto es descriptivo/ comprensivo, de carácter exploratorio, mediante cuestionarios a los maestros y un taller de capacitación. Se les preguntó con respecto a que competencias docentes conocían, con énfasis en la comunicativa, para que reconocieran sus fortalezas y áreas de oportunidad respecto a la educación inclusiva, posteriormente se les capacito para mejorar su competencia comunicativa utilizando estudios de casos y técnicas de asertividad como estrategia para que hicieran las adecuaciones a su metodología, y por ultimo se les evaluó con otro cuestionario para comparar sus resultados con respecto a la educación inclusiva. Los maestros lograron darse cuenta que su competencia comunicativa excluía algunos de sus alumnos, no fue fácil hacerlos consciente del cómo se expresaban a su clase, pero modificaron muchos mensajes que eran excluyentes gracias a las técnicas asertivas. Las autoridades educativas tienen un doble discurso, primero plantean que la educación inclusiva debe garantizar el acceso, permanencia, participación y aprendizaje de todos los estudiantes (Escandón, 2010), y de forma simbólica el maestro señala y estereotipa a los alumnos fuera de la norma, haciendo que la escuela genere las barreras que promueven un rechazo, ya sea por falta de material, apoyos arquitectónicos o por no realizar modificaciones en el currículo. Hay que educar siendo éticos, justos a partir de la igualdad de oportunidades y de la dignidad de la persona, se forman personas inclusivas, al ser parte del proceso de desarrollo de los alumnos se logra modificar

la visión de su realidad. La comunicación es el medio para dar valor a significados que hacen que la persona valga por lo que puede llegar a ser y no por lo que creemos que es, hagamos educación inclusiva. Palabras Clave: Competencias docentes, Competencia comunicativa, Educación inclusiva, Docentes, Asertividad.

La Novela Familiar del Atópico. Relación madre –hijo en pacientes con dermatitis atópica severa.

RAMOS, Beatriz Eugenia - trizmos@gmail.com - Doctora en Psicopatología y Psicoanálisis de la Universidad Denis Diderot Paris 7. Docente investigadora de la Universidad Antonio Nariño de Colombia - França / Colombia

Este trabajo constituye una aproximación al problema de la indiferenciación psíquica entre la madre y el hijo en pacientes con enfermedades psicosomáticas, en particular la dermatitis atópica, a partir de los relatos de las madres atendidas en un Centro Dermatológico de Bogotá. Esta investigación, nos permite ver la significación que adquiere para las madres la enfermedad de su hijo y le da un lugar a la palabra de esa madre que no tiene un espacio de expresión, ni de atención y que es frecuentemente culpabilizada por el equipo médico, por los profesores, por sus familiares y sobre todo por ella misma, del malestar del niño. En este trabajo se explorará el lugar que toma el síntoma en la constitución familiar, a través de la exposición de casos clínicos abordados desde un enfoque psicoanalítico. Los relatos de las pacientes se centraron en cuatro ejes principales: 1. Las cicatrices de la enfermedad como un intento de separación entre la madre y el niño, el síntoma viene a inscribir sobre el cuerpo un límite que no está claro en el psiquismo ni del niño, ni de la madre. 2. La prohibición de tocar el cuerpo del niño, debido a la posibilidad de la infección se convierte en una defensa contra la posibilidad real o imaginaria de caer en la transgresión de los límites entre el cuerpo del niño y otros miembros de la familia. 3. Un duelo no elaborado de parte de la madre hace que el niño deje de ser mirado y tocado suficientemente por la madre, la enfermedad funciona como posibilidad de llamar la atención. 4. Finalmente, el síntoma viene como forma de enfrentar la indiferenciación entre las generaciones, para introducir a un padre demasiado ausente. Palabras Claves: Dermatitis atópica, Relación madre-hijo, psicosomática, indiferenciación transgeneracional.

La provisión de cuidados a personas en situación de discapacidad en Chile. Algunos apuntes desde el análisis de las políticas públicas

REVUELTA RODRÍGUEZ, Beatriz - revuelta.beatriz@yahoo.es Programa Interdisciplinario de Investigación sobre Cuidados, Familia y Bienestar (CUIFABI) - Universidad Alberto Hurtado - Chile.

El presente trabajo pretende generar una reflexión sobre la provisión de cuidados a personas en situación de discapacidad en Chile desde el análisis de las políticas públicas. Da cuenta de cómo la “crisis de los cuidados” cobra connotaciones diferentes cuando se piensa en la discapacidad, pues no solo resulta del propio proceso de invisibilización y no reconocimiento del trabajo de cuidados y de una inadecuada distribución y organización social de este trabajo (sobrecarga femenina), sino también de una construcción social específica de la discapacidad, de la producción de sujetos “discapacitados”, y de cierto tipo de relaciones de cuidados, que es distinta. Se analiza como la provisión de cuidados pasa por un conjunto de construcciones sociales tradicionales que consideran la discapacidad como una situación negativa y de inferioridad social, “una tragedia personal”, de responsabilidad familiar, y cómo estas concepciones que definen formas de conducta y actuación social tienen su trasfondo en un régimen de gubernamentalidad, en ciertas racionalidades políticas dominantes y tecnologías de gobierno. La ponencia discute además en torno a cómo el cambio en las definiciones sobre discapacidad en las racionalidades políticas dominantes (políticas públicas y discursos gubernamentales) no ha implicado un cambio en las maneras en la que se construye y se piensa la discapacidad en las tecnologías de gobierno (programas y proyectos). Palabras clave: cuidados, sujetos en situación de discapacidad, régimen de gubernamentalidad, políticas públicas, familia.

La tabuización del tacto en la modernidad como forma de represión de las personas ciegas: alcances en la construcción psíquica

BUSTOS, Brenda Araceli - brendaaraceli2001@hotmail.com - Universidad Autónoma de Nuevo León; VÁZQUEZ BECERRA, Luis Antonio - fozziefiveoone@hotmail.com - Investigador Independiente - México

Como parte de las conclusiones de la tesis doctoral encontramos que las personas ciegas enfrentan una situación de *negación de reconocimiento* de sus cuerpos lo que deriva en inhibición y represión en la utilización y desarrollo de sus capacidades y habilidades para conocer y aprehender el mundo. Consideramos que esa situación genera una dependencia que ha sido relegada de la investigación y propuestas de intervención. Se trata de un tipo de dependencia con un costo *psíquico*, ya que, genera una falta de confianza en sí mismo y daña permanentemente la autoestima. Consideramos que la indisposición de la cultura hegemónica por reconocer los mundos de aquellas personas que han perdido la vista o que nunca la han podido adquirir impacta tanto la relación entre la persona ciega con el entorno al igual que consigo misma. Conforme en nuestra sociedad se vuelve normativa la creación de una distancia física el tocar a otros se convierte en tabú que es respetado incluso por las mujeres ciegas con relación a sus hijos. Esto aún y cuando el tacto resulta imprescindible para ellas. Esta situación sólo se

comprende en relación a la cercanía imaginaria, socialmente construida, entre la exploración del cuerpo de otra persona y la sexualidad. De esta manera en esta presentación analizaremos, en un primer momento, algunas propuestas sociológicas y filosóficas en torno a la sexualización del tacto en las sociedades occidentales. Así como la violencia hacia las personas ciegas que representa. En un segundo momento presentaremos avances del análisis a entrevistas realizadas a mujeres ciegas que habitan en el Área Metropolitana de Monterrey, México. Palabras Clave: personas ciegas; tabuización tacto; violencia; no reconocimiento; dependencia psíquica.

Langue des signes et parentalité : assurer une réelle participation sociale des enfants vivant avec une surdité

GAUCHER, Charles - charles.gaucher@umoncton.ca – Université de Moncton - Canada

Dès l'annonce de la surdité, et ceci est d'autant plus vrai depuis l'avènement du dépistage précoce au Canada, nombre d'acteurs se mettent au travail pour encadrer cette nouvelle inattendue. Le choc vécu par les parents lors de cette annonce, désorientant pour plusieurs (Dorey, 2005), rend ceux-ci particulièrement vulnérables aux différentes formes de paternalisme qui subsistent chez les professionnels responsables de les orienter dans le monde inconnu qui s'ouvrent à eux (Lavigne, 2006). Ainsi, on est à même de se demander comment les différentes options disponibles pour assurer la participation sociale des Sourds sont, dès leur naissance, réellement présenter comme des choix réels (Lh ricel, 2006). Bien souvent, c'est l'implant cochléaire et une batterie de services axé sur la réadaptation fonctionnelle du corps sourd qui sont présentés comme la voie royale à suivre pour les parents. Or, les langues sign es sont également des moyens efficaces de socialiser les enfants sourds et de leur donner un plein accès au monde qui les entoure (Flaherty, 2015). Deux questionnements seront abordés dans la conférence proposée afin de réfléchir sur les obstacles qui, par-delà le paternalisme des institutions, freinent les parents à l'usage d'une langue signée pour communiquer avec leur enfant sourd : le premier de ceux-ci renvoie au défi de la transmission (Lh ricel, 2006) et le deuxième questionnement renvoie au défi identitaire (Dubuisson et Grimard, 2006). Ces données, récoltées dans le cadre d'une recherche exploratoire portant sur l'engagement des parents entendants dans les services offerts à leur enfant sourd au Québec (Canada) (N=60), permettront de mettre en lumière l'expérience des parents au regard des choix linguistiques qu'ils doivent faire pour leur enfant, choix qui n'est pas sans conséquence lorsqu'il est question de la pleine participation sociale des Sourds. Mots-clés: Parentalité; Surdité; Langue signée

Le droit à la scolarisation des enfants en situation de handicap en France

FABERON, Florence - florence.faberon@udamail.fr - HDR, Université d'Auvergne, Centre Michel de l'Hospital - France

Les personnes en situation de handicap bénéficient en France de droits et de la reconnaissance de leur dignité. Il est d'ailleurs fait appel à des politiques de plus en plus globales, où l'éducation prend toute sa place. Le droit à l'éducation est consacré tant par les instruments internationaux et européens de protection des droits de la personne humaine que par le droit interne français. Le principe de l'obligation d'éducation des enfants en situation de handicap est posé; il a connu une redéfinition par la loi du 11 février 2005 : priorité est donnée à la scolarisation en milieu ordinaire, l'éducation adaptée ne pouvant intervenir qu'à défaut. La scolarisation est un droit pour les enfants en situation de handicap et une obligation pour l'état qui engage sa responsabilité en cas de défaillance. Ainsi le droit à la scolarisation est une liberté fondamentale et se fonde sur le principe d'égalité de traitement reposant sur l'idée d'identité des besoins éducatifs des enfants en situation de handicap et de ceux qui ne le sont pas. Dès lors l'effectivité du droit à la scolarisation mérite d'être analys e, notamment par une étude jurisprudentielle de l'obligation d'accueil. Il convient également d'étudier les pratiques, car certains enfants restent sans aucune scolarisation ou avec une scolarisation à temps très partiel. L'égalité d'accès, le principe de non-discrimination et la dignité même des personnes doivent être questionnées au regard des écarts entre les obligations textuelles et les réalités concrètes. Des progrès certains en terme d'inclusion scolaire sont mis au défi notamment de la nature des handicaps et de réelles possibilités d'accompagnements des élèves. Mots clés : Scolarisation, enfants handicapés, accès aux droits, égalité, dignité

Le droit international des droits de la personne protège-t-il les droits à la sexualité des personnes handicapées ?

PAR , Mona - mona.Pare@uottawa.ca - Université d'Ottawa, Faculté de droit - Canada

Le mouvement pour les droits des personnes handicapées a réussi à placer les droits des personnes handicapées sur la scène internationale et à garantir des droits qui prennent en compte la réalité de ces personnes. On a accompli des progrès importants dans plusieurs domaines, du moins sur papier. Pourtant, après plus de trois décennies de lutte pour l'égalité, la question des droits relatifs à la sexualité n'occupe qu'une place mineure dans les discours des militants. Certaines voix s'élèvent au-dessus des autres pour faire reconnaître des droits à la sexualité qui s'accordent avec des besoins en lien avec le handicap, dans un objectif d'égalité. Les traités internationaux, dont la Convention relative aux droits des personnes handicapées, ne reconnaissent pas explicitement de droit à la sexualité. Il s'agit dans cette communication d'explorer les composantes du droit à la sexualité protégés en droit international à la lumière de théories des droits de la personne ancrées dans les valeurs de protection et d'autonomie. Des notions de féminisme, d'hétéronormativité et de capacitisme, entre autres, alimenterons l'analyse. Mots-clés: sexualité, autonomie, protection, droit international de droits de la personne

L'émotion esthétique : une voie vers l'éveil de l'être et la rencontre de l'autre

CANET, Géraldine - canet.geraldine@gmail.com – Université Paris Descartes/Laboratoire TEC - France

Ma communication va probablement paraître atypique dans le contexte de ce colloque, car elle aborde la dignité et l'identité à travers la question de l'être avant celle du handicap. Lorsqu'on évoque les actions publiques destinées à apporter plus d'accessibilité et de justice sociale en faveur des personnes handicapées, il me semble qu'il manque une dimension complémentaire : celle de l'expression de l'être qui constitue la personne, dont la puissance se trouve souvent masquée par « l'étiquette » posée sur son handicap. Lorsque celui-ci rend difficile la relation aux autres, que peut-on mettre en œuvre pour permettre à l'individu de se révéler à lui-même, et, par ce processus, lui rendre plus accessible la vie sociale ? Il semblerait que l'espace d'expression artistique offert par l'artthérapie en institution, puisse apporter un élément de réponse à cette question. Mes recherches sur l'émotion esthétique en arts-thérapies, dont le terrain se situe dans le domaine du handicap psychique (Raynaud & Scelles, 2013), s'intéressent particulièrement à un aspect spécifique des troubles psychotiques, qui entrave les personnes dans leur capacité à se lier aux autres : la perte des frontières entre soi et autrui (Pankow 1969 ; Schneider 1995), que j'entends d'un point de vue psycho-corporel (Anzieu 1985). Ce trouble génère des angoisses d'invasion par l'autre, et influe sur la capacité de communication sociale des patients (Tordjmann & Maillhes 2009). Je propose de tenter de démontrer comment l'émotion esthétique, qui surgit dans le contexte artthérapeutique, se trouve reliée à la reconstruction des limites psycho-corporelles chez le patient créant, et l'amène à se révéler comme sujet disant je, différent de l'autre. Des vignettes cliniques 2 illustreront comment, en capacité de se reconnaître comme être à part entière, le patient va pouvoir reconnaître l'existence de l'autre, et renouer des liens sociaux plus épanouissants. Mots-clés : Art-thérapie; émotion esthétique; handicap psychique; lien social; limites psycho-corporelles.

Le stage : une étape de transition centrale pour l'employabilité des jeunes ayant des incapacités?

GAUCHER, Charles - charles.gaucher@umoncton.ca - Université de Moncton - Canada; PARENT, Linda - linda.Parent@ccnb.ca - CCNB; SIROIS, Micheline - micheline.Sirois@ccnb.ca - CCNB - Canada

Au Canada, bien que le taux d'emploi augmente avec le niveau d'études des personnes ayant des incapacités (Direction de l'équité et de la diversité et Direction générale des politiques, 2011), on note que ces dernières éprouvent toujours du mal à intégrer le marché du travail (Collin, C., Lafontaine-Émond, I et Pang, M., 2013). La conférence proposée offrira une réflexion sur un des facteurs qui peut expliquer cette situation : la transition des études vers le marché du travail. Cette transition est marquée, entre autres, par la possibilité d'effectuer un stage lors de la formation ou après la diplomation. Or, il existe peu de suivi, si tant est qu'il en existe, pour évaluer les défis et besoins réels des jeunes ayant des incapacités entreprenant ces stages. Nous postulons qu'un tel suivi permettrait de faciliter la transition sur le marché du travail puisqu'il permettrait aux institutions d'enseignement d'offrir des stages plus à même d'augmenter le réseau professionnel des personnes ayant des incapacités et ainsi de maximiser leur « affiliation sociale » (Castel, 1995). La conférence explorera ce monde peu connu de la transition vers le marché de l'emploi à partir des résultats préliminaires d'une étude menée au Canada portant sur l'expérience de stage en cours de formation ou après leur diplomation de 20 personnes vivant avec des incapacités ayant suivi un programme d'étude postsecondaire au Collège communautaire du Nouveau-Brunswick (Canada). Mots-clés: Travail; stage; transition vers le marché du travail; jeune ayant des incapacités

Le tango comme médiation corporelle

GLENAT Jean-Marc - jean-marc.glenat@ifme.fr - Université Paris X Nanterre (ED139) / Formateur Institut de formation aux Métiers Éducatifs (IFME) de Nîmes; DE LESELEUC, Eric – eric.deleseleuc@inshea.fr - INSHEA-GRHAPES - France

L'évolution des sociétés durant ces dernières décennies a dessiné de nouvelles figures du rapport entre l'individu et son environnement. Les processus de construction du sujet ont désormais été marqués par une autonomie grandissante vis-à-vis des institutions, une injonction à la « construction de soi », une multiplicité des espaces de socialisation. Le corps lui-même a pris une place centrale, objet d'une mise en scène des identités. Les personnes en situation de handicap sont concernées par ces nouvelles configurations qui déterminent les places et les interactions. C'est sans doute dans cette perspective qu'il faut comprendre ce qui constitue la nature de l'inclusion sociale. Des pratiques sociales contemporaines viennent illustrer ces dynamiques : parmi elles, le tango argentin, par la déclinaison de ses caractéristiques formelles (sociabilité, mise en scène des identités, proximité relationnelle) offre un modèle exploratoire des modalités de l'usage des corps comme médiation entre l'individu et l'environnement. Son usage dans le champ du handicap vient interroger la manière dont le corps participe d'une perspective inclusive. Le transfert d'une activité ludique dans des contextes d'accompagnement dont la diversité des visées a en commun la préoccupation du « bien-être » et du développement des capacités des personnes en situation de handicap peut nous éclairer et nous offrir des perspectives pour penser aujourd'hui la question du partage du temps et des espaces sociaux. Cette démarche nous invite ainsi à comprendre ce dont une telle « médiation » est porteuse en termes d'inclusion sociale. Le travail de recherche en sociologie présenté s'inscrit s'appuie sur la rencontre et le suivi d'atelier de tango argentin auprès de personnes en situation de handicap mental ou psychique en France, en Autriche et en Uruguay, dans des contextes variés : institutions spécialisées, associations de loisir « inclusives ». Le choix d'une approche compréhensive nous oriente vers une

métodologie qui privilégie la parole des acteurs et l'attention portée au sens qu'ils donnent à leur action. Mots-clés: Inclusion sociale, corps handicapé, médiation, tango argentin.

Les aménagements raisonnables au profit des travailleurs handicapés

DIRRINGER Josépha - josephadirringer@gmail.com - Faculté de droit de l'Université Rennes I – Laboratoire : IODE (UMR 6262) - France

La notion d'aménagement raisonnable est une technique juridique originale par laquelle le droit cherche à supprimer les discriminations dont sont victimes les personnes handicapées. Le droit du travail français, influencé par le droit de l'Union européenne, impose ainsi à l'employeur de mettre en place de tels aménagements. Pourtant, cette technique de lutte contre les discriminations demeure encore méconnue et sa diffusion connaît aujourd'hui des obstacles. L'objet de la communication sera d'abord de les identifier. Pour cela, il faut partir de la manière dont le droit social s'est structuré et ce faisant, a forgé une certaine conception du handicap. D'un côté, il y a le droit de l'aide sociale qui, suivant une logique assistantielle, bénéficie aux personnes qui ne sont pas mesure de subvenir par elle-même à leurs besoins. Parmi celles-ci figurent originellement les personnes handicapées. De l'autre, les travailleurs dont l'état de santé est altéré, durablement ou non, relève à la fois du droit du travail et du droit de la protection sociale. Dans le domaine du travail et de l'emploi, c'est donc d'abord une logique de santé-travail qui prime, c'est-à-dire une logique qui ne saisit pas uniquement la question de la santé au travail mais aussi la question des effets de l'activité laborieuse sur la santé des travailleurs. Cette logique de santé-travail, qui prime, donne l'impression à l'égard des travailleurs handicapés que l'exigence d'égalité passe au second plan. Le propos n'est pas de dénoncer ces systèmes de prise en charge des travailleurs handicapés qui sont durablement réduits dans leur capacité de travail. Il est de les interroger au regard de l'exigence d'égalité. A travers eux en effet on peut craindre que le risque d'exclusion des personnes handicapées subsiste si l'on maintient la prégnance de l'idée la santé-travail sur celle d'égalité. Mais gare aussi à ne pas lacher la proie pour l'ombre et d'abandonner toute logique de santé-travail. C'est bien par la combinaison de ces deux logiques, santé-travail et égalité, que viendra l'effectivité du droit à l'égalité et à la dignité des travailleurs handicapés. Mots-clés : aménagements raisonnables – santé-travail – égalité – employabilité.

Literatura Infantil para a diversidade: ampliando possibilidades

FALKOSKI, Fernanda Cristina - fernandacfalakoski@gmail.com; SANTOS, Joseane Frassoni dos - jfrassoni@hotmail.com; FREITAS, Cláudia Rodrigues de - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - Brasil

O presente ensaio visa analisar e apresentar os dois módulos de uma Extensão Universitária realizada na UFRGS aberta a estudantes de graduação, pós-graduação, professores universitários e da educação básica da rede pública. Teve como objetivo problematizar e qualificar a elaboração de livros e materiais que possam ser acessíveis a atos de leitura de alunos em processo de alfabetização, relacionando-os com as seguintes áreas: surdocegueira, cegueira, autismo, cor/raça, bebês e crianças pequenas. Para esse estudo foram utilizados como referenciais principais Nuerberg (2010) no que se refere à percepção visual e à percepção tátil, Vygotsky (2007) ao abordar o sociointeracionismo e a linguagem, Ferreiro e Teberosky (2007) sobre a psicogênese da língua escrita e Cardeal (2010) em relação à ilustração tátil em livros, bem como outros autores que discutem as áreas acima relacionadas. Como metodologia de trabalho utilizou-se de análise de algumas produções de livros táteis que circulam no meio comercial e, estudos e discussões sobre autores que tratam do assunto. Além disso, foram confeccionados livros e materiais na intenção de adequá-los e submetê-los a análise por professores cegos. O estudo de cunho qualitativo aponta que, tanto para a produção quanto para a adaptação/adequação de literatura infantil é necessário um olhar criterioso do educador acerca dos materiais potencializadores e facilitadores para essa elaboração. Infere-se que a utilização de livros acessíveis favorece as inter-relações entre os alunos com deficiência e seus pares, bem como qualifica a formação inicial de professores com vistas à constituição de um sistema educacional inclusivo. Como resultados dessa ação, foram criados painéis sensoriais e alguns livros acessíveis destinados aos alunos em processo de alfabetização. Palavras-chave: Livros acessíveis. Deficiência. Escolarização. Inclusão Escolar.

Mapeamento da realidade municipal e regional sobre acessibilidade e inclusão no Rio Grande do Sul

SEVERO, Andréa Asti - andrea.asti.severo@hotmail.com - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS – Brasil; FERNANDES, Idília - idilia.fernandes@puccs.br – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS ; MALAGUEZ, Fabíola - fabiola.malaguez@hotmail.com - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS – Brasil

A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul/ FADERS, sendo esta uma fundação pública de direito privado com 43 anos de existência. A FADERS, órgão gestor e articulador da política pública para pessoas com deficiência e altas habilidades no Rio Grande do Sul, tem pautado seu trabalho institucional em dois princípios básicos: acessibilidade e inclusão. Este estudo tem como objetivo a identificação e o conhecimento da realidade local em cada município, além de promover a sistematização das informações e das políticas públicas

na esfera regional. Para a realização do mapeamento foram elaborados dois questionários, estes contêm perguntas sobre cada política pública específica, envolvendo as áreas da educação, saúde, trabalho, assistência social, trabalho, transporte, habitação, esporte, lazer, cultura, turismo e demais políticas setoriais. Cada município tem a oportunidade de apresentar a sua realidade pontual, e a partir desta identificar e assumir posições para a realidade regional. A FADERS prioriza através do mapeamento no Fórum a elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos, no qual possa identificar as barreiras físicas, organizacionais e atitudinais presentes na sociedade. Palavras-chave: FADERS, política pública, inclusão, acessibilidade

Medicalização: discursos que transformam o “não aprender” em patologia

CHRISTOFARI, Ana Carolina - carolc292gmail.com - Secretaria Municipal de Porto Alegre/SMED - Brasil

Este trabalho é baseado em minha pesquisa de doutorado finalizada em 2014. Nesta, foram analisados discursos que compunham os registros escolares de alunos que frequentavam um serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), problematizando como eram produzidos os modos de ser e aprender desses alunos no espaço escolar. O Atendimento Educacional Especializado é um serviço realizado nas escolas de ensino comum da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre RS/BR com o intuito de avaliar, acompanhar e construir estratégias pedagógicas de trabalho com crianças consideradas com deficiência e construir laços de apoio aos familiares e professores. O objetivo deste artigo é, a partir dos discursos produzidos em relação aos alunos com deficiência na escola de ensino comum, problematizar o processo de medicalização, cuja prática é transformar em patologia a diversidade dos modos de ser e aprender. Para tanto serão apresentados os resultados das análises dos pareceres descritivos dos alunos que frequentavam o AEE entre os anos de 2010 e 2013. A base teórica são os estudos de Michel Foucault, os quais possibilitam perceber esses discursos como uma maquinaria produtora de modos de ser e aprender. A pesquisa insere-se na abordagem qualitativa, tendo como estratégia metodológica prioritária a análise dos discursos relativos aos registros escolares – pastas e pareceres – atinentes aos alunos com deficiência. Com base nas análises realizadas é possível afirmar que há uma produção discursiva que prioriza as condutas dos alunos como principal desafio aos professores e como barreiras à aprendizagem. As supostas dificuldades de aprendizagem também são justificadas com base em causas como hereditariedade e dinâmica familiar. Percebeu-se, portanto, uma produção discursiva que tende a transformar em patologia aqueles modos de ser e de aprender que escapam ao padrão de aluno estabelecido pela escola. Com isso foi possível acompanhar o processo de medicalização em ação. Palavras-chave: Medicalização. Educação Especial. Inclusão Escolar.

Mise en oeuvre d'un dispositif de scolarisation

AUGUSTE Gabrielle - gabrielle.augustelambin@gmail.com - CLERSE, Université Lille1; VARLET Julie - j-varlet@live.fr - LEM - CNRS - Université d'Artois - France

L'affirmation de la participation des parents à l'élaboration du parcours scolaire de leur enfant se renforce au fil de lois, du travail social, du handicap et de l'école, (lois 2002, 2005, 2013). Son effectivité reste cependant controversée (Plaisance 2012) tandis que l'individualisation des parcours s'institutionnalise. Dans le champ du handicap, c'est le dispositif de Projet Personnalisé de Scolarisation (P.P.S.) qui en fixe le cadre à l'école et en établissement spécialisé. En effet, la France tout en favorisant la scolarisation en milieu ordinaire, permet également les scolarités partagées ou la scolarisation au sein des unités d'enseignement des Institut-Médico-Educatif (I.M.E.). Ces établissements contribuent à la mise en œuvre de ce projet personnalisé lors de réunions effectuées avec les parents et l'enfant présentant un handicap mental ou psychique. L'école primaire tend également à individualiser les parcours des élèves (Mazureau, 2015) quand ils sont désignés handicapés en collaborant avec les parents et les professionnels du médico-social lors de réunions instituées, les équipes de suivis de scolarisation (E.S.S.). Le P.P.S., résultant d'une négociation avec la famille qui devient « coproductrice du service », va ainsi construire et orienter la scolarité de l'enfant. Dès lors, les professionnels mobilisent des « concepts » (Sellenet, 2009 ; Argyris, Shon, 2002) lorsqu'ils évoquent ces familles dans la construction du projet scolaire : accompagnement – place – travail avec – reconnaissance, etc. A l'école, les parents « partenaires de l'école » (Lorcerie, 1997, Giuliani, Payet 2014) se voient attribués des tâches spécifiques quand leur enfant est identifié en situation de handicap. Ils adressent la demande d'aide à la M.D.P.H (Maison Départementale des Personnes Handicapées), sont présents aux réunions de suivis de scolarisation, participent aux conduites pour les suivis du secteur médico-social, etc. Cette communication interrogera le rapport des professionnels du médico-social ainsi que ceux de l'école aux parents. Dans la construction du parcours de scolarisation, en quoi les pratiques professionnelles dans leurs rapports aux parents ont-elles évolué ? Deux études ont été réalisées sur ces deux terrains distincts et se rejoignent quant à la question du rapport des professionnels aux parents d'enfants « handicapés ». Leur mise en perspective présente l'originalité de mettre en parallèle des pratiques et discours de professionnels issus de mondes sociaux différents mais tous deux soumis au dispositif P.P.S. Une étude en sociologie interactionniste (thèse sous la direction de Cécile Carra) a été réalisée auprès de 27 établissements, I.M.E. et S.E.S.A.D. (Service d'éducation spéciale et de soins à domicile), qui accueillent 1500 sur 3300 élèves handicapés dans le Pas-de-Calais, soit 45% (Education Nationale, 2013) de la population départementale. L'analyse du discours des professionnels nous permettra de déceler les places affichées qu'ils accordent aux familles dans le cadre de la mise en place d'une prise en charge scolaire inclusive. Une étude ethnographique a été menée au sein d'une école élémentaire (thèse en cours sous la direction de Bernadette Tillard) durant une année scolaire. Les parcours de

13 des 16 élèves de l'école inscrits dans le dispositif P.P.S. (7 au sein de l'U.L.I.S. école - ULIS école : Unité Localisée pour l'Inclusion Scolaire en école primaire - et 6 en classe ordinaire) ont notamment été étudiées. 15 entretiens à domicile ont été menés auprès de leurs parents. 13 réunions ESS ont été observées à l'école et 18 entretiens de professionnels ont été réalisés (enseignantes, directrice, enseignante référente, A.V.S - AVS : Auxiliaire de Vie Scolaire -, S.E.S.S.A.D., psychologue scolaire). Il s'agit d'analyser les postures professionnelles à l'égard des parents à travers les récits qu'en font les parents et les professionnels ainsi qu'à travers les pratiques observées au cours d'une année scolaire. Mots-clés : dispositif de scolarisation – partenariat – rapport aux familles – institut-médico-éducatif – école primaire

Negociando o "bom cuidado": uma etnografia das práticas de cuidado para adultos com deficiência intelectual

FIETZ, Helena - helenafietz@gmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

Vimos nas últimas décadas o crescimento e a consolidação da luta antimanicomial em todo o mundo. No Brasil, isso culminou com a promulgação da chamada Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/2001) que busca destituir o modelo centrado nos hospitais e manicômios e ofertar um tratamento que seja baseado no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. No advento destas mudanças, muitos grupos foram criados com o objetivo de reivindicar junto ao poder público direitos relativos a este grande campo que se convencionou chamar de saúde mental. Dentre estas reivindicações, está a luta por residenciais que, ao mesmo tempo em que proporcionem o cuidado, permitam que as pessoas com deficiência desenvolvam todas suas capacidades. Com base em uma etnografia realizada junto a um grupo de mães de classe média da cidade de Porto Alegre que luta pelo direito à moradia assistida para seus filhos adultos com deficiência intelectual ou psicossocial, proponho com este artigo uma reflexão sobre as relações mobilizadas no cuidado de adultos cuja autonomia pode ser considerada limitada. Inspirada no trabalho de Annemarie Mol (Logics of Care, 2008), considero o cuidado tanto como uma prática quanto uma categoria moral, e entendo que essa perspectiva permite uma complexificação das próprias noções de autonomia e dependência. Focando nas práticas e narrativas destas cuidadoras, busco compreender o que está em jogo para estas mulheres na sua luta por locais que garantam a seus filhos o que chamo aqui de uma "autonomia assistida". Assim, as práticas de cuidado aparecem por meio de minha etnografia como repletas de tensões e negociações, onde diferentes versões do que o "bom cuidado" é estão sendo constantemente performadas. Palavras-chave: Cuidado – Deficiência – Etnografia – Relações Familiares

Non-recours de parents au dispositif scolaire dédié aux « élèves handicapés » et résistances successives autour du parcours de scolarisation

AUGUSTE Gabrielle - gabrielle.augustelambin@gmail.com - CLERSE, Université Lille1; VARLET Julie - j-varlet@live.fr - LEM – CNRS - Université d'Artois - France

Alors que l'on peut se demander « à qui appartiennent les enfants ? » (Ségalen, 2010), l'école institue progressivement le parent comme un « partenaire » (Lorcerie, 1997, Giuliani, Payet 2014)). Ainsi, le dispositif scolaire P.P.S. (Projet Personnalisé de Scolarisation) issu de la loi du handicap du 11 février 2005 et dédié aux élèves « handicapés » prévoit de partager certaines tâches avec « certains » parents. Toutefois la littérature a montré que l'individualisation des scolarisations ne permet pas systématiquement une plus grande participation des parents (Bureau 2013) tandis que les catégories de handicap apparaissent comme socialement construites (Béliard, Eideliman 2014) et différemment mobilisées selon les classes sociales (Garcia, 2013). Par ailleurs, le public destinataire n'étant « ni contraint ni captif » (Warin, 2010), une approche en termes de non-recours permet de comprendre comment des parents optent pour une formule alternative tandis que d'autres s'engagent dans le dispositif au terme d'un long processus ou sont dissuadés d'en faire la demande. Il s'agira dans cette communication de se demander en quoi le non-recours de parents nous éclaire sur la « citoyenneté active » (Warin, 2016) de ces usagers. Pour répondre à ces questions, nous nous appuyons sur une étude ethnographique menée pendant une année scolaire dans une école comprenant une unité localisée pour l'inclusion scolaire (ULIS école : Unité localisée pour l'inclusion scolaire). Les parcours des élèves inscrits dans le dispositif P.P.S. ont révélé des formes de non-recours partiels à certaines étapes de leur trajectoire scolaire. D'autres situations d'élèves potentiellement éligibles mais non identifiés « handicapés » sont également interrogées. 23 situations de non-recours ont été repérées au cours des 55 entretiens de parents à domicile, des 18 entretiens de professionnels et de 29 observations à l'école. La communication présentera les 23 situations de non-recours puis s'attardera sur deux d'entre elles. Mots-clés : non-recours, dispositif de scolarisation, parents, élèves handicapés.

« Nous n'existons pas, Madame ». Dignité, égalité et mise à l'écart du handicap dans l'univers carcéral.

ZDRAVKOVA, Yana - yana.zdravkova@inshea.fr - INS HEA - France

Cette communication est issue d'une recherche doctorale en cours, sur la prise en charge du handicap en prison, financée par l'IRESP. Elle article politiques publiques, traitement social de la déficience et trajectoires individuelles en prison. Cette recherche est menée auprès de prisonniers handicapés et de professionnels du monde pénitentiaire. Le corpus est constitué de récits de vie et entretiens semi-directifs, menés dans quatre prisons françaises. Nous souhaitons ici présenter les différentes prises en charge du handicap, formelles ou informelles, qui existent en prison. La prison est un endroit où sont enfermées des personnes considérées comme ayant dérogé aux valeurs fondamentales qui fondent l'ordre social. La peine se traduit par une souffrance

inhérente à toute détention. La dignité demeure une question centrale : il s'agit d'éviter torture et traitements inhumains. Le milieu carcéral revendique aussi l'égalité du traitement de tous les prisonniers, en tant que service public. Les évolutions récentes des politiques du handicap réinterrogent les liens entre égalité et dignité, dans la prise en charge des personnes reconnues handicapées. Dans ce cadre, il s'agit de favoriser le développement et l'épanouissement des personnes. Ainsi que se passe-t-il quand une personne handicapée se retrouve en prison ? Quelles sont les possibilités d'accès aux soins, aux droits ou aux biens symboliques disponibles en prisons ? Comment l'univers carcéral concilie l'exigence d'infliger une peine, tout en respectant la dignité et l'égalité de traitement dans le cadre du handicap ? Dans cette communication, nous présenterons donc les dispositifs pénitentiaires officiels ou relevant de « bricolages », visant un traitement digne et égalitaire des prisonniers handicapés. Nous verrons également comment le respect de la dignité et l'égalité des droits peuvent s'opposer. En prison, la dignité renvoie aux soins palliatifs, excluant certains prisonniers de la vie quotidienne. Ainsi, cela invalide la visée égalitaire et de réinsertion de la prison. Mots-clés: handicap, prison, dispositifs de prises en charge

Novos diálogos entre os estudos feministas da deficiência: uma revisão da literatura internacional

GOMES, Ruthie - tutti.gomes@gmail.com; LOPES, Paula; GESSER, Marivete - Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC - Brasil

Os estudos feministas da deficiência surgiram como um marco teórico que integra os estudos feministas e da deficiência num contexto político e de movimento de direitos humanos, frente à explícita relação que o feminismo assume entre o trabalho intelectual e o compromisso para criar uma sociedade mais justa, equitativa e integrada. Diante da escassa discussão a respeito deste novo marco teórico, este artigo tem como objetivo apresentar a contribuição internacional sobre os estudos feministas da deficiência, visto que a este nível este assunto é mais amplamente discutido. Constitui-se em uma Revisão Sistemática de Literatura – RSL. Compuseram o *corpus* de análise 24 artigos publicados em periódicos científicos entre os anos de 2010 e 2015 e que possuíam o descritor: *Feminist Disability Studies*. A partir da análise, emergem eixos temáticos que ampliam as noções de diversidade, abordando assuntos sobre cuidados e interdependência, sexualidade, intersecções entre gênero e deficiência, e inclusão social. Palavras-chave: estudos feministas, deficiência, interseccionalidade

O acontecimento da aprendizagem na sala de recursos: da intencionalidade a repercussão da aquisição do conhecimento como elemento de inclusão social

CORREA, Rosimere da Rosa - rosimere_correa@hotmail.com - RME-Canoas/UNILASALLE; SANTOS JR., Francisco Dutra dos - RME/SMED-Porto Alegre/UNILASALLE - Brasil

O objetivo do presente texto é apresentar reflexões acerca da ação pedagógica no Serviço de Atendimento Educacional Especializado, Salas de Recursos, em escolas diferentes da região metropolitana de Porto Alegre. Com destaque a uma análise a respeito da formação e experiência do professor frente à Sala de Recursos e as repercussões motivacionais do aluno com Necessidades Educacionais Especiais para as possíveis conexões de aprendizagem. Este estudo pretende contribuir para a compreensão e relevância das Salas de Recursos como serviço prioritário no Atendimento Educacional Especializado. Analisa os processos propostos pelo profissional da Sala de Recursos, seus dispositivos pedagógicos e a partir daí, tece-se as considerações a respeito das conexões possíveis para o acontecimento da aprendizagem no desenvolvimento do aluno com Necessidades Educacionais Especiais. O estudo conclui que a formação do profissional frente ao serviço especializado faz ampla diferença na repercussão motivacional e na aprendizagem do aluno com Necessidades Educacionais Especiais. Palavras-chave: Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Motivação. Sala de Recursos. Formação de Professor Especializado. Atendimento Educacional Especializado.

O desafio da garantia do pleno direito a permanência da pessoa com deficiência no ensino superior

CURTIS, Kelvin Henrique Bernardo - kelvin.bernardo@hotmail.com, kelvin.curtis@acad.pucrs.br - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS Brasil

O presente trabalho visa dialogar sobre a estruturação e expansão da educação superior no Brasil, onde com centralidade a discussão sobre as ações de garantia de direitos ao acesso e a permanência dos alunos com deficiências nos espaços de ensino público e privados, tendo, por tanto, como contraponto a garantia dos direitos das pessoas com deficiência para além do acesso, no que tange a eliminação de barreiras devidas às atitudes, meio ambiente, que impedem a plena efetivação da participação e livre autonomia dos sujeitos, assumindo aqui os preceitos da Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (2009). Nesse sentido aborda-se a importância da ampliação do acesso das pessoas com deficiência à educação superior, junto aos ganhos dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. E assim analisar as ações governamentais de ampliação da educação superior, adentrando a importância da garantia da permanência dos estudantes com deficiência junto a PNAES (2010) e as ações afirmativas para pessoas com deficiência, trazendo a violação de direitos a permanência de tais sujeitos, frente as barreiras históricas de discriminação. Dessa forma aponta-se, no entanto, que a garantia do acesso da pessoa com deficiência ao ensino superior, mesmo que de forma mínima, junto as ações afirmativas dos sistemas de cotas, bem como, da efetivação do discurso da igualdade de direitos, traz consigo a herança histórica da estrutura excludente das pessoas com

deficiência, mas que ainda nos coloca barreiras exponenciais na garantia da participação plena dos sujeitos, no que se refere a privação do direito à liberdade de ir e vir, que implica a ação relacional e o gozo da autonomia dos sujeitos, tendo na educação superior a garantia o acesso de forma mínima como um ganho importante junto a implementação das programas de permanência pela assistência estudantil, PNAES (2010) e como conquista de direitos humanos. Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Ensino Superior, acesso, permanência;

O direito de ir e vir de pessoas com deficiência no espaço urbano: discutindo a acessibilidade

KONFLANZ, Catia Lilian - catia.clk@gmail.com; SCHWINGEL, Julia; GÓES, Tayná Veronica Vargas de; RODRIGUES, Graciela Fagundes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IF Farroupilha - Brasil

Neste estudo são apresentadas análises relativas a acessibilidade arquitetônica e urbanística dos espaços urbanos de uma cidade localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Mapear a situação atual das condições de acessibilidade em locais centrais da cidade e dos estabelecimentos comerciais constitui um dos propósitos dessa pesquisa de abordagem qualitativa e característica exploratória. As análises realizadas são oriundas de registros fotográficos e de entrevista com pessoas com deficiência acerca das condições de mobilidade nos espaços investigados. As construções não atendem as necessidades mínimas de acessibilidade para a circulação das pessoas em geral, não contemplando as diferentes características físicas, motoras ou sensoriais dos indivíduos que percorrem regularmente por esses locais. Inclusive estabelecimentos comerciais não dispõem de condições arquitetônicas para o ingresso de pessoas usuárias de cadeiras de rodas, clientes nesta condição, são atendimentos na porta dos estabelecimentos. Ademais, o modo como são construídas as calçadas e entradas de garagem, as rampas por estarem com a inclinação incorreta ou mal projetadas, favorecem à pessoa com deficiência ter dificuldade em transitar por este ambiente. As situações levantadas foram discutidas em diálogo com a NBR 9050/2015, analisando o que pode ser feito para reverter esta situação da falta de acessibilidade que torna-se um requisito indispensável à mobilidade urbana. Tais dados, apesar de desanimadores, ratificam a necessidade de conhecimento pelos gestores públicos e a população em geral, no atendimento às questões de acessibilidade. O estudo portanto, propicia essa reflexão e a premência de fazer cumprir os preceitos legais, dentre eles o direito de ir e vir não para alguns mas para todos. Palavras-chave: acessibilidade, pessoas com deficiência, mobilidade urbana, políticas públicas.

O ensino de porcentagem para alunos com deficiência intelectual no ensino regular: um estudo para viabilidade de inserção social

MÜLLER, Miriam Garcia - miriamgmuller@yahoo.com.br - RME-Canoas/UNILASALLE; SANTOS JR., Francisco Dutra dos - RME-SMED-Porto Alegre/UNILASALLE - Brasil

O presente trabalho pretende proporcionar uma análise ao que se refere o ensino e aprendizagem da Matemática para alunos com Deficiência Intelectual no ensino regular. Seu objetivo foi verificar como ocorre o ensino de Porcentagem aos alunos com Deficiência Intelectual (DI) numa escola ensino regular no município de Canoas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, complementada com entrevistas e observações. Esta pesquisa baseou-se em Ausebel, Piaget e Inhelder no que se refere ao ensino através da significação, construção do conhecimento e viscosidade genética para o ensino de conceitos matemáticos, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que orientam o desenvolvimento do ensino de Porcentagem nas séries finais do ensino fundamental. O estudo demonstrou que independente das dificuldades apresentadas por alunos com DI, o ensino de conteúdos matemáticos são viáveis quando trabalhados de forma que, possibilitem a relação e interação com o meio, auxiliando nas diversas tarefas do dia-a-dia. Possibilitando dessa forma uma melhor inserção social. *Palavras- chave: Matemática. Deficiência Intelectual. Porcentagem. Inclusão Escolar e Social.*

O Geoprocessamento Como Ferramenta Para Construção de Políticas Públicas para Pessoas Com Deficiência

FERREIRA, Taísa Gomes; CADORE, Paula; HICKMANN, Darlene Taís; FONSECA, Fernanda Marzullo; ROMAN, Carlos Augusto - taisa.ferrera@gmail.com;paulacadoreto@gmail.com;dthickmann@gmail.com;fernandamarzullo@outlook.com; carlosaugustoroman@gmail.com - Universidade Federal de Santa Maria/RS - Brasil

Introdução: Geoprocessamento é um conjunto de técnicas de coleta, tratamento, manipulação e apresentação de dados espaciais, que gradualmente é mais valorizado na gestão de saúde por apontar novos subsídios para planejamento e avaliação de ações baseadas na distribuição espacial². Considerando o número expressivo de pessoas com deficiência a portaria nº 793/2012 instituiu a rede de cuidados à pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde e responsabilizou o grupo condutor por realizar estudos populacionais para então implementar diretrizes e ações a esta população. Objetivo: Apresentar o geoprocessamento como apoio à construção de políticas públicas, a partir da análise da distribuição das pessoas com deficiência numa região de saúde do Rio Grande do Sul/Brasil. Metodologia: Pesquisa quantitativa onde utilizaram-se dados secundários do Censo Nacional Brasileiro realizado pelo IBGE em 2010. Os dados compreendem informações de 32 municípios, abrangendo as Deficiências visual, auditiva, motora e mental/intelectual, e seus graus (não consegue de modo algum e grande dificuldade, exceto a deficiência mental/intelectual, não classificada em graus), quanto ao total e especificada por sexo (masculino e

feminino). Os dados foram submetidos a análise estatística e, posteriormente criaram-se 6 mapas temáticos pelo programa de geoprocessamento *Terra View* Política Social, indicando a distribuição de cada tipo de deficiência severa e a distribuição de todas as deficiências severas, em relação a população total. Resultados: A análise dos mapas possibilitou identificar os municípios com maior índice de pessoas com deficiência severa e verificar a constituição da rede de atenção. Assim, o geoprocessamento fornece subsídios para planejar e avaliar ações baseadas na análise da distribuição espacial, localizar serviços de saúde, ampliar a eficiência na gestão dos recursos públicos e aprimorar a compreensão do espaço. Conclusão: O geoprocessamento é importante para reconhecer a distribuição de pessoas com deficiências, podendo apoiar grupos condutores na construção de planos e planejamento de ações de saúde. Palavras-chave: Geoprocessamento, Pessoas com deficiência, Políticas públicas.

O Memorial da Inclusão e o direito à memória das lutas das pessoas com deficiência no Brasil

BUSTAMANTE, Márcio - mbcosta@sedpcd.sp.gov.br; marciobustamante@gmail.com - Memorial da Inclusão: os caminhos da pessoa com deficiência - Brasil

Essa comunicação tem por objetivo apresentar e discutir a experiência do Memorial da Inclusão: os caminhos da pessoa com deficiência – órgão da Secretaria do Estado de São Paulo dos direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD) – no tocante à implementação, constituição e gestão de um lugar de memória e de uma política pública de memória focada na história da luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Criado em 2009, o Memorial da Inclusão desempenha uma série de ações e projetos que visam chamar a atenção para o traço distintivo que ainda, infelizmente, caracteriza o tema da deficiência e a questão da pessoa com deficiência no Brasil: o esquecimento – a despeito de avanços decisivos sobretudo nas últimas duas décadas. Além de trabalhar com visitas monitoradas e ações educativas na sua exposição permanente, localizada em sua sede, o Memorial da Inclusão conta também com versões itinerantes, cursos de ensino à distância voltados para os servidores públicos e rodas de debates envolvendo especialistas sobre o tema de modo a incentivar e difundir os estudos sobre a deficiência. Mais recentemente o Memorial vem organizando o primeiro acervo físico sobre a história dos movimentos sociais das pessoas com deficiência no Brasil, em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo, projeto de suma importância e que deve estar aberto ao diálogo e às trocas de experiências de modo produzir uma justa e democrática política de memória. Palavras chave: Memorial da Inclusão; Lugar de memória; Esquecimento, Direito à memória; Acervos

Otra voz y otra mirada. Un estudio sobre la inclusión de jóvenes con discapacidad en el Liceo Nº 3 “Brig. Gral. Juan A. Lavalleja” de Rivera, Uruguay.

DE LA BARRERA, Claudia María Silveira - cmdelab@gmail.com - Centro Regional de Profesores del Norte - Consejo de Formación en Educación. Uruguay - Uruguay

Esta presentación oral pretende presentar los resultados de una investigación realizada durante el año 2012 en el marco de la Maestría de Gestión y Políticas de la Educación del Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH, Montevideo, Uruguay). El estudio aborda el tema de la inclusión de jóvenes con discapacidad en la educación media uruguaya. La metodología, de corte cualitativo, se sostuvo en un estudio de caso: el Liceo Nº 3, “Brig. Gral. Juan Antonio Lavalleja” de la ciudad de Rivera, Uruguay. La teoría sobre la inclusión educativa, la discapacidad y los derechos humanos atraviesa toda la estrategia metodológica. Del paradigma de la inclusión educativa surge la valorización de la educación como una herramienta de desarrollo individual y colectivo, imprescindible para la construcción de sociedades más integradas y justas. Partiendo de la conceptualización de la diferenciación examina el proceso de la construcción social de la discapacidad. Al estudiar el marco jurídico internacional y uruguayo, construido para proteger los derechos de las personas con discapacidad, se observó la creación de condiciones para su cumplimiento. Para conocer y comprender la problemática en el ámbito del centro educativo se escucharon las voces de los protagonistas desde un enfoque fenomenológico. La adaptación de un modelo ecológico favoreció el análisis de los procesos de inclusión/exclusión de los jóvenes en el centro educativo exponiendo la compleja interacción de cinco dimensiones: institución educativa, docentes, estudiantes con discapacidades, familia y grupos de pares. De este modo, la investigación buscó identificar cuáles son y cómo interaccionan las barreras que limitan la inclusión plena. El estudio interpreta el encuentro entre el paradigma y la realidad, observando algunas de sus fragilidades y fortalezas para inducir a la reflexión sobre las posibilidades de mejora de los centros y las prácticas educativas orientados por el modelo inclusivo. Palabras claves: Inclusión, discapacidad, educación, derechos.

Os sentidos atribuídos à deficiência pelos profissionais de saúde e o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde no estado de São Paulo/Brasil

ROCHA, Eucenir Fredini - eucenir@usp.br; OLIVER, Fátima Corrêa - fcoliver@usp.br; SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes - Universidade de São Paulo/USP - Brasil

Objetivo: O estudo analisa como os profissionais da rede pública de saúde de doze municípios do Estado de São Paulo, Brasil - atribuem sentidos à “deficiência” e como essas concepções relacionam-se ao acesso aos serviços gerais de saúde que possuem ou não ações de reabilitação. Método: Foram realizadas 121 entrevistas semiestruturadas, em 63 serviços, de 12 municípios do estado de São Paulo/Brasil. Os profissionais responderam a pergunta: Para você o que é deficiência/incapacidade? Os

depoimentos foram organizados em núcleos temáticos e interpretados sob a perspectiva sócio histórica. Resultados: Constatou-se que predomina uma compreensão preconceituosa, assistencialista e paternalista sobre a deficiência. Observou-se nos depoimentos uma hesitação entre os sentidos atribuídos à deficiência e incapacidade, com abordagens reducionistas pautadas em paradigmas organicistas e/ou calcadas no senso comum. Não houve depoimentos que explicitassem conceitos de deficiência como parte do processo saúde-doença, que reconhecessem a influência dos fatores ambientais, sociais e culturais na produção de sentidos e que afirmassem a potencialidade das pessoas com deficiência. Conclusão: É essencial que os serviços de saúde promovam espaços de reflexão entre profissionais sobre seus valores e sentidos que atribuem à deficiência e à prática assistencial, o que pode contribuir para a transformação cultural dos sentidos atribuídos ao fenômeno da deficiência e para o acesso aos bens de saúde. Palavras-chaves: Deficiência; Sentidos da Deficiência; Serviços de Saúde; Profissionais de saúde, Acesso aos serviços de saúde.

O trabalho e suas margens: caminhando pelos desvios dos direitos das pessoas com deficiência

STRELHOW, Thyeles Moratti Precilio Borcarte - thyelesbs@yahoo.com.br - Faculdades EST - Brasil

A luta das pessoas com deficiência por reconhecimento e ocupação do espaço social acontece há décadas e culminaram numa mudança paradigmática que resultou na concepção da inclusão. Junto a esta virada conceitual, algumas questões relacionadas à deficiência ainda se mantêm, como por exemplo, considerar as pessoas com deficiência como incapazes ou como fardos sociais, sendo chamadas de “presente de Deus” para amenizar. A investigação histórica mostra que estas concepções sobre a deficiência foram construídas ao longo dos tempos com diferentes intenções, desde a possibilidade de salvar suas vidas, até a sua segregação. A partir de pesquisas já realizadas (CARVALHO-FREITAS, 2007), é possível perceber que estes conceitos ainda fazem parte do cotidiano social e com frequência são utilizados para justificar ações e políticas relacionadas às pessoas com deficiência. Desta forma, este artigo tem por objetivo analisar, a partir de pesquisa bibliográfica, em que medida as concepções sobre a deficiência interferem na ocupação do espaço social do trabalho como direito. Preliminarmente é possível afirmar que sistematicamente as pessoas com deficiência estão à margem dos direitos humanos, pois estes em geral se constituem em precariedades, desde a acessibilidade universal até o acesso à educação. Também relacionado ao trabalho parece não ser diferente na medida em que apenas 0,7% das vagas de emprego no Brasil são ocupadas por pessoas com deficiência. Palavras-chaves: Trabalho. Deficiência. Direitos humanos. Concepções. Espaço social.

O turismo acessível e as políticas públicas: um estudo sobre a legislação brasileira e internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência

DUARTE, Donária Coelho - donaria@unb.br; donaria@hotmail.com; LEMOS, Géssika da Silva - lemosgessika@gmail.com - Universidade de Brasília - Brasil

O objetivo deste estudo é fazer um paralelo da legislação brasileira voltada às pessoas com deficiência em comparação com a legislação de outros países como Austrália, Canadá, EUA e Europa, a fim de verificar como a mesma evoluiu e como está no cenário atual internacional. A metodologia adotada se embasou em pesquisa bibliográfica pela utilização de publicações sobre turismo responsável e acessível. Utilizou-se a pesquisa documental no levantamento e comparação da legislação brasileira com a de outros países, perfazendo uma abordagem qualitativa. O estudo mostra que a legislação do Brasil apresentou um grande progresso ao longo dos anos quanto aos direitos das pessoas com deficiência (nesse contexto, citam-se a própria Constituição de 1988, tem a Lei Nº 7.853 de 1989 exclusiva a essas pessoas e o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015), conquistando uma posição privilegiada quanto as leis existentes para atender exclusivamente essas pessoas, enquanto que o EUA, Austrália, Europa e Canadá têm mobilizado a inclusão dessas pessoas por outros meios que vão além das leis. Esses países tem uma forte preocupação em tornar real a inclusão dessas pessoas pela mobilização de outras ações (EUA, lei Americans With Disabilities Act-ADA, 1990; Austrália, Constituição de 1901, lei Disability Discrimination Act-DDA de 1992, Disability Services ACT de 1986 e o site Australia for All; Canadá, Constituição de 1982, leis Canadian Human Rights Act de 1977 e a Disability Savings Act de 2007; Europa, Carta dos Direitos Fundamentais de 1999, Ano Europeu das Pessoas com Deficiência em 2003, Comissão Estratégia Europeia para Deficiência 2010-2020, e o site European Network for Accessible Tourism- ENAT). Conclui-se que o turismo acessível pode atender as pessoas com deficiência estando de acordo com a legislação, porém a falta de leis/orientações que enfatizem as práticas necessárias para promoção desse turismo pode ocasionar ambientes despreparados para receber esse público. Palavras-Chave: Legislação. Pessoas com Deficiência. Inclusão. Turismo acessível.

Papel do conselheiro governamental na defesa dos direitos das pessoas com deficiência: desafios e perspectivas

PEREIRA, Marilu Mourão - marilumourao@bol.com.br - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS – Brasil

Esse estudo teve como objetivo analisar as formas de participação e controle social dos conselheiros governamentais do estado, no conselho estadual das pessoas com deficiência, e avaliar como esses representantes tem se colocado frente a esse duplo papel de fiscalizador e de executor das ações do poder público. Os conselhos são espaços singulares para o exercício do controle social sobre as ações desenvolvidas pelo poder público. O interesse nesse estudo se deu a partir da minha experiência como

conselheira e gestora de um órgão do estado responsável pela articulação e desenvolvimento de políticas públicas para as pessoas com deficiência. Algumas questões nortearam essa investigação, como quais os critérios de escolha desses representantes, como esses conselheiros têm ocupado esses espaços na tomada de decisões, quais as dificuldades enfrentadas, e os avanços, quais as perspectivas em relação a essa representação, como é realizada as discussões com suas instituições e como ocorre esse processo, quais as funções exercidas na instituição e se são estratégicas ou de gestão, quais os impasses e as dificuldades para essa participação, quanto ao envolvimento com as atividades do Conselho, como é visto pelas Instituições, como avaliam a sua participação no exercício do controle social e ao mesmo tempo ocupam funções e papéis no estado, qual a efetividade na participação, como é feito a mediação entre conselho e a esfera pública. Esse estudo torna-se relevante, à medida que pouco se fala sobre as relações entre os atores sociais e os agentes públicos, que muitas vezes são vistos como adversários que caminham em descompasso. Contudo esse estudo busca, para além dessa visão, analisar como tem se dado essa construção conjunta na garantia de direitos das pessoas com deficiência. Palavras-chave: Conselho de Direitos, Pessoas com Deficiência, Conselheiros Governamentais

Participação no mundo do trabalho: experiência de apoio a PCD no contexto comunitário

AOKI, Marta - aoki@usp.br; OLIVER, Fátima Corrêa - Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional – FMUSP; CALDEIRA, Vanessa Andrade - Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Brasil

A participação social de pessoas com deficiência (PcD) no mundo do trabalho é um desafio para a sociedade, sendo crucial a existência e efetivação de políticas públicas de apoio a inclusão e permanência no trabalho, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da PcD (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Contudo, a lei de cotas empregatícias para PcD, tem atendido timidamente a seus propósitos. Neste contexto, desde 2012, projeto universitário de extensão de serviços à comunidade de uma universidade pública em parceria com unidade básica de saúde de região periférica da cidade de São Paulo, realiza apoio à inclusão de PcD no mundo do trabalho. O projeto contou com a identificação e sensibilização de jovens e adultos com deficiência e familiares; mapeamento de empresas e cursos de qualificação no território; construção de espaços coletivos de discussão sobre o tema e acompanhamento das pessoas em processo de inclusão; articulação de possibilidades de profissionalização e criação do fórum intersetorial de discussão sobre o tema. As PcD, na sua maioria, estão desempregadas, parte nunca trabalhou; apresentam pouca autonomia e escolaridade. Familiares, mostram-se inseguros quanto as possibilidades de inclusão no trabalho e muitas vezes, optam pelo Benefício de Prestação Continuada. Empresas e cursos profissionalizantes mostram-se despreparados para receber PcD em seus ambientes e pouco se adequam as necessidades apresentadas pelas PcD. O Fórum de discussão sobre a inclusão no trabalho tem proporcionado visibilidade ao tema e seu reconhecimento como rede de suporte social as PcD. Das 36 pessoas atendidas pelo projeto, 14 foram incluídas no trabalho e 05 realizaram cursos profissionalizantes. A experiência vem sendo detalhada em estudo para compreender a percepção das PcD e familiares sobre a experiência de inclusão no mundo do trabalho e contribuir para difusão de alternativas locais de apoio a participação social de PcD por meio do trabalho. Palavras-chave: Inclusão no trabalho, pessoas com deficiência, participação social, terapia ocupacional

Percepção de professores universitários com deficiência física, visual ou auditiva, sobre a própria inserção no mercado de trabalho

SOUZA, Mariana Pinkoski de - marianapinkoski@gmail.com; TIMM, Edgar Zanini - edgar.timm@metodistasul.edu.br; GARIN, Norberto da Cunha - norberto.garin@metodistasul.edu.br - Centro Universitário Metodista (IPA) - Brasil

O IBGE (2010) mostra 23,9% da população total brasileira com algum tipo de deficiência, visual, auditiva, motora e mental ou intelectual; isto representa uma real necessidade de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Quatro professores universitários com deficiência física, visual ou auditiva de uma instituição confessional e comunitária, foram convidados, numa pesquisa concluída em 2015, a manifestarem-se sobre seu processo de inclusão na Academia. O estudo, que resultou numa dissertação de mestrado profissional, realizou-se pelo PPG em Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista (IPA), em Porto Alegre, RS, Brasil. De natureza qualitativa, procedeu uma entrevista semi-estruturada, cujos dados foram submetidos à Análise de Conteúdo. Dentre as conclusões da pesquisa, destaca-se, no quesito inserção no mercado profissional, que os professores universitários entrevistados percebem-na positivamente, ao ser considerado o grande contingente de pessoas com deficiência que não trabalham. Destacou-se que a inserção é mais tranquila do que o processo de permanência no trabalho; que existe um estranhamento de algumas pessoas sem deficiência frente à inserção do professor universitário com deficiência e que, por não saberem como lidar com a deficiência, apresentam dificuldade na comunicação, acreditando, ainda, que a pessoa com deficiência não possui habilidades para as atividades laborais. Verificou-se existir poucos professores universitários com deficiência, atuantes; mesmo havendo mudanças positivas ao longo dos anos quanto à sua inserção. A pesquisa realizada no contexto das condições metamórficas pelas quais passam as instituições de ensino superior, e o recorte feito aqui para o quesito inserção no mercado de trabalho, pretende somar-se às reflexões que serão oferecidas no III Colóquio Franco-Latinoamericano de pesquisa sobre deficiência. Palavras chaves: Professor Universitário. Deficiência física, visual ou auditiva. Inclusão. Inserção laboral. Igualdade.

Pessoas com Deficiência e Acesso à Saúde: Experiências Através da Reabilitação Baseada na Comunidade

ZORZI, Joice Guerra; FERREIRA, Taisa Gomes; SILVA, Pricila Arrojo da - joicezorzi@gmail.com; taisa.ferreira@gmail.com; pricilaarrojoto@gmail.com - Brasil

Introdução: Pessoas com deficiência possuem condições de saúde inferiores quando comparadas ao restante da população, ilustrada na falta de reconhecimento e não atendimento de suas necessidades de saúde (OMS, 2011). A avaliação de tais necessidades a partir da discussão ancorada pela Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC) deve ser realizada através da compreensão de direitos básicos e de condições de acesso aos serviços de saúde, e não somente relacionadas com a deficiência em si (OMS, 2010). **Objetivos:** Apresentar ações e resultados preliminares de atenção à saúde de pessoas com deficiência vinculadas ao Programa de Extensão em RBC do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria. **Metodologia:** As ações ocorrem desde 2014, em três áreas distintas de Santa Maria. Inicialmente, efetuou-se o rastreamento de pessoas com deficiência reconhecidas pelas UBS de referência do Programa. Atualmente, ampliaram-se os locais de abrangência do Programa, através do amparo a uma Organização de Apoio a pessoas com deficiência. Ainda, realizam-se encaminhamentos para serviços de saúde da rede municipal, acompanhamento das prescrições de tecnologias assistivas. **Resultados:** As pessoas com deficiência acompanhadas pelo programa encontravam-se, predominantemente, em situação de isolamento social e com limitado acesso à serviços de saúde. Através das ações desenvolvidas pelo programa, observou-se a diminuição do isolamento social, a partir da construção e ampliação das redes sociais e da garantia ao acesso à saúde, ocasionando em melhores condições de vida para essa população. **Considerações finais.** A experiência do trabalho a partir da matriz da RBC demonstrou ser uma estratégia eficaz para localização e acompanhamento de pessoas com deficiência, podendo ser associada serviços de atenção primária e organizações de pessoas com deficiência. **Palavras-chave:** Reabilitação Baseada na Comunidade, acesso à saúde, pessoas com deficiência.

Pessoas com deficiência na atenção primária: o modelo assistencial em questão

SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes; ROCHA, Eucenir Fredini - eucenir@usp.br - Universidade de São Paulo/USP - Brasil

A reabilitação é pensada como uma medida de saúde aplicável à comunidade desde a conferência de Alma-Ata, e assiste-se ao desenvolvimento de ações nesta direção em diversos países. Assim, estratégias e modelos reabilitacionais emergem numa tentativa de superar o modelo tradicional, corretivo, centrado nas tecnologias duras e nos centros de reabilitação distantes da periferia das cidades. O presente trabalho visa discutir os modelos assistenciais em reabilitação, em especial aqueles empregados na atenção primária à saúde, por meio do relato de experiência dos 16 anos de trabalho do Laboratório de Estudos em Reabilitação e Tecnologia Assistiva da USP. O laboratório desenvolveu uma gama de ações assistenciais, de implantação de serviço, de pesquisa e ensino em diferentes locais da cidade de São Paulo, Brasil. Essa experiência possibilitou a construção de uma reflexão crítica sobre o modelo assistencial vigente, a proposição de um modelo de reabilitação na Atenção Primária que se alinha com os preceitos da Atenção Primária Ampliada, numa tentativa de ampliar o acesso de pessoas com deficiência, melhorar a resolutividade, integralidade, diminuir os encaminhamentos para outros serviços, fazer prevenção terciária e quaternária, reabilitar no território levando em conta o cotidiano, a cultura, a família e os contextos onde a vida acontece. Tais propostas encontram dificuldades em se efetivar por conta da inacessibilidade dos serviços de Atenção Primária e entorno; a filiação dos profissionais à um modelo de APS seletiva, no qual as pessoas com deficiência não estão contempladas, o que aliava-se, muitas vezes à dificuldade dos profissionais entenderem o acesso à saúde como um direito. As experiências do Laboratório, assim como outras contemporâneas desenvolvidas em outros lugares do país, inspirando a criação de políticas públicas. Entretanto ainda há muito que se fazer para construir ações na direção da Atenção Primária ampliada, territorial, integral e resolutiva no Brasil. **Palavras-Chave:** Pessoa com Deficiência, Atenção Primária à Saúde, Atenção Primária Ampliada, Reabilitação, Modelo Assistencial.

Políticas públicas para a pessoa com deficiência: a materialização na luta por direitos

SILVA, Ana Cristina Cardoso - anacardoso.to@gmail.com; OLIVER, Fátima Correa - fcoliver@usp.br - Universidade Federal de São Carlos/UFSCar-SP - Brasil

Este resumo apresenta resultados de uma dissertação de mestrado, em que se buscou investigar os movimentos sociais das pessoas com deficiência e de suas organizações numa interlocução com o cenário das políticas públicas em um município de médio porte do estado de São Paulo. No desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os presidentes das organizações e pesquisa documental sobre as Conferências municipais no setor da deficiência, educação, saúde e assistência social e sobre os estatutos, folders, atas e cartilhas, produzidos pelas organizações, assim como sobre as leis e decretos vigentes em âmbito municipal e nacional. Os resultados indicam que os movimentos sociais são redesenhados pelas mudanças econômicas e tecnológicas e também são responsáveis pela transformação da sociedade, como, por exemplo, através da proposição e implantação de políticas públicas e sociais. Na região estudada, houve avanço na estruturação e articulação das políticas públicas para o segmento com deficiência, principalmente na área da educação; todavia muitas pessoas com deficiência ainda não têm acesso aos direitos essenciais, garantidos por lei. Além disso, envolver a sociedade civil na gestão das políticas públicas é uma tarefa difícil e a ser concretizada. Apesar de ressaltar a importante participação das entidades na formulação dos projetos de leis e decretos municipais, não se pode afirmar uma participação ativa das próprias pessoas com deficiência e que,

no cotidiano, lidam com diversas demandas, dificuldades e barreiras a serem enfrentadas pela implementação de políticas públicas. Por isso, considera-se importante que profissionais, pesquisadores e sociedade civil organizada, comprometidos com o tema da deficiência e suas interfaces, criem mecanismos e estratégias para que as pessoas com deficiência e familiares possam tornar-se sujeitos políticos no cotidiano, de modo a também contribuírem para criação, implantação e avaliação das políticas públicas e, portanto, construir caminhos para a ampliação da dignidade humana e justiça social. Palavras chave: Deficiência. Movimentos Sociais. Políticas Públicas. Participação Social. Justiça Social.

Práticas pedagógicas e deficiência intelectual: desafios para a igualdade de oportunidades

RAHME, Mônica Maria Farid - monicarahme@hotmail.com - Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil

A constatação de que um estudante apresenta deficiência intelectual constitui-se, na maior parte das vezes, como um elemento desafiador para a sua trajetória escolar. Nessas situações, não raras vezes, os discursos médico e psicológico são acionados, mesmo que em detrimento da construção de um saber próprio do campo educativo. Uma das conceituações muito utilizadas para definir a deficiência intelectual foi formulada originalmente pela Associação Americana de Retardo Mental (em 1992), e tem sido difundida pelo Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – versão IV (DSM-IV), da Associação Americana de Psiquiatria (2002). Nele, encontramos como critério fundamental para o diagnóstico da deficiência intelectual, a presença de funcionamento cognitivo inferior à média, concomitante à constatação de limitações na capacidade adaptativa do sujeito em, pelo menos, duas das seguintes áreas: comunicação, auto-cuidado, habilidades sociais e interpessoais, vida doméstica, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança, auto-suficiência. Todavia, embora as definições de deficiência intelectual pareçam remeter a uma condição cognitiva permanentemente abaixo da média, pesquisadores têm problematizado essas concepções, indicando a necessidade de considerá-la não apenas como uma questão do indivíduo, mas, também, como uma construção histórico-social, que deve ser continuamente investigada. Diante disso, esta pesquisa analisa práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da Educação Básica e discute dinâmicas de trabalho que têm sido desenvolvidas com esse público, considerando suas implicações para o próprio conceito de deficiência intelectual. Esta investigação tem como objetivo estudar a relação práticas pedagógicas - deficiência intelectual - educação inclusiva, e investigar as concepções que fundamentam essas práticas. Pretende-se, assim, contribuir para a discussão da igualdade de oportunidade e de acesso à escola comum desse público. O trabalho visa, ainda, problematizar a presença hegemônica dos saberes médicos e psicopedagógicos na escola, o que, muitas vezes, dificulta a formulação de construções propriamente educativas para a permanência desses sujeitos no contexto educacional. Palavras-chave: Deficiência intelectual – educação inclusiva – acesso – práticas pedagógicas.

Programa de atividade física melhora a autoestima e o perfil metabólico de pessoas com deficiência psicossocial

LEITZKE, Louize Pagel - louizepl@yahoo.com.br; LANDEOSI, Leonardo; SANTOS, Leonardo Peterson dos; RIBEIRO, Jerri Luiz; WAGNER, Luciane Carniel - Centro Universitário Metodista – IPA; Programa de Pós-Graduação em Biociências e Reabilitação - Brasil

O equilíbrio entre mente e corpo é fundamental para uma vida com melhor qualidade. Neste contexto, é significativa a reflexão sobre o papel da atividade física em situações complexas em que a presença de estresse é uma constante. Sujeitos com deficiência psicossocial incluem-se nesse perfil. O termo deficiência psicossocial se refere aos impedimentos e perdas funcionais vivenciados por sujeitos com transtornos mentais graves (como a esquizofrenia). Nesta população, o sedentarismo e uso contínuo de medicações antipsicóticas podem predispor a doenças cardiovasculares e metabólicas. Assim, é relevante pensar nos benefícios da atividade física regular para estes sujeitos. O objetivo deste estudo foi avaliar o impacto de um programa de atividade física no perfil metabólico - Índice de Massa Corporal (IMC), perfil lipídico e glicemia - e na autoestima desses indivíduos. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, do tipo quase-experimento, na forma de um programa de atividade física, com treinamento em circuito, três vezes por semana, durante 12 semanas. Os participantes foram avaliados antes e após esse período. Foram incluídos 15 indivíduos de ambos os sexos. Os resultados apontaram que houve reduções significativas ($p < 0,05$) no IMC de $26,91 \pm 5,24 \text{ kg/m}^2$ para $26,35 \pm 4,99 \text{ kg/m}^2$; no colesterol total de $208,82 \pm 41,97 \text{ mg/dL}$ para $161,51 \pm 26,62 \text{ mg/dL}$; no LDL-c de $149,20 \pm 46,76 \text{ mg/dL}$ para $99,89 \pm 27,41 \text{ mg/dL}$, nos triglicérides de $115,20 \pm 37,14 \text{ mg/dL}$ para $87,03 \pm 17,16 \text{ mg/dL}$ ($p < 0,05$). Houve aumentos significativos ($p < 0,05$) no HDL-c de $36,58 \pm 4,72 \text{ mg/dL}$ para $44,21 \pm 7,68 \text{ mg/dL}$ e na autoestima de $28,47 \pm 4,67$ para $31,53 \pm 3,76$. Não houve alterações nos índices glicêmicos. Conclui-se que o programa de atividade física proposto interferiu positivamente no IMC, no perfil lipídico e na autoestima dos participantes. A atividade física necessita ser pensada como estratégia de promoção de saúde para esta população. Palavras-Chave: Deficiência psicossocial. Exercício físico. Autoestima.

Programa de exercícios físicos melhora sintomas depressivos, aspectos cognitivos e autoestima idosos

ARAUJO, Adriano da Rosa - adri.ara@hotmail.com; RIBEIRO, Jerri Luiz; WAGNER, Luciane Carniel - Centro Universitário Metodista – IPA - Brasil

INTRODUÇÃO: O envelhecimento é um processo natural, mas pode estar relacionado à perda de funcionalidade e aumento na incidência de distúrbios neuropsiquiátricos, destacando-se a depressão, com consequente diminuição da autoestima e redução de habilidades cognitivas. A atividade física pode interferir neste processo, melhorando a capacidade funcional, promovendo bem-estar e a saúde geral do idoso. **OBJETIVO:** Investigar o efeito de um programa de exercícios físicos aeróbicos sobre sintomas depressivos, aspectos cognitivos e autoestima em idosos. **MÉTODOS:** Estudo quantitativo, quase-experimental, longitudinal, em que um grupo de 15 idosos de ambos os sexos, acima de 60 anos, residentes em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, foram submetidos a um protocolo de exercícios aeróbicos (caminhada de intensidade moderada, 55 -69% da frequência cardíaca, ao longo 12 semanas, duas vezes por semana, durante 30 minutos por sessão). Foram utilizadas a Escala de Depressão Geriátrica (GDS), o Mini Exame do Estado Mental (MEEM), a Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR) e o Índice de Massa Corporal (IMC). A análise estatística foi feita através do teste T de Student, para um nível de significância $p < 0,05$. **RESULTADOS:** O protocolo de exercícios físicos promoveu redução significativa no IMC ($p = 0,005$) e de sintomas depressivos ($p = 0,022$), assim como melhorou aspectos cognitivos ($p = 0,021$) e aumentou a autoestima ($p = 0,009$). **CONCLUSÃO:** A prática de exercícios físicos aeróbicos interfere positivamente em aspectos emocionais e cognitivos no idoso. Isso pode melhorar sua funcionalidade e diminuir suas deficiências. Destaca-se também o importante papel da prática de exercícios como elemento de socialização. Todos esses fatores contribuem para uma vida mais saudável. **Palavras-chave:** Idosos, autoestima, cognição, depressão

Programa GRAU: ponte entre formação de tradutores à acessibilidade e à inclusão cultural

DEGASPERI, Marisa Helena - mhdufpel2012@gmail.com - Universidade Federal de Pelotas/UFPel - Brasil

O Programa GRAU (*Grupo Acessibilidade Universal*) da Universidade Federal de Pelotas foi criado em março de 2016, substituindo um programa anterior: *Oficina de Prática de Tradução*, pela Professora Marisa Helena Degasperri, com a colaboração de professores, estudantes de diferentes cursos, de técnicos administrativos e de colaboradores externos. O programa *Oficina de Prática de Tradução* teve a proposta de oferecer traduções gratuitas para escritores de literatura infantil e juvenil, dando a oportunidade para a prática de tradução aos alunos do Curso de Bacharelado em Letras Espanhol-Português e de Inglês-Português. O Programa GRAU se insere na Extensão e Cultura Universitária da UFPel, na temática Direitos Humanos, é constituído de subprojetos com o objetivo para o qual foi criado: o de promover acessibilidade e inclusão cultural a partir dos trabalhos de tradução, dos quais se originam diferentes atividades e eventos. Os subprojetos são os seguintes: *CoM.Tato* (produção de áudio-descrição para cegos e descrição sonora para surdos); *Contação de histórias –Conto em Cantos* – principalmente em escolas periféricas com difícil acesso às atividades cênicas, asilos e casas de acolhimento de crianças com vulnerabilidade social; *GAS (Grupo Arte Surda)* dança, teatro e contação para surdos; *UCAI (União Cultural Afrodescendente e Indígena)* promoção cultural dessas etnias. Dentre as atividades do Programa estão traduções de livros de autores novatos, Festival de contação de histórias *Conto em Cantos* com acessibilidade; exposições acessíveis com quadros táteis, áudio-descrição e braille; ciclos de debates sobre inclusão cultural; visitas a asilos, apresentações de danças e teatro surdo, entre outras. Os integrantes do GRAU trabalham intensamente, num ambiente descontraído, colaborativo e de formação constante nas atividades dos subprojetos. A coordenação do Grupo está sempre aberta a novas parcerias que agreguem valor às ações afirmativas em favor da acessibilidade e da inclusão de grupos que sofrem algum tipo de discriminação ou desfavorecimento social. **Palavras-chave:** Acessibilidade Universal, Exposições acessíveis, Inclusão cultural, Cultura Negra, Extensão Universitária.

Projeto capacitar: transtorno mental e o direito ao trabalho

FERREIRA, Carmen Vera Passos Ferreira - carmenverapf@gmail.com; SILVA, Danielli Silva Ferreira; RAINONE, Francilene; SILVEIRA, Kátia Regiane Fortes da; SOARES, Sandra Maria; MEDEIROS, Veridiana Tomé; TSCHERDANTZEW, Zinaida - Centro de Prevenção e Intervenção às Psicoses/CPIP - Brasil

As estratégias do cuidado dentro das diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental implicam na formulação de ações que propiciem a redução das limitações com o oferecimento de oportunidades em várias áreas, dentre elas o trabalho e a formação. Neste contexto, o Projeto Capacitar vem, por meio de um processo de capacitação, acompanhamento e estágio, construindo um conjunto de estratégias objetivando a inclusão social destas pessoas pela via do trabalho formal; propondo-se também a provocar um processo de discussão na sociedade, afirmando o direito ao trabalho. O Projeto é fruto de parcerias interinstitucionais constituídas pelo CAPS Centro/Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, Projeto Vivendo e Reaprendendo/ Centro de Intervenção nas Psicoses; SENAC Comunidade e Associação de Psiquiatria do RS. Para ingressar no Capacitar foram estabelecidos alguns critérios, após os estudos realizados das leis e portarias, como: pessoas com transtorno mental grave como esquizofrenia, transtorno do humor grave ou outras psicoses; não estar em crise psicótica e manter-se em acompanhamento de saúde mental; não estar fazendo uso de álcool e outras drogas; não estar aposentado por invalidez ou auxílio doença; manifestar o desejo de incluir-se pela via do trabalho e possuir familiar ou responsável com comprometimento. A metodologia empregada sustenta o trabalho no cotidiano, com constituição de parcerias intersetoriais, encontros mensais com alunos, familiares e entidades parceiras, apoio e oficinas de sensibilização com professores e orientadores das entidades formadoras, articulação com profissionais da saúde, aplicação de instrumentos de avaliação e acompanhamento. Os cursos, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Senac, são compostos de aulas teóricas e práticas, escolhidos de acordo com o perfil da turma de alunos e das empresas parceiras e contratação como aprendizes com deficiência de conforme a CLT. O Projeto tem

se mostrado um recurso promissor no cuidado das pessoas com transtornos mentais graves, contando com a parceria de diferentes segmentos da sociedade. Palavras chaves: saúde mental, deficiência, inclusão, trabalho.

Proposta de índice de maturidade em gestão inclusiva-nova metodologia deve facilitar a comunicação com as empresas e a definição de estratégias e investimentos

BARBOSA JUNIOR, Oswaldo - oswaldo@ester.org.br - Instituto Ester Assumpção - Brasil

Este relato técnico apresenta o processo de criação e aplicação do Índice de Maturidade em Gestão Inclusiva (IMGI) desenvolvido pela equipe do Instituto Ester Assumpção que é uma organização social de Betim/MG que promove a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, assessorando empresas para o cumprimento da Lei de Cotas. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa descritiva por meio de entrevistas com a equipe do Instituto que atua há cerca de 10 anos com o tema. O IMGI foi desenvolvido a partir da literatura sobre gestão de projetos e experiências de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A validação inicial do índice foi realizada em empresas atendidas pelo Instituto. A partir dos resultados observou-se que com a aplicação do IMGI a metodologia de atendimento às empresas ficou mais profissionalizada; houve uma maior interação da equipe do Instituto com os gestores e diretores de empresas; houve também a possibilidade de criação de um diagnóstico mais didático da situação das empresas e a construção de um plano de ação com uma estrutura sistematizada. A experiência do desenvolvimento do índice possibilitou à equipe do Instituto Ester Assumpção prestar uma assessoria às empresas de forma mais profissionalizada, possibilitando o aumento da efetividade dos projetos inclusivos implantados nas empresas. Pretendemos aumentar a aplicação desta ferramenta em empresas dos mais diversos segmentos de atuação para obtermos uma base de dados online que permita a realização de análises comparativas entre as variáveis do índice para a construção de conhecimento sobre o tema. O compromisso social do Instituto Ester Assumpção é compartilhar estas informações com as empresas, governos e sociedade para a construção de estratégias que promovam maior impacto social para os trabalhadores com deficiência, tornando o IMGI uma tecnologia social acessível às empresas que buscam êxito em projetos verdadeiramente inclusivos.

Protagonismo para inclusão, informação e defesa dos direitos das pessoas com autismo e suas famílias: um relato da experiência do Instituto Autismo & Vida

BONOTTO, Renata Costa de Sá - bonotto.renata@gmail.com; MISSAGLIA, Vivian - profa.vivian.missaglia@gmail.com; SYMANSKI, Marilene Leite; MEYER, Claudia Luckow - Instituto Autismo & Vida - Brasil

O Instituto Autismo & Vida (IA&V) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Tem como missão promover o bem-estar das pessoas que têm autismo por meio de compartilhamento de informações, apoio à produção de conhecimento e defesa de direitos. Suas atividades tiveram início com um grupo de mães e pais em busca de apoio mútuo e mudança da situação de invisibilidade da temática do autismo na região metropolitana de Porto Alegre - RS. Esse trabalho relata o protagonismo de familiares para promover inclusão social, conscientização e garantia de direitos às pessoas com autismo através da experiência do IA&V. Sob o lema "Diferente é o mundo que queremos!", desde 2009, desenvolve ações como: reuniões mensais gratuitas para informar e empoderar familiares e colaboradores; promove atividades em alusão ao Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo (Dia A); elabora um ciclo de palestras anualmente; mantém um grupo de discussão no Yahoo; organiza eventos sociais e sessões de cinema inclusivo; atende de forma individual pessoas interessadas presencial (no Bate-Papo Autismo & Vida) ou virtualmente (por Skype ou email); e realiza ainda palestras voluntárias sobre temáticas referentes a autismo mediante solicitação de interessados no Estado do Rio Grande do Sul. No âmbito da articulação política integra a Rede Gaúcha Pró-Autismo e participa do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COPEDE) e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre (COMDEPA). Em todas as suas ações busca promover a inclusão. Apesar do protagonismo e do avanço do trabalho do IA&V, sabe-se que há ainda muito a avançar em termos de conhecimento, sensibilização da sociedade, inclusão e da efetivação de direitos por meio de políticas públicas eficientes. Palavras chaves: IA&V; Autismo; Direitos; Inclusão.

Recherches et perspectives contemporaines des études sourdes (Session Thématique)

BENVENUTO Andrea - andrea.benvenuto@ehess.fr - CERMES3, PHS - École des hautes études en sciences sociales (EHESS)-France

Les études contemporaines sur les langues des signes et les communautés sourdes se sont développées dans le monde anglo-saxon, et particulièrement aux États-Unis, depuis la fin des années soixante, sous l'impulsion donnée aux recherches linguistiques autour de l'American Sign Language (ASL) par le linguiste William Stokoe (1960) à l'Université Gallaudet. Ces recherches ont eu un retentissement important dans le monde, en France ce sera à la fin des années 1970, en Amérique Latine ce sera dans les années quatre vingt. Inspirées, entre autres, des approches critiques de la théorie postcolonialiste, de la critique au phonocentrisme construit par la métaphysique occidentale, et des notions emblématiques de la pensée foucauldienne, les études sur la langue, la culture et l'identité sourde sont devenues des objets d'études spécifiques constituant ce qu'on appelle les Deaf Studies (expression apparue aux États-Unis au début des années 70) avec des réseaux institutionnels et scientifiques

spécifiques. En France, le sociologue Bernard Mottez, a contribué à la diffusion des approches issues de ce champ d'études mais les *Deaf Studies* n'ont pas pénétré l'espace académique français au point de devenir des champs d'études spécifiques. L'organisation académique, les découpages disciplinaires et les réseaux de production scientifique et de formation propres à la France expliquent en partie ce phénomène. Mais il est aussi certain que des tensions théoriques et épistémologiques vis-à-vis des *Deaf Studies* ont eu une influence sur les orientations de la recherche sur les langues des signes et la culture sourde dans les pays francophones tout comme dans certains pays de l'Amérique Latine et particulièrement au Brésil. Cette session thématique, conçue comme un espace de partage à l'échelle internationale, se propose d'explorer, à partir des productions propres aux espaces académiques et culturels des chercheurs impliqués, non seulement leurs tensions et divergences vis à vis des *Deaf Studies*, mais surtout de songer aux passerelles qui peuvent être tendues pour élaborer des projets collaboratifs à l'échelle internationale. Il s'agit en somme d'analyser les conditions dans lesquelles la recherche en sciences sociales et humaines sur les communautés sourdes et signantes peuvent se développer au delà des cloisonnements géographiques, disciplinaires et institutionnels.

Communication individuelle:

1) L'émergence d'une identité artistique sourde nationale et transnationale basée sur la langue des signes à partir de l'étude de deux pièces de théâtre en France et en Norvège. *Olivier Schetrit - olivierschetrit@free.fr - Chercheur CNRS au CERMES3 et au PHS-EHESS - França*

La période du Réveil Sourd en France des années quatre vingt (Kerbourc'h, 2012), a favorisé l'émergence de nombreuses structures et regroupements de sourds ici et là en Europe, sous l'influence des revendications politiques de défense de la langue des signes dans le monde anglo-saxon et particulièrement aux Etats-Unis (le Deaf Power). A travers ces mouvements, des théâtres de sourds se sont créés dans différents pays européens, telle une espèce de constellation, d'une naissance d'étoiles. Si pour nombre d'entre eux, c'était des théâtres amateurs, non professionnels, certains se sont progressivement professionnalisés offrant aux comédiens un statut d'intermittent du spectacle ou autre. Ici, je scruterais plus particulièrement deux pièces de théâtre : le « Grand Guignol » (2004) de l'International Visual Theatre (IVT) en France et « Arven etter Frankenstein » (2007) du Theater Manu en Norvège, significatifs et différents, que ce soit dans leur processus de création, de choix artistiques, de différentes méthodes de travail et choix de style (pi Sourd, bilingue, adaptation de la culture traditionnelle populaire à la culture sourde), que dans les aspects plus institutionnels de gérance de leurs structures : dirigeants sourds ou entendants. Le résultat de mes observations montrent qu'au delà des différences, la motivation des deux théâtres se rejoint: la construction d'une identité sourde à travers la défense de la langue des signes, de recherches esthétiques originales et d'une manière de promouvoir la culture sourde déborde le cadre des communautés sourdes nationales et nous permet de commencer à parler d'une construction identitaire transnationale. Ma démarche analytique sera double, d'une part, j'analyserai ces œuvres avec un regard anthropologique, appliquant la méthode ethnographique. D'autre part, ayant participé moi même en tant que comédien aux deux pièces, j'apporterai aussi un regard de l'intérieur, une réflexion personnelle sur la démarche artistique des deux pièces, ce qui va enrichir l'étude par cette double perspective de comédien sourd ayant une formation d'anthropologue. La construction de l'identité sourde à travers le théâtre offre un terrain d'étude aux *Deaf Studies* qui devrait encore se développer et que cette communication espère y contribuer. Ce colloque permettra aussi de dialoguer avec les chercheurs de l'Amérique Latine pour songer aux possibles pistes de recherche à ouvrir dans une démarche collaborative pour saisir le mouvement artistique des sourds en Amérique Latine et ses relations avec l'Europe pour tester l'hypothèse de la construction d'une identité sourde transnationale.

2) Autodétermination chez les populations locutrices des langues des signes : les voies ouvertes par l'appropriation des technologies de l'image - *Julie Chateauvert - juchateauvert@gmail.com - Paris8/Chercheuse affiliée LabCMO, Université du Québec à Montréal*

L'accès aux technologies de l'image et l'avènement des réseaux sociaux constituent pour les populations locutrices des langues des signes, une transformation radicale quant à la possibilité de prendre une parole dans l'espace public qui soit autodéterminée. Que l'intervention soit spontanée ou mise en scène, la diffusion d'un contenu autoproduit permet d'agir directement sur la représentation et ainsi ouvrir des voies pour la reconnaissance sociale. Dans le cadre de cette communication, je me propose de discuter des processus de subjectivation politique à l'œuvre chez les populations locutrices des langues des signes propulsés par le recours au numérique. En me référant à un cas de figure, la lutte pour l'obtention d'une reconnaissance officielle des langues des signes, je m'intéresserai aux stratégies de mobilisation (structuration de discours, exploitation des possibilités techniques de composition de message et de diffusion, stratégies différenciées s'il s'agit de mobiliser ses congénères ou atteindre l'opinion de la majorité entendante) rendues possibles par cette appropriation des technologies de l'information et des communications. Mon attention se portera plus particulièrement sur les productions à caractère artistique, ainsi je situerais mes observations dans un cadre théorique réfléchissant l'articulation art et politique. Dans un même mouvement, je souhaite porter une attention particulière aux regards théoriques émergents qui, s'emparant des possibilités offertes par les technologies de l'image pour publier du contenu directement en une langue des signes, fraient des voies d'entrée à leur inscription dans le discours universitaire. Je me référerai plus particulièrement à trois thèses de doctorat soutenues récemment et dont le contenu

est en partie en langue écrite et en partie en langue des signes (Hibbard, 2015 [anglais et ASL] ; Chateauvert, 2014 [français, ASL et LSQ] ; Leduc, 2015 [français et LSQ]), ainsi qu'au travail d'Ana Paula Santana concernant les infrastructures de publication en langues des signes (2015). Mots-clés: Subjectivation politique, Langues des signes, Technologies numériques, Art et politique.

3) Les *Deaf Studies* à l'épreuve de la philosophie et de l'anthropologie - *Andrea Benvenuto* - andrea.benvenuto@ehess.fr - CERMES3-PHS, EHESS (France); *Pierre Schmitt* - LAHIC-IIAC, EHESS (France)

Se développant en parallèle avec les *Disability Studies* (Burch & Kafer, 2010), les *Deaf Studies* ont connu depuis les quarante dernières années, une production académique importante dans le monde anglosaxon, particulièrement. La contribution des *Deaf Studies* aura été de déplacer la surdité du champ d'étude circonscrit pendant plus d'un siècle aux sciences médicales vers celui des sciences humaines et sociales, en commençant par porter un regard linguistique sur la langue des signes grâce à l'impulsion donnée par les travaux du linguiste William Stokoe (1960), ainsi qu'un regard culturel sur les sourds porté par les sourds eux-mêmes (Padden & Humphries, 1988). Cette contribution propose, à partir de l'analyse des discours académiques et des pratiques artistiques émergentes (telles que le chantsigne), de nouvelles orientations pour approfondir les déplacements opérés par les *Deaf Studies*. Il s'agira ainsi de mettre à l'épreuve nos propositions théoriques qui ouvrent la constitution d'un champ d'étude anthropologique et philosophique dont les contours se définiraient non tant par l'étude des communautés sourdes et de la langue des signes en tant que des objets isolés, que par l'étude des communautés signantes et des interactions entre sourds et entendants (Schmitt, 2013). Surdité et langue des signes opéreraient comme protocoles conceptuels d'investigation pour modifier la place du sensible dans la configuration soit d'un universalisme qui contraint l'homme à un rapport au monde unique et préfiguré, soit d'un différentialisme qui loin de rendre compte des complexités des interactions et de l'historicité des cultures laisserait les sourds assujettis à la notion d'identité (Benvenuto, 2014). Cette communication se propose de contribuer au renouvellement du champ des *Deaf Studies* en s'appuyant sur une démarche ethnographique qui permettra, à partir de l'analyse des expériences artistiques contemporaines, de montrer que les langues et les cultures ont une valeur d'analyse permettant de penser et d'agir sur ce qui *fait* différence et non sur *la* différence. Cela permet de penser la notion d'altérité mobilisée dans les discours sur le handicap et les minorités. Penser en termes de rapports (Mottez, 1987) plus qu'en termes de catégories identitaires serait la condition d'une anthropologie qui place la singularité du vivant au centre du politique et soutient la possibilité d'une communauté des égaux. Mots-clés: Deaf Studies, anthropologie et philosophie de la surdité, sourds, langue des signes

4) Le cinéma muet du XXIème siècle – les sourds et l'expérience de la surdité dans le cinéma - *Ruth Kitchen* - ruth.kitchen@ehess.fr; *Marie Curie Fellow, Ecole des hautes études en sciences sociales (EHESS), France*; *Barbara Fougère* - *Université Paris 1: La Sorbonne*.

Cette communication prend une approche théorique et éducationnelle à l'étude de la compréhension et des représentations sociales de la surdité à travers le cinéma du XXIème siècle. Seules deux études se sont intéressées au cinéma et à la surdité: Schuchmann (1988) et Jouannet (1999). La lacune des *Deaf Studies* sur le cinéma du XXI siècle reste donc à combler. Ce travail, réalisé dans le cadre d'un projet financé par une bourse Marie Curie-Sklodowska de l'Union européenne se propose d'y contribuer. Nous nous proposons d'analyser trois films récents en prenant appui sur un double aspect : le cinéma est pour nous non seulement un objet mais aussi un outil de recherche. Sorti en France en octobre 2014, *The Tribe* en langue des signes ukrainienne sans sous-titres a connu un succès appréciable. Bien que *The Artist* (2011) et *Blancanieves* (2012) ne représentent ni les sourds ni la thématique de la surdité, ils révèlent un nouvel intérêt porté au cinéma muet qui devient ainsi accessible aux sourds au delà d'une politique spécifique dite d'« accessibilité » dans le champ du handicap. La question que nous nous posons et qui sera au centre de cette communication est celle de savoir si on est en mesure de parler d'une nouvelle ère du cinéma muet. Et quels en sont les enjeux? Nous avons pu dégager trois caractéristiques de ce cinéma : un intérêt pour la langue des signes comme langue *de facto* cinématographique ; la sophistication du langage visuel du cinéma muet et sa façon de « raconter une histoire par images » (comme l'affirme Pablo Berger, le réalisateur de *Blancanieves*) ; et, la manière dont le cinéma muet joue avec l'expérience du son (bruits environnementaux et musique). Cette communication démontrera comment le cinéma muet explore et expose l'expérience de la surdité et elle contribuera ainsi à élargir les *Deaf Studies* aux études du cinéma tout comme le cinéma à s'intéresser pour ce que l'expérience de la surdité a encore à dire au grand écran.

Redes locales de intermediación de empleo para personas con discapacidad. Un desafío para los gobiernos locales en Costa Rica.

MADRIGAL LIZANO, Ana Magaly - magaly.madrigallizano@gmail.com - *Universidad Nacional de Costa Rica -Costa Rica*

El proyecto "Redes locales de intermediación laboral para personas con discapacidad" ha tenido como objetivo principal promover acciones de docencia y extensión en las redes locales de intermediación laboral de personas con discapacidad en 5 cantones del país, (zona urbana y rural) mismas que están formadas por el sector público nacional y local, el sector privado y las ONG's de personas con discapacidad. Este proyecto integrado se elabora desde la carrera de Educación Especial de la División de Educación Básica (DEB) de la Universidad Nacional de Costa Rica, producto de un Proyecto de investigación anterior que se

mantuvo por 4 años denominado UNA Oportunidad de Empleo para personas con discapacidad. El proyecto Redes Locales forma parte del Plan Nacional de inserción laboral para la población con discapacidad en Costa Rica 2012-2015, y tal y como se puede ver en el documento del mismo nombre publicado por el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS). Los beneficiarios de este proyecto, además de las personas con discapacidad han sido también aquellos funcionarios públicos que son parte de redes locales de intermediación laboral y que deben brindar servicios para mejorar las posibilidades laborales de la población con discapacidad en nuestro país, tanto en aspectos relacionados a la formación como en la inserción al mundo del trabajo. La metodología desarrollada incluye en primer lugar la asesoría y capacitación a los funcionarios de las instituciones públicas que conformarán las redes locales de intermediación laboral de personas con discapacidad. Las mismas incluyen temas relacionados con la valoración de los candidatos, la exploración del mercado de empleo, el análisis de los puestos de trabajo y les apoya en su formación, ubicación y seguimiento en el trabajo. Durante todo el proceso y desarrollo del proyecto se han compartido experiencias y se han desarrollado grupos focales con el fin de definir buenas prácticas que puedan ser socializadas por los diferentes programas de empleo para personas con discapacidad y de ser posible en todo el sector nacional. Una vez capacitados y asesorados, los miembros de las redes han dado inicio a la ubicación laboral y seguimiento de personas con discapacidad en los 5 cantones del país definidos por el Plan Nacional. Por último, la información recopilada ha sido sistematizada en un documento publicado por el Programa de Naciones Unidas (PNUD) y un manual diseñado por mi persona con respaldo de la Agencia de Cooperación del Japón (JICA), denominado: Caja de Herramientas para la intermediación de empleo para personas con discapacidad, el cual ha sido compartido hasta la fecha de hoy en , El Salvador, Colombia, Uruguay y España como una buena práctica y estrategia en la inserción de personas con discapacidad para la mejora en su calidad de vida y dignidad humana. Palabras clave: Trabajo en red- Gobiernos locales- Discapacidad- Empleo- Empleo con apoyo- Inclusión laboral.

Rendre légitime les droits subjectifs: émotions et mobilisations dans la constitution du problème public "handicap et sexualité"

BRASSEUR, Pierre - brasseurph@gmail.com - Université de Lille 1 - France

Plus grand monde aujourd'hui ne viendrait nier la possibilité pour les personnes en situation de handicap d'avoir accès à une vie sexuelle et affective. Ce qui nous semblait tolérable au début du vingtième siècle, ne l'est plus aujourd'hui, à tel point que certain-e-s revendiquent un droit à la sexualité. « Il ne s'agit plus seulement d'assurer l'égalité de tous *devant* la loi, mais de rechercher l'égalité de tous *par* la loi » (Schnapper, 2002, p.36). Dans cette communication j'aimerais revenir sur ce mouvement, qui est au cœur de mon travail de thèse. Après avoir retracé les demandes de droits subjectifs à la sexualité qui ont échoué tout au long du vingtième siècle, j'essaierai de comprendre comment cette question du handicap et de la sexualité est devenue légitime à partir des années 1990. J'insisterai notamment sur la place importante des émotions dans la constitution du problème public (Gusfield, 2009) de la sexualité des personnes en situation de handicap. Mon terrain repose sur une consultation systématique de la presse spécialisée « handicap », et notamment la revue de l'Association des Paralysés de France, *Faire Face*. Pour la période qui m'intéresse dans cet article, s'ajoute la consultation de la presse nationale (notamment *Libération* et *Le Monde*), des blogs (notamment celui de Marcel Nuss), des communiqués de presse, etc. J'ai aussi mené une série d'entretiens (une vingtaine) avec des gens qui se mobilisent sur ces questions de sexualité. Enfin j'ai mené des observations dans des journées d'études et dans la première formation d'accompagnement sexuel en France. Mots-clés: Handicap; sexualité; émotions; mobilisations.

Réparer, rééduquer, réinsérer ». L'orthopédie et les programmes sociaux destinés aux personnes handicapées (Lausanne, 1940-1970)

KABA, Mariama - mariama.kaba@chuv.ch - Institut universitaire d'histoire de la médecine et de la santé publique, Lausanne - Suisse

Conçue dans sa version clinique à la fin du XVIIIe siècle, l'orthopédie a longtemps consisté dans le redressement des difformités corporelles des enfants, par des traitements non chirurgicaux mêlant thérapies physiques et poses d'appareillages. A cela s'est ajouté l'instruction intellectuelle des jeunes patients, amenés à séjourner des mois voire des années en hôpital. L'ère industrielle, les guerres modernes puis la génération des *baby boomers* ont amené l'orthopédie à élargir ses domaines de compétence : les méthodes chirurgicales ont fait une percée remarquable, la patientèle adulte a rejoint celle des enfants, et aux maladies invalidantes se sont ajoutés les traumatismes et séquelles d'accidents. Or la tâche des orthopédistes ne s'est pas arrêtée aux murs des salles d'opération ou des cabinets de consultation. Habités qu'ils étaient à évoluer dans un environnement médical pluridisciplinaire, et bien au fait des besoins des personnes handicapées au quotidien, bon nombre d'orthopédistes ont participé et parfois promu des programmes sociaux favorisant un suivi plus conséquent de leurs patients : après le traitement médical et la rééducation fonctionnelle en milieu hospitalier, la réinsertion sociale à l'extérieur de l'institution devait rendre aux personnes handicapées une vie plus digne, par l'accès à la formation et au marché du travail. Au-delà des effets curatifs de la médecine, il fallait aussi s'assurer que les traitements n'aient pas été réalisés en vain – l'enjeu étant autant social qu'économique. Ma communication présentera quelques exemples de programmes sociaux mis en place, dans les années 1940-1970, au sein de l'Hôpital orthopédique de la Suisse romande, à Lausanne. L'évolution du regard porté sur les

personas discapapées sera aussi appréhendée à través ces programmes, révélateurs de l'imbrication entre médecine curative et préventive qui caractérise nos sociétés contemporaines. Mots-clés: handicap, orthopédie, 20e siècle, rééducation, réinsertion sociale

Rol del Trabajo Social en las unidades de salud para sordos

ORTEGA, María - ortegamaria85@gmail.com - Unidad de Salud para Sordos en Montevideo; GALIFFET, Françoise; - francoise.galiffet@aphp.fr - Unidad de Atención para Sordos en París; MÍGUEZ, María Noel - marianoel.miguez@cienciassociales.edu.uy - Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (Uruguay) - France e Uruguay

Las unidades de salud para sordos comenzaron a funcionar en Francia desde mediados de los años '90 del siglo pasado, a partir de una movilización colectiva que reunió a pacientes sordos, asociaciones de la sociedad civil, intérpretes de lengua de señas y profesionales de la salud. La primera unidad fue abierta en París, bajo la coordinación del Dr. Jean Dagrón, en 1996. Hoy día hay 21 unidades distribuidas en todo el territorio francés. En Uruguay, la primera (y única) unidad fue inaugurada en Montevideo en el año 2012, siendo la primera y única en toda América Latina hasta marzo del 2016 cuando se abre la segunda unidad en Santa Fe, Argentina. Un proyecto está en marcha para generar otra en Chile. Estas unidades fueron diseñadas para permitir a los Sordos particularmente distantes de los dispositivos convencionales y/o mal comprendidos por ellos, de consultar con profesionales formados para dar respuesta a sus especificidades y necesidades lingüísticas y culturales. Para dar cuenta de este objetivo, los equipos se conforman por profesionales sordos y oyentes, todos hablantes de la lengua de señas y con la capacidad de adaptarse a modos de comunicación visual, dibujos, mímicas, y gran iconicidad, según la necesidad. Una mirada sobre el Trabajo Social en el seno de estos dispositivos singulares, resulta un espacio interesante para ser pensado y repensado con la totalidad de los profesionales de esta disciplina. La oportunidad para un intercambio internacional entre las unidades de Francia y de Uruguay nos ha llevado a tomar como referencia la experiencia de la Trabajadora Social de la Unité Régionale d'Accueil de Soins pour les Sourds (URASS) de la Salpêtrière, en París, y de la Trabajadora Social de la Unidad de Atención en Salud para Personas Sordas (USS) de la Policlínica Tiraparé, en Montevideo. La mirada académica es aportada desde la Facultad de Ciencias Sociales, con los aportes de la Coordinadora del Grupo de Estudios sobre Discapacidad (GEDIS) de la Universidad de la República. Palabras clave: Sordos, Trabajo Social, Salud

Sistema de Cuidados para personas en situación de discapacidad (Sessão Temática)

MÍGUEZ, María Noel - marianoel.miguez@cienciassociales.edu.uy – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República - Uruguay

El Sistema Nacional de Cuidados (SNC) resultó el buque insignia para la campaña presidencial en el Uruguay del Dr. Tabaré Vázquez en el año 2014, con la promesa de poner en el tapete de la arena política, social y económica esta política en pro de las personas dependientes en tres poblaciones claramente definidas: infancia, vejez y discapacidad. En este contexto, el Grupo de Estudios sobre Discapacidad (GEDIS), de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), de la Universidad de la República (UdelaR) realizó durante el año 2015 un primer acercamiento a la temática, de corte exploratorio, como forma de analizar los discursos y hechos en torno a la puesta en marcha del Programa de Asistentes Personales en su primer año de ejecución (setiembre 2014 – setiembre 2015). A partir de la información recabada y de los primeros avances analítico-reflexivos publicados, se entendió fundamental realizar una investigación profunda, en tanto la importancia del SNC –en su especificidad AP- como política de Estado sustancial para el devenir no sólo de la población directamente implicada, sino de la sociedad uruguaya en su totalidad. Para ello, se está llevando adelante en estos momentos una investigación a nivel que recupera no sólo datos cuantitativos que vayan sistematizando la experiencia desde lo social, sino sustancialmente las voces, sensaciones y percepciones de la población directamente implicada en la implementación del novel Programa de Asistentes Personales enmarcado en el SNC con la especificidad de la Discapacidad, a saber: autoridades del Banco de Previsión Social (BPS) y del Ministerio de Desarrollo Social (MIDES); personas en situación de dependencia¹ “beneficiarios/as”² de este Programa; familias de referencia de estos/as “beneficiarios/as”; Asistentes Personales (AP) de estos/as “beneficiarios/as”. El tema de los “cuidados” viene siendo deconstruido en lo analítico, pragmático y empírico desde la década de los '80 del siglo pasado. En este sentido, Torns *et alli* (2014) retoman a Thomas para plantear que en lo que a cuidados se refiere, aparecen varias propuestas parciales para dar cuenta de su significancia, a saber: “los cuidados como pieza clave de la identidad femenina que permite analizar la situación social de la mujer, y los cuidados como categoría analítica de los regímenes de bienestar”. (Thomas *apud* Torns *et alli*, 2014: 13). El Grupo de Estudios sobre Discapacidad (GEDIS) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UdelaR),

¹ La situación de dependencia se define como: “Ya sea que se trate de discapacidades físicas, intelectuales, mentales o múltiples, con la condición de que necesiten de otra persona en forma permanente, para poder desarrollar los actos corrientes de la vida diaria.” (MIDES, 2014: 2)

² A lo largo del presente trabajo se hará referencia a “beneficiarios/as” en tanto forma de nombrar desde los documentos oficiales a las personas en situación de discapacidad severa con dependencia. Desde este Equipo de Investigación respetamos y por ende reproducimos esta forma de nombrar institucionalizada más allá que por nuestro posicionamiento teórico-metodológico y ético-político desde la razón dialéctica adscribimos a la forma de persona o de sujeto.

fundado en agosto de 2005, ha venido trabajando en torno a la temática de la Discapacidad desde el Modelo Social de investigación/intervención en torno a la misma, generando insumos desde la academia hacia la arena política, económica, cultural y social, trascendiendo los análisis de corte netamente médico-rehabilitadores. El GEDIS está conformado por estudiantes avanzados/as, egresados/as y docentes de distintas disciplinas en lo social, participando en ámbitos de discusión sobre la temática, tanto en el país como en el exterior. Su interés radica en la profundización e investigación de la Discapacidad, tomando como premisa de considerar a la persona en situación de discapacidad (PsD) en su diferencia y con real concreción de inclusión a través del reconocimiento de su condición de sujeto de derecho. Palabras clave: Discapacidad, Autonomía, Cuidados

Artículos propuestos para esta Mesa:

1) "Autonomía y reconocimiento: entre discursos y hechos" - *Sharon Díaz* - *sharon.diazfer@gmail.com*

En este artículo se presentan los procesos de autonomía y reconocimiento plasmados en los marcos discursivos institucionales y cómo estos se vivencian en la cotidianeidad de los sujetos directamente implicados. Para ello, se analizan las conceptualizaciones de la discapacidad presentes en la propuesta del SNC, y su relación con la generación de condiciones para el reconocimiento intersubjetivo de las PsD. Asimismo, se deconstruyen las percepciones de las familias, los Asistentes Personales y PsD sobre la discapacidad y la autonomía. Estos aspectos habilitan a problematizar teóricamente cuáles son las implicancias entre formas de reconocimiento y potencialidad de autorreferencia individual (autoconfianza, autorrespeto, autoestima) para PsD; así como a discutir en base a los resultados empíricos, si la forma de implementación del SNC a través del componente del Asistente Personal conlleva efectivamente la posibilidad de ampliación de los espacios de reconocimiento y autonomía para las PsD.

2) "Feminización y proletarización de los cuidados" - *Ana Paula Gómez*: *anapaulgomez@gmail.com*; *Florencia Mattio*: *florencia.mattiodalmaa@gmail.com*; *Marisabina Minteguiaga*: *marminlat@gmail.com* ; *Cristian Pinato*: *cmpg29@gmail.com*

En el presente artículo se analizan los que hemos dado en reconocer como procesos de feminización y proletarización de los cuidados, en este caso concreto, a través de la implementación del Programa de Asistentes Personales del Sistema Nacional de Cuidados. Para ello, se realiza un rodeo analítico a través de la problematización del devenir de los cuidados en universalidad de las sociedades occidentales, con la particularidad de América Latina y la singularidad del Uruguay. En este sentido, se hace especial hincapié en la construcción histórica que, según vasta bibliografía en torno a este tema, ha llevado a la feminización de los cuidados y su correlato en el interjuego familiar, de género, social, etc. Más aún, se apuesta al reconocimiento e identificación de aspectos del Sistema Nacional de Cuidados en Uruguay, que puedan estar llevando a una proletarización de los mismos en este entramado de la feminización.

3) "Rol y figura del Asistente Personal en el marco del Sistema Nacional de Cuidados" - *Lucía Sánchez*: *luciasanchez.s@hotmail.com*; *Sofía Angulo*: *sofia.angulo@cienciasociales.edu.uy*

En el presente artículo se reconocen los procesos que conllevan a la materialización del rol y figura del Asistente Personal en el marco del Sistema Nacional de Cuidados. Para ello, se propone una discusión teórica entre las distintas conceptualizaciones en torno al cuidado y asistencia y la vinculación que tienen en la especificidad del colectivo de PsD. En este sentido se focaliza el análisis en la figura del Asistente Personal, en el marco del Sistema Nacional de Cuidados, desde la propia institucionalidad. Asimismo se deconstruyen las percepciones de las PsD, sus familias y sus Asistentes Personales en torno al rol y figura de la asistencia personal. De esta manera se habilita la problematización teórica y empírica en torno a la especificidad de los cuidados y la asistencia personal de las PsD y la importancia de resignificar estas nociones en función de las demandas singulares de este colectivo.

4) "Espacios y formas de capacitación de los Asistentes Personales en el marco del Sistema Nacional de Cuidados" - *Laura Pereyra*: *laurappereyra@gmail.com*; *María de los Angeles Ortega*: *ortegamaria85@gmail.com*; *Teresita Alvarez*: *luzmela64@hotmail.com*

En el presente artículo se sistematizan los espacios y las formas de capacitación de los Asistentes Personales en el marco del Sistema Nacional de Cuidados. Para ello, se analizan las distintas ofertas de formación y procesos de capacitación dirigidas a los Asistentes Personales que se han desarrollado a lo largo de la implementación del Sistema Nacional de Cuidados, con mayor énfasis en el perfil de ingreso, carga horaria, ejes temáticos de formación y perfil de egreso. Más allá de este aspecto de carácter institucional, se deconstruye este análisis también a través de los discursos de los "beneficiarios", sus familias, los Asistentes Personales y autoridades estatales implicadas en esta formación específica. Para darle más sustancia a este punto, se analizan las tareas específicas de los Asistentes Personales en las líneas del Sistema Nacional de Cuidados y su correlato en los hechos en el contexto de trabajo, recursos y herramientas adquiridas.

5) “Sistema Nacional de Cuidados como política pública con mirada en la discapacidad” - *Sofia Angulo: sofia.angulo@cienciassociales.edu.uy; Mariana Mancebo: marianamancebocastro@gmail.com;*

En el presente artículo se analiza la implementación del Sistema Nacional de Cuidados, con especificidad en el Programa de Asistentes Personales, como política pública con mirada en la discapacidad. Se considera fundamental la intervención estatal en el entendido de que el trabajo de cuidados forma parte de la reproducción social, por lo tanto este tipo de políticas deben estar orientadas a matizar desigualdades que se producen y reproducen en las unidades más elementales de la sociedad. Para ello, en primer lugar se realiza un breve recorrido por las políticas públicas orientadas hacia las PsD, luego se coloca el interés en las políticas públicas de cuidado en Uruguay tomando como referencia el proceso político que dio como resultado el SNC. En tercer lugar se hace referencia a la implementación del Programa de Asistentes Personales en tanto política orientada a los cuidados de las personas en situación de discapacidad severa con dependencia. Finalmente se deconstruyen los discursos de los actores directamente implicados (“beneficiarios”, familias y AP) en torno a las materialización del Programa en sus cotidianidades.

Sistema web para prospecção e desenvolvimento longitudinal da aprendizagem a alunos com necessidades educacionais especiais

SANTOS JR., Francisco Dutra dos - prof.chicosantosjr@gmail.com;;AMARAL, Agostinho B. - agostinho-amaral@hotmail.com - RME-SMED-Porto Alegre/IFRS – Brasil

Nas escolas comuns o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dá-se nas Salas de Recursos, onde profissionais especializados acompanham os alunos e apoiam os professores no processo de aprendizagem. É necessário que seja gerenciado uma série de documentos e protocolos. Esses registros são geridos a partir de atendimentos, interconsultas, intervenções e observações. Tecnologias de captura de imagens, como fotos e vídeos, têm sido uma potente ferramenta de registro para fins de análise dos vários processos de aprendizagem do aluno com NEE. O uso de um sistema de informações que envolva todas os registros gerados a partir das diferentes ferramentas é essencial. É por essa diversidade de informações que se torna complexo o seu gerenciamento. Como e onde armazenar estas informações e torná-las acessíveis de maneira prática e rápida, que informações são relevantes para prospectar sobre o desenvolvimento e perspectivas do aluno. O aplicativo organiza: geração de diferentes relatórios, a devolução aos pais num formato interativo, um conselho de classe mais presente em determinado aspecto da aprendizagem, utilização com o aluno em intervenções metacognitivas, etc. O sistema propõe gerenciar não apenas o armazenamento das informações mas como compartilhá-la entre as diferentes ferramentas. Outro aspecto importante é o seu caráter de estímulo à pesquisa e a produção científica. Apresenta espaço a ser compartilhada várias informações entre grupos de pesquisa, de intercâmbio e de discussão de casos. Dessa forma, distintos(pesquisadores/usuários), de maneira colaborativa, podem ampliar sua base de dados para em diversos campos. A efetivação dessa concepção se dá a partir do gerenciamento de um banco de dados relacional-geográfico em ambiente web. O site foi desenvolvido para ter acessibilidade universal. Poderá ser acessado por computadores, tablets e smartphones. Um aplicativo foi desenvolvido para facilitar a captura e cadastramento de fotos e vídeos a partir de celulares. Palavras-chave: AEE-Sala de Recursos, Necessidades Educacionais Especiais, Sistema Web, Compartilhamento de Informações, Aplicativo.

Soluções Assistivas, ampliando o conceito de Tecnologia Assistiva a partir de uma perspectiva Sócio-Histórica do Trabalho e Educação (Sessão Temática)

PASSERINO, Liliانا Maria (UFRGS); SOUZA, Magali (IFC/UFRGS); PEREIRA, Ana Cristina Cypriano - ana.cypriano@ufrgs.br - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; WAGNER, Rosana - IFFarroupilha / Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

Partindo de uma visão sócio-histórica do trabalho e da educação e considerando o Conceito de Tecnologia proposto por Álvaro Veira Pinto (2005), no qual a mesma não é um mero instrumento/máquina, mas a representação de um ato mental, parte constitutiva de um processo social do desenvolvimento humano (VYGOTSKY, 1988), propõe-se a visão social da tecnologia (assistiva ou não), discutida por Passerino (2010) para compreender os processos de inclusão/exclusão da deficiência. Desta forma, nos pressupostos sócio-históricos os ambientes se tornam acessíveis a partir de uma configuração específica entre agentes, cenas, estratégias, recursos, e ações, na busca de um propósito. A solução assistiva consiste, portanto, na solução ou conjunto de soluções as quais, através de condições próprias, ambiente adequado, a limitação do sujeito com deficiência pode ser compensada, constituindo-se como relação das tecnologias e sistemas sociais de forma a considerar uma visão ampla da tecnologia. Desta forma, é necessário compreender as soluções assistivas tanto como um processo tecnológico como de desenvolvimento (MORAIS, 2013). Mesmo sabendo-se que não é possível transpor uma solução de forma literal de um contexto para outro, entende-se a solução assistiva como um novo conceito que poderá oferecer mais elementos para avaliação, análise de necessidades e requisitos que orientem, as ações dos participantes envolvidos em diferentes aspectos da vida dos sujeitos, desde a escolarização até o trabalho. As soluções assistivas surgem e se estabelecem em adaptações do ambiente escolar, com uma visão diferenciada em cada nível de ensino. A preparação para o mundo do trabalho das pessoas com deficiência perpassa todos os níveis de ensino. No cenário brasileiro atual apresenta-se uma forte demanda do ensino profissionalizante como primeira forma de contato com o mundo do trabalho. Neste meio encontram-se as escolas de formação técnica e alguns

programas governamentais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e Aprendiz Legal. Porém, pesquisas realizadas (WAGNER et. al. 2015) apontam para uma lacuna na formação dos professores que atuam no ensino profissionalizante, a maioria dos professores são de áreas técnicas não possuem uma formação adequada para trabalhar em uma sala de aula em que haja diversidade. Neste sentido, busca-se propostas que viabilizem atingir a igualdade efetiva das oportunidades entre trabalhadores com deficiência e os demais trabalhadores. Para isso, perpassamos desde a proposição da identificação de Soluções Assistivas no ensino básico, até o ensino profissionalizante, que oportunizem formas diferentes de aprender atendendo as diferentes necessidades numa perspectiva inclusiva. Já no campo do trabalho, embora ainda com alguma resistência, observa-se diferentes soluções que tem ajudado a viabilizar e até mesmo incrementar os processos produtivos e de inclusão dos sujeitos nos diferentes aspectos que envolvem a vida profissional dos sujeitos (o trabalho em si, o lazer, as áreas de convivência, as cantinas, a comunicação, entre outros. Desta forma, observamos a importância de discutir a emergência de Soluções Assistivas nos processos de inclusão de pessoas com deficiência, uma vez que segundo Pinto (2005) revelam o seu caráter social e, portanto, sua relevância na ressignificação da inclusão dos sujeitos em todos os espaços de sua vida.

Comunicações que compõem a sessão temática:

1) O conceito de Solução Assistiva: para além da tecnologia - Liliana Maria Passerino - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil*

O presente artigo busca discutir, desde uma perspectiva sócio-histórica, o conceito de Tecnologia Assistiva presente na legislação e discurso acadêmico brasileiro. Pretende-se mostrar as limitações da conceituação a partir do conceito de tecnologia proposto por Vieira Pinto atualizado para pensar as questões relativas à deficiência. Nas últimas décadas a Tecnologia Assistiva têm se caracterizado por ser uma área com caráter clínico e terapêutico. No Brasil, a partir de 2007 com a criação do programa Salas de Recursos Multifuncionais a Educação se apropria de forma direta desse conceito sem maiores análises das dimensões política, social, econômica e cultural que constituem o significado atribuído ao mesmo no sentido clínico. Assim, a inclusão escolar começa a operar com estes artefatos mesmo não sendo uma temática habitual nos currículos de formação de professores. Considera-se que a TA deve ser abordada na sua complexidade como área interdisciplinar sem prevalecer unicamente questões de engenharia, ou terapêuticas. Nesse sentido, propomos, a partir do conceito de amabilidade, técnica e tecnologia proposto por Vieira Pinto, introduzir o conceito de Solução Assistiva como sendo o resultado sistêmico da combinação de instrumentos, signos utilizados por agentes numa determinada cena com a finalidade de possibilitar a autonomia de um dos agentes na busca de um objetivo ou solução para um problema de qualquer índole. O conceito de Solução Assistiva compreende desde a máquina, a técnica, o contexto de utilização e o perfil dos agentes em interação com o objetivo de resolver um problema de uma determinada pessoa num determinado ambiente para uma atividade específica. A deficiência pode ser compensada por uma solução assistiva frequentemente composta por uma combinação de tecnologias, técnicas e máquinas em operação dentro de sistemas sociais que visem compensar limitações funcionais do indivíduo ou do ambiente social. Palavras-Chave: técnica, tecnologia, inclusão, tecnologia assistiva,

2) Ampliar o debate sobre o uso de Soluções Assistivas no Ambiente Escolar - Magali Dias de Souza - *IFC / Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil*

Solução Assistiva em contexto escolar: Dos agentes, contexto, agência, ação e propósito envolvidos em uma ação mediadora inclusiva. Ao analisar a inclusão escolar das pessoas com deficiência, identificam-se estratégias, metodologias e recursos propostos, utilizados e desenvolvidos por professores do Atendimento Educacional Especializado, dado que é sua tarefa oferecer instrumentalização que contribua na promoção da igualdade de condições dos alunos com deficiência (AcD) em relação aos demais. Ao ter para si delegada esta tarefa, estes docentes tem por ofício buscar soluções que lançam mão de diferentes aparatos do âmbito do que comumente denomina-se Tecnologia Assistiva (TA). Propõe-se que essas soluções ultrapassam o conceito já conhecido de TA, porquanto que sua emergência se dá por uma relação mediadora que produz algo novo e que não pode ser compreendido apenas pelo conceito de TA. Uma Solução Assistiva (SA) no contexto escolar refere-se, pois, ao complexo emergente da interrelação de: (a) agentes, AcD e parceiros de interação (colegas e professores); (b) contexto sociocultural e semiótico, no qual uma cena escolar se produz; (c) a agência, os recursos, aparatos, ferramentas e signos; (d) a ação em si, que envolve técnicas, métodos e estratégias que auxiliam os AcD na realização das atividades escolares; e (e) o propósito, pois sempre há um propósito explícito ou implícito na solução. Cinco elementos compõem uma SA – agentes, contextos, agência, ação e propósito –, derivados da ação mediada. Explicitam a dialética entre agente e instrumentalidade e têm na relação o seu fator central. A SA no contexto escolar não se reduz aos aparatos, refere-se à relação, que não esgota-se em si mesma. Ultrapassando o conceito de TA, é uma alternativa que não está centrada no sujeito e permite as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo, o desempenho de uma tarefa de modo exitoso, em qualquer o contexto, e em condições de igualdade com outros indivíduos. Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Tecnologia Assistiva. Solução Assistiva.

3) Discutir estratégias que auxiliem na formação de professores do Ensino Profissionalizante com a finalidade de qualificá-los para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ana Cristina Cypriano Pereira - ana.cypriano@ufrgs.br - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS -Brasil

As Soluções Assistivas no processo de inclusão laboral de pessoas com deficiência. Os processos de inclusão laboral das pessoas com deficiência são resultado de um processo crescente de escolarização destes sujeitos e também da exigência legal que se instaurou no Brasil a partir de 1991. Contudo, percebe-se a necessidade de tais processos de inclusão se desenvolverem, pois, ainda há um grande desconhecimento das empresas acerca desses sujeitos, o que se reflete nas poucas oportunidades que as organizações dão para as pessoas com deficiência em seus quadros funcionais. Diante desta realidade, observa-se a partir da realização de pesquisas, as possibilidades das pessoas com deficiência desenvolverem-se através do uso de soluções assistivas com o intuito de possibilitar ou aprimorar os processos laborais. Em algumas organizações o desenvolvimento de processos de inclusão mais eficazes está atrelado a existência de espaço para o desenvolvimento de soluções assistivas como resultado de um processo complexo de acumulação de conhecimentos dos empregados e empregadores no ambiente de trabalho. O processo ou adaptação nunca é dada, como objeto físico existente por si só, é resultado do trabalho e da inclusão do sujeito no desenvolvimento do seu fazer. Logo, a Solução Assistiva emerge de um amplo e complexo processo de maturidade dos agentes envolvidos, ainda que muitas vezes, tais processos não sejam reconhecidos enquanto um processo sistemático a ser registrado. Desta forma, observa-se a importância de compreender as soluções assistivas de forma ampla e profunda, como resultado de diferentes relações do homem, para obter maior proveito a partir das somas de conhecimento e novas vias de relação com o mundo. Diante disso, fica claro que o entendimento da Solução Assistiva, é fruto de uma acumulação de saberes em função do tempo histórico hoje vivido, e está diretamente ligada ao homem em seu tempo, o tempo no qual é fértil e possível tais transformações. Palavras-chave: Pessoas com Deficiência, Trabalho, Solução Assistiva.

4) Ampliar o debate do papel das Soluções Assistivas no processo de Inclusão Laboral de pessoas com deficiência. Rosana Wagner - IFFarroupilha / Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

A formação de professores atuantes no ensino profissionalizante e uso de Solução Assistiva: as soluções assistivas surgem e se estabelecem em adaptações do ambiente escolar, com uma visão diferenciada em cada nível de ensino. A preparação para o mundo do trabalho das pessoas com deficiência também perpassa todos os níveis de ensino. No cenário brasileiro atual apresenta-se uma forte demanda do ensino profissionalizante como primeira forma de contato com o mundo do trabalho. Neste meio encontram-se as escolas técnicas, os Institutos Federais e alguns programas governamentais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e Aprendiz Legal. Porém, pesquisas realizadas por integrantes do grupo de pesquisa apontam para uma lacuna na formação dos professores que atuam no ensino profissionalizante. A maioria dos professores são de áreas técnicas e não possuem uma formação adequada para trabalhar em uma sala de aula em que haja diversidade. Percebe-se uma necessidade de formação continuada, para que os professores de áreas técnicas possam atender as demandas das salas de aula. Neste sentido, busca-se propostas que viabilizem atingir a igualdade efetiva das oportunidades entre trabalhadores com deficiência e os demais trabalhadores. Para isso, é possível iniciar pelo ensino profissionalizante. É necessário disponibilizar, em todos os níveis da educação, ferramentas educativas que oportunizem formas diferentes de aprender atendendo as diferentes necessidades numa perspectiva inclusiva. Foram realizadas formações, através de MOOCs, para os professores que atuam nesta modalidade de ensino, e os resultados indicam que a formação proposta supre as necessidades de formação. Alguns pontos a serem melhorados para as próximas versões do curso foram analisados. Palavras chaves: trabalho, solução assistiva, formação de professores, ensino profissionalizante

Tecnologia Assistiva no processo de inclusão escolar de alunos Cegos: uma investigação no estado da Paraíba, nordeste, do Brasil.

ONOFRE, Eduardo Gomes - eduardo.onofre@orange.fr - Universidade de Strasbourg/França - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/Brasil; SALVINO, Ligiane Gomes Marinho - ligiane.gmarinho@gmail.com - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB; Universidade Estadual da Paraíba – UEPB - Brasil

A inclusão de alunos com deficiência na escola regular vem sendo, nos últimos anos, uma das metas das políticas socioeducacionais do Brasil. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo principal investigar a importância da tecnologia assistiva no processo de inclusão escolar de alunos cegos. Para tanto, utilizamos uma pesquisa do tipo qualitativa e como instrumento metodológico, uma entrevista semiestruturada dividida em duas partes: a primeira refere-se aos dados pessoais e estudantes; a segunda, as questões sobre o impacto da tecnologia assistiva no processo de ensino e aprendizagem dos alunos cegos. A entrevista foi aplicada em novembro de 2015. Participaram da presente pesquisa dois alunos cegos que estudam em escola regular e são atendidos em um centro socioeducativo para pessoas com deficiência visual na cidade de Patos, estado da Paraíba, nordeste do Brasil. Os resultados indicaram que a utilização do sistema sonoro Dosvox, nas atividades escolares, é fundamental para o processo de inclusão escolar dos alunos cegos. Entretanto, os entrevistados enfatizaram também que a utilização das tecnologias digitais não substitui o sistema de leitura e escrita Braille. Portanto, percebemos a importância da inserção da tecnologia digital como um recurso pedagógico que favorece o processo de ensino e aprendizagem

para alunos cegos, assim como a utilização de materiais em Braille. Palavras chave: Tecnologia Assistiva; Educação Inclusiva; Cegos.

Tecnologia Assistiva para o ensino de Números Primos: aprendizes cegos em foco

ONOFRE, Eduardo Gomes - eduardo.onofre@orange.fr - Universidade de Strasbourg/França - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/Brasil; SALVINO, Ligiane Gomes Marinho - ligiane.gmarinho@gmail.com - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB; Universidade Estadual da Paraíba – UEPB - Brasil

A matemática é uma ciência fundamental para as relações sociais, além de servir de base para outras ciências. Este trabalho se concentrou no conteúdo de números primos. Ponderando o fato de que as pessoas cegas geralmente têm um baixo nível de instrução em matemática, resolvemos pesquisar o conhecimento sobre números primos com dois alunos cegos, matriculados em escola regular no sertão da Paraíba, Brasil. Para tanto, produzimos uma tecnologia assistiva para trabalhar o conteúdo de números primos. O referido produto foi experimentado, com os dois alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes da cegueira, durante os meses de setembro e outubro de 2015. Como instrumento metodológico, utilizamos a observação participante. A primeira experiência nos mostrou que o fato de um dos discentes ter perdido a visão há pouco tempo e não dominar o sistema Braille, mostrou grande dificuldade em compreender conteúdos matemáticos. No segundo caso, obtivemos sucesso quando identificamos que o conhecimento dos números em braille se fazia necessário. Diante de sua habilidade na leitura em braille e seus conhecimentos básicos em multiplicação, o segundo sujeito compreendeu o conceito e realizou as atividades no produto desenvolvido, denominado régua de primos. Palavras-chave: Números Primos; Tecnologia Assistiva; Cegos

Tecnologia assistiva para estudantes com deficiência visual: o uso da cartografia tátil no segundo ano da EEEFM Sen. Argemiro de Figueiredo, em Campina Grande-PB-Brasil

LIRA, Sonia Maria de - sonia.m.lira@hotmail.com - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Brasil

O termo tecnologia assistiva passou a ser usado a partir da década de 1980 do século passado, nos Estados Unidos, e vem se consolidando no século XXI em vários países. Vygotsky no início do século XX já apontava para a necessidade de processos compensatórios para pessoas surdas e cegas, que poderiam ter desenvolvimentos satisfatórios com ações que lhes possibilitassem conviver com suas deficiências. A cartografia tátil pode ser caracterizada como um processo compensatório para pessoas com deficiência visual e ser considerada como recurso da tecnologia assistiva. No contexto internacional a Cartografia Tátil data seus registros segundo Loch (2008) apud Vasconcellos (1996) desde a década de 1970. No ano de 2016, alunos do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) estão encaminhando um projeto de extensão intitulado: Oficinas de Geografia para estudantes videntes e portadores de deficiência visual, produzindo materiais táteis para a disciplina geográfica e, especificamente da cartografia escolar. Através deste projeto percebeu-se a necessidade de verificar como a cartografia tátil contribui na construção do conhecimento geográfico dos estudantes do Ensino Médio da Escola Senador Argemiro de Figueiredo, em Campina Grande – PB – Brasil. Para alcançar tal objetivo está sendo realizado um estudo de caso na escola anteriormente citada. Este trabalho ainda encontra-se em andamento e possui como resultados parciais a identificação de que os conceitos de escala, localização, orientação, entre outros são construídos por estes segmentos, além da apreensão da simbologia específica da cartografia. Contudo, é necessário um trabalho individualizado mais sistemático para que as necessidades especiais destes estudantes sejam atendidas no decorrer do processo pedagógico. Como também, que as condições de trabalho precárias dos docentes têm dificultado a apreensão dos conhecimentos geográficos destes segmentos, problematizando o processo de inclusão educacional.

Tecnologias Assistivas, Órteses e Próteses: Perspectivas e Desafios para a consolidação dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde SUS/Brasil.

ROCHA, Eucenir Fredini - eucenir@usp.br; FERREIRA, Bruna de Barros Leonel; SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes - Universidade de São Paulo /USP - Brasil

No Brasil, censo do IBGE (2010) identificou que 23,9% das pessoas têm algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 45 milhões de pessoas. De acordo com a CIF, os limites individuais decorrentes de alterações na funcionalidade corporal e as barreiras ambientais e sociais impedem o usufruto de direitos (OMS, 2003), com equiparação de oportunidades, entre pessoas com e sem deficiência. O estudo objetivou compreender a organização no SUS e no município de São Paulo do sistema de concessão de órteses, próteses e tecnologias assistivas. Para consolidação do mesmo, foram acessadas bases de dados, bibliotecas eletrônicas e documentos oficiais dos Ministérios da Saúde, Estados da Federação, da Ciência e Tecnologia e da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Como resultado da análise da bibliografia específica ficou claro que a dispensação de recursos como órteses, próteses e tecnologia assistiva, ainda que explicitado e garantido por lei, não ocorre da forma como está predisposto na legislação. Há uma discrepância com relação aos números de oferta e demanda desses serviços em relação às pessoas com deficiência que necessitam dos mesmos. Outro problema é a grande dificuldade na aquisição dessas tecnologias. É de direito que

todas as pessoas que necessitem possam ter acesso às mesmas, porém ainda que o Brasil apresente hoje uma política que garanta o direito das pessoas com deficiência de forma integral, baseada nos processos de acessibilidade, direitos sociais, saúde e qualidade de vida, a realidade prática ainda está muito distante disso, pois há uma pobreza significativa de recursos e informações voltadas à aquisição de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva. Através da análise dos documentos pesquisados, foram organizadas tabelas e linhas do tempo que apresentam de forma as informações políticas e legislativas relacionadas à dispensação de órteses, próteses e tecnologia assistiva e direitos da pessoa com deficiência no Brasil. Palavras-chave: Órteses, Próteses, Tecnologia Assistiva, Direitos da Pessoa com Deficiência, Política de Saúde.

Trupe diVersos: produção partilhada de criação cênica

PERES, Marta Simões - martasperes@gmail.com - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil

A trupe DiVersos é um coletivo de artistas originado no Projeto Paratodos/UFRJ. O jogo de palavras que dá nome à trupe remete à *diversidade* do elenco – constituído por estudantes da UFRJ, pessoas com sofrimento psíquico, um cego e uma cadeirante – e aos *versos* do poeta Castro Alves. As aulas de dança e grupos de estudo do projeto Paratodos reúnem estudantes de diferentes graduações da UFRJ e demais participantes, os quais não são pacientes, mas alunos de extensão. Ao se debruçarem sobre temas tais como os “estudos da deficiência”, estigma (Goffman), desvio (Becker), Reforma Psiquiátrica (Amarante) e o livro “A História da Loucura”, de Michel Foucault, um dos integrantes sugeriu o livro de Myriam Fraga que serviu de base ao espetáculo “Leonídia: ela é doida?”. Trata-se da biografia de uma mulher que, por ter supostamente “enlouquecido” por amor ao poeta Castro Alves, viveu décadas internada num hospício. A partir do curso intitulado “Criação Cênica Polifônica”, deu-se a construção coletiva do roteiro e montagem, que misturam-se a situações de estigma relatadas e vivenciadas pelos atores da trupe, numa perspectiva crítica ao preconceito e ao modelo asilar. Em certo sentido, ao encenarem os dramas da protagonista, o elenco conta sua própria história. Com dedo em riste, debocham da mocinha que envelhece durante a peça, rotulando: “ela é doida!”, a fim de perguntar/afirmar, logo em seguida, encarando o público: “você é doido/a?”. Com isso, buscamos refletir acerca dos interesses que permeiam os critérios de normalidade, ideia que não passa de uma construção social na qual ninguém de fato se sente confortável. Com música ao vivo, o elenco canta, dança jongo e outras danças brasileiras e recita poemas de Castro Alves, trazendo-se a essa comunicação trechos relevantes e interativos. Nosso maior desejo é o reconhecimento, profissionalização da trupe e tocar o público com esta criação. Palavras-chave: Dança/teatro – deficiência – luta antimanicomial - poesia brasileira – criação coletiva.

Un accès aux soins difficile pour les Sourds au Burkina Faso

GRANIER, Anne-Lise - anne-lise.granier@neuf.fr - CEPED / LISST - France

La réponse à l'épidémie de VIH a permis une amélioration spectaculaire de la situation dans le monde. Pourtant, les personnes sourdes sont toujours ignorées des programmes de lutte contre le sida, et constituent en Afrique subsaharienne une minorité d'exclus fortement exposée aux pratiques sexuelles à risques. Cette étude qualitative, menée à Ouagadougou (Burkina Faso) auprès de Sourds communiquant en langue des signes, montre les conséquences dramatiques de l'absence d'une prévention adaptée à tous les Sourds, notamment par des professionnels sourds. Des messages contraires à ceux escomptés sont parfois reçus : « le préservatif donne le sida ». Les faibles échanges avec les soignants et le manque de confidentialité freinent les Sourds dans une démarche de dépistage et de soins : ils sont absents des associations de suivi VIH. Par ailleurs, leurs modes de vie spécifiques, induits par une forte précarité (peu scolarisés, multipartenariat, relations transactionnelles, prostitution, réseaux de mendicité, exploitation et violences sexuelles, avortements clandestins...) les amènent à prendre des risques importants. L'exemple d'Ami est éclairant : 29 ans, un bon niveau scolaire, 3 enfants de 3 pères différents, de nombreux rapports depuis l'âge de 13 ans, se prostitue de 14 à 19 ans et découvre lors de sa dernière grossesse qu'elle est séropositive. De sa rencontre avec le médecin elle est rassurée et pense avoir tout compris. Et pourtant...l'enfant à 7 mois, il est allaité et elle n'est pas sous ARV. Cette triste réalité est celle de nombreuses autres personnes et montre l'urgence de mettre en place des interventions adaptées pour améliorer la prévention et la prise en charge des Sourds. L'introduction de la langue des signes au niveau des soignants pour qu'ils communiquent directement avec les patients sourds, permettrait une prise en charge respectueuse des droits de la personne et de la dignité de chacun. Mots clés : Sourds, VIH, accès aux soins, vulnérabilité, Burkina Faso

Une norme morale. L'expérience des dispositifs de réadaptation de l'assurance invalidité suisse

PIECEL-RONDEL Monika - monika.piecek-riondel@eesp.ch - Haute École spécialisée de Suisse occidentale HES-SO - Suisse

Dès sa création en 1959, l'assurance invalidité (AI) helvétique donne la priorité à la réadaptation sur la pension. Cette priorité a été réaffirmée dans les trois dernières révisions de la loi (dès 2004). Visant à diminuer le nombre de pensions versées, elles ont permis une importante extension des mesures de réadaptation. Des mesures dites d'intervention et de détection précoces s'adressent désormais à des personnes encore en emploi afin de prévenir une invalidité potentielle ; des mesures de réinsertion, qui reposent sur l'idée d'une réinsertion progressive dans le marché du travail, ciblent les personnes qui souffrent de troubles psychiques ; et des mesures dites de nouvelle réadaptation sont destinées aux personnes recevant une pension afin d'augmenter leur capacité de gain. La logique d'activation caractérise ces mesures, ce qui signifie qu'elles partent du postulat que

le problème comme la solution se trouvent dans l'individu (Beauvois & Dubois, 1988; Castel, 2007). Elles visent notamment à agir sur l'évaluation subjective de la capacité de travail et sur la mobilisation du potentiel de réadaptation des personnes assurées. Dans cette communication, qui repose sur une recherche en cours financée par le Fonds national suisse de la recherche scientifique, nous examinerons ces réformes en mobilisant la perspective des études critiques sur le handicap (Campbell, 2009; Davis, 2013; Goodley, 2014). Nous montrerons notamment que la capacité présumée devient un nouveau principe organisateur de cette assurance sociale et que l'invalidité, reléguée dans une zone d'exception, est devenue une question d'ordre moral. Notre matériau empirique est formé d'entretiens effectués avec des agents de l'AI et des destinataires de mesures de réadaptation. L'analyse de l'implémentation concrète du discours légal ainsi que de l'expérience qu'en font des assurés, nous serviront donc de terrain pour questionner les contours et le vécu de la norme capacitiste. Mots-clés: Politiques sociales, Assurance invalidité suisse, Mesures de réadaptation, Critical disability studies, Capacitisme

PÔSTERES – POSTERES - AFFICHES

A Comunicação Alternativa no processo de inclusão escolar: um estudo a partir dos pressupostos da Matriz sociocultural e da Rede de Significações

GIVIGI, Rosana - osanagivigi@uol.com.br; ALCÂNTARA, Julian - fga.julianalcantara@gmail.com; SILVA, Raquel - rfgaraquelsouza@gmail.com; RALIN, Vera Lúcia - verinharalin@gmail.com; DOURADO, Solano - solanofigueiredo@hotmail.com - Universidade Federal do Sergipe – Brasil

A Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) vem sendo utilizada na escola como instrumento fundamental de acesso ao currículo no processo de inclusão da pessoa com deficiência, especialmente em se tratando das deficiências severas, as quais muitas vezes repercutem em alterações significativas ou ausência de linguagem oral. Objetivou-se nesse trabalho investigar os efeitos a nível grupal e institucional que o uso da CAA pode produzir junto às práticas educacionais na escola regular de ensino. Os pressupostos teóricos utilizados assentaram-se nos estudos da Matriz sociocultural, com ênfase nos postulados de Vigotski, Luria e Leontiev, da Rede de Significações e perspectivas concernentes à área da Comunicação Alternativa. Metodologicamente buscou-se sustentação na pesquisa-ação colaborativo-crítica. Foram analisados 30 relatórios de visitas em duas escolas de ensino fundamental da rede pública no estado de Sergipe. Levantou-se como resultados mudanças expressivas no processo de aprendizagem, mesmo em face a todos os desafios e conflitos que emergiram no contexto escolar; maior inserção nas atividades coletivas; potencialização da construção dos vínculos entre os pares, operando significativamente sobre o desenvolvimento da linguagem; possibilidades de novas/outras incursões no processo de subjetivação. Palavras-chave: Comunicação Alternativa. Deficiências severas. Inclusão escolar

A comunicação suplementar e/ou alternativa (CSA) no contexto da educação inclusiva no Brasil

KRÜGER I. Simone - simonekrueger@hotmail.com; BERBERIAN P. Ana - ana.silva17@utp.br - Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil

Introdução: A CSA é uma atividade semiótica composta por signos verbais e não-verbais que mediam as interações dialógicas, favorecendo a apropriação da linguagem e do conhecimento, portanto, a constituição do sujeito com limitações de oralidade. Para que se possa apreender como a CSA vem fundamentando práticas educacionais junto a alunos com restrições de fala, faz-se necessário verificar como a CSA é concebida nas políticas públicas educacionais. OBJETIVO: analisar a forma como a CSA vem sendo abordada no contexto da Educação Brasileira no período de 1996 até 2015. MÉTODO: análise documental a partir de investigações em diretrizes oficiais que orientam a implantação de políticas voltadas à educação inclusiva. Analisou-se: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Plano Nacional de Educação (2001, 2004); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Inclusiva (2001); Diretrizes Curriculares nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002); Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (2006); Plano de Aceleração ao Crescimento (2007); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Tecnologia Assistiva (2009) RESULTADOS: a CSA é diretamente abordada e definida no: Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2004), como recurso que possibilita a acessibilidade à comunicação; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), como códigos específicos de comunicação e sinalização; Tecnologia Assistiva (BRASIL, 2009), como recurso facilitador para a comunicação, informação e sinalização para a pessoa portadora de deficiência. Constatou-se a predominância da concepção da CSA como instrumento de comunicação. A CSA desponta como ferramenta de informática para uso nas salas de recursos multifuncionais e instrumento que pode ser usado como auxílio pedagógico especializado ao acesso à comunicação em sala de aula. CONCLUSÃO Quanto mais fundamentarmos na concepção da CSA como recurso promotor da

apropriação da linguagem e do conhecimento, mais propiciadora será a construção das bases/ações para a apropriação do conhecimento em alunos com limitações de fala, no âmbito da escola inclusiva. Palavras-chave: Comunicação Suplementar e/ou Alternativa; Linguagem; Educação Inclusiva

A criança com síndrome de Down: reflexões teóricas no modelo bioecológico do Desenvolvimento Humano

PORTES, João Rodrigo Maciel - joaorodrigo@univali.br, VIEIRA, Mauro Luís - maurolvieira@gmail.com; CREPALDI, Maria Aparecida - maria.crepaldi@gmail.com; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo - carmenloom@gmail.com; MOTTA, Cibele Cunha Lima da - mottacibele@gmail.com - Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI – Brasil

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma revisão dos resultados de pesquisas e discuti-los, no sentido de promover uma reflexão sobre as características da Síndrome de Down (SD) e o seu impacto no desenvolvimento infantil e na família, focando-se nos fatores de risco e proteção que interferem ou estimulam na saúde dessa população. O modelo da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que tem como pressuposto a inter-relação de diversos fatores individuais e ambientais. A pesquisa utilizada nesta discussão é oriunda das bases de dados PubMed, Scielo, Redalyc e Pepsic. Utilizou-se a palavra-chave "Síndrome de Down" combinada com os termos "desenvolvimento infantil", "família", "fatores de risco", "fatores de proteção", "Bronfenbrenner" e "teoria bioecológica". Para contribuir com as discussões, foi realizada uma consulta sobre políticas públicas pertinentes, nos sites dos Ministérios da Saúde e da Educação do Governo Federal. A inclusão das informações sobre a legislação se justificou principalmente pelo o avanço do conhecimento sobre a síndrome e a criação de políticas públicas específicas que contribuiriam para a elevação da qualidade e expectativa de vida da população com SD. Deduzindo dessa corrente teórica, o nascimento de uma criança com SD exige uma adaptação do contexto familiar, devido às características da própria síndrome, pois as crianças com SD estão expostas a fatores ambientais que podem influenciar o seu desenvolvimento. Conclui-se que os fatores de risco e de proteção para essa população infantil são muito semelhantes aos fatores que atingem as crianças de modo geral. Os fatores do macrosistema contribuem com a população com SD, pois o progresso do conhecimento sobre esta síndrome e a criação de políticas públicas específicas poderão elevar a sua qualidade e expectativa de vida. Palavras-chave: Síndrome de Down; Políticas Públicas; Desenvolvimento Humano; Teoria bioecológica.

A formação do professor de matemática em uma educação inclusiva

BERNARDES, Aline C. S. ; SCARPELLI, Raquel T. - quelscarpelli@gmail.com, raquel.scarpelli@uniriotec.br Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO – Brasil

Introdução: Neste trabalho, falaremos um pouco sobre o projeto de pesquisa e extensão “O ensino de Matemática para uma Educação Inclusiva”, feito em parceria com alguns professores do IBC e do INES, além de alguns alunos de Licenciatura em Matemática da UNIRIO. O projeto teve início em março de 2016 e tem como principal fonte propulsora a lei 13.146/2015. Objetivo(s): • Estimular, na UNIRIO, a criação de disciplinas na grade curricular do curso de Licenciatura em Matemática que trabalhe com didáticas matemáticas adaptadas às necessidades de alunos cegos ou surdos; • Estimular a pesquisa dos licenciandos em Matemática na área da Educação Especial, com foco na construção de didáticas Matemáticas voltadas a cegos ou surdos; • Construção de didáticas matemáticas que levem em conta as especificidades de alunos cegos (ou de baixa visão) e de alunos surdos (ou de baixa audição). Metodologia: • Entrevistas com alunos e professores, videoaulas, criação de material didático, reuniões quinzenais, leitura de artigos, levantamento das dificuldades de ensino/aprendizagem de alunos especiais e seus professores. Resultados/Desenvolvimento Apresentamos um poster sobre nosso trabalho no CBEU (Congresso Brasileiro de Extensão Universitária) em 2016 e também na semana de integração acadêmica da UNIRIO, tendo sido um dos indicados para a premiação. Nosso principal desenvolvimento está na área da Didática e do Currículo. Conclusões A formação do professor de Matemática praticamente não contempla, em sua grade curricular, o trabalho com alunos especiais. A obrigatoriedade da matrícula desses alunos em turmas mistas de escolas regulares só lhes propiciará um ensino igualitário e de qualidade se, além de muitos outros fatores, poder contar com professores conscientes da cidadania dessas pessoas e que disponham de conhecimento de abordagens adaptadas às suas especificidades. Palavras-chave: educação, ensino, formação, inclusão, matemática

A formação do professor do ensino superior como condições de igualdade

SANTOS, Karoline Pimentel dos karol.pimentel@gmail.com; POTTMEIER, Sandra - pottmeyer@gmail.com; DONIDA, LaisDonida lais.donida@gmail.com; SANTANA, Ana Paula - anaposantana@hotmail.com - Universidade Federal de Santa Catarina /UFSC Brasil

As políticas e as leis da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva vêm configurando um cenário mais democrático à educação brasileira (BRASIL, 2000; 2008; 2015). Logo, a LDB 9.394/96 estabelece que as universidades devem atender aos estudantes com qualquer tipo de deficiência (física ou intelectual), assegurando igualdade de acesso ao ensino superior. Neste contexto, a formação docente é considerada como um dos aspectos significativos neste processo de inclusão e permanência desses estudantes público-alvo da educação especial. Assim, o presente estudo busca investigar, a partir do olhar do professor, a formação e atuação docentes relacionados aos alunos público-alvo da educação especial na universidade. Para isto, em se

tratando de uma pesquisa cunhada por uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas, com questionário semiestruturado, com 5 docentes de uma universidade federal do sul do Brasil. Compreendeu-se que os docentes, apesar de saberem que há cursos de formação ou capacitação relacionados à inclusão na instituição, há, de fato, pouca adesão a esses cursos, seja por falta de tempo, seja por falta de interesse: “a gente já foi comunicado de muitas coisas que aconteceram, mas nem todos os professores vão, uma vez que também nem todos passaram por esta situação” [Informante 2]. Informaram que há ainda pouca discussão sobre o tema na instituição e, que “de forma geral estamos muito pouco preparados para receber diferenças” [Informante 3]. Os resultados sinalizam que, embora haja uma *inserção* destes alunos na universidade, o processo de *inclusão* destes alunos ocorre ainda de forma restrita, pois há muitos obstáculos a serem superados, como a estrutura para acomodação e mobilidade dentro da instituição, material adaptado, formação/capacitação de todos os docentes. Assim, na medida em que não se oferece ao docente instrumentos capazes de atingir a todos os alunos, mantém-se a educação marcada por uma dimensão pedagógica classificatória e excludente. Palavras-chave: Universidade. Educação Especial. Formação Docente. Igualdade.

A inclusão dos estudantes com deficiência intelectual na EJA

CUNHA, Jaqueline Rosa da - jaqueline.cunha@poa.ifrs.edu.br - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul/IFRS – Brasil

A palavra “inclusão” tem sido bastante pronunciada nas instituições de ensino básico do final do século XX para cá. No entanto, nem sempre ela é realmente compreendida e seu histórico conhecido e estudado. Dessa compreensão dependem a permanência e o êxito dos estudantes deficientes, a fim de que suas inclusões sejam realizadas de maneira efetiva e eficiente. Além disso, há o fato de que a inclusão é muito falada citando crianças e, no máximo, adolescentes, mas os adultos, que nunca receberam esse amparo, e chegaram à Educação de Jovens e Adultos (EJA), como atendê-los? Nesse sentido, esta análise de prática tem por tema “A inclusão dos estudantes com deficiência intelectual na EJA” e por objetivo responder à seguinte pergunta: como fazer a inclusão de estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual de forma eficiente? Para tanto, dentro da análise, foi conceituado o significado de inclusão no âmbito da educação escolar e suas percepções; descrito como a inclusão está sendo feita na EJA, tendo por recorte de observação o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Câmpus Porto Alegre; e, analisado se a forma de inclusão e os métodos que são aplicados, nos casos descritos, estão sendo satisfatórios, eficientes e o que há para melhorar. A reflexão dá-se com base na experiência das atividades realizadas na sala de atendimento do Núcleo de Apoio A Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) a estudantes com deficiência intelectual e nas aulas do PROEJA em que tais alunos estão matriculados. No decorrer da análise, percebeu-se que as atividades e técnicas utilizadas estão sendo benéficas aos estudantes, mas que ainda há muito para a equipe avançar. Palavras-chave: inclusão, EJA, deficiência intelectual.

A materialização da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência nos conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência

CUNDA, Bruna Vargas - bruna.cunda@acad.pucrs.br; SALGADO, Cássia Pilar - cassiaps91@gmail.com - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS - Brasil

Resumo: O presente artigo visa analisar as demandas pautadas nos Conselhos Municipais das Pessoas com Deficiência a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O trabalho busca evidenciar as propostas pautadas das cidades, tendo o intuito de subsidiar a V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência que, com participação social tensiona o Estado para garantir a efetivação das políticas públicas para Pessoa com Deficiência. A fundamentação teórica deste artigo encontra-se dividida em dois momentos: primeiro, mostra a criação do Conselho Nacional, Estadual e Municipal da Pessoa com Deficiência e seu papel na sociedade, e em segundo, aborda o surgimento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a finalidade da união dos Estados Partes. A metodologia está embasada no método dialético crítico da teoria social em Marx, e a pesquisa tem caráter documental que tem como base, materiais primários. A partir dos resultados obtidos, percebemos a falta de participação social em espaços de debates que propiciam importantes decisões à serem tomadas. Conforme Gadotti (2014) a participação social acontece em espaços de controle social, como por exemplo, nos Conselhos. Espaços estes que têm o intuito de promover a organização e a atuação da sociedade civil organizada, sendo também, político no sentido dos cidadãos e cidadãs tomarem partido de suas ações em prol de uma coletividade. Palavras-chave: Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência do Rio Grande do Sul. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação-TICS pelas pessoas com deficiências da Fundação Catarinense de Educação Especial

JACOB, Camila Meurer - caca_meurer@fcee.sc.gov.br; LARA, Giseli Fernandes de - fernandesgiseli@fcee.sc.gov.br; MARTINS, Márcia Cristina - marcia.fcee@gmail.com; CASTRO, Sérgio - sergio@fcee.sc.gov.br; RODRIGUES, Simone Marcelino - simone@fcee.sc.gov.br - Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE - Brasil

Este resumo pretende descrever a experiência do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs no programa Salto para o Futuro/TV Escola e na Sala de Tecnologia, mantidos pelo Centro de Tecnologia Assistiva da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE em parceria com o Ministério da Educação, pelos professores dos centros de atendimento especializados com seus usuários, pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade e Atraso Global do Desenvolvimento para implementar, por meio das TICs, o planejamento e atuação educacionais. Os articuladores desses espaços pedagógicos verificam que: os professores buscam subsidiar as práticas pedagógicas, disponibilizando conteúdos e estratégias por meio de uma programação personalizada; acessam, junto aos usuários, sites educacionais e de entretenimento, a fim de usá-los como ferramenta pedagógica para elucidar conceitos necessários para o desenvolvimento das habilidades e da autonomia dos usuários; planejam os conteúdos, recebendo as devidas adequações, garantindo as condições de aprendizagem; os trabalhos qualificam o atendimento prestado ao usuário, desafiam os professores a planejar e prover recursos inovadores e diferenciados, possibilitando vivências significativas ao usuário, podendo relacionar os conteúdos com o plano de aula, com dinâmicas, jogos, criações do próprio grupo, enriquecendo o vocabulário, facilitando a construção de conhecimento, a criatividade, o trabalho colaborativo e o desempenho de cada um nas tarefas diárias. Também verificam que há desafios, como a falta de formação dos professores para usar os *hardwares*, *softwares* e outros equipamentos de mídias disponíveis e a devida valorização das TICs como recursos pedagógicos e seu uso adequado no contexto educacional. Por fim, observam que os professores habilitados fazem bom uso destas ferramentas, estão sempre disposto a ir além, desafiando seus limites e impulsionando os usuários no processo de ensino-aprendizagem por meio dos recursos tecnológicos disponíveis.

A violência contra pessoa com deficiência e as possibilidades de enfrentamento do Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência

CARVALHO, Livia Cristina Costa - carvalho.livia@uol.com.br; PINHEIRO, Emanuelle dos Santos - Defensoria Pública do Estado do Maranhão - Brasil

Introdução: O Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência – CIAPD, parte integrante da Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA começou em fevereiro de 2013, em resposta as reivindicações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência para ampliação de sua atuação institucional, pois além de ações no âmbito jurídico, passou atender também com equipe multiprofissional. Objetivo: combater a violência contra a pessoa com deficiência, na perspectiva de garantia de direitos, a partir das situações apresentadas pelas vítimas e/ou seus familiares, institucionais ou denúncias anônimas. Também promover ações de educação em direitos, informando as leis, as normativas e as formas de acesso à justiça. Metodologia: Em 2015, foram realizados atendimentos individuais e coletivos para identificar as demandas recebidas, acompanhamento e monitoramento das situações de violação de direitos. Também efetuados encaminhamentos, visitas domiciliares e institucionais, conciliações e mediações de conflitos. Promovidas palestras e participação em reuniões, audiências públicas e rodas de diálogos. Além de pesquisas sobre os serviços públicos disponíveis e entidades que desenvolvem ações de garantia de direitos das pessoas com deficiência. Resultados: Foram 1.176 atendimentos, sendo que 358 foram de pessoas com deficiência e mais 258 situações de acompanhamento, mediação de conflitos ou visita domiciliar/institucional. Em palestras e eventos foram 560 participantes. Destacamos sobre os atendimentos, por tipo de deficiência foi de 62,6% com deficiência intelectual, 14,1% da deficiência física; 10,7% da deficiência auditiva; 8,2% da deficiência múltipla; 2,9%; da deficiência visual e 1,5% de patologias. Em relação a violação de direitos: 38,3% sobre conflitos familiares e direito de família; 15,5% de saúde; 14,7% de transporte; 7,7% de trabalho; 3,8% de moradia; 3,1 % de educação; 2,3% de acessibilidade; 14,6% orientação de direitos(aposentadoria, BPC). Em relação a gênero: 54% masculino e 46% feminino. Além de pesquisas e promoção da cidadania das pessoas com deficiência no Maranhão. Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Violência. Direitos. Cidadania.

Acessibilidade no Ensino Superior: Contribuições do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)

BOCK, Geisa Letícia Kempfer - geisabock@gmail.com; SILVA, Solange Cristina da - solangecsilva66@gmail.com; NUERNBERG, Adriano Henrique - adriano.nuernberg@ufsc.br – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC - Brasil

As políticas públicas de educação inclusiva proporcionam desafios significativos para os diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, o que tem motivado parte da comunidade científica a buscar respostas no intuito de qualificar os ambientes de aprendizagem. Esta pesquisa de abordagem qualitativa, na modalidade exploratória e descritiva, tem o objetivo de avaliar a aplicação do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) no enfrentamento e eliminação de barreiras metodológicas presentes em ambientes de educação à distância. Os princípios do DUA sugerem que a acessibilidade deve priorizar os aspectos da aprendizagem promovendo ambientes mais acolhedores às diferenças humanas. Para tanto, uma revisão integrativa da literatura sobre o DUA e sua contribuição para os contextos educacionais se mostrou necessária no intuito de uma aproximação dos princípios e diretrizes deste Framework com a realidade brasileira. Este trabalho é fundamentado no campo acadêmico dos Disability Studies in Education (DSE), alicerçado na concepção do modelo social de deficiência, e pretende-se contribuir com a educação no que se refere a participação e permanência de estudantes com deficiência nos diferentes espaços de aprendizagem. Os resultados evidenciam estudos que demarcam a diferenciação entre os princípios e diretrizes do DUA e as

demais perspectivas do Desenho Universal (DU), a exemplo do Desenho Universal Instrucional (DUI). Práticas de docência, contribuições acerca da formação de professores, recursos, estratégias e metodologias mais condizentes com a variação humana foram localizados. Identificou-se diferentes propostas para contemplar as três diretrizes principais: 1) múltiplos meios de representação – fornecer várias maneiras de aquisição de informação e conhecimento; 2) múltiplos meios de ação e expressão – fornecer alternativas para demonstrar o que eles conhecem; e 3) vários meios de engajamento – tocar nos interesses, e motivá-los a aprender. Tais evidências mostram-se relevantes quando se compreende a necessidade do combate ao capacitismo nas práticas pedagógicas no ensino superior. Palavras-chave: Acessibilidade, ensino superior, Desenho Universal para Aprendizagem

Acessibilidade no ensino superior: estudo em uma universidade particular de Curitiba- PR

MIRANDA A. Bruna - bam_0305@hotmail.com; BERBERIAN P. Ana - ana.silva17@utp.br; KRÜGER I. Simone - simonekrueger@hotmail.com; DE VITO C. Leonardo - leodevitocosta@hotmail.com - Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil

Introdução: os desafios e questionamentos comprometidos com a proposta de que a educação superior seja um direito de todos, tem ocupado um grande espaço nos debates educacionais brasileiros, não somente para garantir o acesso em tal nível de ensino, mas também a qualidade do mesmo. Objetivo: descrever e analisar o funcionamento da Comissão de Educação Inclusiva (CEI) de uma universidade privada de Curitiba, responsável pelo acompanhamento de alunos que se autodenominam como deficientes, à luz dos princípios e diretrizes que direcionam o Programa Incluir. Será objetivo desse estudo, também, analisar a visão de um grupo dos referidos alunos acerca de suas experiências acadêmicas no que refere à infraestrutura da universidade. Método: estudo de caso do tipo qualitativo, cuja pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com a presidente da CEI de uma universidade particular de Curitiba, bem como, com 5 graduandos dessa mesma instituição que se autodenominam deficientes. Posteriormente, foi realizada uma análise de conteúdo. Resultado: a partir desse estudo foi possível observar que as atividades desenvolvidas pela CEI encontram-se frágeis no que se refere aos aspectos relacionais da vivência acadêmica dos alunos, o que aparece nas falas dos mesmos quando questionados quanto às melhorias que poderia haver durante sua formação, embora os mesmos possuam uma visão positiva da comissão. Conclusão: a barreira do ingresso acadêmico pode ter sido reduzida, porém deve-se atentar no que diz respeito à permanência de qualidade desses alunos no processo de aprendizagem. Assim, apontamos a necessidade de outros estudos no que se referem às efetividades das ações de núcleos/ comissões de inclusão no ensino superior. Palavras-chave: inclusão no ensino superior, acessibilidade, comissão de inclusão.

AEE no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: biopolíticas

SARDAGNA, Helena V - sardagn@terra.com.br; FLORES, Vinicius - viniciusmartinsf@gmail.com - Universidade do Estado do Rio Grande do Sul/ UERGS - Brasil

O presente trabalho emerge das inquietações vivenciadas por pós-graduandos do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Uergs (Universidade do Estado do Rio Grande do Sul) da Unidade Litoral Norte/Osório, turma 2015-2016, que atuavam em escolas da região Litoral Norte. Para o estudo, foram consideradas narrativas desses pós-graduandos, educadores nessas escolas, acerca das políticas que envolvem o Atendimento Educacional Especializado. O referencial teórico levou em conta que a escola é uma maquinaria a serviço do Estado governamentalizado, na qual o imperativo da inclusão escolar age na condução de condutas dos sujeitos tanto professores, quanto alunos. Foram utilizadas as noções foucaultianas de biopolítica e governamentalidade para análise dos dados. Participaram da pesquisa dezenove (19) docentes de escolas de municípios da região Litoral Norte que relatam sobre o AEE em suas escolas, sendo que destes, treze (13) relatam que sua escola oferta o AEE, os quais foram considerados para a presente análise. O arranjo do estudo evidenciou três conjuntos de narrativas. Os dados mostram que o AEE vem sendo ampliado na região. Das escolas referidas pelos docentes, cerca de 46% vem promovendo o AEE em suas escolas, com práticas que se movimentam pela inclusão, no cumprimento da legislação vigente. No segundo conjunto, que equivale a 37% dos docentes, as narrativas evidenciam que o AEE é promovido em parte, uma vez que não se percebe um trabalho pedagógico articulado e os movimentos são individuais de um ou outro professor, sem que o AEE esteja integrado de fato na proposta pedagógica. Sobre o terceiro conjunto, que equivale a 15,35%, as narrativas evidenciam que os alunos estão matriculados no ensino comum e no AEE, mas apenas por força de lei, pois as práticas são de atendimento clínico, ou de um acompanhamento que não leva em conta a potencialidade do aluno. Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Política inclusiva; Biolítica

Análise do perfil sócio demográfico e da sobrecarga dos cuidadores de crianças e adolescentes com deficiência

DIAS, Marcelo; CONCEIÇÃO, Juliana Copeti Mattos da; REGI, Geovana - fisiopedi@gmail.com; nespefcee@gmail.com - Fundação Catarinense de Educação Especial - Brasil

O cuidador é a pessoa que desempenha o papel de responsável direto pelos cuidados essenciais ao deficiente incluindo a condução aos serviços de reabilitação. Este trabalho objetiva analisar o perfil sócio-demográfico e o nível de sobrecarga dos cuidadores de crianças e adolescentes atendidos no centro de reabilitação da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). No primeiro semestre de 2013 foram entrevistados 102 cuidadores de crianças e adolescentes com diferentes condições

neurológicas. Utilizou-se uma entrevista estruturada para traçar o perfil sócio-demográfico, a *Escala de Independência em Atividades da Vida Diária* para avaliar a funcionalidade dos deficientes, e a *Escala Burden Interview* para avaliação da sobrecarga. Verificou-se que o principal cuidador era a mãe (83%), que a maioria dos cuidadores tinha entre 31 a 50 anos, e que 90% dos cuidadores acumulava o trabalho extra-domiciliar e o doméstico (dupla jornada). Quanto às famílias, a maioria era nuclear (79,4%), com presença de companheiro (68,6%). Com relação aos hábitos de vida, a metade dos cuidadores apresentava alguma doença diagnosticada (47,1%), e mais da metade apresentava dor corporal (67,6%), sendo o local mais comum a coluna vertebral. Apenas 24,5% pratica atividade física e poucos participam de grupo social (11,8%). Quanto à dependência nas AVDs, 47,7% das crianças que fizeram parte da amostra eram dependentes para no mínimo quatro AVDs, sendo o uso do vaso sanitário a mais frequente. Sobrecarga moderada a severa esteve presente em 78,4% dos cuidadores. Considerando a deficiência como situação permanente e que a maioria dos indivíduos necessitará de cuidados por toda a vida, fica evidente a vulnerabilidade do deficiente, do cuidador, e de toda a sua família o que aponta a necessidade de políticas públicas voltadas ao apoio e amparo às famílias do deficiente. Palavras chave: sobrecarga, cuidador, deficiente.

Aprimoramento do Serviço de Tecnologia Assistiva de uma Instituição pública de referência: proposta de pesquisa científica

SILVA, Sandra da - ssilva@fcee.sc.gov.br; SAVAL, Ana Carolina Rodrigues - carolsavall@gmail.com; MENDES, Aline - aline.mnd@gmail.com; JACOB, Camila Meurer - caca_meurer@hotmail.com; PANUCCI, Maria Fernanda - mfpaucci@gmail.com
- Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE - Brasil

O Serviço de Pesquisa e Produção de Equipamentos e Acessórios Adaptados – SPPEAA refere-se ao serviço da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE responsável pela avaliação, prescrição, pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de Tecnologia Assistiva (TA). Suas primeiras ações datam de 1980 e, nesse período, o serviço reconfigurou-se para atender às demandas institucionais. Neste ensejo, este resumo objetiva apresentar um breve panorama, que resultou na necessidade de seu aprimoramento. Inicialmente, integrava o Centro de Educação e Reabilitação – CENER, onde a TA, como atividade-meio, é utilizada como ferramenta para favorecer o treino das atividades de vida diária de seus usuários. Vinculado desde 2012 ao Centro de Tecnologia Assistiva – CETEP, verifica-se a não oferta de treinamento para o uso da TA e o não acompanhamento dos usuários contemplados com esses recursos, já que o CETEP atende a usuários assistidos pelos demais centros de atendimento especializado da instituição e, portanto, tem a TA como atividade-fim. Considerando a possível influência desses fatores com a adoção e o uso ou abandono dos recursos disponibilizados, emergiu a necessidade de identificar os indicadores de adoção e usabilidade da TA, bem como estabelecer protocolo de atuação, padronizando o atendimento oferecido pelo serviço e prestado por profissionais que o compõem, bem como por aqueles envolvidos com a habilitação/reabilitação dos usuários e que utilizam-se do mesmo. Nesse contexto, sugeriu-se a realização de pesquisa, para subsidiar, com rigor científico, o processo de aprimoramento do SPPEAA. A pesquisa objetiva elaborar e testar um protocolo de atuação com TA, a partir do estudo dos modelos conceituais e métodos de implementação de recursos assistivos e subsidiado pelos indicadores de adoção e usabilidade identificados, elaborado em estreita colaboração entre os profissionais direta e indiretamente envolvidos no serviço. Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética (CEPSH) e iniciará coleta de dados em agosto de 2016.

Aprimoramento do serviço de tecnologia assistiva de uma instituição pública de referência: relato de experiência

SILVA, Sandra da - ssilva@fcee.sc.gov.br; SAVAL, Ana Carolina Rodrigues - carolsavall@gmail.com; MENDES, Aline - aline.mnd@gmail.com; JACOB, Camila Meurer - caca_meurer@hotmail.com; PANUCCI, Maria Fernanda - mfpaucci@gmail.com
- Fundação Catarinense de Educação Especial - Brasil

O Centro de Tecnologia Assistiva – CETEP tem por objetivo produzir conhecimento, capacitar profissionais, assessorar serviços em Tecnologia Assistiva e Educacional, pesquisar e desenvolver novas tecnologias que proporcionem inclusão escolar e social. Cabe ao Serviço de Pesquisa e Produção de Equipamentos e Acessórios Adaptados – SPPEAA do CETEP a avaliação, prescrição, pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de Tecnologia Assistiva (TA), visando oportunizar aos usuários da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE independência, autonomia, qualidade de vida e saúde. Em 2015, foi proposto o aprimoramento deste serviço mediante o desenvolvimento de pesquisa científica que visa a elaboração e testagem de protocolo de atuação com TA. Este resumo objetiva apresentar um breve relato de experiência das profissionais envolvidas no aprimoramento deste serviço. No desenvolvimento da pesquisa, emergiram aspectos facilitadores e dificuldades. Entre os facilitadores, destaca-se: a) o incentivo da instituição pública à reestruturação do serviço; b) a parceria estabelecida entre os centros de atendimento especializado envolvidos no processo da TA; e c) as contribuições advindas da interdisciplinaridade no aprimoramento do serviço prestado. Entre as dificuldades encontradas, citam-se: a) a falta de padronização no processo de atuação com Tecnologia Assistiva na instituição, considerando que há profissionais direta e indiretamente envolvidos no CETEP e que utilizam o serviço; b) a organização própria de cada profissional que utiliza o serviço em termos de atuação e documentação do atendimento prestado; e c) a descentralização das informações e a diversidade de documentos referentes às atividades relacionadas ao serviço, que não contemplam a totalidade das informações referentes aos usuários assistidos ou ao processo de atendimento prestado. Verifica-se que os aspectos facilitadores respaldam a execução da pesquisa enquanto as dificuldades são inerentes ao serviço e não somente justificam como corroboram para o seu aprimoramento.

Aproximando Vivências

CUNHA, Ana Rosimeri Araujo da - anacunha@smed.prefpoa.com.br - Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil (SMED/PoA) – Brasil

No ano de 2014, a Prefeitura de Porto Alegre/Secretaria Municipal de Educação (SMED) e a instituição francesa “Fondation Amis de L’Atelier” iniciaram uma aproximação virtual, a qual, assumindo proporção tão positiva, culminou pelo que ficou denominado: “Visita Técnica” à Paris. O objetivo era para que uma representante de Porto Alegre levasse até a instituição francesa algumas das estratégias inclusivas no que se refere à educação especial. Durante a “Visita Técnica”, um centro de atendimento identificado como “Les Ateliers de Chennevières” assume destaque neste momento. Este centro/Atelier tem como público alvo da educação especial, a partir de vinte anos de idade (incluindo surdos, pessoas alfabetizadas ou não) e com autonomia no deslocamento. Pode dispor de até cem vagas, dividido pelo que podemos chamar de oficinas, desenvolvendo as seguintes atividades: jardinagem, lavanderia, corte e costura (inclusive em couro), confecção de embalagens, porta documentos, necessários, tear e marcenaria. Enquanto isto, na rede de ensino municipal em Porto Alegre, existe uma ação da educação especial denominada Programa do Trabalho Educativo (PTE), que atende jovens a partir de quinze anos de idade, trabalhando habilidades, orientações e sustentando competências necessárias ao mundo do trabalho. Os alunos integrantes do PTE podem ser colocados em funções administrativas, comerciais, atendimento ao público ou outras. Considerar a abrangência social e o desenvolvimento dos indivíduos é tarefa desta apresentação, levando à comunidade afeita ao tema perspectivas de aprendizagens possíveis em vários espaços. Palavras-chave: visita técnica, trabalho, aprendizagens

Atendimento Educacional Especializado para surdos: Material didático no ensino de Língua Portuguesa

BONATTI, Sandy Mary Azevedo - sandy.bonatti@hotmail.com - FLORES, Vinicius - Universidade do Estado do Rio Grande do Sul/UERGS - Brasil

O presente estudo aborda a forma como o livro didático é produzido para o ensino de surdos no ensino fundamental, a partir de um trabalho de conclusão de curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi de cunho analítico documental, sendo o objetivo geral proporcionar uma reflexão acerca da qualidade de livros didáticos criados para o ensino de surdos para atender as séries iniciais do ensino fundamental. Partindo do princípio de que os livros didáticos no Brasil atualmente são escolhidos pelos professores e sua aquisição e distribuição são feitas por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), sentiu-se a necessidade de averiguar como são os livros didáticos direcionados para o ensino de surdos no espaço inclusivo, em especial no Atendimento Educacional Especializado. Para tal, foram analisados dois livros de ensino de Língua Portuguesa para 4º e 5º ano que foram distribuídos nacionalmente, pertencentes a coleção Portas Abertas. Ao final das análises percebeu-se que os livros didáticos para o ensino de surdos exibem características específicas, que necessitam de um olhar diferenciado que considere a Libras como a primeira língua de instrução do aluno surdo. Dessa forma, o fato de o livro didático estar traduzido do Português Brasileiro para Libras não contempla as especificidades linguísticas dos alunos surdos. Palavras-chave: Educação de Surdos. Livro didático. PNLD. Libras.

Busca ativa de pessoas com síndrome de Down no município de Balneário Camboriú

FEIL, Daiana Caroline Prestes - daiapfeil@hotmail.com; CARDOZO, Jessica Pereira - jessicapcardozo@hotmail.com - Associação Amor pra Down - Brasil

A Associação Amor pra Down iniciou no ano de 2016 o programa Busca Ativa, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, cujo objetivo é fortalecer a proteção e promoção social de pessoas com síndrome de Down residentes em Balneário Camboriú. Com duração de 14 meses, a metodologia consiste no estabelecimento de parcerias com serviços governamentais, não governamentais e comunidade para que estes informem à entidade das pessoas com síndrome de Down do município. Com essas informações, a equipe faz visita domiciliar para identificar as famílias e realizar encaminhamentos necessários aos serviços da rede socioassistencial. Até dezembro foram realizadas 35 visitas domiciliares, destas, 18 foram efetivadas, nas demais as famílias desmarcaram ou o endereço estava desatualizado. Em 05 destas visitas, a pessoa visitada não apresentava síndrome de Down, o que sugere o desconhecimento do órgão encaminhador quanto a diversidade de deficiências. A idade das 13 pessoas com síndrome de Down identificadas, variam entre 06 meses e 57 anos. Os dados expressam que 04 estão em idade escolar, apenas 02 estavam inseridas no ensino regular, 01 frequenta escola especial e à outra realizou-se encaminhamento. Destaca-se que 08 pessoas frequentam somente escola especial, 01 não realiza nenhum tipo de ocupação e ninguém trabalha. Os resultados parciais sugerem a fragilidade do acesso aos direitos sociais como ensino regular, mercado de trabalho, cultura e esportes e que as famílias ainda não coletivizaram a demanda pela garantia de direitos. Um elemento que pode justificar esta falta de mobilização, é a representação social negativa em relação à pessoa com deficiência ainda existente. Considera-se que ter os direitos sociais garantidos, possibilitam a concretização do pertencimento e da participação efetiva de pessoas com síndrome de Down na sociedade. Os dados apresentados são mais um indicativo da necessidade de serviços que garantam os direitos e a dignidade destas pessoas. Palavras-chave: Busca Ativa; Proteção social; Defesa de direitos; Síndrome de Down

Características clínicas e epidemiológicas de crianças com deficiência atendidas em uma fundação de referência

ROCHA, André de Souza - *andredsr@gmail.com*; SCHMIDT, Kelly Cristine; PIUCCO, Elaine Carmelita - Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE - Brasil

Introdução: Torna-se necessário entender o perfil das crianças com deficiência para o desenvolvimento de programas de saúde em todos os níveis e proporcionar dados que orientem as estratégias de intervenção. O objetivo do estudo foi analisar as características clínicas e epidemiológicas de crianças com deficiência atendidas em uma Fundação de Educação Especial. Método: Estudo descritivo-exploratório de caráter retrospectivo, realizado entre julho e dezembro/2015, analisando prontuários de crianças com deficiência atendidas em uma fundação de referência. Pesquisa aprovada pelo CEPESH/UEDESC número 1.016.357 - 30/03/2015. Entre 158 prontuários disponíveis, 111 cumpriram os critérios de inclusão. Foram coletados dados sociodemográficos, clínicos e epidemiológicos. A análise empregou a estatística descritiva com distribuição de frequências e médias com respectivos desvios padrão e amplitude. Resultados: A deficiência infantil de maior prevalência foi a Paralisia cerebral com 44 casos (40%), seguida de Transtorno do Espectro Autista com 24 casos (22%), Síndrome de Down também com 24 casos (22%), atraso no desenvolvimento com 12 casos (11%), outras Síndromes genéticas com 4 casos (4%) e Mielomeningocele com 3 casos (3%). A média de idade foi de $9,4 \pm 3,2$ (3,9-17,4) anos, houve predomínio do sexo masculino, com 83 meninos (75%) e a maioria das crianças de raça branca (48%). O tempo médio de gestação foi de $36,4 \pm 4,3$ (20-42) semanas, predominando parto cesáreo (63%). A média de idade de início dos tratamentos foi de $2,2 \pm 2,1$ (0,1-11,1) anos e o tempo médio em tratamento foi de $7,2 \pm 3,3$ (2,2-16,4) anos. Todas as crianças foram avaliadas ao menos uma vez por médico pediatra e todas frequentavam o ensino regular. Conclusão: Os achados apontam para o predomínio da paralisia cerebral como a principal causa de deficiência infantil, baixo tempo gestacional e elevada frequência de partos cesarianos. Estes resultados podem contribuir para melhores estratégias de prevenção e encaminhamento a serviços de apoio. Palavras-chaves: Desenvolvimento Infantil; Pessoas com Deficiência; Epidemiologia.

Concepção, desenvolvimento e implementação de políticas públicas: uma justiça social entre equidade e igualdade?

BRIZOLLA, Francéli - *franbrizolla@gmail.com*; MARTINS, Claudete da Silva Lima - *claudeteslm@gmail.com* - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Brasil

Diferentes dispositivos legais vêm especificando sobre o acesso à educação de todos/as, em todos os níveis de ensino no Brasil, a saber, Constituição Federal/1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (MEC, 2008); e, por fim, Decreto 7.611/2011, o qual implementa a política pública do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com o propósito de discutir e refletir sobre o impacto da implementação das políticas voltadas aos alunos com deficiência, o Curso de Extensão *Tertúlias: práticas pedagógicas inclusivas no Pampa* constituiu-se em uma proposta extensionista voltada à formação continuada na perspectiva inclusiva e dialógica (FREIRE, 1983), para professores que atuam nos serviços especializados das escolas públicas estaduais e municipais de Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito e Hulha Negra. O Curso buscou constituir-se em espaço formativo para estudo, aprofundamento teórico, (re)construção de saberes e fazeres docentes na perspectiva inclusiva. O *Tertúlias* foi realizado na UNIPAMPA - Campus Bagé, no ano de 2016, com carga horária de 64h, as quais foram acompanhadas pela coordenação do curso e membros do INCLUSIVE (Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Diversidade na Educação Básica e no Ensino Superior). Com a formação pode-se concluir, a respeito da política do AEE nas escolas públicas da região mencionada que, embora as políticas locais acolham e manifestem compreensão quanto à concepção e desenvolvimento desse atendimento como recurso de apoio complementar e/ou suplementar à escolarização desse segmento de alunos, ainda existem grandes desafios quanto à efetividade da implementação das práticas junto aos estudantes, principalmente, devido a três principais fatores: a) desarticulação entre a gestão das escolas e o trabalho educacional especializado; b) dificuldades quanto à implementação e utilização de recursos; e c) limitada formação continuada na perspectiva dialógica. Palavras-chave: alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; políticas públicas de inclusão escolar.

Concepções acerca da comunicação suplementar e/ou alternativa (CSA) por professores que atuam junto a alunos com restrições de oralidade

KRÜGER I. Simone - *simonekrueger@hotmail.com*; BERBERIAN P. Ana - *ana.silva17@utp.br* - Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil

INTRODUÇÃO: a CSA é uma atividade semiótica, composta por signos verbais e não-verbais, que pode contribuir na promoção das interações entre professores e seus alunos com oralidade restrita e, portanto, para uma participação mais efetiva desses alunos na apropriação tanto da linguagem, quanto do conhecimento acadêmico. OBJETIVO: analisar como a CSA é concebida por professores que atuam junto a alunos com restrições de oralidade e visões acerca dos modos de interação estabelecidos entre os mesmos. MÉTODO: pesquisa do tipo qualitativa exploratória apoiada no método da análise do discurso. Participaram 25 professores e 2 estagiárias que atuavam junto a alunos com limitações de fala. Utilizou-se a entrevista semiestruturada, realizada oral e individualmente, gravadas e transcritas. RESULTADOS: a maioria dos professores concebe e atribui finalidade a CSA como: - instrumento de comunicação quando utilizam a CSA como ferramenta que auxilia o aluno com restrições de fala a

expressar seus pensamentos e conhecimentos;- meio de expressão e comunicação para permitir que tais alunos possam informar suas necessidades básicas;- meio facilitador ao desenvolvimento da oralização e ao processo de ensino-aprendizagem e avaliação do mesmo;- formas de comunicação fora do padrão da normalidade;- língua; sinais pictográficos. Quanto à visão dos modos de interação estabelecidos entre os professores e alunos com restrições de fala, constatou-se;- a posição atribuída aos referidos alunos de não interlocutor;- que professores alegaram ter dificuldade de interação com seus alunos por não terem feito um curso específico em CSA;- há limitações no estabelecimento das interações entre os mesmos quando professores dão relevância aos aspectos orgânicos e características decorrentes da deficiência. Constatou-se que mesmo em minoria, há professores que concebem a CSA como recurso favorecedor ao estabelecimento das interações dialógicas e reconhecem o aluno com restrições de fala como seu interlocutor, dando relevância ao processo discursivo e as relações interacionais, incorporando, além das manifestações corporais, os símbolos pictográficos, como forma de materialização dos enunciados. **CONCLUSÃO:** Para que a CSA possa promover as interações dialógicas entre professor e aluno com limitações de fala, enfatiza-se a necessidade do implemento de uma proposta de formação continuada destinada a tais professores, comprometida teórica-praticamente, em abordar a CSA à luz de uma concepção de linguagem como dialógica e constitutiva do sujeito. Palavras chaves: Comunicação Suplementar e/ou Alternativa; linguagem; educação inclusiva

Currículo e Educação Inclusiva: possibilidades nessa trama

SILVA, Raquel Souza - fgaraquelsouza@gmail.com; Alcântara, Juliana Nascimento de; GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento - Universidade Federal de Sergipe - Brasil

O currículo configura instrumento poderoso, capaz de reforçar ou desqualificar o processo inclusivo, tem cunho político-ideológico, dimensiona a constituição de um determinado tipo de sujeito e da pluralidade de posicionamentos nas divisões sociais. Para conceber um currículo inclusivo é necessário primar a diferença. Assim, este trabalho objetiva analisar o currículo de uma instituição regular de ensino do nordeste brasileiro de modo a encontrar possibilidades de articulação deste com processo de escolarização do sujeito com deficiência buscando identificar os mecanismos que legitimam ou impedem esse processo. Como aporte teórico-metodológico utiliza a pesquisa-ação colaborativo-crítica e como instrumento de coleta de dados a observação participante registradas em diários de campo. Como resultados aponta-se a necessidade de instaurar currículos mais abertos de modo a se obter frestas de possibilidades que contemplem as singularidades dos alunos com deficiência; necessidade de se instaurar espaços-tempos de formação continuada; deslegitimar as lógicas engessadas do pensamento tradicional; arraigar mecanismos de práticas emancipatórias verdadeiramente inclusivas. Dessa forma, com um currículo padronizado, seriado, baseado em pré-requisitos e linearmente organizado, não há espaço para um ser ativo, reflexivo e emocional; não são consideradas as experiências vivenciais e, principalmente, a subjetividade. Minando a subjetividade do espaço escolar, a escola se distancia radicalmente dos pressupostos inclusivos e tende a se retroalimentar na/dá lógica homogeneizante e excludente. É necessário pensar/instaurar um currículo vívido que coadune com as práticas inclusivas e instaure oportunidades de acesso. Palavras chaves: Currículo. Educação Especial. Inclusão.

Desafios da escolarização da pessoa surda no ensino médio

GUEBERT, Mirian Célia Castellain - mirian.castellain@puccpr.br - Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Brasil

A inclusão escolar de alunos com deficiência está garantida por lei. Porém a lei por si só não garante a aprendizagem, eis a problemática desse estudo: quais são as práticas dos professores do ensino médio para ensinar um aluno surdo em sua sala de aula? O objetivo da pesquisa foi analisar as práticas dos professores no processo inclusivo de um aluno surdo regularmente matriculado no primeiro ano do ensino médio de uma escola pública. A inovação desse trabalho está em descrever elementos das práticas pedagógicas dos professores quando atuam com alunos surdos, com o intuito de compreender o ensino nas salas regulares com alunos diversos. A metodologia se caracteriza por pesquisa qualitativa de cunho exploratório, denominado estudo de caso. Foram realizadas observações durante um semestre de uma turma do primeiro ano no ensino médio que tem um aluno surdo. Foram realizados dois questionários, um para todos os professores que atuam com a turma e um para a pedagoga responsável pela escola. Os dados foram organizados em categorias definidas posteriori a coletos e discutidos a luz do aporte teórico a partir das ideias de Mazzotta (1996), Quadros (1997), Laplane (2004), Lacerda (2006), Bueno, (2013), entre outros. Dos resultados observamos que os professores não planejam, nenhuma prática específica para a turma que tem em sua composição o aluno surdo, já que este tem uma interprete. Em relação as observações se evidenciou que os professores não se dirigem em nenhum momento ao aluno surdo, deixando a responsabilidade de ensinar e não apenas de comunicar o que o professor diz para a própria interprete. Considera-se a partir dos dados que o processo de inclusão escolar precisa avançar em diferentes aspectos, como na formação continuada dos professores e a necessidade e construir uma identidade profissional da interprete que atua diretamente nas salas de aulas. Palavras chaves: Escolarização; Surdez; Práticas Docentes; Inclusão

Desempenho nas Atividades de Vida Diária (AVD) de crianças e adolescentes com deficiência, atendidos na Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE/SC

DIAS, Marcelo - fisiopedi@gmail.com; CONCEIÇÃO, Juliana Copeti Mattos da - julianacopetti@gmail.com; REGI, Geovana - gregis@fcee.sc.gov.br - Fundação Catarinense de Educação Especial - Brasil

A independência para as AVDs (locomção, alimentação, uso do vaso sanitário, transferências funcionais, continência esfinteriana, banho e vestuário) é essencial para garantir a participação do indivíduo nos mais diferentes espaços e situações do cotidiano. Desta forma, a preparação para as AVDs, com a maior independência possível, está entre os principais objetivos terapêuticos das crianças com deficiência atendidas nas instituições e centros de reabilitação. Este estudo objetiva analisar o desempenho de 102 crianças e adolescentes atendidos no Centro de Reabilitação Ana Maria Phillipi - FCEE, durante o primeiro semestre do ano de 2013, através das respostas dos cuidadores a uma escala de independência em atividades de vida diária (Katz). A análise dos dados foi realizada por tipo de deficiência, sendo 45 indivíduos com Paralisia Cerebral, 17 com Síndrome de Down, 20 com Autismo e 20 com outras deficiências. Considerando todos os indivíduos que fizeram parte da amostra, 47,7% eram dependentes para no mínimo 4 AVDs, sendo o uso do vaso sanitário a atividade de maior dependência, seguido das atividades de banho e vestir-se. Analisando a dependência entre os grupos, os indivíduos com Síndrome de Down apresentaram o melhor desempenho nas AVDs, sendo que 50% deles são independentes para 4 ou mais AVDs, enquanto os indivíduos com Paralisia Cerebral apresentaram maior dependência, sendo que 66,6% deles eram dependentes para 4 AVDs ou mais e 40% eram dependentes para todas as AVDs. O conjunto dos dados aponta a necessidade na instituição de levantamento de estratégias, elaboração de Tecnologia Assistiva e treinamento dos cuidadores para incentivarem as crianças e adolescentes no desempenho das AVDs nos diferentes contextos de vida. **Palavras-Clave:** Atividades de Vida Diária, reabilitação, dependência funcional.

Direito ao trabalho e condições de igualdade: o olhar dos servidores de uma universidade federal

POTTMEIER, Sandra - pottmeyer@gmail.com; DONIDA, Lais Donida - lais.donida@gmail.com; SANTANA, Ana Paula - anaposantana@hotmail.com – Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Na última década, movimentos sociais de grupos minoritários têm buscado juntamente com as leis de inclusão (BRASIL, 1988; 1996; 2000; 2015), assegurar seus direitos: à vida, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho. Quanto ao trabalho, a Lei 8.112 (BRASIL, 1990), prevê uma cota mínima de 5% e máxima de 20% para o ingresso de pessoas com deficiência em concursos públicos. Contudo, se questiona: esses servidores se sentem/sentiram desamparados para atuar na sua função? Existe alguma diferença no regime de trabalho em relação as pessoas sem deficiência? Assim, este estudo objetiva analisar, a partir do olhar do servidor de uma universidade federal, o acesso à igualdade de oportunidades de funcionários com deficiências no trabalho. A metodologia é a qualitativa cunhada por entrevista com 3 servidores que atuam nesta universidade. Os resultados da entrevista apontam que no que se refere ao emprego com dignidade dos servidores, não se efetiva na prática diária, tais como apontam: Maria [2016], surda, “*temos algumas dificuldades, por exemplo, na secretaria [do curso X] as assistentes administrativas não sabem língua de sinais [...]*”. Marcos [2016], monoplégico, ressalta: “*Eu acho que na verdade é até anterior assim né, o problema, como eu vejo. O processo de inclusão do servidor como um todo já é precário. [...] A gente inicia o trabalho sem nenhum treinamento*”. Por outro lado, Pedro [2016], baixa-visão, enuncia: “*[...] hoje eu já consegui tudo que eu precisava para adaptar assim, tanto lupas, lupas eletrônicas, os teclados, o computador[...]*”. Conclui-se que, para esses funcionários permanecerem no emprego, necessitam estar inseridos e amparados para atuarem em suas áreas de acordo com suas deficiências/limitações. Portanto, ainda há falhas nos sistemas e órgãos públicos quanto à efetivação na prática das leis da inclusão em vigor, no que compete ao trabalho digno e de igualdade de servidores com deficiência. Palavras-chaves: Igualdade. Dignidade. Trabalho. Servidores. Universidade.

E se eu fosse você?

SANTOS, Sandra Eliane Runke - sandraer78@hotmail.com; DA SILVA, Suelen Mateus Albini - suellen_albini87@hotmail.com - Núcleo de Educação Infantil Odácia Teresa Damázio – Brasil

Introdução: Este projeto foi desenvolvido na cidade de Balneário Camboriú – SC, Núcleo de Educação Infantil Odácia Tereza Damázio, com crianças de 4 anos. O mesmo tem por título “E se eu fosse você?”. Questionamento levantado em sala de aula, partindo da necessidade de mediação das professoras, a fim de intervir possíveis discriminações e acepções que começamos a perceber entre os alunos. Então resolvemos tratar destes assuntos fazendo as crianças se colocarem no lugar do outro, idealizando a alteridade como manual de vida na construção do cidadão que se encontra em formação, evitando assim que adquiram preconceitos e atitudes intolerantes com seu próximo. Objetivos: Reconhecer a diversidade que há em vários aspectos relacionados ao ser humano, valorizando as diferenças e compreendendo que são as mesmas que nos tornam únicos; Aproximar os familiares e comunidade com a Instituição Escolar possibilitando um olhar reflexivo sobre a diversidade; Compreender que todo ser humano já nasce incluído na sociedade, possuidor de direitos e deveres, suas particularidades só precisam ser respeitadas, isso inclui o rompimento das barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais; Metodologia: Contação de histórias; teatros; Aulas passeio, conhecendo Projeto cão-guia, tratamento com equoterapia, comunidade Quilombola; Atividades com Libras e Braille; Palestras para pais; Aulas práticas (contato com deficiente visual, auditivo e intérprete); Manuseio de cadeira de rodas, muletas, bengalas; Dia da princesa realizado com a mãe de um aluno, almejando o resgate da autoestima. Resultados alcançados: Estreitamento e respeito nos relacionamentos: alunos-alunos, alunos-professoras, pais-professoras; Reconhecimento e apreço pelas diferenças contidas entre as pessoas. Considerações Finais: Este é apenas o início de um projeto que terá continuidade, afinal, o respeito as diferenças é algo primordial para estabelecermos bons relacionamentos,

se conseguirmos plantar essa “sementinha” nas crianças enquanto pequenas, certamente em um futuro muito próximo teremos menos desrespeito e intolerância entre os seres humanos. Palavras-chave: Educação Inclusiva. Alteridade. Diversidade. Barreiras.

Educação e Orientação Sexual - Teoria e Atividades Práticas Relacionadas à Pessoa Com Deficiência

SEVERO, Charlie Trelles - ctsevero@gmail.com - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS - Brasil

Introdução: Descritos como direito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e também integrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos sobre orientação e educação sexual ainda geram dúvidas e necessitam destaque para serem compreendidos e considerados. A partir de afirmações de Freud(1905), nas quais “(...)Em exata analogia com a ‘fome’, empregamos ‘libido’ como o nome da força (neste caso, a força do instinto sexual, assim como no caso da fome, a força do instinto da nutrição) pela qual o instinto se manifesta.” e “A sexualidade é a única função do organismo vivo que se estende além do indivíduo e se refere à relação deste com sua espécie.”, elaborou-se um programa de apresentação e capacitação a respeito do tema *Sexualidade* e, particularmente, direcionado às pessoas com deficiência e/ou interessadas no conhecimento e debate sobre o mesmo. Objetivo: registrar, descrever e apresentar os conceitos e as atividades práticas relacionadas ao tema Sexualidade e a Pessoa Com Deficiência desenvolvidos através do programa de capacitação de uma fundação pública direcionada à pessoa com deficiência. Metodologia - Este conteúdo é apresentado em Aulas, Oficinas ou Palestras. Desenvolvimento - Este tema foi sugerido aos profissionais que coordenavam um grupo de pais de crianças atendidas em uma fundação de atenção às pessoas com deficiência. Desde então, as *Aulas* integram o conteúdo programático de Curso 'Atendimento Multiprofissional à Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades' com duração total de 40 horas. Com base em fundamentação específica (artigos, livros, reportagens, estudos), são apresentados o conceito de sexualidade/libido, de prazer, a legislação que garante os direitos à PCD de uma vida plena, as diferenças e semelhanças entre Educação Sexual (aprendizagem informal) e Orientação Sexual (aprendizagem formal), as diferenças entre Sexo e Identidade de Gênero, fundamentos da teoria do desenvolvimento psicosssexual (Freud). Apresenta-se a noção do corpo como 'sede' dos impulsos, logo do psiquismo, ou seja, a relação dos aspectos sensoriais com os aspectos cognitivos e emocionais constitucionais do ser humano. Introduce-se os conceitos de masturbação, representação psíquica, seguidos do conceito de sublimação e informações quanto às possíveis patologias relacionadas à sexualidade e a PCD. As *Oficinas*, com duração média de 4 ou 8 horas, desenvolvidas a partir de atividades práticas, como discussão de casos clínicos, dinâmicas de grupo, jogos, apresentação, discussão de vídeos, simulação de situações críticas e sínteses sobre o tema. As *Palestras*, solicitadas pela comunidade pública ou profissional relacionada à PCD, com duração de 1 a 2 horas, compreendem conceitos básicos sobre sexualidade, estimulando os participantes a ampliarem o conhecimento sobre este tema. Autores como Freud (1914;1916), Jerusalinsky(1989), Vitiello(1995), Maia(2001), Fávero(2007), Glat & Freitas(2002), Vasconcellos(2003), Albuquerque(2011), Dantas (2014), entre outros, fundamentam teoricamente a base do referido conteúdo. Todas estas atividades podem ser solicitadas por serviços públicos ou privados. Com estes procedimentos, intenciona-se instrumentalizar os participantes a melhor conviverem entre Pessoas Com Deficiência. Conclusões/Resultados - Desde 2005, tem sido possível desenvolver este conteúdo para aproximadamente 5000 pessoas diretamente. A participação se mostra inicialmente tímida. Entretanto, curiosidade, interesse, dúvidas, vivências, levam os integrantes a se envolverem com a temática, estabelecendo debates que são predominantemente avaliados como positivos para suas vidas. Tem sido possível perceber aproveitamento do trabalho desenvolvido a partir de mobilização emocional dos participantes, muitas vezes expressando vivências próprias, indicações e solicitações de novos encontros, favorecendo a continuidade do programa de capacitação da instituição a respeito da temática sexualidade e a PCD. Palavras-chave: sexualidade; pessoa com deficiência; educação sexual; orientação sexual;

Em defesa dos direitos: Núcleo de Pessoas com Deficiência do Butantã (São Paulo)

AOKI, Marta - aoki@usp.br; FRACHETTA, Gilberto; OLIVER, Fátima Corrêa; CALDEIRA, Vanessa Andrade - Brasil

Com a democratização do país nos anos 1970, diversos movimentos sociais, dentre eles o de pessoas com deficiência (PcD), se organizaram para reivindicar direitos e participação social. Pautam-se no modelo social da deficiência, no qual a incapacidade está relacionada as condições do meio ambiente, que podem favorecer ou dificultar o desempenho das PcD. Na década de 1980, houve a crescente participação política das PcD em nível nacional, estadual e municipal, através da organização de conselhos participativos, com representação de diferentes áreas da deficiência, num diálogo entre a sociedade civil e o poder público. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo foi criado em 1989, tendo como objetivos, elaborar e encaminhar projetos de políticas públicas de interesse das PcD. Conta com a atuação de Grupos de Trabalho temáticos e fomento a organização de Fóruns e Núcleos Regionais, para discussão de necessidades específicas de cada território. No Butantã, região Oeste da cidade, o Fórum Regional tem acontecido desde 2008, com a participação de PcD, familiares, profissionais de serviços e da universidade, lideranças comunitárias e gestores públicos, para discussão e encaminhamento das principais necessidades identificadas pelas PcD como mobilidade urbana, saúde, educação, moradia, concessão de cadeiras de rodas, inclusão no trabalho, cultura e lazer, apoio aos cuidadores. A mobilidade urbana é um tema central, que garante o acesso a serviços do território. Contudo, nas regiões periféricas da cidade, há problemas estruturais no transporte público e presença de barreiras arquitetônicas e atitudinais que dificultam o acesso a serviços essenciais dentre eles os serviços de saúde e reabilitação.

Necessidades têm sido identificadas coletivamente e propostas tem sido encaminhadas ao poder público, ainda com respostas frágeis diante do desafio da garantia dos direitos das PCD. Pretende-se assim, promover a participação social das Pcd da região, dando visibilidade e voz a essas pessoas. Palavras-chaves: pessoas com deficiência, direitos, participação social, inclusão social.

Fundamentos teórico-filosóficos da pesquisa em educação especial no Brasil

SILVA, Régis Henrique dos - regishsilva@gmail.com - Universidade Estadual de Campinas/Unicamp – Brasil

No Brasil, ainda são escassos os estudos que têm por objeto a própria pesquisa em Educação Especial, sob uma perspectiva histórico-filosófica, no momento em que ocorre um aumento significativo dessa produção em termos quantitativos, mas sua qualidade torna-se questionável. Diante disso, objetivamos analisar, a partir das tendências teórico-filosóficas de deficiência e/ou diferença, as implicações epistemológicas e ontológicas das teses em Educação Especial desenvolvidas nos cursos de doutorado em Educação e Educação Física do estado de São Paulo, no período de 1985 a 2009, levando em consideração suas inter-relações com os determinantes sócio-político-econômicos. Diante disso, a estrutura lógico-gnosiológica, deste estudo, compreendeu na análise do texto, reflexão e crítica, a respeito dos elementos que compõem a produção científica, abrangendo não somente aspectos lógicos, históricos, conforme indicados na “Matriz Epistemológica”, mas buscando entender, entre outros pontos, como o conhecimento na área de Educação Especial constituiu-se. Para tanto, nos consubstanciamos em categorias da dialética materialista, principalmente, a da totalidade, do lógico e o histórico, do abstrato e o concreto e da contradição. Assim, os resultados obtidos neste estudo e as informações sistematizadas ao longo de seu desenvolvimento, demonstraram que, se é necessário olhar com preocupação e cautela para as teses analisadas, é, todavia, possível vê-las com otimismo. A cautela e preocupação estão relacionadas ao predomínio de estudos pautados no realismo empírico, que visam à adequação empírica e a utilidade instrumental da teoria. Já, o otimismo, pode advir da análise, que está emergindo, desde a segunda metade dos anos 1980, estudos consubstanciados no realismo científico e crítico, e empenhados no desenvolvimento de suas análises, na apreensão da educação como parte da organização social (Educação como mediação), contribuindo para compreensão da problemática educacional das pessoas com deficiência, e principalmente com a análise objetiva e crítica das políticas de equidade social. Além do que, a produção de teses em Educação Especial, já se consolidou e vem se expandindo, na pós-graduação em Educação e Educação Física, respectivamente. Assim como, à identificação de aspectos técnico-metodológicos e teóricos, indicaram que a pesquisa em Educação Especial vem se aproximando dos problemas da educação escolar brasileira e dos movimentos sociais de luta pela escola pública. Palavras-chave: Educação especial; Epistemologia, Ontologia, Produção do conhecimento, Pós-graduação.

Gestação, maternidade e deficiência: processos de significação na perspectiva histórico-cultural

LOPES, Paula; GESSER, Marivete - paulahelenalopes.phl@gmail.com - Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

O presente trabalho é um recorte do projeto de pesquisa que visa compreender os processos de significação acerca da gestação e da maternidade, a partir da vivência das mulheres com deficiência. Nesse viés um apanhado de literatura sobre sexualidade, direitos humanos e uma reconstrução histórica da dupla vulnerabilidade da mulher com deficiência, identificada como resultante dessa intersecção revela um apanhado de questões importante para se refletir sobre as pesquisas e práticas profissionais que envolvam a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, especificamente mulheres e no geral no que tange aos direitos humanos. Como resultantes questões sobre dificuldades de acesso à saúde, a informação e assistência estatal são pontos relevantes nas dificuldades enfrentadas nessa vivência, tal qual questões sobre interdependência e cuidado, e sua ética envolvida. O método de pesquisa cunhou-se de leituras de produções atuais que abordem essa questão, apontando uma revisão breve de literatura, com descritores: “deficiência e maternidade”. Importante ressaltar que a revisão não se propõe a ser sistemática, evidenciando os textos e contribuições relevantes para o projeto de pesquisa a ser desenvolvido com as mulheres, construindo a partir do discurso das mesmas as questões sobre essa vivência e os atravessamentos que se propõe significativos. Palavras-chaves: deficiência, gestação, maternidade.

História e políticas da educação para o cego no interior fluminense: relação entre estado e filantropia-(Décadas 1960-1980)

CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda - fernandaluisa@gmail.com; MARTÍNEZ, Silvia Alicia - silvia-martinez@hotmail.com - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF/FAPERJ - Brasil

Apresenta-se a pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Políticas Sociais (UENF) e do grupo de pesquisa CNPq “Educação, Sociedade e Região”, que contribui para a compreensão da história e das políticas da educação para o cego no interior fluminense, a partir de uma análise que parte do Educandário para Cegos São José Operário, localizado em Campos/RJ. Destaca-se como período inicial a década de 1960, por ser o período de fundação da instituição, em um contexto marcado pela assistência técnico-financeira do Estado às secretarias de educação e às instituições especializadas. O período final é a década de 1980, marcado pela expansão da perspectiva da integração social, além das mudanças na gestão e no perfil da instituição; e pelo fechamento do ciclo do Jubileu de Prata. A produção acadêmica acerca da temática é limitada, visto que a ênfase no estado é dada na cidade do Rio de Janeiro, por abrigar o Instituto Benjamin Constant. O Educandário foi fundado por mulheres da elite campista, sendo a idealizadora pertencente a uma família proprietária, à época, de duas usinas de açúcar no município. São

objetivos principais: compreender e analisar a cultura escolar do Educandário e sua relação com a rede de sociabilidade que o cerca (Estado, elite, Igreja/Ordem francesa); e o impacto das políticas educacionais que perpassaram essa instituição. Como referenciais teórico-metodológicos, destacam-se as influências de Revel, Julia, Mogarro, Magalhães, Buffa, Ferreira e Amado, Mazzotta, Édler, Jannuzzi e Bueno. Adota-se a triangulação de fontes entre entrevista oral, pesquisa documental do acervo da própria instituição e periódicos de grande circulação, além da legislação e do recurso iconográfico. Dentre os resultados parciais identificados, ressalta-se que o Educandário mantinha uma estreita relação com o Estado por meio de subvenções e do convênio de cessão de professores da rede regular de ensino. Palavras-chave: Políticas Sociais, Educação de Cegos, História da Educação, Relação público-privado

Igualdade de acesso à escola motiva a igualdade na escolarização?

SANTOS, Fábio Junio da Silva - fabiojunio@usp.br; SILVA, Shirley - shirley.feusp@usp.br – Universidade de São Paulo/USP – Brasil

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) aponta que as matrículas em classes regulares de escolas comuns aumentaram em relação às de instituições de educação especial. O acesso das pessoas com deficiência à escola é importante porque no âmbito dessa é que se consubstancia a escolarização como processo público e intencional de formação do sujeito a ser conduzida pelo poder público, cabendo ao Estado dar condições de sua efetivação. Esse documento estabelece medidas para permitir a escolarização de qualidade desse público, dentre elas tem destaque a oferta de atendimento educacional especializado (AEE), uma vez que se considera esse serviço como responsável pelo estabelecimento de recursos a serem implementados nas salas de aula. Mas em que medida a igualdade de acesso à escolarização significa o estabelecimento das mesmas oportunidades que a dos alunos sem deficiência? Objetiva-se nesse artigo discutir como a política pública educacional na educação especial proporciona condições para a igualdade de oportunidades na escolarização das pessoas com deficiência a partir da descrição de quais políticas são proporcionadas às redes de ensino. Pesquisou-se no Portal do Ministério da Educação e no Portal do INEP documentos, dados estatísticos e demais registros que mostrassem quais as políticas públicas utilizadas para garantir a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. Os resultados sugerem que o AEE é o serviço focalizado como a política pública para as redes de ensino e que esse está mais presente nas capitais da região sul e sudeste. Por fim, se o AEE é definido nas políticas públicas como a ação necessária para a garantia de igualdade da escolarização, a oferta irregular dele nas regiões brasileiras menos favorecidas e com conhecidas desigualdades econômicas e sociais, pode significar, contraditoriamente, desigualdade e fragilidade na escolarização das pessoas com deficiência derivada da ação do próprio poder público. Eixo: Escolarização e formação: entre igualdade de oportunidades e igualdade de acesso. Palavras-chave: Escolarização. Política Pública. Pessoas com Deficiência

Implantação da metodologia do emprego apoiado em uma instituição de pessoas com a síndrome de Down

CARDOZO, Jessica Pereira - jessicapcardozo@hotmail.com - Associação Amor pra Down - Brasil

A legislação brasileira avança na garantia do direito ao trabalho de pessoas com deficiência, cita-se a lei nº 8.213 (1991), conhecida como Lei de Cotas, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Entretanto, ainda existem barreiras para que estas pessoas possam inserir-se no mercado de trabalho de forma adequada. Destacam-se questões culturais, como preconceitos e atitudes, a ausência de acessibilidades, a inserção para o simples cumprimento da legislação e o desconhecimento de metodologias apropriadas. Esta apresentação tem como objetivo relatar a experiência da implantação de um serviço de Emprego Apoiado (EA) na Associação Amor pra Down em Santa Catarina/Brasil. A fundamentação utilizada foi: Betti (2011), Sassaki (2012) e ITS (2016). Criado nos anos 80 nos Estados Unidos, o EA foi instituído como metodologia de colocação profissional de pessoas marcadas pela invisibilidade ou segregação. O diferencial é adotar a estratégia de empregar e depois treinar, manter diretrizes centradas na pessoa e em suas capacidades e o acompanhamento de um consultor durante o processo de inserção. Desde a implantação deste serviço em março de 2016, foram inseridos três usuários da entidade. Todas as colocações seguiram as diretrizes do EA, que contaram com o levantamento do Perfil Vocacional dos candidatos; Análise do emprego; Reuniões com a equipe gestora e sensibilização com os colaboradores; Acompanhamento pós-colocação, com o Treinamento no local de trabalho e o Treinamento e preparação de apoios naturais. O tempo de acompanhamento pós-colocação dependeu da autonomia adquirida pelas pessoas e da capacidade das empresas em incluírem o novo colaborador. Conclui-se que o EA colabora com inserções profissionais efetivas, propondo ações que minimizam as barreiras da inclusão no mercado formal. O consultor foi fundamental, por realizar mediações entre colaborador e empresa, construindo com estes, ações de aprendizagem, autonomia e empoderamento para ambos. Palavras-chave: Inserção profissional; Trabalho; Síndrome de Down; Emprego Apoiado.

Implicações Afetivas do Cuidador na Atenção da Pessoa Adulta com Deficiência Intelectual

SÁ, Fernanda Wildner de - fernanda.wildner@hotmail.com – Centro Universitário Metodista do Sul – IPA Porto Alegre - FADERS - Brasil

A partir da experiência de Estágio Profissionalizante realizado na FADERS (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Estado do Rio Grande do Sul), Nas unidades de Atendimento CADEP - (Centro de Atendimento e Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas), EP1 e EP2 CAZON - (Centro Abrigado Zona Norte), EP3. Locais onde desenvolvi atendimentos com crianças e adultos com deficiência intelectual e seus familiares. Foi possível observar grande envolvimento dos responsáveis em prestar e desenvolver o cuidado a pessoa com deficiência intelectual. Despertando então o desejo de investigar de que modo a afetividade aparece nas relações de cuidado com a pessoa adulta com deficiência intelectual. Onde foi realizada uma pesquisa empírica de cunho qualitativo a cerca do tema. Compreender as demandas afetivas presente na relação do cuidador com a pessoa com deficiente intelectual, para fornecer dados aos profissionais da área da saúde, no momento de manejar tais questões com o intuito de ampliar as relações sociais destes além do vínculo cuidador e cuidado. É necessário poder oferecer garantias mínimas para subsidiar o cuidado a essas mães que se vêem diante das circunstâncias deste cuidado permanente e que se encontram sem suporte emocional e técnico diante do contexto da deficiência. Criar espaços para cuidadores com objetivo de promover a qualidade de vida. Aliviar a demanda de cuidados e criar políticas públicas para cuidadoras/ cuidadores apareceram como resultados da pesquisa. Palavras-chave: Deficiência intelectual. Cuidados. Família. Afetos.

Investigação de Metodologias Pedagógicas para o serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE - com Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

FINATTO, Mariele - mariele@fcee.sc.gov.br; FERREIRA, Livia - livia@fcee.sc.gov.br - Fundação Catarinense de Educação Especial - Brasil

A investigação das metodologias pedagógicas para o Serviço Educacional Especializado na área do Transtorno do Espectro Autista surge a partir da necessidade em desenvolver uma pesquisa que investigue as Metodologias Pedagógicas que qualifiquem o atendimento e favoreça a formação de professores que atuem com este público. Percebe-se que a atuação do professor de SAEDE/TEA, tanto em termos metodológicos quanto na orientação à rede regular, não conta com uma abordagem metodológica específica que embase sua atuação. Assim, este estudo tem por objetivo investigar as Metodologias Pedagógicas para o Serviço Educacional Especializado na área do Transtorno do Espectro Autista. Para a investigação destes métodos será realizada uma pesquisa qualitativa utilizando delineamento do tipo Estudo de Caso Coletivo com finalidade instrumental, onde o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno. Os critérios de inclusão dos alunos nesta pesquisa serão a idade, o diagnóstico e a matrícula na rede regular de ensino. Palavras chaves: Transtorno do Espectro Autista – TEA, Atendimento Educacional Especializado – AEE, Metodologias Pedagógicas.

Jovens com deficiência e o mercado de trabalho: curso de aprendizagem como via de acesso

HATTGE, Morgana Domênica - mdhattge@univates.br – Centro Universitário UNIVATES - Brasil

Nos últimos anos a sociedade vem se mobilizando para a inclusão das pessoas com deficiência em todas as instâncias sociais. Um histórico de lutas mobilizou a criação de políticas de inclusão, em especial nas esferas da educação e do trabalho. Porém, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego ainda há grande defasagem de oportunidades de acesso à qualificação profissional e ao mercado de trabalho formal. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acesso ao mercado de trabalho de um grupo de jovens com deficiência por meio de um Curso de Aprendizagem realizado no Centro Universitário Univates, em Lajeado - RS. Foram acompanhados 15 jovens que realizaram o Curso durante 17 meses, sendo que a formação teórica se deu na instituição de ensino e a formação prática ocorreu em 5 empresas parcerias. O Curso de Aprendizagem – Assistente administrativo para pessoas com deficiência fundamentou-se no disposto na *Lei 10.097/2000*, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e no Decreto 5.598/2005, que regulamenta a contratação de aprendizes, inclusive aprendizes com deficiência, a partir de 14 anos sem limite de idade. No caso do Curso em questão a turma foi formada especialmente para aprendizes com deficiência, garantindo-se o acesso a todos através da disponibilização de intérprete de Libras para uma aprendiz surda, softwares específicos para uma aprendiz cega e estagiárias de apoio à aprendizagem para os aprendizes com deficiência intelectual. O acompanhamento do Curso mostrou os seguintes resultados: a) o Curso teve grande impacto na autonomia dos aprendizes; b) o Curso modificou a cultura organizacional das empresas que acolheram os aprendizes em suas práticas; c) o Curso de Aprendizagem se constitui em uma importante via de acesso dos jovens com deficiência ao mercado de trabalho, pois permite um acompanhamento às necessidades dos aprendizes e das empresas. Palavras-chave: Curso de Aprendizagem – inclusão – mercado de trabalho.

mDIVA - Metodologia de Diversidade e Inclusão com Valor Agregado

CORTINOVIS, Flávia - flavia@cicloprojetos; helena@metasocial.org.br - Brasil

Introdução Objetivo(s) Apresentar metodologia mDIVA de melhoria de processos com inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho como peça fundamental de um novo desenho de processo, gerando resultados mensuráveis, possibilitando que a empresa tenha um NOVO OLHAR para toda a Diversidade Humana, contribuindo assim para um mundo melhor e evitando que cheguem ao mercado de trabalho apenas para que as empresas cumpram com a Lei de Cotas (Lei 8.213/91). Metodologia Baseada nos conceitos de Lean Manufacturing, a metodologia mDIVA utiliza o Ciclo de Melhoria CAP-Do (Checar-Analisar-Planejar-Executar) desenvolvido pela indústria automobilística japonesa na década de 70 e empregado por diversas empresas ao redor do mundo para incluir pessoas com deficiência de acordo às suas competências e preferências, realizando novas atividades definidas a partir da identificação dos gargalos e/ou perdas no processo e implantação de ideias de melhoria. A inclusão de pessoa com deficiência através da mDIVA é apenas um dos meios que a empresa utiliza para gerar valor ao seu negócio e não um fim, o preenchimento de “cota”. É uma relação de ganha-ganha e a médio e longo prazo a empresa passa a entender o quanto a Diversidade pode agregar ainda mais valor a ela. Resultados/Desenvolvimento A apresentação de um case de sucesso realizado em um plano de saúde com a inclusão de pessoas com deficiência intelectual que eliminou gargalos no processo de atendimento aos clientes pelos médicos nos consultórios. Conclusões A mDIVA tem como prerrogativa trazer um novo modelo de se realizar inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através da utilização de um conceito mundialmente conhecido e bastante praticado, chamado de Ciclo de Melhoria. Através dessa metodologia, as empresas realizam a inclusão com foco em resultado e nas pessoas, favorecendo a construção de uma sociedade mais humanizada e respeitosa da diversidade humana. Palavras chaves: diversidade, inclusão, valor agregado, melhoria de processo, pessoa com deficiência.

Moradias independentes com apoio individualizado para pessoas com deficiência intelectual

POPPE, Flávia - flavia@institutojng.org.br - Instituto JNG – Projetos de Inclusão Social - Brasil

O artigo 19 da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência afirma que “As pessoas com deficiência possam escolher seu local de residência e onde e com quem morar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e que não sejam obrigadas a viver em determinado tipo de moradia”. Entretanto não existem, no Brasil, opções de moradias independentes (sala, quarto, cozinha, banheiro privativos) com programas de apoio individualizado. O processo de desospitalização evoluiu mas estagnou-se no modelo de residências coletivas com equipe permanente de suporte (residências assistidas) e, mesmo assim, com pouca oferta. O objetivo do trabalho é apresentar o modelo de moradias urbanas independentes como alternativa e opção. As metodologias que se empregam se baseiam na comunicação alternativa, tecnologias assistivas e, principalmente, num conjunto de avaliações que geram um programa individualizado de apoio orientado para as habilidades e potencialidades funcionais de cada “morador” e que deve ser avaliado com sua participação. Esse conjunto de questionários foram adaptados pelo Instituto JNG a partir da cooperação técnica estabelecida entre esse Instituto e a Ability Housing Association, uma organização britânica com mais de 700 moradias nesse modelo e funcionando há cerca de 20 anos no Reino Unido. Resultados: classificação dos modelos de moradias com características, pontos positivos e negativos; referências a resultados de estudos internacionais sobre autonomia e vida independente. Conclusões: de acordo com o Censo de 2010, 56% da população que declarou severidade em algum tipo de deficiência tem mais de 35 anos. Destes, 58% são deficientes intelectuais/mentais, mais de 1,3 milhões. Existe, portanto, uma pressão demográfica, natural, para que hajam soluções de moradias para essas pessoas. O Instituto JNG traz a discussão desse tema para a agenda identificando e articulando os setores da sociedade capazes de desenvolver esses projetos. Palavras-chave: moradias, vida independente, autonomia, direitos

O caminho da capoeira ao território

CALDEIRA, Vanessa - vanecald@gmail.com; AOKI, Marta - aoki@usp.br; OLIVER, Fátima - Prefeitura Municipal de Saúde de São Paulo e Universidade de São Paulo/USP - Brasil

Esporte e cultura são direitos em qualquer momento da vida e podem ser a única experiência de participação social para pessoas com deficiência (PCD) que encerraram ou não puderam finalizar sua escolarização ou para aquelas com impossibilidades de integração no mundo do trabalho. Refletir sobre iniciativas comunitárias de esporte e cultura para essa população contribui para implementar políticas. Este relato apresenta experiência de constituição de um grupo de capoeira que, em 2010, congregou três jovens com deficiência intelectual, que não participavam da escola, moradores de região periférica de São Paulo. Seu objetivo era favorecer seus processos de validação social, pois a capoeira era valorizada na comunidade. A proposta, organizada por profissionais da unidade básica de saúde e estudantes e profissionais de terapia ocupacional, progressivamente reuniu mais PCD. Apresentações de capoeira e teatro foram realizadas em escolas. A circulação dos jovens pelo território ampliou-se para Centro Educacional Unificado (CEU), Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO), Centro Cultural, Vila Olímpica e parques. Em 2012, o grupo se reúne a outro do CECCO congregando 15 participantes, principalmente PCD intelectual e em sofrimento psíquico. Em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC) local, diferentes oficinas são oferecidas bimensalmente, alternadas com a circulação em outros espaços públicos. Em junho de 2016, 25 PCD e familiares participam de oficina de dança e teatro no SESC e, em julho, se integram às atividades do Ponto de Geração de Renda/Economia Solidária e Cultural da região. Essa experiência no território potencializou: Projetos intersetoriais (educação, cultura e saúde), Diálogo entre famílias e jovens sobre o direito à

circulação; Exercício do direito ao transporte (bilhete especial); Mobilidade no espaço público (trajetos de ônibus/metrô e sutilezas da convivência social); Ampliação de experiências e alternativas de participação em oficinas e em instituições culturais; Diversidade de vivências e maiores oportunidades de validação social.

O “outro” entre “nós”: discursos sobre a pessoa com deficiência

DIAS, Vivian Ferreira - aerovivian@yahoo.com.br - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Brasil

Partindo do pensamento foucaultiano, que aponta para a fabricação do sujeito, também por meio de práticas discursivas, este trabalho busca analisar os discursos sobre a pessoa com deficiência, já que, pela palavra, o indivíduo é prioritariamente significado e subjetivado e, por conseguinte, toma seu lugar no mundo (FOUCAULT, 1997). Ainda que exista hoje a “legalização” da inclusão, o poder é capilar e é nas microrrelações que a pessoa com deficiência também é produzida. A análise de comentários, atuais, de usuários de uma página de *facebook*, acerca de relatos de estudantes universitários com deficiência, em comparação aos dizeres, mais antigos, sobre pessoas com deficiência, na obra de Goffman (1963), intitulada *Estigma*, aponta para os deslocamentos percebidos no dispositivo da deficiência: de desafortunada, a pessoa com deficiência foi conduzida ao posto de heroína. Porém, insiste o viés biopolítico de normalização dos corpos- ou seja, a deficiência é um “problema” que precisa ser vencido e superado- e de individualização do déficit, isto é, algo que necessita da mobilização do sujeito e que demanda sua dedicação, fé e força de vontade. Assim sendo, ainda que hoje o movimento de inclusão tenha por princípio a participação de todos, uma vez que a deficiência é imposta por ambientes e atitudes que não acolhem as diferentes corporeidades, nos discursos que circulam é a pessoa com deficiência quem precisa se adequar. Entre o herói e o desafortunado parece ainda haver pouca humanidade reservada à pessoa com deficiência. Mas o heroísmo precisa de análise, já que parece uma tentativa de amenizar o déficit, os nós, no sentido de amarras, que são impostos. É possível concluir que entre o infra e o ultra-humano a pessoa com deficiência não está efetivamente entre nós, no sentido pronominal, e continua a ser conduzida ao espaço que não é compartilhado com os simplesmente humanos. Palavras-chaves: deficiência, discurso, normalização

Observatório do esporte paralímpico: memórias e histórias do esporte brasileiro

MAZO, Janice Zarpellon - janice.mazo@ufrgs.br ; SCHMITT, Beatriz Dittrich - beatriz_bds@hotmail.com - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS - Brasil

O objetivo do presente texto é descrever como ocorreu o processo de criação do Observatório do Esporte Paralímpico, vinculado a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Observatório foi cadastrado como um projeto de extensão em 2010 e, desde então, além de ações extensionistas realiza de forma articulada atividades de pesquisa e ensino. De tal forma, além de (re)construir e guardar as memórias do esporte, considera-se que a sua propagação é um meio de transformação da sociedade na medida em que muda a percepção sobre as pessoas com deficiência e a prática esportiva. Assim sendo, torna-se fundamental investir na construção de uma cultura paralímpica e na proteção do patrimônio paralímpico brasileiro. Nesta direção, os procedimentos metodológicos adotados na construção do acervo do Observatório são a pesquisa documental, coleta de fontes imagéticas e a produção de fontes orais, por meio da gravação e transcrição de entrevistas com atletas, treinadores e outros personagens do cenário do esporte paralímpico. A pesquisa documental alavancou a elaboração de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de cursos e de iniciação científica. Quanto aos depoimentos orais, foram entrevistados 38 atletas e sete treinadores de modalidades distintas. Espera-se, desta forma, manter viva a memória do esporte paralímpico, mas também divulgar as distintas versões sobre a construção deste campo esportivo no Brasil. O processo de criação do Observatório do Esporte Paralímpico foi permeado pelo trabalho artesanal de seus integrantes. Os esforços exaustivos investidos para sua criação permitiram que fosse disponibilizado um acervo a fim de ser uma referência para outros pesquisadores e sociedade em geral. O Observatório do Esporte Paralímpico é um espaço virtual que disponibiliza um acervo público de informações sobre o esporte paralímpico, acessível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico>. Palavras-chave: Esporte Paralímpico; Memória Esportiva; História do Esporte; Observatório. Pessoa com deficiência.

Os dizeres dos sujeitos interpelados pelo atendimento educacional especializado na região Litoral Norte/RS

DA SILVA, Daiana Bastos - daiana_bs@hotmail.com - SARDAGNA, Helena Venites - Universidade do Estado do Rio Grande do Sul/UERGS - Brasil

O presente trabalho apresenta a análise de dados acerca do processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva nas escolas públicas de educação básica da região Litoral Norte, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tem como objetivos: aprofundar e contribuir para a produção de conhecimento acerca das políticas de inclusão escolar, mais especificamente do AEE no contexto estadual do RS; mapear e conhecer os espaços que ofertam o AEE nas regiões pesquisadas e identificar demandas emergentes acerca da inclusão em escolas públicas da região em questão. Para tal a pesquisa se utilizará da abordagem qualitativa, e como instrumento de pesquisa, entrevistas semiestruturadas. Entendendo a entrevista em um contexto sem neutralidade, e procurando a conceber dentro de um processo maior, de um campo discursivo, que controla e regula a produção discursiva. Após a tabulação e categorização dos dados em planilhas e análise dos dados sistematizados, os mesmos serão descritos e analisados, organizados em eixos, por meio das

recorrências discursivas elencadas das entrevistas semiestruturadas. A abordagem analítica vai basear-se na análise de discurso, a partir da noção foucaultiana de discurso (FOUCAULT, 2002), considerando também a perspectiva da educação inclusiva, no cruzamento com o contexto da investigação. Da pesquisa emergiu alguns apontamentos, como que todos os sistemas de ensino devem ofertar o AEE para alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, segundo as diretrizes operacionais da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008; 2009; 2011). Elencou ainda o delineamento de dois movimentos nos dizeres das entrevistadas: primeiro um movimento de visibilidade da necessidade de se operacionalizar a inclusão de acordo com as políticas públicas; um segundo movimento que vai dizer a respeito da perspectiva inclusiva e dos processos inclusivos vistos de diferentes lugares dentro da educação. Palavras-chaves: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Inclusão

Oficina de capacitação para profissionais da atenção básica em relação à pessoa com deficiência em Balneário Camboriú/SC

PORTES, João Rodrigo Maciel - joaorodrigo@univali.br; FIALHO, Indiara de Mesquita - indiara@univali.br; DIAS, Alexandra Marinho - alexsandradias@univali.br; PAGNOSSIM, Debora Frizzo - dfrizzo@univali.br; SCHILLO, Raquel - raquel.schillo@univali.br; VIANA, Simone - sviana@edu.univali.br; PERÃO, Leonardo - leonardo_perao@hotmail.com; SILVA, Graciele Pessoa - gracieleps@hotmail.com; AQUINO, Ana Paula - annapaula_marcelino@hotmail.com; SEMIONI, Camila Carolain da Cruz - camilasemione18@gmail.com ; DURANTE, AdriellyMarconato - marconatoam@gmail.com; STÜPP, Ana Carolina Steiner - ana_carolinas@hotmail.com - Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI – Brasil

O projeto de extensão denominado “Grupo de apoio aos profissionais que compõem a rede de atenção a pessoa com deficiência” visa fortalecer a rede de cuidados da pessoa com deficiência auditiva, física e intelectual, buscando o desenvolvimento Regional e Municipal através da capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Desenvolvimento do Sistema de Saúde. O projeto contribui para o fortalecimento e na formação de multiplicadores nos municípios de abrangência atendidos pelo serviço de saúde auditiva (SASA) e pelo Centro Especializado em Reabilitação – CER II. O presente estudo tem por objetivo relatar a experiência das oficinas de capacitação de profissionais da atenção básica realizadas pelo projeto de extensão no ano de 2016. As atividades foram compostas por uma série de oficinas nas Unidades Básicas de Saúde no município de Balneário Camboriú/Santa Catarina, nas quais se buscou esclarecer dúvidas relativas aos serviços (Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva - SASA e Centro Especializado de Reabilitação em Deficiência Física e Intelectual – CER II da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI) e capacitar os profissionais para melhor encaminhamento, acompanhamento e retorno das pessoas com deficiência aos seus respectivos municípios. O projeto permitiu estabelecer um vínculo maior entre os diferentes níveis de atenção à saúde da pessoa com deficiência e possibilitou aos acadêmicos uma vivência prática apoiada na construção de redes de apoio à pessoa com deficiência. Acredita-se que a educação permanente é o caminho para a consolidação desta rede. Palavras-chave: Atenção Básica; Deficiência; Profissional de saúde.

Pais na medida certa: refletindo sobre as práticas parentais com os pais de crianças com deficiência auditiva

PORTES, João Rodrigo Maciel - joaorodrigo@univali.br; MEIRINHO, Isabela Gomes - isabela.gmeirinho@hotmail.com; SILVA, Francieli Maria - fran_silva_@hotmail.com; REINERT, Gabriela - gabii.reinert@hotmail.com ; MARTINS, Leticia Fernanda - le.fe.m@hotmail.com; BANASZESKI, Marilene Fátima - maribanaszeski@hotmail.com; CRUZ, Thayna Rodrigues - thayna.r.d.c@hotmail.com - Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI – Brasil

O nascimento de uma criança com deficiência auditiva ou o desenvolvimento dessa condição nos primeiros anos de vida podem gerar dúvidas nos pais sobre as práticas parentais. Por outro lado, muitas famílias nesse contexto conseguem desenvolver estratégias para a criação dos filhos sem maiores dificuldades. O objetivo desse trabalho é apresentar um relato de experiência com um grupo de pais para refletir sobre as práticas parentais utilizadas na criação dos filhos com deficiência auditiva. Neste projeto foram desenvolvidas atividades com os pais atendidos pelo Serviço de Atenção a Saúde Auditiva (SASA) e o Serviço de Atenção a Pessoa Surda (SAPS), ambos localizados na UNIVALI – Universidade do Vale do Vale do Itajaí, Campus Itajaí-SC. Diante disso, foram agendados cinco encontros no segundo semestre de 2016 com os pais das crianças atendidas pelo serviço. No entanto, apenas as mães participaram dos encontros. Os grupos foram conduzidos por seis estagiárias do curso de Psicologia da UNIVALI e supervisionadas por um professor orientador. As oficinas foram baseadas em metodologias participativas de modo que as mães interagissem entre si, bem como, com as estagiárias. As principais dificuldades relatadas pelas mães foram o estabelecimento de limites, do relacionamento com a escola e os profissionais da educação, convivência nos contextos sociais e lidar com os preconceitos sociais ainda existentes, de reconhecer a sua rede de apoio que estão dispostos a ajudar a enfrentar as situações do cotidiano. No último encontro foi realizada uma avaliação com as participantes e elas apontaram que o grupo contribuiu para refletirem sobre as suas práticas parentais e sentem a necessidade de mais encontros. Conclui-se que o fato de as mães serem as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e o pai não participar ativamente dessas atividades pode sobrecarregar a mãe e assim gerar consequências na relação familiar. Palavras-chave: Deficiência Auditiva, Família, Parentalidade.

Panorama da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mundo do Trabalho: perspectivas e avanços

Garantir condições de acesso e permanência no ambiente de trabalho com equiparação de oportunidades, e sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio fundamental que está presente na Constituição da República Federativa do Brasil desde 1988. Entretanto tal direito ainda não é uma realidade para muitos trabalhadores com deficiência. Desde 24 de julho de 1991, com a promulgação da Lei nº 8.213, as empresas com mais de 100 funcionários deverão reservar um percentual de suas vagas para contratação de pessoas com deficiência. Entretanto, a inclusão dessas pessoas não diz respeito somente ao cumprimento da lei em relação à sua contratação, mas também, em adaptações no ambiente físico da edificação e mobiliário, em seus procedimentos e instrumentos de trabalho, e em suas práticas administrativas, mas é extremamente essencial, que haja uma conscientização de todos os que compõem a organização a respeito das diferenças e da diversidade para uma real mudança de paradigmas. Nesse contexto, Sasaki (1997) propôs um modelo de acessibilidade que é formado por seis dimensões, que são: Arquitetônica; Comunicacional; Metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de trabalho); Instrumental (sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios de trabalho); Programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas); Atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). Dessa forma, para que uma empresa seja totalmente acessível é necessário que ela atenda plenamente as seis dimensões da acessibilidade. Pensando nisso, o presente artigo tem como objetivo realizar um breve histórico do processo de inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, destacando os avanços do segmento, bem como os desafios que ainda se apresentam em cada uma das dimensões propostas por Sasaki. Por fim, pretende mapear exemplos de boas práticas e apresentar alternativas que possam favorecer o desenvolvimento de projetos de inclusão efetivos e que gerem resultados para as organizações e para as pessoas que nela trabalham. Palavras-chave: pessoa com deficiência, trabalho, diversidade, acessibilidade

Perfil das pessoas com deficiência e reabilitados da previdência social ocupantes dos postos de trabalho no Estado de Santa Catarina

HERBERT, Loiva - loivaluciaherbert@gmail.com - Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE - Brasil

O Censo 2010 do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), revelou que da população brasileira de 190,7 milhões de pessoas, 45,6 milhões declararam ser PcD. Em Santa Catarina da população de 6,25 milhões de pessoas, 12,87% declarou-se PcD. Nesse estado, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) tem o papel de planejar e normatizar a política pública estadual em educação especial e os seus Centros através dos atendimentos, desenvolve pesquisas em tecnologias assistivas e metodologias para aplicação nos programas pedagógico, socioassistencial, profissionalizante, e de prevenção e avaliação diagnóstica. Na profissionalização e colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o Centro de Educação e Trabalho – CENET da FCEE, desenvolve metodologias para qualificação profissional, colocação no trabalho e renda, para PcD e/ou Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD. A pesquisa “Perfil das pessoas com deficiência e reabilitados da previdência social ocupantes dos postos de trabalho”, do CENET possibilitou levantar o quantitativo dos postos de trabalho, e traçar o perfil considerando a faixa etária, sexo, tipo de deficiência, escolaridade, os setores e as principais funções exercidas; bem como o quantitativo dos postos de trabalho destinados e esse público que se encontravam vagos em SC. O objetivo: “Conhecer o perfil das PcD e reabilitados da Previdência Social, ocupantes dos postos de trabalho no Estado de Santa Catarina, no período de 2012 a 2014” iniciou mediante contato telefônico com a pessoa responsável pela Coordenação Nacional do Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. Essa Coordenadoria repassou as informações contidas na “Relação Anual de Informações Sociais – RAIS”. A coleta ocorreu via correio eletrônico e essa pesquisa do tipo exploratória/documental de dados secundários, na abordagem quantitativa, realizou análise estatística dos dados e após submeteu-os à análise descritiva. Os resultados dessa pesquisa subsidiarão programas de políticas públicas para PcD e reabilitados em SC. Palavras-chave: Políticas Públicas, Mercado de Trabalho, Perfil de PcDs e reabilitados da previdência Social em SC, Profissionalização, Colocação de PcD e reabilitados no mercado de trabalho.

Práticas de governamentalidade na biopolítica-a vulnerabilidade social no atendimento educacional especializado

Profª Esp. BARBOSA, Liziane da Silva - barbosalizzi@gmail.com; SARDAGNA, Helena Venites - Universidade do Estado do Rio Grande do Sul/UERGS - Brasil

O presente estudo trata de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), na área da Educação Especial Inclusiva, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O objetivo foi evidenciar as implicações da vulnerabilidade social produzidas no Atendimento Educacional Especializado enquanto lócus privilegiado das políticas inclusivas, no contexto biopolítico. A abordagem da pesquisa é qualitativa do tipo exploratória e descritiva, que buscou referência no campo conceitual da Biopolítica e da Governamentalidade em Foucault, operando com esses conceitos empregados como ferramentas analíticas. Como instrumentos, a pesquisa utilizou entrevista com professores de espaço pedagógico denominado Sala de Recursos em duas escolas públicas do município de Cidreira no Rio Grande do Sul, sendo uma da rede pública municipal e outra da rede pública estadual. Foi entrevistada ainda uma pessoa que coordena os espaços de

oferta do AEE das escolas públicas estaduais. O exercício analítico possibilitou a organização dos dizeres em eixos temáticos, quais sejam: *Zonas de Vulnerabilidade: Práticas de Governo*, apontando quais zonas de vulnerabilidade foram evidenciadas no contexto pesquisado; *O AEE como Acionador de Engrenagens da Biopolítica* que problematiza as ações do professor do AEE como articulador das redes de apoio; e *A Vulnerabilidade como Limite para O AEE* que torna evidente os limitadores produzidos pela vulnerabilidade. Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Governamentalidade; Biopolítica; Atendimento Educacional Especializado.

Prevalência de obesidade em pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento

GUIMARÃES, Samantha Nahas - *samantha_sng@hotmail.com*; DA SILVA, Vilson Rodrigues; LAZ, Roger Alano; OVANDO, Angélica Cristiane - *Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) - Brasil*

Introdução: A obesidade é um importante problema de saúde para pessoas com deficiência intelectual (DI). Os riscos desta condição aumentam com a idade e pessoas com DI tendem a desenvolvê-los precocemente. Este resumo apresenta dados parciais de um projeto de pesquisa maior realizado na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), intitulado *Status funcional de pessoas com deficiência intelectual e sua relação com a qualidade de vida e sobrecarga dos cuidadores*, previamente aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Objetivo: Descrever a prevalência de obesidade de pessoas com DI atendidas no Centro de Educação e Vivência da FCEE. Metodologia: Foram avaliados 15 indivíduos com DI, de ambos os sexos. A idade variou entre 25 e 54 anos (média de $36,8 \pm 7,18$ anos). As medidas antropométricas foram aferidas em balança mecânica com capacidade de registrar 300kg, para verificação da massa corporal, e fita métrica para identificação da estatura. O Índice de Massa Corporal (IMC) foi obtido dividindo-se a massa corporal pela estatura elevada ao quadrado e o resultado foi baseado na Classificação Internacional para Adultos, da Organização Mundial da Saúde. Consideraram-se obesas as pessoas cujo IMC era igual ou superior a $30\text{kg}/\text{m}^2$. Resultados: Um indivíduo apresentou baixo peso e dois apresentaram peso normal. Doze indivíduos (80%) apresentaram sobrepeso. Destes, quatro (27%) estavam pré-obesos, cinco (33%) estavam com obesidade grau I, um indivíduo (6%) com obesidade grau II e dois (13%) com obesidade grau III. Conclusão: Observou-se que nos indivíduos pesquisados a prevalência de obesidade é elevada, fato este preocupante pois a associação da obesidade com alterações metabólicas são considerados fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas e eventos cardiovasculares. A promoção da saúde deve ser um eixo norteador para instituições que atendam pessoas com DI, sendo essencial controlar a obesidade para garantir a essa população um envelhecimento saudável. Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Envelhecimento. Obesidade.

Psicoterapia psicanalítica com pacientes surdos: um estudo qualitativo sobre aspectos e adaptações técnicas da prática

NEVES, Juliana Torres Porto das - *jtpneves@gmail.com* - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil*

Introdução: A psicoterapia psicanalítica com pessoas surdas é um recurso de cuidado psicológico que está se construindo e ainda é desconhecida, como possibilidade de exercício, por muitos profissionais. Assim como com ouvintes, a escuta do sofrimento de pacientes surdos é viável e efetiva. Para Marzolla (2012), a “lacuna” de comunicação – desde os primeiros anos de vida - em alguns sujeitos surdos, somadas a incapacidade do meio de lidar com a condição, pode gerar um problema sério: a dificuldade de subjetivar. O acolhimento dos conflitos e a compreensão do inconsciente de pessoas surdas, mostra-se uma alternativa significativa para a melhora na qualidade de vida das mesmas. Contudo, é importante que aqueles profissionais que se disponham a fazer essa escuta, estejam cientes das diferenças e alterações necessárias, advindas da condição da surdez, para que as sessões ocorram sem romper com os fundamentos psicanalíticos. Objetivos: Investigar e descrever os aspectos e adaptações técnicas a serem incorporados à prática daqueles que decidem atuar com esse público específico. Métodos: Investigação qualitativa. Será feito um levantamento de psicoterapeutas, instituições e clínicas que realizam atendimentos, em psicoterapia psicanalítica, com pacientes surdos, no Brasil. Serão aplicadas entrevistas semiestruturada em torno de questões norteadoras, as quais que serão gravadas e, em seguida, analisadas, comparadas e sintetizadas. Resultados: Os resultados serão descritos em composição com os objetivos geral e específicos da pesquisa. Conclusões: A partir da investigação bibliográfica e estudo – previamente - realizados pela pesquisadora, é possível observar as barreiras sociais que o surdo enfrenta há muito tempo e que, mesmo passando por significativas e positivas transformações ao longo dos anos, continuam sobrepondo-se à limitação física. A psicoterapia psicanalítica com pessoas surdas confirma-se possível e efetiva, entretanto, carente de mais profissionais, bem como pesquisas e publicações sobre o entendimento e a prática.

Recursos pedagógicos adaptados: uma atualização do catálogo de materiais pedagógicos adaptados da fundação catarinense de educação especial

PERIN, Carla Lygia Pandolfo - *carla@fcee.sc.gov.br*; JACOB, Camila Meurer - *caca_meurer@fcee.sc.gov.br*; LARA, Giseli Fernandes de - *fernandesgiseli@fcee.sc.gov.br*; BEAL, Mirian Kátia de Liz - *mirokabeal@yahoo.com.br*; mirianklb@fcee.sc.gov.br; RODRIGUES, Simone Marcelino - *simone@fcee.sc.gov.br*; KOBAYASHE, Andrea Aparecida Gaido; SCHMITT, Renita Arilta; MARTINS, Danielly Maia Ventura; KRETSCHMANN, Solange; DALZOTTO, Sandra Regina Clemente - *Fundação Catarinense de Educação Especial - Brasil*

O Centro de Tecnologia Assistiva – CETEP, um dos centros de atendimento especializados da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, no final do ano de 2015 incorporou aos seus serviços a Produção de Material Pedagógico Adaptado, pertencente até então ao Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP. A Produção do Material Pedagógico Adaptado integrou o CETEP com a prerrogativa de ser atualizado, visando dar continuidade à elaboração de recursos pedagógicos que favoreçam a ampliação das potencialidades cognitivas e proporcionem maior possibilidade de interação social dos alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino, que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Neste ensejo, este resumo objetiva apresentar o trabalho que está sendo desenvolvido visando a atualização dos recursos existentes, assim como de seu catálogo. Para tanto, o CETEP realiza reuniões quinzenais, com equipe multidisciplinar formada por pedagogas, professoras e costureira, embasando a atualização dos materiais em seu estudo e estrutura de apresentação no catálogo da FCEE. À equipe de produção, formada por duas professoras e pela costureira, cabe o estudo dirigido e a criação de protótipos, que posteriormente são analisados por toda a equipe multidisciplinar, a fim de atualizá-los, remodelando-os se necessário, bem como redefinindo seus objetivos. Após o estudo e reflexão de cada recurso, os mesmos são encaminhados para a realização de testes pelos centros de atendimento especializados participantes desta produção técnica, com o intuito de averiguar a sua eficácia. Comprovada a utilidade pedagógica, o recurso fará parte de um novo catálogo e passará a ser confeccionado pelo Serviço de Material Pedagógico Adaptado desta instituição e conseqüentemente distribuído aos AEEs da rede regular estadual de ensino e instituições conveniadas do Estado de Santa Catarina. Palavras-chave: recursos pedagógicos adaptados; CETEP; FCEE;

Relato de experiência: oficinas sobre deficiência intelectual e transtorno do espectro autista com educadores

PORTES, João Rodrigo Maciel - joaorodrigo@univali.br; DURANTE, Adrielly Marconato - marconatoam@gmail.com; STÜPP, Ana Carolina Steiner - ana_carolinas@hotmail.com - Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI – Brasil

Introdução-O projeto de extensão “Grupo de apoio aos profissionais que compõem a rede de atenção à pessoa com deficiência” da Universidade do Vale do Itajaí – Univali, propõe fortalecer a rede de cuidados à pessoa com deficiência física, auditiva e intelectual. Verificou-se a necessidade, junto à Secretaria de Educação do município de Itajaí, de realizar oficinas no âmbito educacional, contemplando a temática de Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Objetivo-Explicar as principais características de DI e TEA, objetivando o reconhecimento precoce dessas deficiências. Apresentar estratégias de intervenção pedagógica, proporcionando reflexões sobre as principais facilidades e dificuldades que os/as professores/as encontram no processo de inclusão dos/as alunos/as com essas deficiências. E ainda, expor os serviços localizados na Univali: Centro Especializado em Reabilitação II (CER) e Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva (SASA), como possibilidades de encaminhamento e acompanhamento da população com deficiência. Metodologia-Para a realização e efetivação da oficina sobre TEA, optou-se por uma metodologia participativa, sendo utilizado um questionário de “mito ou verdade” referente ao tema, a oficina teve a participação de aproximadamente 40 pessoas. Enquanto que para a confecção da oficina sobre DI – em consequência do grande número de pessoas previstas para a atividade, o que dificultava o uso de uma metodologia participativa – foi utilizada uma metodologia expositiva, havendo a participação de 60 pessoas aproximadamente. Resultados e Conclusão-As oficinas propiciaram momentos de reflexões e discussões acerca de diversas deficiências e dificuldades encontradas no sistema educacional vigente, bem como o compartilhamento de situações vivenciadas no cotidiano dos/as profissionais. Destaca-se que os/as educadores/as demonstraram um conhecimento significativo sobre as temáticas expostas, possibilitando uma relevante troca de experiência. Por fim, diante da devolutiva dos/as professores/as, percebemos que a oficina de TEA teve maior aceitação quando comparada à oficina de DI. Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Deficiência Intelectual, Educadores.

Setor de Atenção ao Estudante da Universidade de Passo Fundo

BAUMKARTEN, Silvana Terezinha - silb@upf.br - Universidade de Passo Fundo - Brasil

O Setor de Atenção ao Estudante – SAES caracteriza-se como um espaço de acolhimento, escuta e mediação aos alunos, com o propósito de tornar acessíveis os recursos e espaços da Universidade de Passo Fundo. Por meio dos serviços oferecidos, busca garantir a acessibilidade e permanência do acadêmico na vida universitária, desde o seu acesso até a conclusão do curso. Os serviços incluem atendimento às dificuldades de natureza psíquica, emocional, didático-pedagógica e deficiências. O SAES divide seu atendimento em três modalidades: psicopedagógico, psicológico/psiquiátrico e tecnologia assistiva. O atendimento psicopedagógico: busca atender aos acadêmicos auxiliando nos processos de ensino e aprendizagem. O atendimento psicológico/psiquiátrico: oferecido a todos os alunos que tenham necessidade. A tecnologia assistiva: uso de recursos humanos e materiais que objetiva viabilizar e aprimorar o aprendizado do acadêmico com deficiência oportunizando: Interpretação e tradução de Libras/Português; Adaptação de textos e materiais, ampliação, transcrição para o sistema Braille; Gravação (áudio) de obras para acadêmicos cegos e com baixa visão; Mobilidade aos estudantes com restrição motora ou comprometimento na área visua; Acessibilidade digital; Tradução e interpretação Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Vestibular Acessível. O Saes oferece ainda Roda de Conversa em sala de aula: Ser universitário, que lugar é esse?; Grupode familiares de alunos com deficiência; Oficinas aprender a aprender; Orientação profissional/educacional, Oficina de comunicação expressão e oratória, Aulas de apoio e projeto aluno apoiador. Todos os programas, oficinas e serviços que o Saes oferece são para procurar garantir

uma universidade inclusiva, que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. Palavras-chave: Acessibilidade, Permanência, Inclusão

Sistema web apoio à aprendizagem de crianças com TEA baseada no método Teacch

GUEBERT, Mirian Célia Castellain; OLIVEIRA, Mary Anne da Cruz Siqueira - ; maryannecruz@gmail.com; mary.oliveira@pucpr.br; NOHAMA, Percy - Brasil

O TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) é caracterizado por uma falha ou um não desenvolvimento na interação social e comunicação da criança, assim como há interesse por um repertório marcadamente restrito de atividades. As crianças acometidas pelo TEA, em sua maioria apresentam limitações na comunicação, tanto na linguagem verbal como a não verbal; existe um quadro de isolamento; porém são tidas como notáveis aprendizes visuais, o que potencializa suas atrações por equipamentos tecnológicos. Ao considerar tais características surge a problemática: como auxiliar a aprendizagem da criança TEA, para que essa usufrua de suas potencialidades? Sabendo que o computador permite a criação de ambientes de aprendizagem com técnicas de ensino mais eficazes e ao utilizar os recursos da TA (Tecnologia Assistiva), o objetivo da pesquisa é propor a criação de um ambiente digital de aprendizagem, por meio de um sistema web de TA que apoie as crianças com TEA com idades entre 5 a 7 anos, nas atividades de escolarização subsidiado pelo método TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com déficits relacionados à Comunicação). A inovação da pesquisa se evidencia com a utilização de um sistema que contempla diversas áreas bem como as características presentes no TEA, o material está dividido em quatro seções de atividades identificadas por cores diferentes em um mesmo ambiente. Esta pesquisa se fez por meio de uma metodologia qualitativa, de intervenção, que contempla o uso de um sistema web com atividades realizadas e validadas a partir da distribuição em quatro seções de atividades com os conteúdos com ênfase em problemas de ordenação numérica, contagem, percepção visual, associação visual; memória visual espacial e sequencial, organização de rotinas, com sequência lógica para a finalização das atividades denominadas atividade da vida diária (AVD). Tais seções contêm uma nomenclatura e cores para sua identificação com o objetivo de auxiliar a criança quanto ao seu reconhecimento. Como resultado, houve a elaboração do material digital que busca beneficiar os processos de aprendizagem da criança com TEA, no que se refere a memorização, percepção e associação visual, organização e sequenciamento de ideias, ordenação e entendimento das atividades propostas, contribuindo para uma maior inclusão e autonomia destas crianças. Palavras- chave: Transtornos do Espectro do Autismo; Tecnologia Assistiva; Aprendizagem; Inclusão.

Software online para qualificação da prática pedagógica de professores que atuam na educação especial

AZEVEDO, de Clovis Jose - clovisazevedo45@gmail.com; NUNES, Klich Marjorie - marjorie.knunes@gmail.com - Centro Universitário Metodista do Sul – IPA Porto Alegre Brasil

A pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Reabilitação e Inclusão, do Centro Universitário Metodista do Sul, objetivou especificar os requisitos funcionais para um software que contemplasse ferramentas capazes de contribuir com a prática pedagógica de professores, que atuam com alunos com necessidades especiais, visando a melhoria e garantia da escolarização e formação da pessoa com deficiência. Realizaram-se estudos teóricos sobre o uso pedagógico das tecnologias assistivas, juntamente com uma pesquisa qualitativa organizada em duas etapas. Na primeira, entrevistou-se docentes de escolas públicas estaduais a fim de coletar informações sobre a formação inicial, realidade da sala de aula, utilização de tecnologias assistivas e dificuldades/facilidades que as tecnologias representam na prática docente. Na segunda, através de um caso fictício, convidou-se os entrevistados a manipular o computador para analisar seus hábitos de pesquisa online e uso do computador. Nos relatos dos entrevistados foi notória a necessidade de compartilhamento de suas experiências para que a prática fosse ainda mais qualificada. Preocupações sobre como lidar com informações que extrapolam o campo escolar, como as médicas, e mesmo a solidão profissional também foram percebidos na pesquisa. Os resultados sinalizaram dez necessidades dos entrevistados nos campos da pesquisa online, organização da informação, produção/consumo de conhecimento e comunicação digital assíncrona e síncrona. Estas necessidades tornaram possível eleger dezoito funcionalidades necessárias ao software para atender ao objetivo inicial do estudo. Os resultados levaram a compreender que, mais do que um software online, com recursos e ferramentas, os entrevistados necessitavam de um software baseado nas necessidades pedagógicas e cotidianas. O produto final desta pesquisa desenhou um protótipo de software que reúne funcionalidades capazes de auxiliar o docente em sua prática, e dessa forma colaborar com formação de crianças, jovens e adultos formando uma rede online de profissionais preocupados e capacitados com a pessoa com deficiência. Palavras-Chave: Deficiência, Prática pedagógica, Educação Especial, Software, Tecnologia

Uma experiência no programa Praia Acessível

Esse trabalho pretende abordar sobre a experiência profissional vivenciada no Programa Praia Acessível, que teve início em 2013, com o objetivo oferecer o banho de mar assistido para que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida pudessem usufruir da praia e do banho de mar com segurança e dignidade, através do uso de cadeiras anfíbias com o acompanhamento de fisioterapeuta, do professor de educação física e do terapeuta ocupacional. Esse programa vem sendo desenvolvido pela FADERS, Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul, como o objetivo de criar uma cultura de respeito à acessibilidade a beira mar e impulsionar para que os gestores públicos possam se conscientizar e manter projetos permanentes de acessibilidade em seus municípios. Essa é uma propostas da FADERS, como responsável pela política pública das pessoas com deficiência na perspectiva dos direitos humanos, de assegurar e garantir às pessoas com deficiência condições de acesso à beira mar, viabilizando o banho de mar com equidade, dignidade, segurança, conforto possibilitando assim, maior autonomia possível. Esta ação vem se transformando ao longo desses três anos com o propósito de garantir os direitos das pessoas com deficiência, através de sensibilização de gestores e da sociedade, onde busca fortalecer a proposta a partir de ações conjuntas com outras instituições parceiras e também tem o propósito de potencializar a comunicação, prevendo a divulgação da relação com municípios , atingindo as mais diferentes regiões do Estado difundindo o conceito de acessibilidade, autonomia e vida independente, tornando possível a participação das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na sociedade em condições de igualdade com as demais. Palavras chaves: Praia Acessível, Políticas de acessibilidade, Políticas públicas de inclusão

Um estudo quase-experimental no Atendimento Educacional Especializado: A literatura Surda no ensino de segunda língua

OLIVEIRA, Ivana Nilza Pigozzo de - ivananilza@hotmail.com - FLORES, Vinicius - Universidade do Estado do Rio Grande do Sul/UERGS - Brasil

O presente trabalho apresenta resultados de um estudo quase-experimental, desenvolvido no curso de especialização em Atendimento Educacional Especializado, que teve por alvo o ensino de Português Brasileiro como segunda língua na modalidade escrita e a Literatura Surda como ferramenta de ensino do Português Brasileiro escrito no espaço de Atendimento Educacional Especializado. O estudo ocorreu em escolas com classe especial para surdos na região do Litoral Norte/RS. Com o objetivo de demonstrar a importância da Literatura Surda na aquisição de segunda língua na modalidade escrita no processo educacional bilíngue em classes de surdos, estabeleceu-se dessa forma dois objetivos específicos: (I) verificar a influência da Literatura Surda no processo de registro escrito do Português Brasileiro; (II) identificar qual a relação das modalidades de registro das línguas que podem interferir no reconhecimento da palavra escrita em Português Brasileiro. Para tanto, elaborou-se um instrumento que consiste em avaliar de forma psicométrica o vocabulário em Português Brasileiro escrito. A pesquisa é um estudo piloto, do tipo quase-experimental de cunho exploratório, e utilizou dados quantitativos para analisar o processo de retenção de vocabulário na modalidade escrita em Português Brasileiro. Os resultados iniciais demonstram que a Literatura Surda possui um impacto consistente e direto no ensino de segunda língua para surdos, evidenciando a necessidade do bom conhecimento da Libras pelos professores ouvintes que intermediam o aprendizado do aluno surdo. Palavras-chave: Literatura Surda; Aquisição de segunda língua, Libras, Português Brasileiro escrito.

Coordenação Geral - Coordintion générale - Coordinación General:

- Martial Meziani – (INSHEA, França)
- Profª Dra. Idília Fernandes (PUC/RS; FADERS, Brasil)

Coordenação - Equipe de coordination - Coordinación:

- María Noel Míguez Passada (Universidad de la República, Uruguay)
- Charlie Trelles Severo (FADERS, Brasil)

Membros do Comitê Organizador - Comité d'Organisation - Miembros del Comité Organizador:

- Andréa Benvenuto (EHESS, França)
- Andréa Asti Severo (FADERS, Brasil)
- Charlie Trelles Severo (FADERS, Brasil)
- Emmanuella Martinod (Université Paris 8, França)
- Eva Loreni Castilhos (FADERS, Brasil)
- Fabíola Dutra Malaguez (FADERS, Brasil)
- Gildas Brégain (EHESS, França)
- Jorge Amaro de Souza Borges (FADERS, Brasil)
- Marie Coutant (EHESS, França)
- María Noel Míguez Passada (UdelaR, Uruguay)
- Marilu Mourão Pereira (FADERS, Brasil)
- Tauana Olivia Gomez Silva (Université Rennes 2, França)

Membros do Comitê Científico - Comité Scientifique - Comité Científico:

- Ana Paula de Oliveira Santana (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
- Andréa Asti Severo (FADERS, Brasil)
- Andrea Benvenuto (EHESS, França)
- Bernard Andrieu (Université Paris Descartes, França)
- Brenda Araceli Bustos Garcia (Universidad Autonoma de Nuevo Leon, México)
- Carmen Aleida Fernández Moreno (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
- Carolina Ferrante (Universidade Católica del Norte – Antofagasta, Chile)
- Charlie Trelles Severo (FADERS, Brasil)
- Cláudia Rodrigues Freitas (UFRGS, Brasil)
- Emmanuella Martinod (Universidade Paris 8, França)
- Eric de Léséleuc (INS HEA França)
- Gildas Brégain (EHESS, França)
- Idília Fernandes (PUC/RS; FADERS, Brasil)
- Jorge Amaro de Souza Borges (FADERS, Brasil)
- Karina Ramacciotti (UBA, Argentina)
- Luis Gustavo Pereira de Souza Correia (Universidade Federal de Sergipe, Brasil)
- Maria Alfonsina Angelino (Universidad Nacional de Entre Ríos-UNER, Argentina)
- Maria Luizete Carliez (Universidade Federal do Pará, Brasil)
- María Noel Míguez Passada (UdelaR, Uruguay)
- Marilu Mourão Pereira (FADERS, Brasil)
- Martial Meziani (INS HEA, França)
- Mariama Kaba (Universidade de Lausanne, Suíça)
- Marta Ascurra (Universidad Nacional de Asunción, Paraguay)
- Maura Corsini Lopes (UNISINOS, Brasil)
- Monica Carvajal Osorio (Universidad de Colombia, Colômbia)

- Olivier Le Guen (CIESAS, México)
- Patrick Fougeyrollas (Universidade Laval, Canadá)
- Serge Ebersold (INS HEA, França)
- Simone Regina Sandri (FADERS, Brasil)
- Yves Boisvert (ENAP, Canadá)

Redação dos Resumos / Los resúmenes / Résumés:

- *Os próprios autores / Los propios autores / Les auteurs eux-mêmes*

Organização do Programa e do Livro de Resumos / Organización del programa y Libro de Resúmenes / Organisation du programme et livre des résumés:

- *Martial Meziani, Maria Noel Míguez Passada, Charlie Trelles Severo, Tauana Olivia Gomez Silva, Andrea Benvenuto*

Design Capa / Diseño de la portada / Conception Couvercle:

- *INS HEA; PUCRS; FADERS; Maiquel Alves Peres*

Impressão / Impresión / Impression:

- *UNISINOS*

Agradecimentos / Agradecimientos / Remerciements

Aliança Francesa de Porto Alegre; Aline Monteiro Correia; Aline Puthin; Almerindo Dias de Oliveira; Ana Flávia Beckel Rigueira; André Vidal; Andréia Colares; Angela Marin; Antonio Carlos Gerbase; Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul; Carolina Asti Severo; Casa do Menino Jesus de Praga; Darci Dessbesell; Dênia Bazanella; Elisiane Silva; Elóide Marconi; Francisco Arseli Kern; Henrique Asti Severo; Jane Cruz Prates; Jaqueline da Silva Rosa; José Puig; Luis Ferrari; Luis Sate; Luiz Antonio de Castro-Santos; Marco Antonio Oliveira dos Santos; Maria da Graça de Lavra Pinto; Mario Ferreira; Matias Strassburger; Michele Soares Ramos; Mirelle Melo Ferreira Duarte; Patrice Pauc; Paulo Adriano Alves; Rafael Dufau Junqueira; Renata Weber Prochnow; Riege Teresinha Lenz Dias; Rogério de Lavra Pinto; Sonia Dias; Susane Silva; Susane Silva; Tatiane Durão; Tellêmaco Rodrigues Bittencourt Júnior; Thierry Troussier; Tiago Mello; Universidade Federal de Santa Maria; Vilma Pícoli;